Instituto de Apoio à Criança

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2017

Pela Defesa dos Direitos da Criança

PROJECTO RUA

HUMANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA

SERVIÇO JURÍDICO

CONSTRUIR JUNTOS

S.O.S. CRIANÇA

CEDI CENTRO DE ESTUDOS, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE A CRIANÇA

Actividade Lúdica

UNIÃO EUROPEIA

REPÚBLICA PORTUGUESA | XXI GOVERNO

Instituto de Apoio à Criança

INDÍCE

PREÂMBULO

1. INTRODUÇÃO 4

2. O INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA

- Visão/Missão/Valores/Objetivos/Estratégia 6

3. ESTRUTURA ORGÂNICA

- Órgãos Sociais Quadriénio 2017/2020 7
- Organigrama 8

4. FICHAS DE PROJETO /ATIVIDADES

- Ações de Informação e Sensibilização (AIS) 9
- Atividade Lúdica (AL)..... 13
- Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Criança (CEDI) 26
- Fórum Construir Juntos – Coimbra (FCJ) 33
- Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança (HSAC)..... 43
- Projeto Rua - Em Família para Crescer (PR) 56
- Relações Externas (RE) 100
- Serviços Administrativos/Financeiros (SA) 102
- Serviço Jurídico (SJ) 104
- SOS-Criança (SOS) 109

5. CONTAS DE 2017

- Balanço 132
- Demonstração dos Resultados 133
- Demonstração dos Fluxos de Caixa 134
- Demonstração dos Resultados por Valências 135
- Demostração das Alterações nos Fundos Patrimoniais 136
- Anexo 137

6. ATAS

- Ata nº53 Conselho Fiscal 148
- Ata nº80 Assembleia Geral 150

"... Os Direitos da Criança representam um combate fundamental do nosso tempo. Vítimas indefesas de condições sociais que não escolheram, quer na saúde, quer na educação, as crianças sofrem primeiro as consequências materiais e depois, as afetivas. Se isto é mais flagrante nas sociedades menos desenvolvidas, também o é, de forma mais encapotada, nas outras que deveriam, com mais força, combater estas exclusões. Uma das urgências do presente é a luta contra as violências de que as crianças são vítimas.

A violação frequente dos Direitos da Criança deve inquietar, questionar e responsabilizar todos os cidadãos. Se todos devem contribuir para que a Criança viva com mais dignidade, com mais responsabilidade, ainda, as instituições de solidariedade devem lutar para que os seus Direitos sejam uma realidade no dia-a-dia.

... todos somos moral e socialmente responsáveis pelos que se encontram mais "frágeis" e necessitam do nosso apoio. Não é apenas o Estado que tem obrigações. Numa sociedade civil, participativa, empenhada, viva e com alma, todos temos as nossas responsabilidades. A qualidade de vida para todos, compatível com a dignidade da pessoa, será uma realidade quando soubermos desenvolver a capacidade de cuidar do outro. O cuidar dos outros é a antítese da competição e o seu fortalecimento implica uma mudança de mentalidades, considerando a população enquanto pessoas, não apenas enquanto números, como tantas vezes acontece.(...)

Defendemos sempre a participação activa e generalizada da comunidade, tendo em vista a necessidade da existência de políticas integradas.(...)

Um pouco como Sebastião da Gama defendeu: "É preciso cumprir o nosso destino de não ficarmos parados". É isto que procuramos no Instituto de Apoio à Criança.(...)

Para todos os que trabalham com Crianças em risco (e todos os sectores de trabalho do Instituto o fazem, quer no Atendimento Jurídico, quer com a Criança de Rua, no SOS-Criança, na Humanização do Atendimento à Criança, na Mediação Escolar ...)é esta a realidade com que se defrontam e a que é preciso dar respostas. Respostas que, muitas vezes, ultrapassam a capacidade de intervenção, porque necessitariam de outras condições sociais. Trabalhar no "possível" é uma tarefa que exige humildade, algum conformismo, criatividade, coragem e muito amor pela Criança.

É preciso manter a esperança na capacidade de mudança e alegrarmo-nos com pequenas vitórias..."[1]

Manuela Ramalho Eanes

[1] 3ª Edição do Guia dos Direitos da Criança

1. INTRODUÇÃO

Num tempo em que tanto se fala do importante papel da Sociedade Civil Organizada, é sempre bom recordar que se está a falar de pessoas, de homens, de mulheres e de crianças que participam na vida coletiva da sociedade sem nunca perderem o vínculo com o Estado.

O Estado, não pode viver sem as Organizações da Sociedade Civil, cuja ação é vital para a democracia porque é através delas que se constrói o capital social, a confiança e os valores compartilhados. Valores que se integram na esfera política e ajudam a manter a sociedade mais coesa, mais próxima, mais exigente, mais justa e mais participativa.

O Instituto de Apoio à Criança (IAC) é uma Organização da Sociedade Civil, considerada de Superior Interesse Social que, ao longo da sua existência, tem desenvolvido um meritório e dedicado trabalho na Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças.

Trabalho que se desenvolve e renova diariamente. Ninguém se pode alhear da realidade que atualmente ainda cruza a vida de muitas crianças inocentes. Realidade amarga, dura e cruel, sempre tão injusta e cobarde.

Apesar da continuidade e da diversidade da ação que se desenvolve no IAC, ainda há crianças em risco e em perigo que sofrem em silêncio. Ainda há crianças que não brincam e que não vêm os seus direitos reconhecidos.

Os Direitos das Crianças têm de ser sempre uma prioridade. Através da educação temos de igualar as oportunidades de crescimento e desenvolvimento saudável das crianças.

O Instituto de Apoio à Criança quer continuar a ser Farol de Esperança para as crianças que em inúmeras situações da sua vida vêm beliscados e violados os seus direitos.

Na qualidade de Defensor da Criança, com provas dadas, o IAC continua a atuar em áreas de grande complexidade, áreas que, na maior parte das vezes, não estão cobertas pelo Estado e que através dos projetos: Atividade Lúdica, Serviço Jurídico, Centro de Documentação e Informação sobre a Criança, Linha de Atendimento à Criança, Projeto Rua, SOS - Criança, Mediação Escolar e Rede Construir Juntos, o IAC abraça com determinação.

Reiterando a confiança na capacidade de todos os que trabalham neste Instituto, a Direção saúda os órgãos associativos e todos os associados do Instituto de Apoio à Criança.

Por fim, a direção submete para apreciação e análise da Assembleia Geral, para discussão e aprovação, o Relatório de Atividades e de Contas referentes ao ano de 2017, relatório cuja síntese de resultados é apresentada neste documento.

O Secretário Geral da Direção

Manuel Coutinho

2. O INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA

VISÃO O Instituto de Apoio à Criança visa que todas as Crianças tenham os seus Direitos garantidos.

MISSÃO O Instituto de Apoio à Criança pretende contribuir para o **Desenvolvimento Integral da Criança na Defesa e Promoção dos seus Direitos.**

VALORES O Instituto de Apoio à Criança norteia a sua ação pela ética, transparência, competência, rigor, compromisso e respeito pelos Direitos da Criança

OBJETIVOS O Instituto de Apoio à Criança (IAC) tem por objetivo principal contribuir para o desenvolvimento integral da Criança, na defesa e promoção de todos os seus direitos, sendo a Criança encarada na sua globalidade como sujeito de direitos nas diferentes áreas, designadamente na saúde, educação, justiça, segurança social ou nos seus tempos livres.

ESTRATÉGIA No cumprimento dos seus Estatutos desenvolve múltiplas atividades e programas visando para além de dar voz à Criança e obter novas respostas para os problemas da infância, defender os seus direitos perante a família, as instituições e a comunidade, realiza programas de informação e sensibilização, apoia e colabora em experiências inovadoras e investigações que visem o desenvolvimento global das crianças e jovens e a sua interação com o meio envolvente e promove estudos, seminários, colóquios, ações de formação e outras iniciativas que permitem o debate e a reflexão sobre os problemas da infância na sociedade atual.

RECONHECIMENTO PÚBLICO DA AÇÃO DESENVOLVIDA

Ministério da Segurança Social - Medalha de Honra da Segurança Social, 2015
Ministério da Saúde - Medalha de Serviços Distintos, 2015
Assembleia da República - Prémio Direitos Humanos, 2014
Presidente da República - Ordem de Mérito, 2008
Ordem dos Advogados - Prémio dos Direitos Humanos Ângelo d´Almeida Ribeiro, 2005

3. ESTRUTURA ORGÂNICA

Órgãos Sociais Quadriénio 2017/2020

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Pedro Paulo Azeredo Perdigão
Vice-Presidente	Clara Castilho
Secretário	Asdrúbal Pimenta
Secretário	José Eduardo Brito Soares

DIREÇÃO

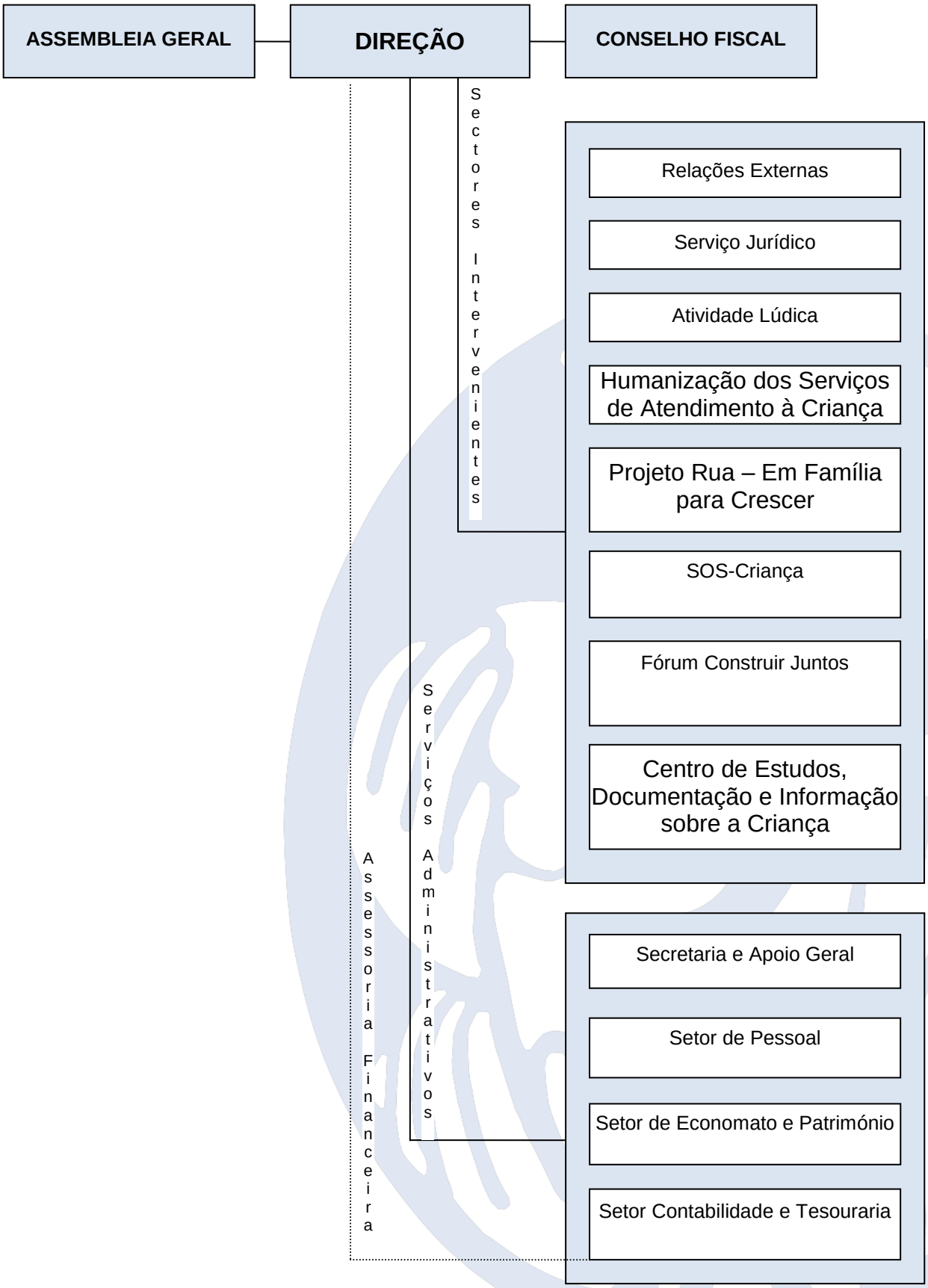
Presidente	Maria Dulce Plancha dos Santos Ferreira da Rocha
Vice-Presidente	Luís Maria Vaz das Neves
Secretário-geral	Manuel José Ataíde Ferreira Coutinho
Vogal	Vasco Manuel Correia Alves
Vogal	Matilde de Jesus de Castro Esteves Sirgado

CONSELHO FISCAL

Presidente	José Joaquim Nogueira da Rocha
Secretária	Melanie da Luz Viola Tavares
Relator	Maria Fernanda Amador da Silva Salvaterra

Instituto de Apoio à Criança

ORGANIGRAMA DO IAC



4. FICHAS DE PROJETO/ATIVIDADES

Designação

Ações de Informação e Sensibilização

Responsável

Dulce Rocha

Equipa

Direção[2]
Dulce Rocha – Presidente da Direção
Luis Vaz das Neves – Vice-Presidente da Direção
Manuel Coutinho – Secretário-Geral da Direção[5]
Matilde Sirgado – Tesoureira da Direção[6]
Vasco Alves - Vogal da Direção

Ana Filipe – Assessora da Direção[3]
Ana Rufino – Assessora da Direção[4]
Fernanda Salvaterra - Assessoria à Direção
Projecto de Investigação[7]

Objetivos

Maximizar o objetivo geral do IAC, contribuindo para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos

- Informar e sensibilizar a sociedade em geral sobre os Direitos da Criança e suas violações, sobre atividades do IAC relacionadas com a defesa desses mesmos direitos;
- Debater temas e promover iniciativas que respondam adequadamente às necessidades e aos problemas das crianças de hoje;
- Celebrar protocolos com entidades públicas que patrocinem e colaborem em ações no âmbito dos nossos objetivos

Ações Desenvolvidas

Iniciativas do IAC

– X Conferência "Crianças Desaparecidas", Novo Auditório da Assembleia da República, 30 de Maio;

– Colóquio Brincar e os Modos de Ser Criança – 26 e 27 de maio em Coimbra;

– Encontro Comemorativo dos 20 anos da Rede Construir Juntos, 30 de junho em Lisboa;

– Lançamento do livro "Crianças em Situação de Rua - O Caso do IAC/Projecto Rua Em Família para Crescer" da autoria de Matilde Sirgado – Coordenadora do Projecto Rua, no dia 29 de junho, na Livraria Bulhosa em Lisboa;

– Lançamento do livro "Alerta Premika! Risco online detetado – Ameaça nas redes sociais! E agora, Marta"

[2] A Direção tomou posse a 16 Fevereiro
[3] Docente do Ministério da Educação, destacada no IAC
[4] Elemento destacado pela Secretaria-Geral do Ministério da Educação e colocada no IAC
[5] Gestor de Projetos e Coordenador do SOS - Criança
[6] Coordenadora do Projecto Rua
[7] Técnica Superior do Instituto de Segurança Social em regime de cedência de Interesse Público

Ações a Desenvolver

Assinaturas de Protocolos de Colaboração com Entidades Governamentais, Universidades e Institutos Superiores:
- Direção Geral da Saúde
- Direção Regional de Cultura do Centro
- Universidade Europeia
- Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
- Escola Superior de Educação de Coimbra
- Instituto Superior de Ciências Sociais e Politicas – UL
- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresas - IUL
- Centro Doutor João dos Santos
- British Council

A Direção do Instituto de Apoio à Criança teve participação em múltiplas iniciativas, designadamente em ações de sensibilização em Universidades, Autarquias e Instituições Sociais Parceiras, participação e colaboração com a comunicação social, em que se abordaram as temáticas sobre a Criança, e participação em Reuniões Internacionais. designadamente na *Missing Children Europe.*

Salientamos a participação:
- Encontro "Dia Internacional da Mulher: a igualdade de direitos" – In Memoriam de Isabel Magalhães Collaço, 8 março em Lisboa;
- Colóquio "Como dar voz às crianças na violência doméstica", 13 de maio em Paço de Arcos;
- Seminário "Direitos Humanos / Direitos das Crianças | Migrações / Tráfico de Menores" da CNASTI, 7 junho em Lisboa;
- Conferência "Um Instituto da Criança … da Promoção dos Direitos à sua Proteção", 25 de setembro em Lisboa;
- Conferência "Crianças mais seguras : Conferência 25 Anos APSI", 12 outubro em Lisboa;
- Congresso "XX ANOS Migração, Cidadania e Direitos Humanos", 27/28 novembro em Lisboa;
- Conferência "A reforma do Código Civil e a igualdade de género 1977-2017", 8 novembro em Lisboa;
- No evento "O Homem Promotor da Igualdade Novos Valores da Masculinidade para a Igualdade de Género", 16-17 novembro em Lisboa;
- V Jornadas de Reflexão sobre "Investigação e Intervenção com Crianças e Jovens", 11 de dezembro em Lisboa.

Assessoria à Direção (Fernanda Salvaterra)
- Supervisão/ Formação ao Projeto Rua – no âmbito desta atividade foram realizadas 6 sessões entre Maio e Dezembro de 2017
- Grupo de Cooperação internacional- participação em 6 reuniões para análise de projetos internacionais (parcerias, encontros, …)
- Colaboração com o projeto SOS-Criança Desaparecida- nomeadamente com a participação em *WEBINARs* (11/7; 1/8; 23/10; 21/11)e com o projeto CMR que exigiu uma deslocação a Bruxelas nos dias 18 e 19 de Setembro.
- Supervisão de estágio curricular de uma aluna do Mestrado de Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco
- Como Membro Cooptado da CPCJ Lisboa Norte, acompanhou 17 processos de promoção e proteção e participou em 15 reuniões da Comissão Restrita e 4 da Comissão alargada, e 3 sessões de estudo de caso/supervisão.

Comunicações em Seminários / Encontros / Debates
- ***IAC, pela defesa e promoção dos Direitos da Criança*.** (28 de Janeiro). Congresso Hapinez. Cascais.
- ***Um Instituto da Criança … da Promoção dos Direitos à sua Proteção***. (25 de Outubro). Conferência de abertura do Mestrado de psicologia comunitária e proteção de crianças e jovens em risco, ISCTE-IUL.
- ***Desinstitucionalização da Criança*: os afetos e os laços.** (25 de Outubro).Figueira da Foz
- ***Direito a ser criança*: brincar e crescer em segurança**. (16 de Novembro). Seminário O Homem Promotor da Igualdade, organizado pela Associação Quebrar o Silêncio, ISCTE-IUL.
- ***Adoção – dados da investigação***. (11 de Dezembro). V Jornadas de Reflexão sobre "Investigação e Intervenção com Crianças e Jovens" no ISCSP.

Entrevistas/Artigos de opinião
- Público (4/2)- artigo de opinião – "As visitas, quando benéficas para as crianças, devem ser gratuitas"
- TSF – (1/6)- entrevista sobre o tema "Crianças adotadas devolvidas"

- SIC Notícias- Opinião Pública (2/6) – Entrevista sobre o tema "Crianças adotadas devolvidas"
- RTP3, Sexta às 11 (2/6)- Debate sobre "famílias de acolhimento"
  SIC Notícias (5/7)- Comentário sobre o Caso do Bebé Desaparecido

Participação em Reuniões/ Encontros/ Seminários/Congressos

- Reunião no Ministério da Justiça com a Sra. Ministra da Justiça
- Faculdade de Direito 15/2
- Conferência - Políticas públicas para a infância - O papel da família e das comunidades, FCG, 23
- V Seminário da CPCJ da Amadora: O desafio da Qualidade no Sistema de Promoção e Proteção em 18 de Abril de 2017 no Auditório Recreios da Amadora
- Encontro de GAAF: dos desafios às soluções. Auditório do IPDJ, 4/5
- Encontro Nacional da CNCJP, Idanha-a-Nova, a 19/5, em representação do IAC
- Conferência CARE – Uma estratégia integrada para a proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens. CCB, 25/5, em representação do IAC
- X Conferência Crianças Desaparecidas, organizada pelo IAC, Assembleia da República, a 30/5
- 3º workshop TALE teve lugar no dia 9 de junho de 2017, também na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, e teve como tema de fundo as Diretrizes do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre a justiça amiga das crianças
- Ciclo de Conferências "Olhares sobre a Infância"- Acolhimento Familiar, Grande auditório do Centro de Congressos do TagusPark, 7/11, por convite
- Conferência "A reforma do código civil e a igualdade de género", Reitoria da UNL, 8/11
- Conferência Adressing and supporting family and child wellbeing, organizado pela Fundação Brazelton Gomes-Pedro, Fac. Medicina Dentária da UL, 9/11
- Conferência – Conselho Nacional para a Adoção, Centro Cultural Casapiano, 20/11, por convite
- Reunião no MNE 18/12

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO (Fernanda Salvaterra)

Como experiência humana, a adoção existe ao longo de séculos e transcende todas as culturas. Todos os anos existe um grande número de crianças que são adotadas em todo o mundo.

Em Portugal são adotadas, por ano, entre 400 a 500 crianças, com idades compreendidas entre as 6 semanas e os 14 anos, sobretudo oriundas do território nacional, retiradas às suas famílias biológicas por decisão judicial, a grande maioria por situações de maus tratos e/ou negligência grave. Contudo os números oficiais referem cerca de 8175 crianças em risco psicossocial, acolhidas, das quais 830 com projeto de adoção (Relatório CASA, 2016).

No mundo estima-se que 32'000 crianças estão envolvidas, em cada ano, em adoções internacionais. A adoção é um instituto que visa a proteção da criança e a defesa dos seus direitos, nomeadamente o direito a uma família, considerado fundamental para o seu desenvolvimento socio emocional.

Colocam-se contudo algumas questões para os profissionais da adoção, no colocar em prática as políticas de proteção da criança, indo ao encontro dos seus superiores interesses, nomeadamente em termos de risco ou benefício.

Alguns estudos sobre a vinculação e problemas de comportamento em crianças adotadas (Hodges & Tizard, 1989; Howe, 1997; Rutter et al., 1998; O'Connor et al., 2000;Veríssimo & Salvaterra, F., 2006; Salvaterra, F., 2007) fornecem resultados bastante otimistas, no entanto, são poucos os que estudam adolescentes adotados.

O período da adolescência que envolve separações e novas relações pode ser um período especialmente sensível em termos do desenvolvimento social e ajustamento emocional.

O objetivo deste projeto «Adolescentes adotados: relações afetivas e sociais» é descrever os adolescentes adotados (e não adotados), entre os 11 e os 18 anos, quanto ao seu desenvolvimento socio-emocional e problemas de comportamento tendo em vista, quer a prevenção quer a intervenção, considerando quais os fatores que afetam o desenvolvimento e o ajustamento dos adolescentes adotados e podem conduzir a problemas de comportamento e, neste sentido este estudo é inédito em Portugal.

O presente projeto pretende dar continuidade (e nesse sentido é um estudo longitudinal), ao estudo de Salvaterra, F. (2007) onde foram avaliadas 106 díades, mãe/criança, adotadas, que se encontram agora na adolescência, no qual foram estudadas as representações da vinculação das mães e a qualidade da vinculação das crianças à mãe, o temperamento e a perceção dos pais sobre o processo de adoção.

Pretende-se que esta investigação permita compreender melhor os mecanismos envolvidos no ajustamento social e emocional das crianças adotadas e no bem-estar da família adotiva, o que poderá ajudar nos esforços ao nível da prevenção de problemas de comportamento, bem como, na prática das políticas de proteção à infância, nomeadamente da institucionalização e da adoção, melhorando a estabilidade e a personalização dos cuidados para

crianças institucionalizadas e estabelecendo programas para ajudar os pais adotivos na perspetiva de estimular o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

Atividades desenvolvidas:
- Pesquisa bibliográfica
- Definição do protocolo de investigação
- Reuniões com parceiros investigadores para discussão de metodologias
- Envio de cartas às famílias
- Avaliação de adolescentes e famílias

Ano: 2017
COD: AL

Designação

Atividade Lúdica

Responsável

Melanie Tavares
Vasco Alves[8]

Equipa

Ana Lourenço – Técnica Superior de Psicologia Anabela Fonseca – Técnica Superior de Sociologia Cláudia Gaivota - Técnica Auxiliar Administrativa	Marta Rosa – Docente [9] Melanie Tavares – Técnica Superior de Psicologia Vera Abecasis – Técnica Superior de Psicologia

Outros Serviços Intervenientes	Duração Prevista
Profissionais e Entidades Governamentais e Não-Governamentais das áreas da Saúde, Educação, Segurança Social e Justiça, nomeadamente: Associações Culturais e Recreativas, Autarquias, Juntas de Freguesia, Escolas, Escolas Superiores de Educação, Hospitais, Jardins-de-Infância, Universidades e Unidades de Educação Especial, Tribunais, CPCJ, Espaços Lúdicos, outros Sectores do IAC.	Atividade permanente

Finalidade / Objetivos

FINALIDADE
Contribuir para que todas as crianças tenham uma infância feliz, promovendo o direito de brincar, consagrado no art.º 31º da Convenção sobre os Direitos das Crianças, enquanto fator determinante para o desenvolvimento pessoal e social da criança.

Objetivos gerais
- Prosseguir com o apoio técnico aos espaços lúdicos existentes e incentivar a criação de novos espaços;
- Continuar com ações que permitam a definição e a normalização de critérios de funcionamento das ludotecas e espaços lúdicos, implicando entidades públicas e privadas neste processo;
- Manter o trabalho com as diferentes entidades envolvidas na defesa do Direito de Brincar, a nível regional, nacional e internacional;
- Facilitar a comunicação entre as associações nacionais e internacionais e a população em geral (crianças, jovens, famílias e profissionais).

Objetivos específicos
- Apoiar a criação e manutenção de espaços lúdicos;
- Realizar ações de sensibilização;
- Divulgar e promover ações de celebração, a nível nacional, do Dia Mundial do Brincar;
- Manter e reforçar a parceria com a Associação Internacional de Ludotecas (ITLA) e com o Grupo Europeu de Ludotecas (ETL);
- Apoiar o Sector da Humanização nos diversos projetos de humanização dos espaços que acolhem crianças;
- Prosseguir com ações de comunicação, divulgação e marketing;
- Prosseguir com a atividade editorial do IAC;
- Organizar 1 encontro nacional da Actividade Lúdica.

[8] Elemento de ligação à Direção
[9] Docente do Ministério da Educação, destacada no IAC

Ações Desenvolvidas

Assegurar o funcionamento regular:

· Prosseguiu-se com a organização e atualização da documentação, através de vários suportes digitais, bibliográficos e Internet;
· Prosseguiu-se o contacto com diversos parceiros;
· Foi assegurado o funcionamento regular.

As restantes ações integraram-se em três grandes linhas de atuação, nomeadamente "Apoio Técnico à Criação e Acompanhamento dos Espaços Lúdicos", "Relações Internacionais" e "Sensibilização e Empoderamento".

1. APOIO TÉCNICO À CRIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ESPAÇOS LÚDICOS

1.1. Supervisão e Consultoria

- Foi dada resposta às solicitações de apoio técnico à criação de espaços lúdicos e aos espaços em funcionamento e a diversos pedidos de documentação.
- Foi delineado um protocolo formal de colaboração.

1.2. Rede de Espaços Lúdicos de Cascais

- Colaboração técnica na Carta de Qualidade dos espaços lúdicos da Câmara Municipal de Cascais;
- Organização de um plano de formação para os ludotecários e ludobibliotecários da rede, em parceria com o Centro de Formação do Concelho.

1.3. Estudo "Espaços Lúdicos em Portugal"

- Reenvio e recolha de questionários;
- Criação da Base de dados;
- Análise dos dados;
- Elaboração da apresentação dos resultados;
- Apresentação dos resultados do estudo na Conferência Internacional da ITLA.

1.4. Capacitação de Profissionais

- O Sector deu continuidade à organização de *workshops* e tertúlias que objetivem a reflexão e a melhoria do desempenho dos vários técnicos envolvidos em projetos/ações na área da Ludicidade:
- "Conversas com Ludotecas" – Centro Sagrada Família;
  "Brincar Livre" – Câmara Municipal de Torres Vedras;
- "Brincar com Desperdício" - CAI de Vale Fundão, Marvila.

1.5. Formação Acreditada

- Ação de Curta Duração "Conversas com Ludotecas" – AlmadaForma.

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1. ITLA (*International Toy Libraries Association*)

- Prosseguiu-se com a divulgação e dinamização do Dia Mundial do Brincar (28 de Maio);
- O Sector participou na 14ª Conferência Internacional de Ludotecas com 3 intervenções:
  - Estudo online sobre as ludotecas em Portugal;
  - Brinquedos e género;
  - Dia Mundial do Brincar em Portugal;
- O sector continua a colaborar na *newsletter da ITLA*.

2.2. ETL (*European Toy Libraries Group*)

- Criação do sítio autónomo do Grupo Europeu de Ludotecas;
- Divulgação da "documentação para as Ludotecas";
- Responsabilidade da edição da newsletter da ETL;
- Participação na reunião anual da ETL, realizada em Leiden (Holanda);
- Elaboração do relatório anual;
- Produção da 8ª *newsletter* do Grupo Europeu;
- Planeamento da intervenção "20 anos da ETL" na Conferência da ITLA

2.3. IPA Portugal (*International Play Association*)

- O Sector continua a fazer parte do grupo de constituição da IPA Portugal;

2.4. Projeto GRAACC – Combatendo e vencendo o câncer infantil (Brasil)

- Colaboração com a equipa do projeto;

3. SENSIBILIZAÇÃO E EMPODERAMENTO

3.1. Sensibilização

- Colaboração com o Setor da Humanização no Projeto "Humanização dos Espaços de Atendimento à Criança".

3.2. Organização do Encontro Nacional da Actividade Lúdica

- Contatos com palestrantes convidados para integrar o programa do I Encontro Natália Pais;
- Contatos com possíveis parceiros para a realização do Encontro.

3.3. Dia Mundial do Brincar 2017

- Organização do Dia Mundial do Brincar nos Jardins do Palácio de Belém:
  - Contatos com o Museu da Presidência para organização do espaço;
  - Estabelecimento de parcerias com instituições parceiras para desenvolver atividades no espaço;
  - Reuniões com empresa de marketing digital para criação de materiais de divulgação e promoção do evento;
  - Angariação de financiadores para a produção de materiais de divulgação;
  - Organização de toda a logística do evento;
- Divulgação e promoção da dinamização de atividades comemorativas do Dia Mundial do Brincar:
  - Idealização de atividades para escolas, ludotecas e organizações sob o mote **"Brincar a Sério**";
- Atualização de materiais de divulgação (microsite, posters, cadernos e outros);
  - Divulgação da efeméride junto dos média (televisão, rádios e imprensa escrita);
  - Dinamização da página de *facebook* "Dia Mundial do Brincar";
  - Acompanhamento das atividades realizadas a nível nacional, de norte a sul (incluindo ilhas).

3.4. Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR)

- Mantém-se a parceria estabelecida, não tendo havido solicitações extraordinárias.

3.5. Palestras e Comunicações

- Encontro "50 Anos Ninho" – Comunicação "Brincar… um Direito" – Leiria;
- Colóquio "Brincar e os modos de ser Criança" – Comunicação "Atividade Lúdica como estratégia de integração" – Coimbra;
- Seminário "Um brincar, muitos brincares" – Comunicação "Dia Mundial do Brincar" – Oliveira de Azeméis;
- Ciclo Temático de Intervenção Psicossocial – Comunicações "A Importância do Brincar" e "Brincar e Género" – Sintra.

3.6. Participação em iniciativas de outras entidades e associações

- Homenagem da Escola Superior de Educação de Coimbra ao Setor da Atividade Lúdica – Coimbra;
- Lemonade Festival – promoção de empreendedorismo na infância - Cascais;
- "Vamos Brincar na Escola" promovida pelo IKEA - Lisboa;
- Conferência Internacional da Educação "Inovação na e pela Educação" - Lisboa;
- I Congresso do Brinquedo Português - Braga;
- Apresentação da Carta de Qualidade dos Espaços Lúdicos de Cascais - Cascais;
- "Brincar no exterior" – CAI de Vale Fundão, Marvila;
- Co-organização da formação "Brincar no exterior" com o Projeto "1,2,3 Macaquinho do Xinês" – Marvila;
- Co-organização da Conferência Internacional "O Brincar como ferramenta educativa e terapêutica" com a Universidade Lusófona, a realizar em Fevereiro de 2018.

3.7. Comunicação, divulgação e *marketing*

- Redigiram-se notícias para o Boletim do IAC;
- Assegurou-se o desenvolvimento e a atualização do sítio *online*;
- Colaborou-se com os *media* em temas relacionados com a atividade lúdica.

Resultados Obtidos

Funcionamento regular

Ação	Principais parceiros
32 Reuniões	Equipa
36 Reuniões	Ministério da Educação; Escola Superior de Educação de Lisboa; Escola Superior de Educação de Coimbra; Câmara Municipal de Torres Vedras; Junta de Freguesia de Benfica; Estrelas e Ouriços; Faculdade de Motricidade Humana; Câmara Municipal de Cascais; Science 4 You; Baga Azul; Chicco; Kidzania; Hi-Interactive; Acrescer; Universidade Lusófona. Abbri (Associação Brasileira de Brinquedotecas)
9 Reuniões	Outros sectores e Direção do IAC
12 Atendimentos	Profissionais de várias áreas, estudantes e público em geral
	Principais resultados
Elaboração de 6 suportes digitais	Material de apoio a intervenções para várias entidades (incluindo apresentação em ações de sensibilização e saídas externas);
Elaboração de 15 documentos	Material de apoio ao Dia Mundial do Brincar e posters para apresentação em stands;
Elaboração de 3 documentos	Material de apoio às intervenções externas (incluindo documento para a Comissão Nacional dos Direitos Humanos);

1. APOIO TÉCNICO À CRIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ESPAÇOS LÚDICOS

1.1. Supervisão e Consultoria

Ação	Principais Objetivos	Principais destinatários
Resposta a 15 pedidos	- Legislação em atividade lúdica; - Documentação de apoio a projetos; - Apoio à criação de novos espaços.	- Fundação Marquês Pombal; - Associação Cidade Curiosa - Braga - Associação de Educação Global Florescer; - Academia da Brincadeira; - Ludoteca de Grândola; - Agrupamento de Escolas da Caparica; - Centro Sagrada Família.

1.2. Rede de Espaços Lúdicos de Cascais

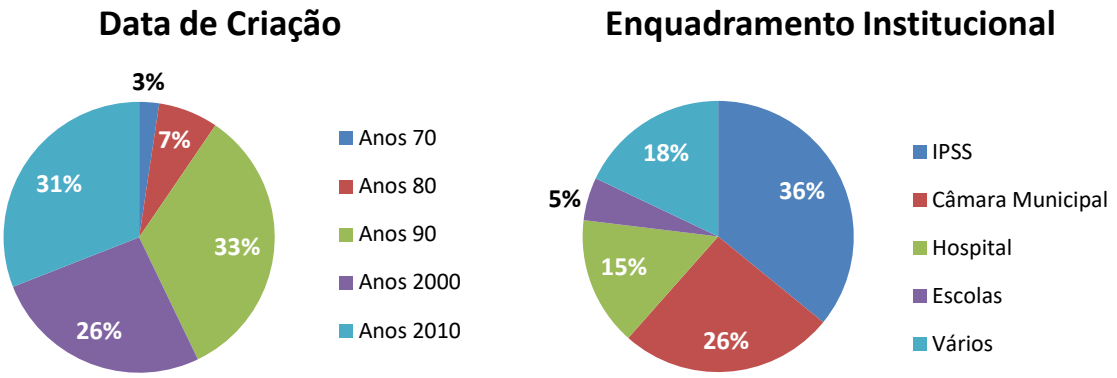
- Elaboração de um parecer técnico sobre a Carta de Qualidade dos Espaços Lúdicos;
- Conceção e planificação da ação acreditada "Inovação e Tecnologias na Educação", em parceria com o Prof. João Mouro.

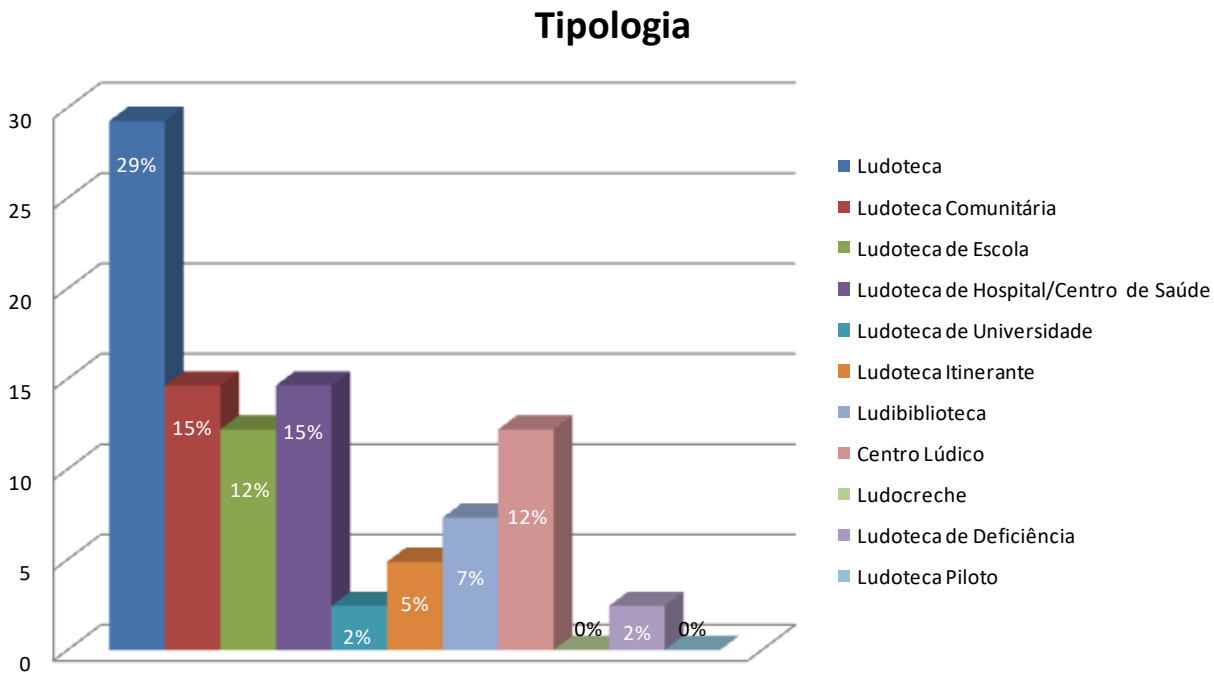
1.3. Estudo "Espaços Lúdicos em Portugal"

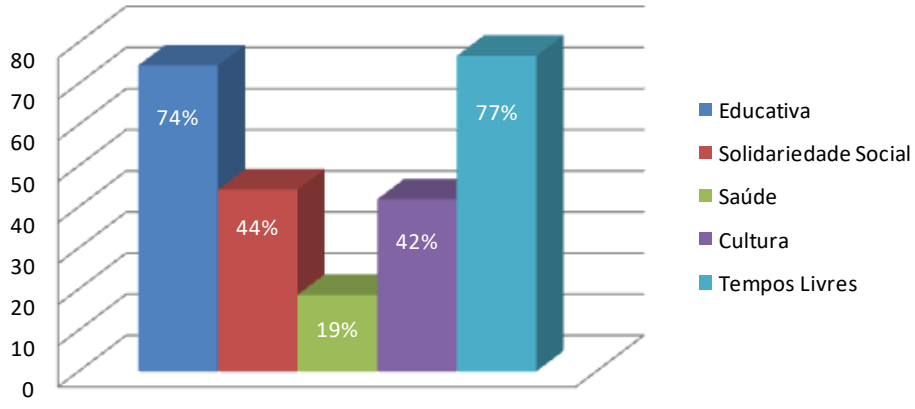
1.3.1. Registo

Ação	Entidades
Registo e tratamento estatístico de 43 questionários do Estudo "Espaços Lúdicos em Portugal"	Associação Cultural e de Educação Popular – ACEP, Viana do Castelo Associação dos Amigos da Ludoteca de Évora Biblioteca Municipal do Seixal – Ludoteca; Biblioteca/Consulta Externa – Hospital Amadora Sintra Biblioteca/Ludoteca Infanto-Juvenil de Rabo de Peixe Centro de Férias – Férias com Animação, Coruche Centro de Reabilitação e Integração de Ferreira do Zêzere Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis Centro Lúdico Cultural e Social de Vilar Formoso Centro Lúdico da Criar-T – Associação de Solidariedade, Fogueteiro Colégio D. Duarte, Porto Ludobiblioteca da Galiza 1 (Escola Básica do 1º Ciclo/ Jardim-de-Infância da Galiza 1) Ludobiblioteca EB, Areia/Guincho Ludobiblioteca EB, Raul Lino, Monte Estoril Ludobiblioteca EB, São Pedro do Estoril Ludoteca "Branca de Neve" - Assistência e Desenvolvimento da Guarda Ludoteca AJU, Alcabideche Ludoteca da Adroana, Alcabideche Ludoteca da EBVM, Vale Milhaços Ludoteca da Escola Básica 2/3, Costa da Caparica Ludoteca da Galiza – Centro Social Nossa Senhora de Fátima, Cascais Ludoteca das Fontainhas, Cascais Ludoteca de Aljezur Ludoteca de Odeceixe Ludoteca do Hospital Dona Estefânia, Lisboa Ludoteca do Rogil, Aljezur Ludoteca dos Brejos, Albufeira Ludoteca Fundação Marquês de Pombal, Lisboa Ludoteca Itinerante Santa Casa da Misericórdia de Mértola Ludoteca Mariana Viegas, Santarém Ludoteca Municipal de Espiche Ludoteca Municipal de Seia Ludoteca o Dragão Brincalhão, Coimbra Ludoteca Pampilho, Pampilhosa da Serra Ludoteca Vale de Carro, Albufeira Ludotecas do CHTMAD - Consulta Externa/Internamento, Vila Real Oficina da Criança da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo Os Malmequeres, Marrazes Sala de Brincar - Serviço de Pediatria do Hospital Senhora da Oliveira – Guimarães Salas de Atividades – Internamento Pediatria - Hospital São Francisco Xavier, Lisboa TorreGuia-Cooperativa de Solidariedade Social, CRL, Alcabideche

1.3.2. Principais Resultados





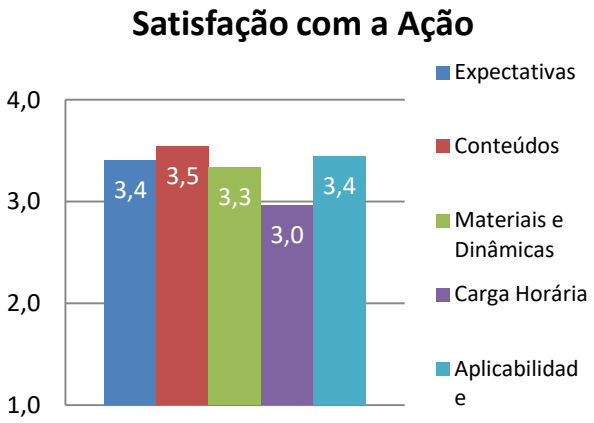


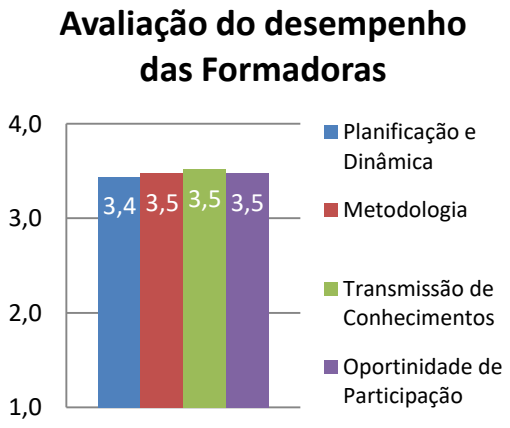
1.3.3. Capacitação de Profissionais

Nome da Ação	Conteúdos	Local	Dinamizadores	Participantes
Conversas com Ludotecas	– A importância do Brincar – Conceito de Ludoteca – Organização e gestão do espaço	Centro Sagrada Família	Marta Rosa e Vera Abecasis	15
"Brincar Livre"	– A importância do Brincar – Dinamização de recreio	Torres Vedras	Ana Lourenço, Anabela Fonseca e Vera Abecasis	25
"Brincar com Desperdício"	– O brincar e educação ambiental; – Seleção de espaços e Materiais; – Higienização e organização dos materiais; – Sugestões práticas de construção de brinquedos com recurso ao desperdício.	Centro Apoio à Infância Vale Fundão I - Marvila	Marta Rosa	15 12

Avaliação das Ações:
Numa escala de 1 a 4 (1- Nada; 2-Razoavelmente; 3-Bastante e 4-Completamente), a média das respostas oscila entre os valores 3 e 4 e a Avaliação Global situou-se nos 3,4. Detalham-se em baixo os dados quanto ao grau de satisfação e quanto à avaliação do desempenho das formadoras.

Embora todas as dimensões tenham tido uma avaliação bastante positiva, destacam-se as relativas aos conteúdos (3,5), às expectativas e à aplicabilidade (ambas com 3,4) como aquelas cuja média foi superior.





Nas 4 dimensões avaliadas – planificação e dinâmica, metodologia utilizada, transmissão de conhecimentos e oportunidade de participação – a avaliação dos participantes situa-se no valor 3,5 (bastante).

Formação Acreditada:

Nome da Ação	Conteúdos	Local	Dinamizadores	Participantes
Conversas com Ludotecas	- A importância do Brincar - Conceito de Ludoteca - Organização e gestão do espaço	Almada Forma	Marta Rosa e Vera Abecasis	13

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1. ITLA (*International Toy Libraries Association*)

ITLA	Atividades
Atividades Regulares	– Resposta a todas as solicitações da ITLA por email; – Contributos para a newsletter da ITLA
Dia Mundial do Brincar	– Divulgação das atividades do Dia Mundial do Brincar 2017 em Portugal; – Nomeação para coordenação Internacional do Dia Mundial do Brincar; – Definição das linhas de orientação para o DMB 2018
Conferência Internacional (10 a 13 de Maio) em Leiden (Holanda)	– Participação de 3 técnicas na Conferência; – Elaboração e dinamização de 3 apresentações na conferência: · "World Play Day in Portugal - A series of events"; · "Toy Libraries in Portugal - Past, present and future"; – "Toys for girls and toys for boys… or is it the other way around?"

2.2. ETL (*European Toy Libraries Group*)

ETL	Atividades
Atividades Regulares	– Apresentação das atividades nacionais a 21 participantes de 12 países, na reunião do grupo em Leiden – Divulgação da "documentação para as ludotecas" a 9 pedidos; – Edição de 10 vídeos. – Nomeação para Link Europeu da ITLA – Co-apresentação da comunicação "20 anos de ETL" na Conferência da ITLA
Newsletter Digital	– Edição da 8ª Newsletter do Grupo Europeu – Atualização do flyer da ETL
Site do Grupo	– Criação do site do Grupo europeu – Seleção de conteúdos – Migração do microsite do grupo para o site autónomo em https://etlgroup.wixsite.com/europeantoylibraries

2.3. IPA Portugal (*International Play Association*)

– A criação da IPA Portugal foi autorizada pela IPA e encontra-se numa fase preparatória;

2.4. Projeto GRAACC – Combatendo e vencendo o câncer infantil (Brasil)

– Organização de visitas às salas de brincar do IPO de Lisboa e Hospital de Dona Estefânia;
– Reunião e visita aos espaços com a responsável do projeto;

3. SENSIBILIZAÇÃO E EMPODERAMENTO

3.1. Sensibilização

Colaboração com o Setor da Humanização no Projeto Humanização dos Espaços de atendimento à Criança, através da recolha e apetrechamento de material lúdico em 6 salas de espera de unidades de saúde do ACES Ocidental e Oeiras.

3.2. Organização do Encontro Nacional da Actividade Lúdica

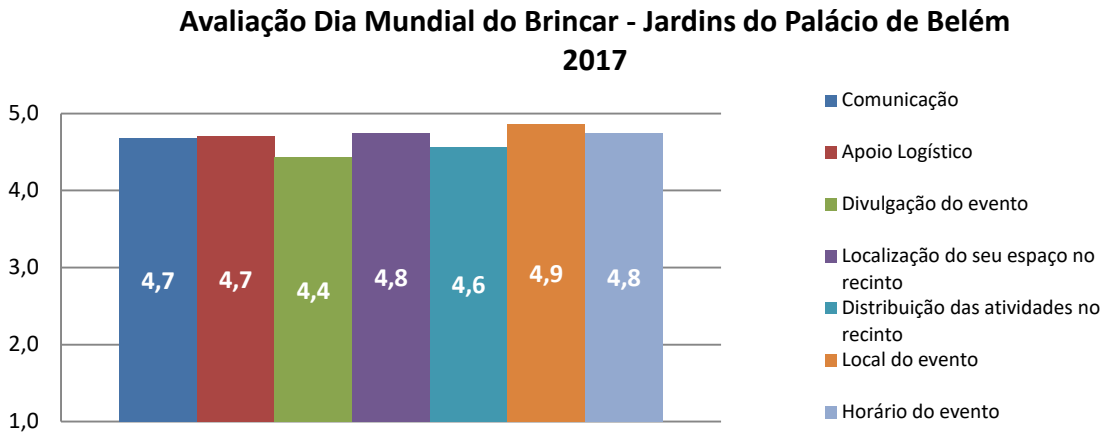
- Estabelecimento de parceria com a ESE de Lisboa para a realização do Encontro, dia 12 de Março de 2018;
- Elaboração do Programa do I Encontro Natália Pais-Actividade Lúdica: Passado, Presente e Futuro.

3.3. Dia Mundial do Brincar 2017

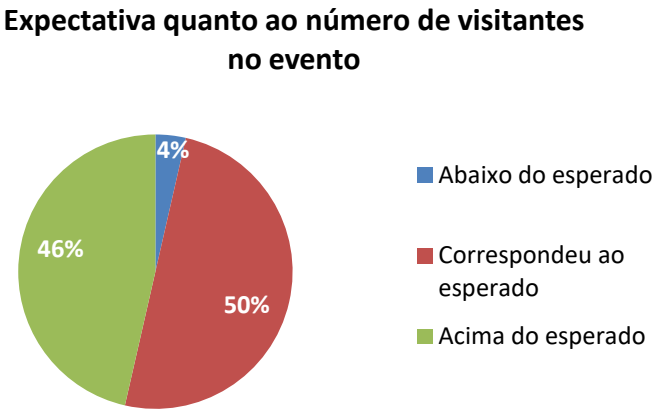
- Dia Mundial do Brincar nos Jardins do Palácio de Belém
- Estabelecimento da parceria com o Museu da Presidência;
- 37 parceiros, cerca de 220 pessoas, para animar os Jardins com jogos, brincadeiras, música, livros, atividades artísticas e desportivas, entre outras;
- 3808 visitantes ;
- Angariação de 500€ (Iburon) para a organização do evento;
- Patrocínio da Artsana (Chicco) para materiais de divulgação do evento;
- Definição do programa do evento:

– **Avaliação dos parceiros**

O nível de satisfação dos parceiros face a esta iniciativa foi extremamente elevado, verificando-se uma avaliação global de 4,8 valores (numa escala de 1 a 5), sendo que todos mencionam a vontade de participar em futuras edições.



Enquanto principais motivações para participar no evento, os parceiros valorizam sobretudo a temática do mesmo e as entidades envolvidas na organização (IAC & Museu da Presidência).



Enquanto pontos positivos, os parceiros referem a organização e apoio logístico (nomeadamente a existência da sala de staff), a diversidade de atividades propostas (que permitiu uma troca intergeracional e momentos de partilha entre as famílias) e o local do evento. Referem ainda que a satisfação dos visitantes era visível. Relativamente aos pontos a melhorar, mencionam a necessidade de uma maior divulgação do evento e referem também a necessidade de iniciar a organização do evento com maior antecedência.

Alguns parceiros quiseram deixar testemunhos na sua avaliação. Partilhamos alguns:

- *"Gostamos imenso, tivemos imensos participantes nas nossas atividades com um grau de satisfação muito elevado. Foi uma experiencia muito enriquecedora e diferente trabalhar com tantas crianças. Obrigada pela vossa organização, pela simpatia, disponibilidade, flexibilidade e profissionalismo.";*
- *"Organização excelente!;*
- *"Acolhimento organizado e um inexcedível acompanhamento por parte dos trabalhadores do IAC e resto da organização.";*
- *"Com uma equipa assim, o próximo também vai ser excelente.";*
- *"Deixou-me agradavelmente surpreendida a preferência das crianças para brincar com brinquedos simples reciclados e pintar numa altura em que os brinquedos são tão sofisticados.";*
- *"Representei o Instituto Piaget mas estaria presente mesmo sem a instituição porque o significado do Dia do Brincar e a possibilidade de colaborar com o IAC são mais importantes.";*
- *"Um evento muito bem organizado que pôs pais e filhos a brincar muito.";*
- *"Ficamos agradavelmente surpreendidos com a organização do evento e a adesão das famílias. Esta foi uma ótima iniciativa, com atividades gratuitas num espaço fantástico para as crianças brincarem livremente. Havia muita animação e diversão. Foi um dia muito bem passado. Estão todos de Parabéns!";*
- *"O IAC está de parabéns pelo evento, pela escolha do espaço e pela diversidade de temas e atividades abordados, esperamos que continuem a elaborar mais eventos.".*

– **Dia Mundial do Brincar – Escolas, Ludotecas e Organizações**
De forma geral, 60% dos participantes classificou a comemoração do Dia Mundial do Brincar 2017 – "Brincar a Sério" como Bastante positiva, sendo que os restantes 40% a consideraram positiva.

Dia Mundial do Brincar	Atividades	
Material de Divulgação	- Cadernos de Divulgação; - Propostas de Atividades.	
Página de facebook	- 3245 gostos - 139 publicações - alcance médio mensal de 1230 utilizadores	
47 Entidades envolvidas	AAAF - Jardim de Infância de Monchique	Monchique
	AAAF-Jardim de Infância de Monchique	Monchique
	Agrupamento 1 Elvas	Elvas
	Agrupamento de Escolas de Aljustrel	Aljustrel
	Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto	Cabeceiras de Basto
	Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins	Chaves
	Agrupamento de Escolas Padre Bartolomeu de Gusmão	Lisboa
	Ass.de Solidariedade Social de Carapelhos e Corticeiro de Baixo	Carapelhos
	Associação Movimento Educação Livre	Lisboa e Porto
	Casa da Primeira Infância	Loulé
	CED D. Maria Pia - Casa Pia de Lisboa	Lisboa
	Centri Social e Cultural de S. Pedro de Bairro	Bairro
	Centro social pindelo	Pindelo
	Clube do Bibe	Vilamoura
	CMEI Luiz Calheiros júnior	Brasil
	Colégio Famari	Brasil
	Colégio Monte Flor	Carnaxide
	Colégio Notre Dame	Brasil
	Colégio Nova Visão	Brasil
	Colégio Origami, crl	Quarteira
	Colégio Valle dos Príncipes	Santarém
	Creche Jardim do Sol-GRATO	Portimão
	Creche Teresa de Calcutá	Governador Valadares
	Criar-t - Associação de solidariedade	Seixal
	Curiosa Idade	Linda-a-Velha
	EB1 de Cotovia	Sesimbra
	EB1 n.º4 de Alverca	Alverca do Ribatejo
	EB1 Rinchoa 2 /JI	Rio de Mouro
	EB1/JI da Malveira	Malveira- Mafra
	EB1/JI Pinhal do General	Quinta do Conde
	EB1/JI/CRECHE APRÍGIO GOMES	AMADORA
	EMEF Ângelo Gabriel Boff Guasselli	Osório/RS - Brasil
	Escola Básica 2, 3 Dr. António da Costa Contreiras	Armação de Pêra
	Escola Básica da Sé - turma do 1ºC	Braga
	Escola Básica de Portela	PORTELA
	Escola Básica integrada do Carregado	Carregado
	Escola Básica n.º 2 de Porto Alto	Samora Correia
	Escola Básica n.º2 de Porto Alto	Porto Alto
	IEC CAMPINAS	Brasil
	Imagina Ser	Porto
	Jardim de Infância de Igreja	Sanguedo
	Jardim de Infância de Luz	Luz, Mourão
	Jardim de Infância do Pinhal do General	Quinta do Conde
	JI/ EB 1 da Malveira da Serra	Malveira da Serra - Cascais
	Personal Baby Care	Brasil
	Projecto Selfie	Lisboa
	Tutor T - Creche e Jardim de Infância	Lisboa

3.5. Palestras e Comunicações

Nome da Ação	Comunicação	Local	Dinamizadores	Participantes
Encontro "50 Anos Ninho"	"Brincar… um Direito"	Leiria	Marta Rosa	60
Colóquio "Brincar e os modos de ser Criança"	"Atividade Lúdica como estratégia de integração"	Coimbra	Ana Lourenço	150
Seminário "Um brincar muitos brincares" – Comunicação	"Dia Mundial do Brincar"	Oliveira de Azeméis	Marta Rosa	50
Ciclo Temático de Intervenção Psicossocial	"A Importância do Brincar" e "Brincar e Género"	Centro Social Sagrada Família e Creche Sempre em Flor – Sintra	Marta Rosa e Melanie Tavares	100
TOTAL				360

3.6. Participação em iniciativas de outras entidades e associações

- Participação de 2 técnicos na homenagem da Escola Superior de Educação de Coimbra ao Setor da Atividade Lúdica na II Gala da ESEC;
- Participação de 4 técnicas no Lemonade Festival – promoção de empreendedorismo na infância, realizado em Cascais;
- Participação de 1 técnica na iniciativa "Vamos Brincar na Escola" promovida pelo IKEA;
- Participação de 1 técnica na Conferência Internacional da Educação "Inovação na e pela Educação", Fundação Calouste Gulbenkian;
- Integração no conselho científico e participação de 1 técnica no "I Congresso do Brinquedo Português";
- Participação de 2 técnicas na Apresentação da Carta de Qualidade dos Espaços Lúdicos de Cascais;
- Participação na formação "Brincar no exterior" com o Projeto "1,2,3 Macaquinho do Xinês" – Marvila.

3.7. Comunicação, divulgação e *marketing*:

- Redação de 5 notícias para o Boletim do IAC;
- Divulgação do "Dia Mundial do Brincar" no Jornal das 2 na TVI24;
- Entrevista in loco pela Sic K;
- Participação no Programa Sociedade Civil sobre a "Convenção sobre os Direitos da Criança".

3.8. Parcerias

- Celebração de Acordo de Colaboração com a Escola Superior de Educação de Coimbra;
- Prossecução Protocolo de Colaboração com a Faculdade de Motricidade Humana;
- Prossecução Protocolo de Governação da Plataforma de Apoio aos Refugiados;
- Parcerias informais:
  - Escola Superior de Educação de Lisboa;
  - Câmara Municipal de Torres Vedras;
  - Estrelas e Ouriços;
  - Câmara Municipal de Cascais;
  - Hi-Interactive;
  - Museu da Presidência;
  - Chicco;
  - Universidade Lusófona.

Avaliação Qualitativa

Na sequência do trabalho desenvolvido nos últimos anos a nível internacional, o Sector da Atividade Lúdica destacou-se em 2017 pela entrada na Direção da ITLA *(International Toy Library Association*) e pela atribuição da Coordenação Internacional do Dia Mundial do Brincar, também nesta associação internacional.

No Grupo Europeu de Ludotecas, o Sector mantém a sua posição central, tanto na divulgação das ações desenvolvidas a nível europeu, como nos grupos de trabalho criados para debater diversas questões no âmbito das ludotecas.

O ano de 2017 foi marcado pelo reatar de uma série de contactos a nível nacional, sendo de destacar o estabelecimento de um protocolo de colaboração com a Escola Superior de Educação de Coimbra, com a qual estão previstas algumas ações em conjunto para 2018. O facto de termos desenvolvido o Estudo Nacional de Espaços Lúdicos fez-nos reaproximar de alguns espaços lúdicos e ludotecas do país, com os quais se tinha perdido contacto.

De destacar ainda as inúmeras solicitações para intervir em Seminários e Formações o que demonstra a importância da consultoria prestada pelo Sector no que se refere ao Direito de Brincar e à importância do Brincar em diferentes contextos.

Concretizamos, assim, um dos objetivos para 2017, o de formalizar os apoios desenvolvidos a nível nacional e temos como objetivo ampliar o número de protocolos formais em 2018, para que seja possível traduzir em números o trabalho que desenvolvemos no apoio direto aos espaços lúdicos em Portugal.

A promoção do Dia Mundial do Brincar é outro dos aspetos a destacar em 2017, pois conseguimos organizar um evento, decorrido nos Jardins do Palácio de Belém, e que reuniu 3808 participantes e mais de 200 parceiros. Esta foi, efetivamente, uma grande vitória do Instituto de Apoio à Criança e do sector da Actividade Lúdica em particular no que respeita à sensibilização para o direito de brincar. Importa referir que desde o início da comemoração deste dia em Portugal, o sector tem promovido iniciativas para vários públicos-alvo e atualmente são as instituições que nos procuram e que aguardam as nossas sugestões para a dinamização de atividades. Globalmente, a maioria das atividades propostas para 2017 foram concretizadas e consideramos que 2018 será um ano de grandes desafios para o sector, uma vez que se denota, em diferentes quadrantes, uma cada vez maior preocupação com a importância do brincar na infância. Esta preocupação é notória, inclusive, no Ministério de Educação com o qual o Sector teve o prazer de reunir e definir algumas possibilidades de atuação conjunta. Sabemos que muito há ainda a fazer até atingirmos uma atuação plena, mas é inquestionável que o sector assume uma importância extrema na área do brincar e que o seu maior reconhecimento é daqueles que trabalham diretamente com as crianças. Seguimos para 2018 com a convicção, cada vez maior, que o brincar é a atividade mais importante da criança e o seu maior direito.

Ano:2017
COD: CEDI

Designação

Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Criança

Eixos de Intervenção: Centro de Estudos
Serviço de Documentação
Serviço de Informação/Comunicação/Publicações
Serviço de Formação

Responsável

José Brito Soares
Vasco Alves [10]

Equipa

Ana Tarouca – Téc. Sup. Ciências Documentais
Cláudia Outeiro - Docente[11]
Clara Castilho[12]
José Brito Soares – Téc. Sup. (Lic. Línguas Estrangeiras Vivas)
Maria João Malho – Docente [11]
Nuno Domingues – Docente [11]
Pedro Pires – Téc. Sup. Ciências Documentais

Outros Serviços Intervenientes:
Todos os Setores do IAC, produtores e/ou detentores de Documentação; Unidades de documentação e informação a nível nacional e internacional. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens**.** Rede Social de Lisboa. **Ministério da Educação**, Plano Nacional de Leitura**,** Conselho Nacional de Educação.
Escolas Superiores: Escola Superior de Educação de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), Instituto Universitário da Maia (ISMAI). **Escolas:** Agrupamento de Escolas D. Maria II, Agrupamento de Escolas da Parede, Agrupamento de Escolas de Aljezur, Nobel *International School* Algarve, Agrupamento de Escolas Baixa-Chiado, Agrupamento de Escolas de Vale de Milhaços, Agrupamento de Escolas do Restelo, Escola Secundária Gil Vicente, Agrupamento de Escolas Francisco Arruda.
Autarquias: Câmara Municipal de Lisboa – Vereação dos Direitos Sociais, Departamento de Ação Social (Espaço a Brincar), Departamento de Desenvolvimento Social, Programa Local de Habitação e dos Direitos Sociais (PLH+DS), Câmara Municipal do Seixal, Junta de Freguesia de Corroios.
Associações: Centros de Formação das Associações de Escolas de Sintra, Cascais e Coimbra, ***European Anti Poverty Network*** (Rede Europeia Anti **Pobreza – Portugal), FNGIS (Fórum Não-Governamental para a Inclusão Social);** Associação Terra Mãe, CLDS 3G Guarda Ger(a)ção, Casa da Praia.
Fundações: Fundação Lapa do Lobo.
Empresas: Plátano Editora, Edições Sílabo, Editora Teodolito/Edições Afrontamento, Editora Ideias com História.
CPCJ: CPCJ de Espinho, CPCJ de Alcochete

Duração Prevista

Atividade permanente

Objetivos/Finalidade

Produzir, gerir e divulgar conhecimento sobre a Criança, com especial enfoque na Criança Portuguesa

Objetivos Gerais

- Formar, promovendo o aumento da informação, conhecimento e compreensão sobre a Criança enquanto sujeito de direitos;
- Desenvolver e gerir canais de comunicação (*site, blogue, facebook*, etc.) do IAC;
- Produzir e/ou reeditar publicações ou outros suportes de informação sobre problemáticas atuais no âmbito da Criança;
- Organizar/participar em eventos, projetos e estudos a nível nacional e internacional em articulação com os setores do IAC

Ações Desenvolvidas

[10] Elemento de ligação à Direção
[11] Docentes do Ministério da Educação e Ciência, destacados no IAC
[12] Responsável pelo Boletim do IAC - Prestadora de Serviços

1. CENTRO DE ESTUDOS

1.1. Rede Social de Lisboa

O IAC está presente na Rede Social desde 2006 participando regularmente nas reuniões plenárias. Estamos presentes desde 2009 no **Grupo de Trabalho para a Área das Crianças** tendo contribuído com propostas concretas para uma melhor cidade para e com as crianças .

Estratégia de Cidade para as Crianças em Lisboa.

O IAC é cocoordenador de 3 ações:

- "Mediação Escolar – mecanismos de participação";
- "Direito ao tempo a ser criança em Lisboa";
- "Os direitos das crianças e dos jovens sentidos por eles próprios".

1.2. Centro Internet Segura

O IAC faz parte do Conselho de Acompanhamento deste projeto, participando regularmente nas reuniões de trabalho e servindo, por vezes, como mediador na articulação com outras entidades. A coordenação está sediada na Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT.

1.3. Ministério da Educação e Ciência - Direção Geral do Ministério da Educação e Ciência

O IAC tem vindo a articular trabalho com a Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas – ERTE da Direção Geral de Educação do Ministério da Educação e Ciência. **Rede das Bibliotecas Escolares** – Lisboa.

1.4. Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens

Continuação nesta parceria de trabalho: Grupo Alargado e Grupo das Tertúlias.

1.5. EAPN – Portugal – *European Anti-Poverty Network* (Rede Europeia Anti Pobreza) – Representamos o IAC nesta associação desde 12 de novembro de 2013. Na sequência da publicação do texto "Erradicar a Pobreza – Compromisso para uma Estratégica Nacional" na Revista Rediteia nº 48 várias atividades foram realizadas pelo grupo para a sua divulgação.

1.5.1. EAPN – Núcleo Distrital de Lisboa

Representante do IAC neste grupo de trabalho desde 1 de novembro de 2013.

1.6. FNGIS – Fórum Não-Governamental para a Inclusão Social

Representante do IAC neste Fórum Nacional desde 9 de dezembro de 2013.

1.7. Agrupamento de Escolas Francisco Arruda

Representante do IAC no Conselho Geral

2. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

2.1. Biblioteconomia

2.1.1. Aquisição e recolha de documentação

- Contato com livrarias e consequente compra de publicações;
- Subscrição de Periódicos on-line.

2.1.2. Tratamento documental

- Triagem;
- Catalogação;
- Classificação;
- Indexação;
- Atribuição de cota;
- Carimbagem;
- Etiquetagem;
- Arrumação.

2.1.3. Gestão das Bases de Dados Informatizadas

- 1 Base de dados bibliográficas (acervo em papel);
- 1 Base de dados de atendimentos.

2.1.4. Elaboração e divulgação bimestral de **Boletim Digital InfoCEDI,** subordinado a temas relacionados com a Criança.

2.1.5. Envio do **Boletim IAC** em formato digital por *correio eletrónico*.

2.1.6. Alimentação diária do **blogue institucional**, com ligação às **redes sociais *Facebook* e *Twitter***.

2.1.7. Resposta a pedidos de **documentação e informação**

- Pedidos presenciais;
- Pedidos telefónicos;

- Pedidos carta/fax;
- Pedidos por *correio eletrónico*.

2.1.8. Empréstimo Interbibliotecas

1.10 Avaliação do grau de satisfação do cliente do serviço de documentação

2.1.9. Resposta a pedidos de **documentação e informação**

3. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO/PUBLICAÇÕES

3.1. Informação

- Atualização e disponibilização on-line de informação (*Site* IAC);
- Definição das temáticas relevantes, no âmbito da Criança, para efeitos de difusão;
- Levantamento/recolha de informação produzida pelos setores do IAC;
- Implementação de rotinas de articulação entre os diferentes setores e o CEDI no que se refere ao *site*, boletim, publicações, eventos e outras atividades;
- Divulgação de publicações coordenadas pelo IAC no *site* da instituição;
- Participação em eventos no âmbito da Criança, promovidos por outros setores do IAC ou entidades exteriores;
- Organização de eventos temáticos;
- Análise da informação sobre o IAC e produzida pelos setores IAC.

3.2. Publicações e Ferramentas Online

- Conceção/produção/edição de publicações de divulgação institucional;
- Participação na organização editorial do Boletim IAC;
- Estabelecimento de contactos e contratualização com editoras para a conceção/produção de livros e jogos para crianças e jovens e outros de caráter técnico;

3.3. Comunicação

- Comunicação sobre a Criança e sobre as atividades do IAC através de diferentes ferramentas e redes sociais;
- Divulgação da informação produzida a partir de contactos com os *Media*.

3.4. Mecenato

- Abordagem de algumas instituições para a obtenção de fundos e de apoios no âmbito das atividades desenvolvidas pelo CEDI.

4. FORMAÇÃO

Formação para docentes e não docentes no âmbito dos protocolos estabelecidos com os CFAE;

Ações de sensibilização para - alunos e pais.

Resultados Obtidos

1. CENTRO DE ESTUDOS

1.1. Rede Social de Lisboa

Continuamos a representar o IAC na Rede Social de Lisboa participando nas reuniões plenárias (3).

1.1.1. Grupo de Trabalho das Crianças

Colaboramos na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (2017-2010) nos:
Eixos1 - Reforço e Territorialização da Rede Social de Lisboa;
Eixo 2 – Intervenção em Públicos-Alvo – Crianças (promover a salvaguarda dos Direitos das crianças – articulação para e com o "Plano Lisboa Cidade Amiga das Crianças")

1.2. Centro Internet Segura

Como membro do Conselho de Acompanhamento (Maria João Malho) participamos nas reuniões plenárias (4) e em reuniões restritas (5) para:

- Apresentação da proposta do livro "Alerta Premika!";
- Apresentação da peça de teatro "Identidade Digital 2.0", integrada na iniciativa "Comunicar em Segurança, que teve lugar no Centro Cívico de Carnaxide, para os alunos do 10º, 11º e 12º anos e com a Coordenação do Projecto EU Kids Onlibe Portugal na melhoria do inquérito (2017-2018) EUKidsOnline".

1.3. Ministério da Educação e Ciência

1.3.1. Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas – ERTE

Continuamos a articular trabalho com esta equipa para a divulgação de documentos e ações no campo da prevenção do uso seguro da net nos espaços escola, na cidade de Lisboa.

1.3.2. Rede das Bibliotecas Escolares

Continuamos a articular trabalho com as professoras dinamizadoras das bibliotecas dos Agrupamentos de Escola, Patrício Prazeres, Almada Negreiros e Baixa Chiado.

1.5. EAPN – Portugal – *European Anti-Poverty Network* (Rede Europeia Anti-Pobreza) – Representamos o IAC nesta associação desde 12 de novembro de 2013. Na sequência da publicação do texto "Erradicar a Pobreza – Compromisso para uma Estratégica Nacional" na Revista Rediteia nº 48 várias atividades foram realizadas pelo grupo para a sua divulgação. Neste âmbito realizaram-se encontros com os vários membros no ISEG, para apresentação e discussão do novo Projecto EMINII – *European Minimum Income Network* (II) com duração prevista de 2017 a dezembro de 2018.

1.8. Agrupamento de Escolas Francisco Arruda

Continuamos a ter lugar no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Francisco Arruda, e contribuímos para a reconversão da Escola 1º ciclo Honero Serpa (Casalinho da Ajuda), a escola voltou a receber crianças como alunos do 1º ciclo.

2. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

2.1. Biblioteconomia

2.1.1. Aquisição e recolha de documentação em suporte papel

- 61 monografias por oferta
- Entrada de 96 números de periódicos (por oferta ou permuta)

2.1.2. Tratamento documental

- Base de Dados Acervo Papel:
- N.º de registos inseridos na Base de Dados Acervo em Papel – 61
- Triagem e organização da Base de Dados da Cision correspondentes ao ano de 2017.
- Recolha de 112 notícias publicadas na imprensa escrita sobre o IAC. Análise estatística destas 112 notícias e registo em base de dados em Excel

2.1.3. Produção e Divulgação de Boletim Digital InfoCEDI

- N.º de InfoCEDI difundidos por Correio eletrónico e no site do IAC - 6 (seis) com caráter bimestral
  Temas tratados:
  . Jan./Fev. - nº 68 – Igualdade de Género
  . Mar./Abr. - nº 69 – A Criança e a Discriminação Racial
  . Maio/Jun. - nº 70 – A Criança como Vítima Indireta da Violência Doméstica
  . Jul./Agosto - nº 71 – Segurança Infantil em Meio Aquático
  . Set/Out. - nº 72 – Segurança Infantil na Internet
  . Nov./Dez. - nº 73 – Os Trabalhos de Casa das Crianças

2.1.4. Gestão de contatos mailing CEDI

- N.º de contactos eletrónicos do e-mailing CEDI em 2017: 3.770 contactos
- N.º de contactos eletrónicos do e-mailing Boletim IAC em 2017: 264 contactos

2.1.5. Criação, Atualização e Divulgação de Blogue Institucional

- N.º de artigos publicados em 2017 – 1.305
- Visitas ao Blogue em 2017 – 725.987 visitas
- Divulgação: Atualização automática nas redes sociais *Facebook* e *Twitter*
- Outros meios: InfoCEDI, Mailing IAC, Site institucional

2.1.6. Criação, Atualização e Divulgação de Blogue Alerta Premika

- Data de criação do blogue – 10 de novembro de 2017
- N.º de artigos publicados em 2017 – 12
- Visitas ao Blogue em 2017 – 2.707 visualizações
- Divulgação: na rede social *Facebook*

2.1.7. *Facebook*

- Gostos na Página *Facebook* em 2016 – 15.250
- Gostos na Página *Facebook* em 2017 – 17.961
- Alcance Total em 2016 – 1.977.254
- Alcance Total em 2017 – 2.033.399

2.1.8 Resposta a pedidos de documentação e informação

- Nº de pedidos presenciais - 118
- Nº de pedidos telefónicos – 138
- N.º de pedidos por correio eletrónico – 141 (34 via *Facebook* do IAC)
- N.º de pedidos por carta/fax - 2
- N.º total de pedidos – 399
- N.º de pedidos externos – 245
- N.º de pedidos internos – 154
- Reprodução de documentos - 970 fotocópias/impressões
- Cedência de ficheiros do acervo digital - 450 ficheiros
- N.º de links enviados – 1.210 links
- N.º de gravações – 20
- N.º de visualizações do *Infocedi* no *site* do IAC – 2.270

2.1.9 Avaliação do grau de satisfação do cliente (Média de grelha de avaliação de 1 a 5, segundo opinião escrita dos clientes presenciais)

Média de avaliação da qualidade das diversas tipologias documentais que constituem o acervo.

- Monografias 4,1
- Periódicos 4,3
- D. Temáticos 4,1
- C. Temáticas 4,3
- Recortes Imprensa 4,4
- Legislação 4,0
- Média de avaliação da pertinência do acervo para a pesquisa 4,8
- Média de avaliação da quantidade de recursos disponível 4,7
- Média de avaliação dos técnicos quanto à amabilidade 5,0
- Média de avaliação dos técnicos quanto à competência 5,0

2.1.10 Apoio a eventos do IAC

Apoio na divulgação 2 eventos

2.1.11 Recolha e tratamento de informação para secção "IAC presente em *Media*" do Boletim IAC

2.1.12. Apoio logístico à exposição itinerante "Crianças com Direitos"

3. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO / COMUNICAÇÃO/ PUBLICAÇÕES

3.2. Publicações e Ferramentas Online

- Conceção gráfica de todas as publicações nomeadamente:
  - . Produção do cartaz em diferentes tamanhos relativo à consignação de 0,5% do IRS a favor do IAC;
  - . Produção do cartão relativo ao Natal;
  - . Produção de materiais destinados às montras do Ministério da Educação;
  - . Produção de cartaz e desdobráveis (tríptico) da Conferência sobre os 25 anos da Convenção dos Direitos das Crianças;
- Coordenação do processo de digitalização do espólio de vídeo do IAC;
- Captação e gravação de vídeos das participações na televisão, de diferentes dirigentes do IAC, em suporte digital;
- Tratamento e manipulação de imagens, PDF e outros suportes digitais, nomeadamente, para colocação em sites/blogues do IAC;
- Redação de artigos para o Boletim IAC; edição e revisão de texto.

3.3. Comunicação

3.3.1. Participação em eventos/atividades de promoção do IAC/ações de sensibilização nas escolas

Coordenação da itinerância da Exposição "Crianças no Mundo – com Direitos" (9 instituições/escolas do Continente requisitaram a exposição que teve 1.839 visitas de crianças e jovens);

3.3.2. Participação em Projetos

- Dinamização e coordenação da participação do IAC na animação das Montras do ME;
- **Projeto "Alerta Premika"**:
  O tempo que os nossos filhos passam online – o que podem os pais fazer?- ação de sensibilização para pais e encarregados de educação - Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté, Charneca da Caparica (outubro).

3.4. Mecenato/Parcerias

- Colaboração de algumas personalidades para a obtenção de apoios e parcerias: Raquel Palermo, Prof.ª Dr.ª Teresa Sofia Castro (Universidade Nova de Lisboa- FCSH-UNL), EU Kids Online PT, Centro Internet Segura, Associação Revolution Art, Editora Ideias com História.
- Protocolos com os Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE) do Cacém e Queluz, Amadora, Lisboa (Calvet de Magalhães), Sintra, Cascais, Sesimbra e Coimbra (Centro de Formação da Associação de Escolas do Mar ao Zêzere).

3.5. Outras funções/tarefas

- Lançamento do jogo de tabuleiro e gigante "Refugiados", em Corroios (junho).
- Lançamento do primeiro livro do projeto "Alerta Premika - risco online detetado", em Lisboa e Braga (novembro e dezembro).
- Implementação do projeto TALE (*Training Activities for Legal Experts on children rights*), projeto financiado pela União Europeia, em parceria com cinco países europeus, com o objetivo de melhorar a formação técnica de vinte especialistas nos Direitos da Criança em Portugal. Este projeto é conduzido numa cooperação entre o Serviço Jurídico, o CEDI e o Projeto Rua (*project officiers* Ana Sotto-Mayor/José Brito Soares, *legal experts* Nuno Domingues/Ana Perdigão e child *expert* Isabel Porto).
  Neste projeto, Nuno Domingues exerceu as funções de especialista legal na área dos Direitos da Criança atendendo à sua formação de jurista e de docente.

  Durante o ano de 2017, no âmbito deste projeto, entre outras atividades, este docente esteve presente em reuniões internacionais (22-24 de junho de 2017 e 21-24 setembro de 2017), participou na conceção de três números de uma Newsletter jurídica, coorganizou 2 workshops (3 de fevereiro de 2017 e 9 de junho de 2017), e elaborou vários documentos (mapas e relatórios financeiros (15 de fevereiro e 17 de maio de 2017 e Relatório Final em dezembro de 2017). Além destes documentos foram elaborados dois Relatórios Narrativos.
- Das atividades desenvolvidas, em que houve trabalho direto deste docente, destaca-se o seguinte;
  . Organização de *workshops* de um dia destinado a 20 especialistas na área dos Direitos da Criança (http://www.iacrianca.pt/index.php/setores-iac-sj/projeto-t-a-l-e/workshops);
  . Conceção de *newsletter* de informação jurídica nacional em cooperação com os parceirosinternacionais do projeto TALE para a criação de seis números da NEWSLETTER-TALE (http://www.iacrianca.pt/index.php/setores-iac-sj/projeto-t-a-l-e/newsletters);
  . Edição de vídeo com a contribuição dos jovens com experiência em processos judiciais (https://www.youtube.com/watch?v=HohznAuquzU&feature=youtu.be)
  . Construção de plataforma online com recursos formativos na área dos Direitos da Criança, disponibilizada no site do IAC: http://www.iacrianca.pt/index.php/setores-iac-sj/projeto-t-a-l-e/online-materials
  . Apresentação dos resultados do projeto TALE numa *Summer School* em Pisa, Itália, durante 4 dias: https://www.youtube.com/watch?v=y83_qzY4BA8&feature=youtu.be ;
  . Manutenção dos computadores do CEDI.

4. SERVIÇO DE FORMAÇÃO

- Ação "Prevenção do *Bullying* em contexto escolar" na modalidade Oficina de Formação para Docentes (Centro de Formação da Associação de Escolas de Sintra, em protocolo com o IAC) (outubro-dezembro)
- Ação "Alternativa criativa na resolução de conflitos: Mediação Escolar" na modalidade de curso (Centro de Formação da Associação de Escolas do Mar ao Zêzere).
- **Projeto *Bullying* NÃO!:** Organização de colóquios sobre a prevenção do *Bullying* em escolas e associações do concelho de Sintra:
  . Agrupamento de Escolas D. Maria II, Sintra – implementação do projeto de prevenção primária "*Bullying* NÃO!" nas escolas do 1º ciclo do agrupamento: EB 1 Ribeiro de Carvalho e EB 1 nº1 do Cacém (Janeiro a Junho)
  . Associação de Pais e Encarregados de Educação (APEE) do Agrupamento de Escolas do Alto dos Moinhos, Terrugem- ação de sensibilização sobre "*Prevenir o Bullying na escola*" para pais e encarregados de educação (Janeiro)
  . Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, Sintra- ação de sensibilização para 25 alunos do 4º ano e 25 do 5º ano (Fevereiro).

. Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, Sintra - ação de sensibilização para 50 alunos do 4º ano (novembro).

5. PARTICIPAÇÃO do CEDI EM REUNIÕES, CONFERÊNCIAS, ENCONTROS, EVENTOS…

Reuniões de trabalho

- Boletim IAC – 2
- Reuniões de trabalho com os parceiros dos vários projetos desenvolvidos pelo CEDI – escolas, gráfica, editoras, Centro Internet Segura, Escola Segura (PSP), EU Kids Online PT/Teresa Castro, Raquel Palermo, ilustradora Joana Gomes, Casa da Praia, CFAEs – 31
- Eixo da Informação – Direção – 2
- IAC/Montras do ME – 2

Data	Evento	Local	Tipologia
26/janeiro	"Plenário do CLAS"		Rede Social de Lisboa
26/janeiro	"Conselho Geral"	Escola 2+3 Francisco Arruda - Lisboa	Conselho Geral
7/fevereiro	"Marca a diferença: unidos por uma internet segura"	Fórum Picoas - Lisboa	Seminário "Dia da Internet Segura"
23/fevereiro	"Políticas Públicas para a Infância: o papel da família e das comunidades"	Fundação Calouste Gulbenkian	Conferência
14/março	"Protocolo de Colaboração"	Pavilhão do Conhecimento	Assinatura de protocolo de colaboração CML-ARS
24/março	"A Observação Social na Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social – a experiência de estudos longitudinais qualitativos"	Fundação Calouste Gulbenkian	3ª Seminário Internacional
24/maio	Apresentação do Plano Cidade Amiga das Crianças - Cascais	Casa das Histórias Paula Rego - Cascais	Encontro
25/maio	"Conselho Geral"	Escola 2+3 Francisco Arruda - Lisboa	Plenário do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Francisco Arruda
30/maio	"Conferência Crianças Desaparecidas"	Assembleia da República	Conferência
31/maio	"Crianças Cidade e Cidadania"	Centro Cívico de Carnaxide	Peça de teatro
1/junho	Apresentação do Plano da Cidade Amiga das Crianças - Lisboa	Casa dos Direitos Sociais - Lisboa	Encontro
7/junho	"Direitos Humanos / Direitos das Crianças / Tráfico de Menores"	Auditório do SINDEL	Seminário
23/junho	Apresentação do "Atlas Social de Lisboa"	Sociedade de Geografia - Lisboa	Vereação dos Direitos Sociais -Câmara Municipal de Lisboa
17/julho	29º Plenário da Rede Social de Lisboa	Fórum Roma	Reunião Plenária da Rede Social de Lisboa
8/setembro	Eixo 1 – Rede Social de Lisboa	Casa dos Direitos Sociais - Lisboa	Reunião Plenária do Eixo 1 – Plano Desenvolvimento Social
29/setembro	"Iniciativa Portuguesa sobre a Governação da Internet Segura"	IAPMEI	Seminário
12/outubro	"25 Anos da APSI – Crianças mais Seguras"	Hotel Real Palácio	Conferência
23/outubro	"Inovação na Escola e pela Escola"	Fundação Calouste Gulbenkian	Conferência Internacional
25/outubro	"Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens"	Comissão Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens	Reunião de Parcerias
26/outubro	"Conselho Geral – Agrupamento de Escolas Francisco Arruda"	Escola 2+3 Francisco Arruda	Reunião Plenária do Conselho Geral do Agrupamento
13/dezembro	XVII Reunião Centro Internet Segura	Escola 2+3 Francisco Arruda - Lisboa	Reunião Plenária do Consórcio Internet Segura

Ano: 2017
COD: FCJ

Designação

Fórum Construir Juntos - Coimbra

Responsável

Paula Cristina Correia Duarte
Dulce Rocha [13]

Equipa

Cristina Barros – Professora do 3.º CEB/S[14]
Cristina Basto – Professora do 2.º CEB [1]
Margarida Vicente - Professora do 3.º CEB/S[1]
Paula Duarte – Técnica Superior de Serviço Social
Pedro Rodrigues – Técnico Superior de Serviço Social

Outros:
1 Estagiária de Mestrado Integrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (outubro a janeiro 2017)
1 Estagiária de Serviço Social (Estágio Curricular) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (de fevereiro a dezembro de 2017)
1 Estagiária de Serviço Social (Estágio Curricular) do Instituto Politécnico de Leiria Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (de fevereiro a junho de 2017)
1 Estagiária de Serviço Social (Universidade de Bilbau, no âmbito do programa ERASMUS) pela Faculdade Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (de outubro de 2016 a fevereiro de 2017)
1 Estagiária de Serviço Social (Universidade de Bilbau, no âmbito do programa ERASMUS) pela Faculdade Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (de outubro de 2016 a maio de 2017)
2 Estagiárias de Mestrado Integrado de Psicologia (Estágio Curricular) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (de setembro de 2017 a maio de 2018)
1 Estagiária de Animação Socioeducativa (Estágio Curricular) da Escola Superior de Educação de Coimbra (de dezembro de 2017 a junho de 2018)

Outros Serviços Intervenientes	Duração Prevista
IAC-Sede; SOS-Criança; Projecto-Rua; Rede Construir Juntos; Redes Sociais; Instituições de Acolhimentos de Crianças e Jovens em Perigo; Instituto de Segurança Social; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; Organizações não Governamentais; EAPN- Rede Europeia Anti-Pobreza; APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; APCC - Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra; FPCEUC- Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra; Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; PAJE - Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos; ISMT- Instituto Superior Miguel Torga; Direção Geral da Administração Escolar; Direção Regional de Cultura do Centro; Junta de Freguesia de Santo António Olivais; União das Freguesias de Coimbra; Escolas Profissionais; Tribunais; Instituto Português do Desporto e da Juventude; Escolas do 1.º, 2.º e 3.º CEB; Serviços de Saúde; Centro Atendimento a Jovens; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Autarquias; Programa Escolhas; CLDS+ Contratos Locais de Desenvolvimento Social; RRC APV TSH - Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.	Atividade permanente

[13] Elemento de ligação à Direção
[14] Docentes do Ministério da Educação e Ciência, destacadas no IAC

Finalidade / Objetivos

FINALIDADE
Contribuir para a mudança de atitude sociocultural com vista a um novo olhar sobre a problemática da criança e jovem em perigo.

OBJETIVO GERAL
Maximizar o objetivo geral do IAC contribuindo para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos.

Objetivos gerais

Promover, apoiar e divulgar o trabalho de todos aqueles que se preocupam com a procura de novas respostas para os problemas da Infância;
Dinamizar espaços de diálogo interinstitucionais de forma a sensibilizar para a problemática das Crianças Desaparecidas e /ou Exploradas Sexualmente, através da Rede Construir Juntos;
Promover e dinamizar Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família - Projeto de Mediação Escolar, em articulação com o SOS-Criança.

Objetivos Específicos

1. **HUMANIZAR**
   - Atender, orientar e encaminhar situações problemáticas;
   - Promover uma intervenção, articulada com outros serviços, de forma a proporcionar às crianças e jovens um ambiente de cuidados, atenção e afetos que correspondam e respeitem as necessidades de cada um, humanizando os contextos de atendimento.

2. **(IN) FORMAR/SENSIBILIZAR / DIVULGAR**
   - Promover boas práticas e partilhar experiências enriquecedoras que permitam a melhor adequação de atitudes face à criança/jovem;
   - Sensibilizar as estruturas locais e a sociedade em geral para os problemas que envolvem a Criança Desaparecida e/ou Explorada Sexualmente;
   - Implementar ações de formação e sensibilização para a defesa do direito da criança ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades próprias da sua idade (cf. Art.º 31º da Convenção sobre os Direitos da Criança);
   - Pesquisar e disponibilizar bibliografia temática;
   - Manter atualizado o espólio do centro de documentação.

3. **ARTICULAR / DINAMIZAR**
   - Promover a articulação entre instituições parceiras;
   - Colaborar com as diferentes instituições/entidades na definição de novas estratégias de intervenção;
   - Promover a mediação entre as entidades envolvidas no projeto das Crianças Desaparecidas e/ou Exploradas Sexualmente.
   - Orientar e supervisionar estágios curriculares;
   - Criar estratégias, em parceria com as escolas, que minimizem a estigmatização, a exclusão escolar (absentismo e abandono escolar precoce) e as problemáticas relacionadas com a violência escolar.

Ações a Desenvolver

1. **HUMANIZAR**
   - Atendimento, encaminhamento de situações problemáticas, relacionadas com crianças e jovens;
   - Encaminhamentos – CPCJ/ Instituições de Acolhimento e outros serviços;
   - Atendimentos telefónicos para informações gerais;
   - Atendimentos presenciais sobre a intervenção do IAC;
   - Intervenção em Instituições de Acolhimento de Crianças;
   - Gestão e entrega de donativos;
   - Seleção e empréstimo de materiais lúdicos e bibliográficos a serem utilizados pelos técnicos dos Lares para Infância e Juventude.

1.1. Gestão de Donativos

- Receção de donativos no âmbito da Campanha de recolha por estudantes universitários e da Escola tecnológica e Profissional de Sicó – Avelar.

- Encaminhamento de donativos para diferentes instituições parceiras da Rede Construir Juntos, Comissão Social de Freguesia de Santo António dos Olivais – Coimbra, e Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Coimbra.

2. (IN) FORMAR / SENSIBILIZAR / DIVULGAR

2.1. Representação do IAC em diferentes eventos

- **31 de maio** – Paula Duarte e Pedro Rodrigues representaram o IAC na tomada de posse da Exma. Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas Coimbra Centro
- **9 de junho** – Paula Duarte representou o IAC no lançamento do livro "Acolhimento Juvenil no Mundo" em Mafra da autoria de João Pedro Gaspar e Eduardo Santos, com prefácio da Presidente Honorária do IAC, Dra. Manuela Eanes.
- **9 de junho** – Pedro Rodrigues representou o IAC-FCJ na III Gala da Educação do Agrupamento de Escolas do Centro, que decorreu no Convento de São Francisco, em Coimbra.
- **16 de julho** – Paula Duarte representou o IAC, enquanto elemento do júri, na 29.ª Gala Internacional dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz.
- **26 de outubro** - Paula Duarte representou o IAC na tomada de posse do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra.
- **12 de dezembro** - Paula Duarte representou o IAC no jantar de Natal da PAJE.

2.2. Formação

Reuniões internas e externas (com diferentes entidades parceiras) tendo em vista a organização, divulgação, implementação e avaliação da atividade formativa.
Preparação de toda a documentação inerente à conceção de ações de Sensibilização/Informação/workshop e colóquios

Ação de Sensibilização/ Informação/workshop	Data	Dinamizadores	Local	N.º de Participantes	Destinatários
Encontro anual das equipas dos GAAF (zona centro)	18/janeiro	Equipa IAC-FCJ	Escola Secundária D. Duarte	20	Elementos das equipas dos GAAF (zona centro)
Comportamento gera bom Relacionamento	9/ março	Cristina Barros Pedro Rodrigues	Agrupamento de Escolas de Pombal	35	Alunos de 2 turmas do 5.º ano
Comportamento gera bom Relacionamento	16/março	Cristina Barros Cristina Basto	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos	38	Alunos de 2 turmas do 7.º ano
Comunicar: uma competência interpessoal	6 e 7 /abril	Ana Vicente Cristina Barros Cristina Basto	Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste	20	Assistentes operacionais
Comunicar: uma competência interpessoal	18/ abril	Ana Vicente Pedro Rodrigues	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos	72	Assistentes operacionais
Apresentação do Colóquio "Brincar e modos de ser Criança"	19/ maio	Ana Vicente Paula Duarte João Amado (colaborador do IAC)	Centro de Formação de Professores "Nova Ágora"	50	Docentes dos Centros de Formação para professores Nova Ágora e Minerva

Ação de Sensibilização/ Informação/workshop	Data	Dinamizadores	Local	N.º de Participantes	Destinatários
Colóquio "Brincar e modos de ser Criança"	26 e 27/ maio	Oradores convidados	Auditório da FPCEUC	200	Docentes, técnicos e estudantes das áreas das Ciências Sociais e Humanas
Sessão sobre Direitos da Criança	5/junho	Cristina Basto Pedro Rodrigues	Jardim de Infância dos Olivais	54	Crianças em idade pré escolar
Sessão sobre Direitos da Criança Hospitalizada	6/junho	Cristina Barros Paula Duarte	Sorriso- Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos	10	Crianças em acolhimento residencial
Sessão sobre Direitos da Criança	8/junho	Ana Vicente Cristina Basto	Jardim de Infância de Montes Claros	70	Crianças em idade pré escolar
Alternativa Criativa na Resolução de Conflitos: Mediação Escolar	22 e 30/ setembro 14 e 20/ outubro Total de 25 horas	Ana Vicente e Cristina Barros	Centro de Formação da Associação de Escolas do Mar ao Zêzere - Ansião	21	Docentes
Juntos, conseguimos uma escola melhor	7/ novembro	Pedro Rodrigues Ana Vicente Cristina Barros	Escola Secundária de Estarreja	154 (7 sessões)	Alunos de 8 turmas do 7.º ano
A ouvir histórias…conhecemos os nossos direitos	20/ novembro	Ana Vicente Cristina Barros Paula Duarte 2 Técnicas da CPCJ de Coimbra	Hospital Pediátrico de Coimbra	10	Crianças em situação de internamento
A ouvir histórias…conhecemos os nossos direitos	28/ novembro	Ana Vicente Cristina Barros 2 Técnicas da CPCJ de Coimbra	Escola EB 1 de Eiras	23	Alunos do 4.º ano
Crescer a brincar	19 e 21 dezembro	Ana Vicente Pedro Rodrigues	Município de Penacova	22	Assistentes operacionais do Agrupamento de Escolas de Penacova

2.3. Comunicações em Seminários / Encontros / Debates / Entrevistas

- **21 de abril** - Paula Duarte apresentou a comunicação "Os direitos da Criança – Quando a lei não ouve o coração" no Seminário "Crianças e Jovens em Risco: Prevenção em ação", dinamizado pela ARS do Centro, evento integrado no mês da "Prevenção dos Maus Tratos na Infância".
- **10 de novembro** – Paula Duarte apresentou no painel, Circuito Assistencial do adolescente – A Integração Escola Comunidade, uma comunicação no âmbito da temática "Atividades extracurriculares e sua importância", no X Plenário Regional – ARS, Unidades Coordenadoras Funcionais, que decorreu no Auditório do Hospital Pediátrico em Coimbra.

2.4. Participação em Encontros/Seminários/ Reuniões Anuais/ Ações de Formação

- **17 de fevereiro -** Ana Vicente participou no Colóquio do Projeto "Aprender, Brincar, Crescer", organizado pela Fundação Bissaya Barreto.
- **28 de abril -** Paula Duarte moderou os painéis: "Um ninho que me dá asas: promover a autonomia e preparar a saída em Acolhimento Residencial" e "Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos" nas 1ª Jornadas da plataforma PAJE, que decorreram no Auditório da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- **4 de maio** – Pedro Rodrigues participou, em Lisboa, no "Encontro GAAF- dos desafios às soluções".
- **12 e 13 de outubro -** Paula Duarte participou no Seminário Mappchip – Multidisciplinaridade e Participação na Proteção da Criança que decorreu em Lisboa.
- **18 de outubro -** Ana Vicente e Pedro Rodrigues participaram no Encontro "O que fiz com o que aprendi: O que aprendi fazendo?", dinamizado pela Red Apple – Formação Contínua e Estudos Superiores, que decorreu em Lisboa.
- **19, 20 e21 de outubro -** Pedro Rodrigues participou na 26ª Ação de Formação para Animadores, "Apanha-me se puderes" - Os novos desafios do educador do séc. XXI", que decorreu em Lisboa.
- **26, 27 e 28 de outubro -** Pedro Rodrigues participou no I Congresso do Brinquedo Português - Património Material e Imaterial, que decorreu na Universidade do Minho em Braga.
- **22 de novembro –** Paula Duarte participou numa reunião com Melanie Tavares, com o intuito avaliar, redefinir e articular entre os dois setores.
- **22 de novembro –** Paula Duarte participou na reunião de coordenadores, que teve lugar na sede do IAC em Lisboa

2.5. Centro de Documentação

- Recolha, seleção e sistematização de informação (trabalhos de investigação, artigos, depoimentos, bibliografia,…) relativa aos direitos da criança;
- Produção de documentação (PPT, flyer, certificados, …) para utilização em ações de (in) Formação;
- Recolha, seleção e sistematização de informação (trabalhos de investigação, artigos, depoimentos, bibliografia,) relativa às crianças e jovens em perigo;
- Atualização do acervo documental em suporte informático;
- Atendimento presencial de alunos para recolha de informação sobre diversas temáticas relacionadas com a Criança;
- Atendimento presencial e on-line e empréstimo de documentação;
- Colaboração na atividade editorial do IAC (boletim e site).

3. ARTICULAR / DINAMIZAR

3.1. Participação em parcerias

3.1.1. Administração Regional de Saúde:

- Participação em reuniões dos grupos de trabalho (5 reuniões)
- Participação em reuniões de trabalho no âmbito do "Mês de Prevenção dos maus tratos" (3 reuniões)
- Colaboração na organização do Seminário "Prevenção de Maus tratos"
- Participação na caminhada (29 de abril)

3.1.2. Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra – Semana "Coimbra a Brincar 2016" – 26 a 28 de maio

- Participação na reunião de preparação (2 reuniões)
- Participação da equipa do IAC-FCJ na dinamização de atividades (de divulgação) lúdico pedagógicas Escola Básica Integrada do Senhor da Serra, Miranda do Corvo – 20 de abril e Agrupamento de Escolas Escalada – Pampilhosa da Serra – 4 de maio
- Participação na Parada – 16 de maio
- Participação na reunião de avaliação

3.1.3. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coimbra (alargada)

- Participação nas reuniões mensais da Comissão Alargada (9 reuniões);
- Participação em reuniões dos grupos de trabalho para a dinamização de atividades no âmbito do "Mês de Prevenção dos Maus Tratos na Infância":
- Participação nas atividades dinamizadas pela CPCJ

3.1.4. Comissão Social da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais

- Participação nas reuniões do grupo alargado (3 reuniões);

3.1.5. Comissão Social da Junta de Freguesia União de Freguesias

- Participação nas reuniões do grupo alargado (1 reunião);

3.1.6. Fila K

- Ciclo de cinema, "A criança no Cinema", que decorreu no Conservatório de Música de Coimbra (dias 6,13 e 20 de junho)

3.1.7. Faz +

- Participação de reuniões de acompanhamento e supervisão de voluntários (6 reuniões)
- Integração dos voluntários nas atividades de animação de pátio

3.1.8. Secretaria de Estado da Cultura (Mosteiro de Santa de Santa Clara-a-Velha)

- Participação em reuniões para programação de atividades
- Dinamização de atividades lúdicas, no âmbito do dia mundial da criança, com a colaboração do Serviço Educativo do Mosteiro de Santa Clara - a – Velha. Esta atividade contou com a participação de várias escolas do concelho de Coimbra – 1 de junho
- Exposição "Brinquedo Popular" – 6 de dezembro a 7 de janeiro de 2018
- Dinamização de oficinas de construção de Brinquedos Populares – 6,12,14 e16 de dezembro.
- Organização da conferência "Universo do Brinquedo Popular, um património cultural a preservar…" , dinamizada pelo Professor Doutor João Amado – 6 de dezembro

3.1.9. Rede Europeia Anti Pobreza Nacional – EAPN

- Participação nas reuniões de associados (10 reuniões);
- Participação em atividades dinamizadas pelo núcleo Regional de Coimbra

3.1.10. Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção às Vitimas de Tráfico de Seres Humanos (RRC APV TSH)

- Participação na reunião de parceiros (3 reuniões);
- Participação nas campanhas de sensibilização, a decorrer nas redes sociais, contra o Tráfico de Seres Humanos.

3.1.11. Rede Social:

- Representação nas reuniões do CLAS (1 reunião)

3.2. Mediação Escolar

3.2.1. Apresentação do Projeto de Mediação Escolar

- Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, Leiria – 6 de fevereiro
- Agrupamento de Escolas de Alvaiázere – 29 de novembro

3.2.2. Dinamização dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), através do apoio técnico

- Agrupamento de Escolas Coimbra Centro – E.B. nº2 de S. Silvestre, E.B.2,3 Poeta Manuel da Silva Gaio, Coimbra e Escola Secundária Jaime Cortesão
- Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste – E.B. 2,3 Taveiro, E.B. Inês de Castro, e Escola Secundária D. Duarte, Coimbra
- Agrupamento de Escolas de Góis, Coimbra
- Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, Leiria
- Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo, Coimbra
- Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra, Coimbra
- Agrupamento de Escolas de Pombal, Leiria
- Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, Leiria
- Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto, Castanheira de Pera, Leiria

3.2.3. Enquadramento, acompanhamento pedagógico e avaliação das ações desenvolvidas pelos estagiários, integrados nas equipas dos diferentes GAAF

- Agrupamento de Escolas Coimbra Centro – Escola Secundária Jaime Cortesão
- Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste – E.B. 2,3 Taveiro
- Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste – E.B. Inês de Castro

3.2.4. Atividades desenvolvidas nos GAAF:

- Agrupamento de Escolas Coimbra Centro – E.B.2,3 Poeta Manuel da Silva Gaio, Coimbra:
  - Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
- Agrupamento de Escolas Coimbra Centro – E.B. nº2 de S. Silvestre, Coimbra:
  - Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
- Agrupamento de Escolas Coimbra Centro – Escola Secundária Jaime Cortesão:
  - Integração de novos elementos na equipa do GAAF;
  - Preparação do Plano de Atividades;
  - Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
  - Reuniões de supervisão de estágios;
  - Reuniões de discussão de casos (estudo de casos) com as instituições da rede social de apoio;
  - Atendimento de alunos no GAAF;
  - Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados no GAAF, quando solicitado pela equipa;
  - Apoio psicopedagógico;
  - Acompanhamento individual de alunos em risco;
  - Atendimento de alunos com ordem de saída da sala de aula;
  - Apoio no estudo e na realização de tarefas escolares;
  - Realização de atividades lúdico-pedagógicas;
  - Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.
- Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste – E.B. 2,3 Inês de Castro, Coimbra:
  - Integração de novos elementos na equipa do GAAF;
  - Preparação do Plano de Atividades;
  - Reuniões mensais de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
  - Reuniões de supervisão de estágios;
  - Reuniões de discussão de casos (estudo de casos) com as instituições da rede social de apoio;
  - Atendimento de alunos no GAAF;
  - Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados no GAAF, quando solicitado pela equipa;
  - Apoio psicopedagógico;
  - Acompanhamento individual de alunos em risco;
  - Atendimento de alunos com ordem de saída da sala de aula;
  - Apoio no estudo e na realização de tarefas escolares;
  - Acompanhamento individualizado em grupo ou em pátio;
  - Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
  - Dinamização de atividades de animação de pátio nas escolas EB1 de Póvoa de São Martinho e Almas de Freire.
- Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste - E.B. 2,3 Taveiro, Coimbra:
  - Atualização do Plano de Atividades;
  - Atendimento de alunos no GAAF;
  - Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados no GAAF, quando solicitado pela equipa;
  - Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
  - Reuniões periódicas de discussão de casos (estudo de casos);
  - Reuniões de discussão de casos (estudo de casos) com as instituições da rede social de apoio;
  - Reuniões de supervisão de estágios;
  - Apoio psicossociopedagógico;
  - Acompanhamento individual de alunos em risco;
  - Atendimento de alunos com ordem de saída da sala de aula;
  - Acompanhamento individualizado em grupo ou em pátio;
  - Apoio no estudo e na realização de tarefas escolares;
  - Dinamização da ação de sensibilização “Comunicar: uma competência interpessoal”, dirigida aos Assistentes Operacionais - 6 e 7 de abril.
  - Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.
- Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto, Castanheira de Pera:
  - Elaboração do Plano de Atividades;
  - Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;

. Dinamização de uma ação de Sensibilização/Informação "Comportamento gera bom Relacionamento" dirigida a alunos dos 5º e 6º anos – 21 de março.
. Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.

– Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos:
. Elaboração do Plano de Atividades;
. Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
. Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF
. Dinamização de uma ação de Sensibilização/Informação "Comportamento gera bom Relacionamento" dirigida a alunos dos 5º e 6º anos – 16 de março
. Dinamização da ação de sensibilização "Comunicar: uma competência interpessoal", dirigida aos Assistentes Operacionais – 18 de abril.

– Agrupamento de Escolas de Góis:
. Elaboração do Plano de Atividades;
. Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
. Dinamização em parceria com a APAV, de uma ação de Sensibilização sobre a Prevenção do Abuso Sexual, destinada a crianças dos 5º e 6ºanos – 30 de novembro;
. Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.

– Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, Leiria:
. Elaboração do Plano de Atividades;
. Análise e discussão de casos (estudo de casos);
. Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
. Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.

– Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo, Coimbra:
. Atualização dos documentos do GAAF;
. Elaboração do plano de atividades;
. Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
. Reuniões periódicas de discussão de casos (estudo de casos);
. Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
. Realização de atividades lúdico-pedagógicas, no âmbito do "Coimbra a Brincar", destinada a crianças do pré-escolar, 1º e 2ºciclos – 20 de abril;
. Participação na Caminhada/ Laço Humano, no âmbito do Mês da Prevenção dos Maus Tratos em Crianças e Jovens – 27 de abril.

– Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra, Coimbra:
. Elaboração do Plano de Atividades.
. Participação em reuniões de consórcio do Programa Escolhas;
. Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
. Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
. Realização de atividades lúdico-pedagógicas, no âmbito do "Coimbra a Brincar" destinada a crianças do pré-escolar e 1ºciclo – 4 de maio:

– Agrupamento de Escolas de Pombal, Leiria:
. Elaboração do Plano de Atividades;
. Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
. Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
. Dinamização de uma ação de Sensibilização/Informação "Comportamento gera bom relacionamento" dirigida a alunos dos 5º e 6º anos – 9 de março.

3.3. Estágios

– Celebração de protocolos e parcerias com estabelecimentos de ensino superior, escolas secundárias e agrupamentos de escolas
– Reuniões de negociação, supervisão e avaliação de estágios de Mestrado Integrado de Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra
– Reuniões de negociação, supervisão e avaliação de estágio de Serviço Social da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra
– Reuniões de negociação e supervisão e avaliação de estágio de Mestrado Integrado em Sociologia, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
– Reuniões de negociação, supervisão e avaliação do estágio de Serviço Social do Instituto Politécnico de Leiria
– Acolhimento de uma Estagiária de Animação Socioeducativa (Estágio Curricular) da Escola Superior de Educação de Coimbra (de dezembro de 2017 a junho de 2018) e programação das atividades

3.4. Rede Construir Juntos/ Rede Juvenil Crescer Juntos

Fórum Construir Juntos - Polo Mediador Nacional em conjunto com o Projecto - Rua

– Elaboração e operacionalização dos Planos de Ação da Rede Construir Juntos;

- Elaboração e operacionalização dos Planos de Ação da Rede Juvenil Crescer Juntos;
- Reunião de trabalho de articulação com o Projecto Rua – 16 de fevereiro;
- Reuniões via *skype* de articulação com o Projecto Rua – 31 janeiro; 27 de setembro;
- Encontros de trabalho/dinamização de atividades com jovens das instituições parceiras do Polo de Coimbra - Fundação Esperança Viva e ADFP de Miranda do Corvo - para operacionalização do Plano de Ação da Rede Juvenil Crescer Juntos – 22 de março; 19 de abril; 3 de maio; 14 de junho; 27 de junho e 7 de setembro;
- Colaboração na organização e participação no Intercâmbio de Crianças e Jovens – Lisboa – 5 a 7 de julho;
- Ação de Sensibilização dirigida a instituições do Polo de Coimbra – 7 de dezembro;
- Colaboração na organização e dinamização do Encontro Comemorativo dos 20 anos da Rede Construir Juntos – Lisboa – 30 de junho;
- Coordenação e dinamização da Reunião Anual da RCJ – Coimbra – 07 de dezembro;
- Aprofundar e reforçar conhecimentos que permitam melhorar a eficácia da intervenção;
- Articulação com o Projeto Rua - Em Família para Crescer;
- Sensibilização das instituições parceiras no sentido de colaborarem com o IAC na centralização de toda a informação relativa à problemática das crianças desaparecidas e/ou exploradas sexualmente;
- Articulação com SOS-Criança, no encaminhamento de apelos de crianças desaparecidas;
- Difusão de apelos, pelos parceiros da Rede Construir Juntos, sobre Crianças Desaparecidas e articulação nas respostas, quando necessário;
- Acompanhamento de situações;
- Reencaminhamento de informação relativa às problemáticas da criança;
- Conceção e divulgação da *Newsletter* da Rede;
- Divulgação *on-line* de atividades, Encontros, Seminários sobre temáticas na área da Infância e Juventude;
- Divulgação *on-line* do Boletim do IAC;
- Sensibilização junto dos parceiros (Rede Social, CPCJ, entre outros) sobre a problemática das crianças desaparecidas e formas de atuação;

3.5. Outras atividades

- **25 de abril** – A convite da Câmara Municipal de Coimbra o IAC-FCJ participou na II Mostra de Educação Concelhia, intitulada "Rua dos Saberes", que decorreu na Rua da Sofia, em Coimbra.
- **1 de junho** – Participação na atividade "Aldeia das Oficinas", dirigida às Crianças do concelho, a convite da Câmara Municipal de Coimbra.
- **22 de outubro** - Participação na Caminhada EDP Solidária, cuja receita reverteu a favor do IAC.
- **30 de setembro a 8 de outubro** – Deslocação a Leuven (Bélgica) da Coordenadora para participar no curso do Projeto "*From peer to peer*"- Escolas contra o *Bullying*, no âmbito da parceria com a FPCEUC.

Resultados Obtidos

1. HUMANIZAR

1.1. Atendimento, encaminhamento de situações problemáticas, relacionadas com crianças e jovens

- Atendimentos telefónicos / email, para informações gerais – 7
- Atendimentos presenciais sobre a intervenção do IAC – 5

2. (IN) FORMAR / SENSIBILIZAR / DIVULGAR

2.1. Centro de Documentação

- Registo de novos títulos – 13
- Divulgação de documentação sobre os Direitos da Criança - 150
- Organização e cedência de material (Documentos, jogos, livros, …) - 4
- Distribuição de material de divulgação do IAC - 400
- Leituras presenciais – serviço utilizado, essencialmente, por estagiários – 8
- Colaboração na atividade editorial do IAC – Trimestral

3. **ARTICULAR / DINAMIZAR**

No âmbito dos procedimentos estabelecidos para as crianças desaparecidas, foram feitos 8 encaminhamentos para as instituições parceiras da Rede Construir Juntos e respetivo acompanhamento, quando necessário.
No âmbito da Rede Construir Juntos é de realçar a adesão de novas instituições.
Salienta-se, ainda, a forte participação das crianças e jovens em todas as atividades propostas, no âmbito da Rede Juvenil Crescer Juntos.

A nível do Projeto de Mediação Escolar, à semelhança do constatado em anos anteriores, o número de GAAF na zona centro e norte, manteve-se, apesar de continuar a ser notória a existência de grandes constrangimentos por parte das escolas, ao nível da afetação de recursos humanos. Esta situação tem sido minimizada, através de um trabalho de sensibilização, em articulação com as direções dos diferentes agrupamentos de escola. Desta forma, tem sido possível encontrar formas de rentabilizar os recursos existentes, quer nas escolas, quer nas instituições da comunidade.

Relativamente à supervisão técnica dada aos vários GAAF, continuam a sentir-se alguns constrangimentos, essencialmente ao nível das deslocações uma vez que são muitos e dispersos o que dificulta um acompanhamento mais próximo.

Contudo, é de salientar o empenho, dedicação e criatividade, das várias equipas dos GAAF, na procura de respostas às situações que vão sendo sinalizadas.

Avaliação Qualitativa

Ponderação crítica

Ao longo dos anos o IAC tem vindo a afirmar-se como uma instituição de referência na área da infância e juventude, nomeadamente da promoção e defesa dos Direitos da Criança.
Neste contexto, o volume de trabalho consequentemente tem vindo a aumentar e, apesar da equipa de Coimbra ser constituída apenas por 5 técnicos, tem conseguido dar resposta a todas as solicitações, ao nível dos vários projetos em que se envolve.

Relativamente à articulação interna, entre os vários setores do IAC, esta tem vindo a revelar-se consertada o que se traduz numa intervenção mais ajustada e eficaz.

Entendemos que o IAC-FCJ continua a ser

Um espaço que promove a articulação entre as diversas instituições com responsabilidade nas áreas de Infância e Juventude, criando pontes entre os diversos interlocutores;
Uma instituição de acolhimento de estágios, proporcionando um espaço privilegiado de complemento à formação académica, profissional e pessoal;
Um setor reconhecido pela qualidade da intervenção e pelas competências profissionais e relacionais, que se espelha nas diversas solicitações para participar / dinamizar em colóquios, seminários, ações e módulos de formação.

Conclui-se que

Os objetivos, previstos no Plano de Atividades, foram amplamente concretizados.
Uma vez que a nossa equipa é, na sua maioria, constituída por técnicos em situação de requisição, reconhece-se que, para continuarmos a cumprir com a nossa missão, é desejável que a equipa deste setor do IAC se mantenha estável.

Ano: 2017
COD: HSAC

Designação

Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança

Responsável

Melanie Tavares
Vasco Alves [15]

Equipa

Ana Lourenço – Técnica Superior de Psicologia
Anabela Fonseca – Técnica Superior de Sociologia
Cláudia Gaivota - Técnica Auxiliar Administrativa
Marta Rosa – Docente [16]
Melanie Tavares – Técnica Superior de Psicologia
Vera Abecassis - Técnica Superior de Psicologia

Outros Serviços Intervenientes

Profissionais e Entidades Governamentais e Não Governamentais das áreas da Saúde, Educação, Justiça e Segurança Social, nomeadamente, Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP), Hospitais, Escolas, Associações de Pais, Tribunais, CPCJ, outros Setores do IAC

Duração Prevista

Atividade permanente

Finalidade / Objetivos

FINALIDADE

Contribuir para o Desenvolvimento Integral da Criança, enquanto sujeito de Direitos na sociedade em geral, e especialmente nos serviços de saúde, educação, justiça e segurança social.

Objetivos Gerais

- Ampliar o conceito de Humanização a todas as áreas que tenham serviços de atendimento à Criança, nomeadamente escolas, centros de saúde, etc.;
- Propor estratégias de intervenção e apoiar ações no âmbito da defesa dos direitos da criança;
- Desenvolver trabalho em parceria, a nível regional, nacional e internacional, de forma a fortalecer as relações entre as diferentes entidades envolvidas nas áreas da saúde, educação, justiça e segurança social.

Objetivos Específicos

- Melhorar o acolhimento em todos os serviços para crianças;
- Promover o conhecimento das crianças e famílias sobre os seus direitos nos serviços de saúde;
- Melhorar o acolhimento, a informação e a preparação da criança e do adolescente no hospital;
- Continuar a colaboração com associações congéneres nacionais e internacionais;
- Desenvolver o estudo "Respeito dos Direitos da Criança no Hospital" e "Respeito dos Direitos da Criança nos Cuidados de Saúde Primários";
- Promover ações de Educação para a Saúde;
- Prosseguir com a atividade editorial.
- Colaborar com outros sectores do IAC na implementação de boas práticas nas Escolas, nomeadamente na Educação Especial e na área da violência escolar.

[15] Elemento de ligação à Direção
[16] Docente do Ministério da Educação e Ciência, destacada no IAC

Ações a Desenvolver

Assegurar o funcionamento regular:

- Prosseguiu-se a organização e atualização da documentação, através de vários suportes digitais, bibliográficos e Internet;
- Prosseguiu-se o acompanhamento de estágios;
- Prosseguiu-se o contacto com diversos parceiros;
- Foi assegurado o funcionamento regular.

As restantes ações desenvolvidas integram-se em três grandes linhas de atuação, nomeadamente "Direitos da Criança no Hospital", "Relações Internacionais" e "Sensibilização e Empoderamento".

1. DIREITOS DA CRIANÇA NO HOSPITAL

1.1. Carta da Criança Hospitalizada

- O Setor continuou a sensibilizar instituições, profissionais de saúde e público em geral para os direitos da criança hospitalizada.
- Reedição da Carta da Criança Hospitalizada (5ª edição);
- Tradução e revisão da 2ª edição das Anotações à Carta da Criança Hospitalizada;
- "Zebedeu – Um Príncipe no Hospital":
  - Deu-se continuidade à distribuição do livro a serviços de pediatria da área de Lisboa e do Porto, Associação Acreditar e a Faculdades de Medicina;

1.2. Projeto "Respeito dos Direitos da Criança Hospitalizada"

- Início do Projeto Dire(i)to ao Hospital, financiado pelo Projeto RAAML - CM Lisboa;
- Realização de Reuniões com os Hospitais selecionados para o estudo, nomeadamente, Hospital Dona Estefânia, Hospital de Santa Maria e Hospital de São Francisco Xavier;
- Realização de reuniões com a Direção Geral de Saúde para revisão técnica e validação dos questionários a utilizar no estudo;
- Apresentação do estudo à Comissão Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente;

1.3. Projeto GRAACC – Combatendo e vencendo o câncer infantil (Brasil)

- Organização de visitas às salas de brincar do IPO de Lisboa e Hospital de Dona Estefânia;
- Reunião e visita aos espaços com a responsável do projeto;

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1. European Association for Children in Hospital – EACH

- O Setor participou em todas as ações, incluindo a elaboração do relatório anual de atividades.
- Não foi possível participar na reunião anual (Lituânia), por constrangimentos financeiros.

2.2. TASK FORCE (*Task Force on Health Promotion with Children and Adolescents*)

Grupo de Trabalho "Promoção da Saúde com Crianças e Adolescentes" – Rede Internacional dos Hospitais Promotores de Saúde

- A nossa participação correu conforme o esperado e de acordo com o Plano de Ação 2015-2018;

2.3. MAPChiPP

- Participação enquanto A*ssociated Partner* no projeto: *Multi-disciplinary Assessment and Participation of Children in Child Protection Procedures: training program with modules and tool box, international network* (MAPChiPP) Participação nas reuniões internacionais de parceiros do projeto;
- Análise dos planos de formação a disponibilizar aos participantes;
- Preparação e adaptação dos módulos de formação;
- Organização e dinamização do Seminário Português do MAPchIPP a 12 e 13 de Outubro;

2.4. THEAM (Training healthcare multidisciplinary teams on children's rights and on childfriendly justice)

- Integração do Conselho Consultivo do Projeto THEAM
- Participação na Conferência Internacional "THEAM"

2.5. Comissão Nacional dos Direitos Humanos

- Participação na reunião para preparação do 5º e 6º relatório de aplicação da Convenção dos Direitos das Criança;
- Elaboração de anexo para o 5º e 6º relatório de aplicação da Convenção dos Direitos das Criança;

3. SENSIBILIZAÇÃO E EMPODERAMENTO

3.1. Humanização de Espaços

- Desenho do projeto "Humanização dos espaços de atendimento à Criança";
- Divulgação do projeto a diferentes entidades;
- Realização de reuniões com o ACES de Lisboa Ocidental e Oeiras;
- Contactos com entidades parceiras para recolha de material lúdico e livros para salas de espera e atendimento nas unidades de saúde do ACES de Lisboa Ocidental e Oeiras;
- Delineamento de um projeto de intervenção adaptado a cada unidade de saúde;
- Organização e planeamento das intervenções;
- Intervenção direta em seis unidades de saúde;
- Elaboração de relatório de progresso.

3.2. Kit "Hospital dos Miúdos"

- Distribuição de kits a entidades parceiras.

3.3. Ações de sensibilização com crianças:

- *Educação para a Saúde – Sexualidade*:
  - Agrupamentos de Escolas do Concelho de Sesimbra.
- *Bullying*
  - Escola E B 2,3 Ruy Belo (Queluz);
  - Escola Secundária de Portalegre;
  - Agrupamento de Escolas de Sampaio

3.4. Ações de sensibilização com Estudantes, Profissionais e Pais

- *Mediação Escolar e Apresentação do GAAF:*
  - Agrupamento de Escolas D. Dinis - Odivelas;
- *Práticas parentais positivas*:
  - Agrupamento de Escolas de Coruche
  - Agrupamento de Escolas Bom Sucesso – Alverca

3.5. Mediar conflitos Escola – Aluno – Família

- Estabelecimento de novos protocolos para o acompanhamento de Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) - Agrupamentos de Escolas de São Lourenço (Portalegre), Fernando Pessoa (Lisboa), Morgado de Mateus (Vila Real), Pinheiro e Rosa (Faro), D. Dinis (Odivelas);
- Gestão e supervisão técnica dos GAAF protocolados;
- Reuniões com técnicos de diversos Agrupamentos de Escolas de São Lourenço (Portalegre), Fernando Pessoa (Lisboa), Morgado de Mateus (Vila Real), Pinheiro e Rosa (Faro), D. Dinis (Odivelas);
- Divulgação e organização da oferta formativa aos técnicos de GAAF a nível nacional;
- Formação a técnicos a nível nacional em diferentes temáticas (especificadas na seção supra citada "Ações de sensibilização").

3.6 Organização e Realização do Encontro Nacional de GAAF 2017 "Dos desafios às soluções"

- Preparação do programa do Encontro;
- Contactos com os palestrantes;
- Divulgação do Encontro;
- Reunião com responsáveis do IPDJ;
- Organização do espaço e preparação do *coffeebreak.*

3.7. Organização do Encontro Nacional de GAAF 2018 "A Escola na Proteção da Criança"

- Preparação do programa do Encontro
- Contactos com os Palestrantes
- Reunião com os responsáveis da Escola Secundária Eça de Queirós (local do evento)

3.8. Projeto Espelho EU

- Continuidade da parceria com a AMPLOS no âmbito do projeto Espelho EU, página de *Facebook* que pretende ser uma plataforma de informação e partilha sobre diversidade de expressões e de identidade de género na infância. Dirige-se a pais, agentes educativos, profissionais de saúde e a todas e todos que estejam disponíveis para entender a infância de uma forma ampla e criativa ultrapassando as conceções de género binárias e fixas;
- Tradução e Revisão Técnica do Guia para Famílias de Crianças com Papéis e Comportamentos de Género Diverso;
- Candidatura ao "Concurso para seleção de Projetos que visem promover a igualdade de género ou combater a discriminação com base na orientação sexual e identidade de género" da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

3.9. Palestras e Comunicações

- "Psicologia fora do gabinete" – Universidade Lusófona (Lisboa)
- Reunião de Apresentação de Resultados Anual (Lisboa)
- Comemorações Dia da Proteção Civil (Lisboa)
- Fórum "Saídas Profissionais na Escola" (Corroios)

3.10 Participação em iniciativas de outras entidades e associações

- "Desporto sem *Bullying*" – FMH
- Conferência Internacional – "Promoção dos Direitos da Criança: a importância da formação de profissionais" (Oeiras)
- Congresso dos "140 anos do Hospital Dona Estefânia" – Lisboa
- Conferência "O homem promotor de igualdade" - Lisboa
- Encontro "Grande Plano para a Igualdade" – Associação para o Planeamento da Família - Lisboa
- Encontro "Portugal, Economia Social" - Lisboa
- Sessão Esclarecimento Prémio Fidelidade - Lisboa
- Conferência "Crianças Desaparecidas" - Lisboa
- V Congresso Internacional 2017 – Educação, Inclusão e Inovação - Lisboa
- Capítulo II – Rumo ao futuro da saúde mental, 1ª infância, adolescência, adultícia, 3ª idade e 4ª idade – *Hapinez* (Cascais);
- Encontro NHACJR do Hospital Fernando da Fonseca – Amadora.

3.11. Atividade editorial

- Contribuir com artigos para o Boletim do IAC;
- Participação no Programa Sociedade Civil sobre "Direitos da Criança";
- Reedição da Carta da Criança Hospitalizada;

3.12. Reforçar as parcerias já existentes e estabelecer novas com várias entidades

- Amplos, APF: Lisboa Tejo e Sado; Direção Geral de Saúde; Comissão Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente; ACES de Lisboa Ocidental e Oeiras; *Allianz Worldwide*; Ordem dos Enfermeiros; Bene Farmacêutica; Ajuda de Mãe

Resultados Obtidos

Funcionamento regular

Ação	Principais parceiros
32 Reuniões	Equipa
15 Reuniões	Direção Geral de Saúde; AMPLOS; Comissão Nacional da Saúde da Mulher e da Criança e do Adolescente Acreditar Hospital Dona Estefânia Hospital São Francisco Xavier Hospital de Santa Maria Ordem dos Enfermeiros *Allianz Worldwide* Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa
9 Reuniões	Outros sectores e Direção do IAC
14 Reuniões	Preparação e Supervisão de Estágios
6 Atendimentos	Profissionais de saúde, estudantes de medicina e público em geral (pedidos de esclarecimento de legislação em saúde, nomeadamente relativa ao acompanhamento dos pais).
	Mediação
22	Intervenção na denúncia em colaboração com o Serviço Jurídico
9 reuniões	Intervenção em escola
13 Atendimentos	Intervenção com pais
	Formação Interna
1 ação	Práticas parentais positivas
1 ação	Gestão de Conflitos
	Principais Resultados
9 suportes digitais	Material de apoio a intervenções para várias entidades (incluindo apresentação em ações de sensibilização e saídas externas);
4 documentos	Material de apoio às intervenções externas (incluindo documento para a Comissão Nacional dos Direitos Humanos);
1 documento	Parecer sobre alteração ao Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de Janeiro

Resultados Obtidos

1. DIREITOS DA CRIANÇA NO HOSPITAL

1.1. Carta da Criança Hospitalizada

- Foram impressos 10000 exemplares da 5ª edição da Carta da Criança Hospitalizada;
- 2ª edição das Anotações à Carta da Criança Hospitalizada e respetiva preparação para publicação online;

Material	Principais Destinatários	Nº de Exemplares Distribuídos/Acessos
Carta da Criança Hospitalizada (impressa)	Hospitais	1600
Carta da Criança Hospitalizada (online)	Público em geral	27608
	Principais Destinatários	
Zebedeu	Estudantes	75
	Serviços de Pediatria (Hospital de São João, são Francisco Xavier e Estefânia)	200
	Associação Acreditar – Lisboa	25

1.2. Projeto "Respeito dos Direitos da Criança Hospitalizada"

- Aprovação da candidatura do projeto Dire(i)to ao Hospital pelo Programa RAAML da CML;
- Tradução e Revisão Técnica dos questionários (administrações hospitalares, profissionais de saúde, famílias e crianças);
- Delineamento da metodologia do projeto;
- Realização de 1 reunião com o vereador dos "Direitos Sociais" da Câmara Municipal de Lisboa;
- Realização de 3 reuniões com a Direção Geral de Saúde para validação técnica dos questionários;
- Realização de 1 reunião para apresentação do projeto à Comissão Nacional da Saúde da Mulher e da Criança e do Adolescente;
- Realização de:
  - 2 reuniões com o Hospital de São Francisco Xavier;
  - 3 reuniões com o Hospital de Dona Estefânia;
  - 1 reunião com o Hospital de Santa Maria;

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1. European Association for Children in Hospital – EACH

- Participação nas atividades da EACH, enquanto membro da Associação;
- Elaboração do relatório anual de atividades;
- Tradução e Revisão da 2ª edição das Anotações à Carta da Criança Hospitalizada;
- Contactos com os membros do grupo sobre voluntariado em pediatria;

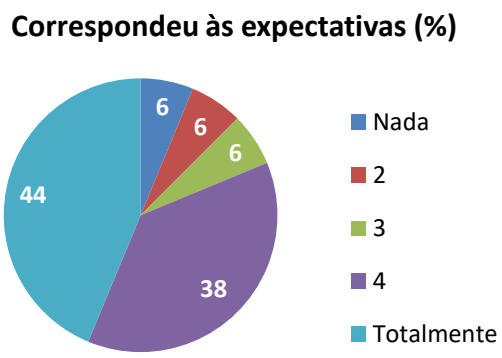
2.2. TASK FORCE (*Task Force on Health Promotion with Children and Adolescents)*

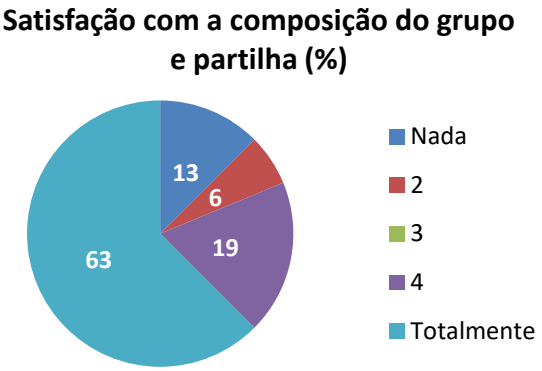
Grupo de Trabalho "Promoção da Saúde com Crianças e Adolescentes" (2015-2018) – Rede Internacional dos Hospitais Promotores de Saúde

- O Setor colaborou em todas as solicitações do grupo, dando continuidade às suas funções enquanto membro.
- Contactos com os membros do grupo sobre voluntariado em pediatria.

2.3. MAPChiPP

- Participação em 3 reuniões internacionais do grupo de trabalho:
  - 1 técnica em Amesterdão
  - 1 técnica em Haia
  - 1 técnica em Budapeste
- Participação de 2 técnicas no Seminário de Formação (Londres);
- Seminário de Formação em Portugal:
  - Seleção do grupo de formandos para o Seminário;
  - Adaptação dos módulos de formação internacional à realidade portuguesa – 7 reuniões;
  - Definição dos módulos do Seminário Português "*MaPchIPP* – Multidisciplinaridade na Proteção à Criança": "Introdução ao projeto *MAPCHIPP*", "Direitos e Superior Interesse", "Negligência e Multidisciplinaridade", "Comunicar com crianças: vulnerabilidade e cultura", "O Modelo de intervenção baseado na evidência", "Desafios para o futuro";
  - Realização do Seminário de Formação a 12 e 13 de Outubro;
  - Principais Resultados:
    - 18 participantes;
    - O Seminário correspondeu às expectativas da maioria dos participantes;
    - A maioria dos participantes mostrou-se satisfeita com a composição do grupo de trabalho.





  - Todos os participantes consideraram que o seminário foi bastante útil na partilha de experiências e muito importante como "ponto de partida" para as questões relativas à proteção da criança.
  - Preparação de artigo para o site do MAPchIPP;
  - Tradução e adaptação de materiais de divulgação da Rede multidisciplinar de formadores internacionais em proteção da criança.
  - Divulgação da Rede a todos os nossos parceiros, com um total de 190 profissionais portugueses em 560 inscritos a nível internacional;
  - Realização do Relatório de Avaliação;

2.4. THEAM "Training healthcare multidisciplinary teams on children's rights and on childfriendly justice"

- Participação de 2 técnicas na Conferência Internacional "Promoção dos Direitos da Criança: a importância da formação dos profissionais";
- Lançamento do Referencial de Formação em Direitos da Criança – A Convenção em Prática.

3. SENSIBILIZAÇÃO E EMPODERAMENTO

3.1. Humanização de Espaços

- Atividades de preparação:

Unidade de Saúde	Atividade	Resultado
UCSP e USF de Algés	Visita ao local Reunião com responsável	– Delineamento e envio do projeto de intervenção

UCSP Linda-a-Velha	Visita ao local Reunião com responsável	– Delineamento e envio do projeto de intervenção – A equipa da unidade não considerou pertinente a concretização do Projeto Humanizar, naquele espaço uma vez que já possui material lúdico e ilustrações nas paredes.
USF Jardim dos Plátanos	Visita ao local Reunião com responsável	– A equipa gostaria de decorar as instalações com a colaboração das crianças utentes da Unidade. – Solicitaram material lúdico para a sala de espera. – Delineamento e envio do projeto de intervenção.
USF Descobertas	Visita ao local Reunião com responsável	– A unidade encontra-se já adaptada a crianças, tanto na sala de espera como no gabinete de saúde infantil. – Delineamento e envio do projeto de intervenção
USF Delta – Paço de Arcos	Visita ao local Reunião com responsável	– Delineamento e envio do projeto de intervenção. – Foi enviada uma proposta para intervenção na sala de espera, corredor de acesso à saúde infantil, sala de vacinação e sala de saúde materna.
UCSP Paço de Arcos	Visita ao local Reunião com responsável	– Delineamento e envio do projeto de intervenção. – Foi enviada uma proposta para intervenção na sala de espera, que seria um projeto a iniciar de raiz. Precisamente por este motivo a Direção da Unidade terá de aprovar a proposta.
USF Lusa - Carnaxide	Visita ao local Reunião com responsável	– Delineamento e envio do projeto de intervenção.
UCC Saúdar – Oeiras	Uma vez que o ACES Lisboa Ocidental e Oeiras iria assinar um Protocolo de Colaboração com a Missão Sorriso nesta Unidade, considerou-se urgente a humanização deste espaço. Assim, contrariamente ao habitual, o IAC não fez visita ao espaço antes de iniciar o trabalho.	

- Intervenções

Unidade de Saúde	Salas intervencionadas	N.º médio de utentes
UCSP Algés	Sala de espera; Sala de Saúde Infantil; Sala de Vacinação.	10045
USF linha de Algés	2 Sala de espera; Sala de Saúde Materna; Sala de Vacinação	*
USF Lusa - Carnaxide	Sala de espera; 2 Sala de saúde Infantil; Sala de Vacinação	*

* Dados não descritos na Publicação Periódica de número de utentes do ACSS relativo a 2016

UCSP Algés	Sala de espera; Sala de Saúde Infantil; Sala de Vacinação.	10045
USF linha de Algés	2 Sala de espera; Sala de Saúde Materna; Sala de Vacinação	*
USF Lusa - Carnaxide	Sala de espera; 2 Sala de saúde Infantil; Sala de Vacinação	*
UCC Saúdar – Oeiras	4 Salas de atendimento	*
USF Jardim dos Plátanos	Sala de espera (doação de material lúdico)	12776
USF Delta – Paço de Arcos	Sala de espera; Corredor de acesso à saúde infantil; Sala de vacinação e Sala de saúde materna.	14453

* Dados não descritos na Publicação Periódica de número de utentes do ACSS relativo a 2016

A intervenção do sector baseou-se na ilustração das paredes nas salas de espera e salas de atendimento, sendo que nas salas de espera houve ainda a doação de material lúdico (brinquedos e jogos) e livros.

Fig. 1. Alguns exemplos dos trabalhos realizados

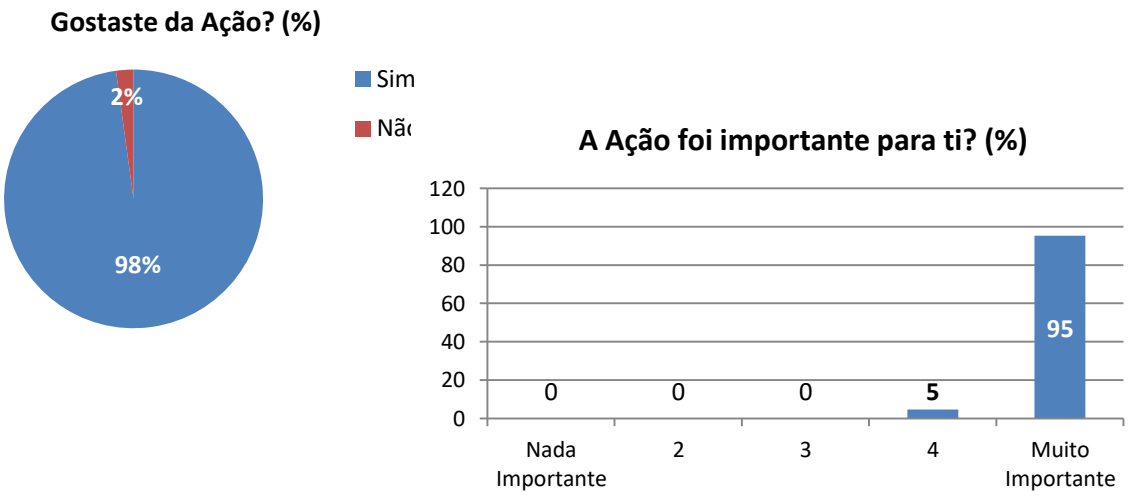
3.2. Kit "Hospital dos Miúdos"

– Entrega de 1 kit a:
  · Associação Acreditar – Delegação de Lisboa;
  · Hospital da Bonecada – Faculdade de Medicina de Lisboa;
  · Sala de Brincar do Hospital de São Francisco Xavier;

3.3. Ações de sensibilização com crianças

Nome da Ação	Conteúdos	Local	Dinamizadores	Participantes
Bullying	Quando a violência deixa de ser uma situação pontual, podemos estar diante de situações de *Bullying*. Mas o que é o *Bullying*? Quem está envolvido? Como detetar e agir?	Escola EB2,3 Paula Vicente	Melanie Tavares e Vera Abecasis	30
		Escola Secundária de São Lourenço – Portalegre	Anabela Fonseca, Melanie Tavares	76
		Agrupamento de Escolas de Sampaio - Sesimbra	Ana Lourenço	16
		Agrupamento de Escolas de Sampaio - Sesimbra	Ana Lourenço	15
		Escola E B 2,3 Ruy Belo (Queluz)	Vera Abecasis	46
A Descoberta do Ser (módulo composto por 3 sessões)	Questões como os sentimentos, os afetos, as transformações do corpo, o namoro, o saber dizer não, a gravidez na adolescência, as escolhas… são algumas das temáticas abordadas através de dinâmicas de grupo.	Agrupamentos de Escolas do Concelho de Sesimbra	Anabela Fonseca, Marta Rosa e Vera Abecasis	24
				23
				18
				27
				12
TOTAL				**287**

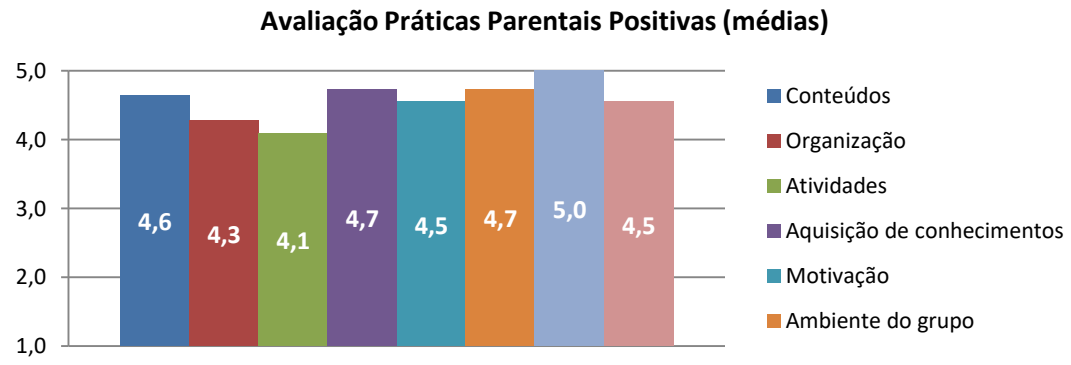
– Avaliação das ações
Bullying
- A grande maioria (98%) dos alunos que assistiram às ações desenvolvidas pelo Sector gostou da ação.
- Do total de alunos, 95% considera que as ações foram muito importantes.



3.4. Ações de sensibilização com Estudantes, Profissionais e Pais

Nome da Ação	Conteúdos	Local	Dinamizadores	Participantes
Mediação Escolar e Gestão de Conflitos	Comunicação e mediação podem ser as chaves para a resolução dos conflitos. O papel do GAAF na escola.	Agrupamento de Escolas D. Dinis	Melanie Tavares e Anabela Fonseca	21 (Professores)
Praticas Parentais Positivas	Que práticas parentais poderão ser mais potenciadoras de um desenvolvimento harmonioso das crianças e jovens? Qual a melhor forma de comunicar com os filhos? Até onde vão as regras e os limites?	Agrupamento de Escolas de Coruche	Ana Lourenço e Vera Abecasis	10 (Pais)
		Agrupamento de Escolas Bom Sucesso – Alverca	Anabela Fonseca e Vera Abecasis	12 (Pais)
TOTAL				**43**

- Avaliação das ações
  - Das sessões desenvolvidas com adultos, sobre Práticas Parentais Positivas, resulta a seguinte avaliação:
  - A avaliação foi bastante positiva em todas categorias avaliadas, destacando-se as "formadoras" com avaliação máxima, seguindo-se a aquisição de conhecimentos e o ambiente do grupo. A totalidade dos participantes considera que este tipo de ações deve manter-se no futuro.



3.5. Mediar conflitos Escola – Aluno – Família

- A intervenção dos GAAF, no ano letivo de 2016/17 foi realizada em 23 Agrupamentos Escolares, sob responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência, Autarquias, Associações de Pais e outras iniciativas da comunidade, sendo da responsabilidade do setor da Mediação Escolar, a supervisão, formação e acompanhamento, de forma a uniformizar as boas práticas, de acordo com a filosofia do Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família.
- Universo de Alunos: 30559, Grupo Alvo: 2747.
- Resultados detalhados em "Relatório Anual do GAAF".

3.6. Realização do Encontro Nacional de GAAF 2017 "Dos desafios às soluções"

- 124 participantes;
- Áreas profissionais: Técnicos de Serviço Social, Psicólogos, Educadores Sociais, Estudantes, Diretores Pedagógicos, Professores, Animadores Socioculturais, Enfermeiros e Administrativos;
- Entidades representadas: Escolas, CPCJ, Câmaras Municipais, IPSS, IEFP;
- Motivação mais referida para participação no Encontro: Atualização de conhecimentos;
- Forma como tomaram conhecimento do encontro mais referida pelos participantes: No local de trabalho;
- Aspetos positivos: a escolha dos oradores, o cumprimento do horário e o clima descontraído e simultaneamente técnico;

- Aspetos negativos: Apenas 19% das pessoas referiram aspetos negativos, de onde se destacam o predomínio da psicologia nas comunicações, a falta de respeito da plateia (telemóveis a tocar, conversas e pessoas a sair durante as apresentações) e a falta da estratégias práticas ou boas práticas em GAAF;
- Média da classificação geral do Encontro (escala de 1 a 4): 3,8. De uma forma geral considera-se uma excelente avaliação tendo em conta a dimensão do evento e a exigência dos participantes, na sua maioria profissionais da área social com altas expectativas.

3.7. Organização do Encontro Nacional de GAAF 2018 "A Escola na Proteção da Criança"

- Preparação do programa do Encontro
- Contactos com os Palestrantes
- Reunião com os responsáveis da Escola Secundária Eça de Queirós (local do evento)

3.8. Projeto Espelho EU

- Co-gestão da página de *Facebook* "Espelho Eu" – atualmente com 421 *likes;*
- Contributos para a página de *Facebook*;
- Realização de 4 reuniões com a AMPLOS para tradução e revisão técnica do Guia para Pais;

3.9. Palestras e Comunicações

- "Psicologia fora do gabinete" – Universidade Lusófona (Lisboa) – 150 participantes
- Reunião de Apresentação de Resultados Anual (Lisboa) – 11 participantes
- Comemorações Dia da Proteção Civil (Lisboa) - 30 participantes
- Fórum "Saídas Profissionais na Escola" (Corroios) – 235 participantes

3.10. Participação em 11 iniciativas de outras entidades e associações

- Participação de 1 técnica na Conferência "Desporto sem Bullying" – organizada pela FMH;
- Participação de 3 técnicas na Conferência Internacional – "Promoção dos direitos da Criança: a importância da formação de profissionais", promovida pelo Projeto THEAM – Oeiras;
- Participação de 1 técnica no Congresso dos "140 anos do Hospital Dona Estefânia", organizado pelo HDE – Lisboa
- Participação de 3 técnicas na Conferência "O homem promotor de igualdade", organizada pela Associação "Quebrar o silêncio" - Lisboa
- Participação de 3 técnicas no Encontro "Grande Plano para a Igualdade", organizado pela Associação para o Planeamento da Família – Lisboa;
- Participação de 2 técnicas no Encontro "Portugal, Economia Social" - Lisboa
- Participação de 2 técnicas na Sessão Esclarecimento Prémio Fidelidade - Lisboa
- Participação de 5 técnicas na Conferência "Crianças Desaparecidas" – Lisboa
- Participação de 1 técnica no V Congresso Internacional 2017 – Educação, Inclusão e Inovação, organizado pela Associação Nacional de Docentes de Educação Especial - Lisboa
- Participação de 1 técnicas no "Capítulo II – Rumo ao futuro da saúde mental, 1ª infância, adolescência, adultícia, 3ª idade e 4ª idade", organizado pelo Hapinez - Cascais;
- Participação de 1 técnica no Encontro NHACJR do Hospital Fernando da Fonseca - Amadora;

3.11. Atividade editorial

- Redação de 10 notícias para o Boletim do IAC

Avaliação Qualitativa

O Setor da Humanização promove a implementação dos direitos da criança nas áreas social, da saúde e da educação. O foco da sua intervenção tem sido os serviços de saúde, mas nos últimos anos, tem existido um grande investimento na área da educação, nomeadamente no desenvolvimento de ações de educação para a saúde em escola, integrando parte do trabalho realizado com os GAAF. O ano de 2016 destacou-se por uma forte atividade desenvolvida em escolas, tendo 2017 sido marcado pela reaproximação a algumas entidades, como é o caso da Direção Geral de Saúde e da Comissão Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente.

A intervenção do Setor da Humanização nas escolas manteve-se muito positiva, devido às ações desenvolvidas no âmbito da Mediação Escolar, sendo de destacar a realização do "Encontro de GAAF: dos desafios às soluções", que reuniu cerca de 130 profissionais da área da educação, a refletir sobre os desafios que atualmente se colocam nas escolas. No entanto, a diminuição de ações desenvolvidas pelo Sector em escola face ao ano anterior, deve-se principalmente ao investimento numa das vertentes mais reconhecida e valorizada do Sector da Humanização – a investigação.

Após a aprovação do Projeto "Dire(i)to ao Hospital pelo Programa RAAML da Câmara Municipal de Lisboa, foram feitos inúmeros contactos com entidades nacionais na área da saúde em Portugal, para apresentação do projeto, o que implicou a realização de muitas reuniões e preparação de materiais de divulgação. O avançar deste estudo permitiu retomar contato com os principais hospitais da cidade de Lisboa, e colocar o Sector da Humanização novamente na área da saúde, reforçando a relação que sempre manteve com os profissionais desta área.

Destacamos ainda o estabelecimento e assinatura do protocolo de colaboração com a Direção Geral de Saúde, para a validação técnica dos questionários do projeto "Respeito dos Direitos da Criança no Hospital" – estudo na cidade Lisboa, e a nível nacional a colaboração da Comissão Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente.

2017 destaca-se também pela reedição da Carta da Criança Hospitalizada (atualmente na 5ª edição), esgotada já há cerca de dois anos. Retomou-se, assim, a divulgação da brochura da CCH aos hospitais, uma das ferramentas principais na promoção dos direitos da criança no hospital. O Sector conseguiu dar resposta a todos os pedidos que nos chegaram de hospitais, e manteve a sua intervenção junto de estudantes de medicina, para desenvolver ações de sensibilização para a defesa dos direitos da criança no hospital e tem mantido a sua ligação às famílias e às crianças, com a divulgação do livro Zebedeu. No entanto, prevemos em 2018 uma divulgação mais abrangente desta oferta formativa e de sensibilização, de forma a ampliar os resultados a este nível.

O trabalho realizado a nível internacional manteve-se elevado em 2017, destacando-se o trabalho do Sector no Projeto *MAPchIPP*, tendo organizado e realizado o Seminário de Formação em Portugal, com supervisão internacional.

De forma global, grande parte das ações previstas para 2017 foram concretizadas. Conseguimos alcançar um dos grandes objetivos estabelecidos para 2017 que era o de ampliar a humanização de espaços de atendimento a criança ao nível dos centros de saúde, tendo o sector feito uma intervenção em seis unidades de saúde do ACES de Lisboa Ocidental e Oeiras. Para 2018 pretendemos continuar com este projeto de levar o "Zebedeu" às salas de saúde infantil dos Centros de Saúde e expandir a nossa intervenção a estruturas da justiça.

A equipa de trabalho continua a destacar-se pelo seu elevado nível de comprometimento no cumprimento dos objetivos, sendo visível a sua dedicação a esta causa dos Direitos da Criança. Apesar de alguns constrangimentos financeiros, o Sector continua a apostar no estabelecimento de parcerias institucionais que facilitem o incremento das nossas ações.

Ano: 2017
COD: PR

Designação

Projecto Rua –"Em Família para Crescer"

Responsável

Matilde Sirgado[17]

Equipa

Coordenação
Matilde Sirgado[18] - Técnica Superior de Política Social

Apoio Logístico e Administrativo
Beatriz Caldeirão - Técnica Auxiliar Administrativa
Maria das Dores Sousa - Técnica Auxiliar Administrativa
Odete Avelino - Técnica Superior

NÍVEL DO RECUPERAR
Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil - Zo Centro
Conceição Alves - Responsável de Equipa - Técnica Super de Pedagogia Social
Lídia Velez - Técnica Superior de Serviço Social
Hugo Pereira - Técnico Superior de Psicopedagogia Curativ
Sandra Paiva - Técnica Superior de Pedagogia Social
Susana Dias – Psicóloga Clinica[19]
Helena Proença – Monitora
Leonor Martins - Animadora

NÍVEL DA PREVENÇÃO
Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil - Zo Oriental
Ana Isabel Carichas - Responsável de Equipa - Técn Superior de Política Social
Anabela Alves - Técnica Superior de Educação Social
Bruno Pio - Técnico Superior de Serviço Social
Carla Fonseca - Técnica Superior Pedagogia Social
Helena Oliveira - Animadora
Paula Almeida - Animadora
Carmelinda Robalo - Empregada de Limpeza

Centro de Apoio Comunitário
Carmen Lopes - Responsável de Equipa - Técnica Superior de Política Social
Ascenção Andrade - Técnica Superior de Educação Social
Sónia Valente - Técnica Superior de Política
Teresa Simões - Técnica Superior de Pedagogia Social
Carla Pinto – Animadora
Carlos Moreira – Animador

NÍVEL DO REVALORIZAR
Centro das Redes Sociais
Paula Paçó - Responsável de Equipa - Técnica Superior de Política Social
Isabel Duarte - Técnica Superior de Pedagogia Social
Isabel Porto - Técnica Superior de Política Social
Maria João Carmona - Técnica Superior de Psicologia Social e das Organizações[20]

Outros Serviços Intervenientes
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social: Instituto da Segurança Social, I.P.; Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- Ministério da Justiça: Tribunais de Família e Menores; Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; Polícia Judiciária;
- Ministério da Saúde: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências e Centros de Saúde;
- Ministério da Administração Interna: Forças de Segurança (GNR; PSP; SEF); Observatório de Tráfico de Seres Humanos (OTSH); Programa Escolhas; Câmaras Municipais (Programa BIPZIP; RAAML); Juntas de Freguesia;
- Ministério de Educação e Ciência: Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo; Escolas do ensino básico, secundário e superior;
- Secretaria de Estado do Desporto e Juventude: Instituto Português do Desporto e Juventude;
- Redes/instituições nacionais: Instituições Particulares de Solidariedade Social (I.P.S.S.); Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Casa Pia de Lisboa; *European Anti-Poverty Network* – Portugal (EAPN); Rede de Apoio e Proteção à Vítima de Tráfico de Seres Humanos (RAPVT); Rede Construir Juntos; Fórum Nacional Álcool e Saúde;
- Redes/instituições internacionais: *European Social Action Network*; Associação para as Crianças Desfavorecidas (ACRIDES); Fundação Infância Feliz; Rede da Criança;
- Empresas/Serviços: Zoo Marine; GEBALIS; Sociedade Portuguesa de Psicoterapias Breves; Fundação Montepio.

Duração Prevista

Atividade permanente

[17] Tesoureira da Direção
[18] Elemento transversal a todas as equipas
[19] Desde novembro de 2017
[3] Licença sem vencimento

Finalidade/Objetivos

FINALIDADE

Contribuir para a diminuição do número de crianças e jovens em risco e/ou perigo promovendo a sua reinserção sociofamiliar.

Objetivos Gerais

- Otimizar respostas que permitam recuperar crianças, adolescentes e jovens em contexto de rua com comportamentos disruptivos/desviantes, promovendo competências conducentes à construção de um projeto de vida saudável;
- Contribuir para a criação e/ou desenvolvimento de projetos integrados, nas comunidades sinalizadas por situações de crianças e jovens em perigo;
- Potenciar a participação da sociedade civil, contribuindo para a adequação de políticas integradas nas áreas da infância e juventude

Objetivos específicos

1. NÍVEL DO RECUPERAR

1.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Centro

- Intervir em situações de emergência e de prevenção face a crianças, adolescentes e jovens desaparecidos e/ou explorados sexualmente com especial incidência sobre os que se encontram em fuga;
  - Atualizar o diagnóstico de crianças, adolescentes e jovens em contexto de rua e cooperar na sua procura;
  - Desenvolver competências pessoais e sociais promovendo a sus (re)integração;
  - Acompanhar individualmente os jovens na estruturação de rotinas, alguns deles em cumprimento de medidas de promoção e proteção, tutelares educativas e penais;
  - Apoiar e encaminhar as famílias para as instituições/serviços competentes, coresponsabilizando-as de forma a garantir a satisfação das necessidades biológicas e psicossociais;
  - Envolver os parceiros na intervenção de forma integrada;
  - Dar resposta de acolhimento a situações de emergência, restrita a casos no âmbito da tipologia de intervenção do Projecto Rua.

2. NÍVEL DA PREVENÇÃO

2.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Oriental

- Potenciar nas crianças, adolescentes e jovens uma atitude proactiva na construção de um projeto de vida saudável.
  - Prevenir comportamentos de risco, em contexto escolar, sensibilizando as crianças para os seus direitos e deveres;
  - Prevenir/ou reduzir comportamentos de risco, a adolescentes e jovens no espaço CDIJ – Oriental, desenvolvendo processos de aprendizagem e treino de competências pessoais e sociais;
  - Garantir a representação do IAC junto dos grupos territoriais de parceiros;
  - Apoiar e encaminhar os jovens e as famílias para as instituições/serviços competentes, coresponsabilizando-as de forma a garantir a satisfação das necessidades biológicas e psicossociais.

2.2. Centro de Apoio Comunitário

- Intervir, através da ação "Aprender na Rua", na prevenção e reparação de situações de risco, de crianças a descoberto de respostas institucionais e/ou em complementaridade com os recursos existentes.
  - Promover a mudança de comportamentos e aquisição de novas aprendizagens;
  - Sensibilizar as crianças das escolas de referência do 1º ciclo para os seus direitos e deveres;
  - Contribuir para a integração e sucesso escolar;
  - Apoiar e encaminhar as famílias para instituições/ serviços competentes, coresponsabilizando-as de forma a garantir a satisfação das necessidades biológicas e psicossociais das crianças;
  - Identificar situações de risco e colaborar na sinalização, criação e implementação de planos de inserção;
  - Promover/ apoiar a criação e/ou o desenvolvimento de grupos interinstitucionais comunitários.

3. NÍVEL DO REVALORIZAR

3.1. Centro das Redes Sociais

3.1.1. Eixo Divulgação/Visibilidade

- Partilhar e dar visibilidade à intervenção do Projecto Rua.
  - . Disseminar a metodologia de intervenção do Projecto Rua;
  - . Facilitar a participação do grupo-alvo em iniciativas da sociedade civil.

3.1.2. Eixo Formação

- Aperfeiçoar o sistema de gestão de formação, no sentido de melhorar a qualidade da mesma;
- Partilhar e dar visibilidade à intervenção do Projecto Rua;
- Reforçar conhecimentos teórico-práticos de interventores sociais externos ao Projecto Rua;
- Reforçar conhecimentos teórico- práticos da equipa do Projecto Rua;
- Informar e sensibilizar crianças e jovens para temáticas relacionadas com as áreas da infância e juventude.

3.1.3. Eixo Cooperação Nacional

- Cooperar com redes sociais, entidades parceiras e outras instituições de âmbito nacional;
  - . Dinamizar e operacionalizar os objetivos da Rede Construir Juntos;
  - . Contribuir para a execução do Plano de Ação da Rede de Apoio e Proteção à Vítima de Tráfico (RAPVT);
  - . Operacionalizar os objetivos protocolados para cada um dos projetos em que estabelecemos parceria.

3.1.4. Eixo Cooperação Internacional

- Cooperar com redes sociais, entidades parceiras e outras instituições de âmbito internacional;
  - . Adquirir informações acerca de iniciativas europeias (…de financiamento, projetos de intercâmbios, documentos científicos e especializados), tendo em vista a melhoria das práticas de intervenção do Projecto Rua;
  - . Participar em projetos europeus que permitam o intercâmbio de boas práticas, quer entre técnicos, quer com o grupo-alvo;
  - . Contribuir para a criação, acompanhamento, e avaliação de projetos junto de instituições que trabalham com crianças em risco nos PALOP.
-

Ações a Desenvolver

1. NÍVEL DO RECUPERAR

1.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Centro

- Giros de diagnósticos diurnos e noturnos;
- Giros de denúncia diurnos e noturno;
- Contactos formais e informais (Jovens e amigos);
- Contatos presenciais (jovens);
- Acompanhamento a serviços;
- Relatórios e informações sociais
- Acompanhamentos de medidas /Planos (CPCJ; EATTL; DGRSP, ECJ, SCMLx, EMAT);
- Sessões do Programa Treino de Competências;
- Atividades lúdico pedagógicas (jovens);
- Atividade temática;
- Atividades transversais;
- Participação na Rede Juvenil “Crescer Juntos”
- Formação parental;
- Atendimento a famílias;
- Contatos formais e informais (famílias);
- Encontros pais e filhos;
- Atividades lúdico pedagógicas (famílias);
- Visitas domiciliárias;
- Celebração e revisão de acordos/planos (CPCJ, EATTL, DGRSP);
- Contatos com parceiros;
- Reuniões com parceiros;

- Participação do IAC na Rede Regional de Lisboa e Vale do Tejo de Apoio e Proteção a Vitimas de Tráfico de Seres Humanos;
- Participação do IAC na Rede Social Eixo 3 – Comportamentos Aditivos;
- Participação do IAC no Fórum Nacional Álcool e Saúde;
- Participação do IAC na CPCJ – Lisboa Centro – Modalidade Alargada;
- Participação do IAC nas Operações Policiais em ambiente noturno;
- Participação no Consórcio AgirNEET Lisboa.

2. NÍVEL DA PREVENÇÃO

2.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão juvenil – Zona Oriental

- Elaboração das propostas para as sessões temáticas a realizar na Escola EB1/JI do Condado;
- Preparação da sessão temática a aplicar em todas as turmas;
- Dinamização das sessões lúdico pedagógica em todas as turmas do 1º CEB: "Histórias c/ Fantoches" e "Aprender e Sonhar o Futuro", no 2º e 3º período respetivamente e no 1º período o "Direito à Diferença";
- Preparação de material para a dinamização da sessão alusiva ao Dia da Criança Desaparecida;
- Dinamização das animações de intervalo – Direito a Brincar/Dia da Criança Desaparecida/"O Natal";
- Momentos de avaliação do percurso escolar/ponto de situação de crianças/adolescentes;
- Reuniões interinstitucionais (envolvendo escolas);
- Encaminhamento para respostas educativo/formativas;
- Apoio para a preparação de exames nacionais (9º ano);
- Devolução da avaliação do percurso escolar/ponto de situação:
  . Adolescentes/jovens;
  . Encarregados de educação;
  . Parceiros;
  . Encaminhamentos para apoio psicológico.
- Interrupções letivas:
  Páscoa
  . Cinema "A bela e o monstro"; Atelier de Páscoa "Construção de uma máscara e caixa para ovos de chocolate"; Evento desportivo dinamizado pela Fundação Benfica no âmbito do Proj. "Dá-te ao Condado."
  Verão
  . Atelier com material reciclado "Construção de castanholas"; Jogos e dinâmicas de grupo e atelier de Santos Populares – elaboração de vasos com majericos.
  Natal
  . Atelier de construção e decoração de uma caixa; Atelier de culinária (Bombons de Natal).
- Preenchimento semanal das grelhas de avaliação com parâmetros avaliativos definidos;
- Informatizar dados nas grelhas de avaliação;
- Partilha conjunta de informação entre os elementos que acompanham o grupo para a atribuição de nível avaliativo;
- Introdução de novas competências a avaliar;
- Reuniões de preparação das sessões PTC;
- Aplicação do Programa de Treino de Competências Pessoais e Sociais:
  Sessões em sala Temas abordados:
  . Autoestima/autoconfiança;
  . Alimentação saudável;
  . Criatividade;
  . Conhecimento de si próprio;
  . Afetos;
  . Sentimentos;
  . Prevenção dos maus tratos na infância;
  . Puberdade;
  . Sexualidade.
  . Ateliers em sala:
  . Construção de uma história (temáticas = *bullying*);
  . Dinamização da história em teatro de fantoches;
  . Painel "Estações do Ano";
  . Construção de postal p/ o pai;
  . *Workshop* de música;
  . Construção de flores

. Painel "Mensagens de esperança" – Dia da Criança Desaparecida;
. Painel "A vida no fundo do mar";
. Material decorativo "Santos Populares";
. Atelier de culinária;
. Atelier construção do marco do correio;
. Elaboração do cartaz sobre "O Respeito";
. Construção de material para a Animação de Intervalo;
. Jantar com o grupo.

Comemoração de dias festivos:

. Dia de Reis;
. Carnaval;
. Dia da Mulher;
. Dia do Pai;
. Santos Populares;
. S. Martinho;

Dinamização de jogos em sala:

. Jogos de tabuleiro de mesa e gincanas.

Visitas socioeducativas:

. Teatro Politeama "A pequena Sereia";
. Parque das Nações e passeio no teleférico;
. Aquário Vasco da Gama;
. Casino dos Oceanos - "O pátio das cantigas" (alunos da Escola Nuno Gonçalves);
. Arborismo/Jamor;
. Evento desportivo: Fundação Benfica/Dá-te ao Condado", no Polidesportivo – Capitães de Abril;
. Passeio de barco no Campo Grande;
. Ida ao cinema "Jurássico Parque";
. Teatro Politeama "O Aladino";
. Circo de Natal.

Filmes

. "Os Goonies";
. "A boa mentira";
. "Os paraquedistas";
. "Atividades dos Aventureiros".

Documentários:

. O papel da mulher na sociedade/sua evolução;
. A puberdade;
. O 25 de abril;
. As crianças desaparecidas.

Visitas educativas em parceria:

. Casa Pia de Lisboa: entrega do cheque da iniciativa "Mercado de Natal Solidário" a favor do IAC
. Sessão IPDJ "Navegas em Segurança";
. "Devolução dos resultados do Conselho Educativo *Junior"*, Esc. D. Dinis;
. Sessão interinstitucional, no âmbito do MPMT (Mês da prevenção dos Maus Tratos);
. Sessões W+ "Sexualidade, métodos contracetivos e afetos";
. Sessões W+ "Alimentação saudável";
. Sessão APAV "Violência no namoro e *bullying*";

Participação no Projeto TALE:

. Encontros de trabalho;

Participação na Rede Juvenil "Crescer Juntos"

. Tema abordado "Orientação vocacional e profissional/empregabilidade/empreendedorismo";
. Intercâmbios Regionais Pólo de Lisboa;
. Intercâmbios nacional (3 dias);
. Ensaio p/ participação no Encontro 20 Anos da Rede Construir Juntos;
. Encontro Comemorativo dos 20 anos da Rede Construir Juntos;
. Novo tema abordado: "Eu e os outros";
. Intercâmbio.

– Conversas individuais;
– Atendimentos familiares.
– Representação do IAC na CPCJ Lx Oriental:

. Reuniões da modalidade alargada;
. Sessão de sensibilização p/ jovens – Mês da Prevenção dos Maus Tratos;

. Projeto "Tecer a Prevenção" – Grupo das IPSS`s (reuniões);

. Grupo de trabalho das Escolas (reuniões);

- Representação do IAC no Conselho Educativo de Marvila:
  . Reuniões;
  . Encontro de devolução dos resultados do Conselho Educativo Júnior;
  . Desfile de Carnaval (júri);
  . Dia Mundial da Criança;
- Representante do IAC na Comissão Social de Freguesia de Marvila: Reuniões Plenárias
  . Eixo 4- Infância, Juventude e Família: Reuniões.
- Representação do IAC na Rede Social de Lisboa:
  . Reuniões plenárias;
  . Reuniões do Grupo de Trabalho 1 Eixo 2;
  . Reunião G. T. 3, Eixo 2;
  . Reunião intersectores do IAC (Matilde; Mª João Malho e Ana Isabel C.).
- Representação do IAC no Consórcio do Programa Escolhas, "Projeto "Dá-te ao Condado":
  . Reuniões de consórcio;
  . Reunião de análise de casos;.
- Contatos telefónicos: Jovens; Famílias; Instituições;
- Reuniões de parceria;
- Visitas domiciliárias;
- Elaboração de relatórios de informações sociais;
- Atendimento personalizado pais/famílias e crianças e jovens;
- Recolha de informação pessoal, familiar e institucional junto dos adolescentes, jovens famílias e instituições (parceiros e outras entidades) com vista à elaboração do diagnóstico;
- Encaminhamento e acompanhamento a serviços;
- Dinamização de sessões de formação parental:
  . 1ª Sessão – Tema: "Importância dos pais no processo educativo" – Atelier biscoitos;
  . 2ª Sessão – Tema: "Importância de promover momentos lúdicos e saudáveis em família" - Atelier Construção de flores a partir de caixas de ovos;
  . 3ª Sessão Tema: "Gerir conflitos de forma assertiva";
  . 4ª Sessão – Conclusão do tema da sessão anterior – Atelier pintura em tela com material reciclado;
  . 5ª Sessão – Teatro Politeama "A pequena Sereia";
  . 6ª Sessão – Tema: "Alimentação Saudável/usos e costumes";
  . 7ª Sessão – Atelier de culinária/pratos típicos - Almoço convívio – Guiné;
  . 8ª Sessão – Atelier de culinária/pratos típicos - Almoço convívio – Alentejo;
  . 9ª Sessão - Atelier de culinária/pratos típicos - Almoço convívio – Lisboa;
  . 10ª Sessão – Atelier de culinária – almoço convívio dos Santos Populares.

2.2. Centro de Apoio Comunitário

- Reuniões de parceiros/grupos interinstitucionais no âmbito de:
  . Grupo Comunitário do Bº Alfredo Bensaúde;
  . Preparação e avaliação de atividades conjuntas;
  . Articulação interinstitucional para a sinalização/encaminhamento/acompanhamentos de Crianças em risco;
  . Ensino a Distância;
  . Projeto BIPZIP "Sai da Caixa Bensaúde" e "Somos Tod@s Bensaúde"
  . Comissão Social de Freguesia dos Olivais;
  . Avaliações escolares.
- Sessões lúdico-pedagógicas em contexto de rua e sala no Bº Alfredo Bensaúde (sessões temáticas, atividades desportivas, expressão dramática, expressão plástica, tecnologias educativas, dinâmicas de grupo diversas, sessões de treino de competências e apoio nos trabalhos escolares);
- Sessões com o grupo dos Cavaleiros;
- Sessões da Hora do Mimo;
- Saídas/Visitas socioeducativas com crianças e jovens ;
  . Participação em ações do projeto juvenil "Crescer Juntos" da Rede Construir Juntos (2016/2017 e 2017/2018): Intercâmbios; Reuniões de técnicos; preparação e participação no Encontro da Rede Construir Juntos
- Dinamização de sessões lúdico-pedagógicas sobre os Direitos e Deveres das Criança na EB/JI Stª Maria dos Olivais;
- Atelier lúdico-pedagógico na EB/JI Stª Maria dos Olivais;
- Visitas Domiciliárias;
- Visitas domiciliárias integradas;
- Atendimentos;
- Acompanhamento de famílias a serviços;

- Colaboração em atividades conjuntas no âmbito do Grupo Comunitário e Projeto BIPZIP: Gincana do Ambiente; Atelier "Plantas que Comemos"; Visitas à Horta dos Olivais; Manhãs Desportivas no Bairro; participação em Festivais Comunitários; Mesa Redonda do Projeto Intesys; Apresentação do Grupo de Casos na Rede Social e Formação para os técnicos do grupo Comunitário;
- Ensino a Distância:
  . Atividades em sala com as alunas de apoio às aulas;
  . Dinamização de atividades nos tempos livres e intervalos;
  . Articulação com a Escola Secundária Fonseca Benevides e outras entidades;
  . Acompanhamento às Famílias das alunas.

3. NÍVEL DO REVALORIZAR

3.1. Centro das Redes Sociais

3.1.1. Eixo da Divulgação/Transferibilidade

- Resposta a vários pedidos de informação relacionados com a temática da Criança em situação de risco/ encaminhamento de situações para outros setores do IAC ou outras entidades com competência nas áreas da Infância e juventude;
- Edição da Folha Informativa do Projecto Rua;
- Contributos escritos para o Boletim do IAC e revisão final;
- Representação do IAC nos Media (TVI, Diário de Notícias e SIC Notícias);
- Apresentação Pública do Livro "Crianças em Situação de Rua - O Caso do IAC Projecto Rua - Em Família Para Crescer";
- Participação do Projecto Rua na animação das Montras do Ministério da Educação e Ciência, durante o mês de junho;
- Receção de bens (brinquedos, livros, vestuário) resultantes de campanhas para angariação de donativos, promovidas por entidades externas, a favor do IAC (*British Council* – Colégio S.D. *Brothier;* Millenium BCP e Grupo Impala);
- Receção de alunos (a título individual ou em grupo) dos ensinos secundário, superior e profissional
- Participação de colaboradores do Projecto Rua, enquanto preletores ou moderadores em Seminários/ *Workshops* a pedido de entidades externas;
- Organização e estruturação do Centro de Documentação do Projecto Rua.

3.1.2. Eixo da Formação

- Gestão da Formação
  . Pesquisa de novos formadores de referência e atualização da base de dados;
  . Elaboração do Plano de Formação 2017 do IAC;
  . Organização e melhoria dos Dossiers Técnicos-Pedagógicos de diferentes áreas temáticas;
  . Elaboração do Manual de Qualidade da Atividade Formativa.
- Formação Interna
  . Triagem e inscrição dos elementos da equipa do Projecto Rua em diferentes momentos formativos;
  . Participação no Programa de Formação Gestão e Qualidade (ao abrigo do Protocolo com o RAAML);
  . Recolha e análise dos registos de participação em atividades formativas.
- Participação em sessões de supervisão com o apoio do DICAD - Dra. Mónica Nunes;
- Participação em sessões de supervisão sobre intervenção com famílias - Dra. Fernanda Salvaterra;
- Formação Externa – Ações de formação
  . Constituição do grupo da organização e conceção da 26ª Ação de Formação para Animadores subordinada ao tema " Apanha-me se Puderes - os novos desafios do educador do séc. XXI";
  . Dinamização de Ações de Formação sobre o tema "Intervenção com Jovens Multidesafiadores" para professores, educadores, psicólogos e assistentes sociais de diferentes Agrupamentos de Escolas e de Instituições de intervenção social da CPCJ da Amadora;
  . Aplicação do Programa de Prevenção da Violência entre Pares a adolescentes, alunos de uma turma de currículo alternativo na Escola Fernando Namora - Amadora;
  . Dinamização de Workshop: "Jovens Multidesafiadores - um osso duro de roer", a pedido da Casa Pia de Lisboa- Colégio D. Nuno Álvares Pereira, para a equipa técnica.
- Ações de Sensibilização

. Dinamização de sessões sobre Prevenção de Abusos Sexuais para 2 turmas de crianças do 1º Ciclo da Escola Malva Rosa, Alverca;
. Dinamização de sessão sobre a Prevenção do Tráfico de Seres Humanos, para adolescentes/jovens do 3º Ciclo da Escola da Ramada, Odivelas.

– Estágios e Voluntariado
. Receção/triagem de pedidos de estágios;
. Estabelecimento de protocolos com escolas de ensino superior;
. Receção e integração de 8 estagiários;
. Reuniões de acompanhamento /supervisão com estagiários/orientadores de estágio;
. Apoio e supervisão na realização de 2 trabalhos académicos;
. Receção/triagem de pedidos de voluntariado.

3.1.3. Eixo da Cooperação Nacional

– Rede Construir Juntos em articulação com Fórum Construir Juntos
. Divulgação da Rede Construir Juntos junto de entidades com competência em matéria de infância e juventude;
. Reuniões de articulação com o Fórum Construir Juntos presenciais e via Skype para operacionalização do Plano Anual da Rede;
. Divulgação online de linhas de financiamento, programas, atividades e formação nas áreas da infância e Juventude;
. Preparação e realização do Encontro Comemorativo dos 20 anos da RCJ;
. Encaminhamento de situações relacionadas com a problemática do Desaparecimento de Crianças;
. Participação na Reunião Anual da Rede Construir Juntos.

– Dinamização do Pólo de Lisboa da RCJ
. Reuniões periódicas;
. Operacionalização da Rede Juvenil Crescer Juntos;
. Preparação, desenvolvimento e acompanhamento do projeto juvenil no âmbito da temática escolhida pelos jovens;
. Encontros mensais com os jovens do Pólo de Lisboa;
. Construção de um PowerPoint com as conclusões do trabalho realizado nos 5 encontros e partilhado no Intercâmbio Nacional da Rede Juvenil;
. Preparação e participação dos jovens do Pólo de Lisboa, no Intercâmbio Nacional da Rede Juvenil realizado em Julho na Quinta das Águas Férreas em Caneças, Odivelas;
. Preparação e dinamização da reunião anual da Rede Juvenil;
. Participação dos jovens da Rede Juvenil Crescer Juntos num painel do Encontro Comemorativo dos 20 Anos da Rede Construir Juntos;
. Reunião com os técnicos para operacionalização do projeto "Mala VIP";
. Realização do 1º Intercâmbio Concelhio do projeto "Mala VIP".

– Rede de Apoio e Proteção à Vítima de Tráfico de Seres Humanos
. Participação na construção do Plano de Ação e nos relatórios de execução;
. Contribuição com dados sobre a ação do Projecto Rua no âmbito do TSH para estudos, relatórios e documentos elaborados pela RAPVT;
. Disseminação do Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos junto de parceiros e técnicos de ação social que trabalham diretamente com populações mais vulneráveis ao risco de tráfico;
. Participação na Campanha Coração Azul - contra o tráfico de pessoas;
. Divulgação da agenda para a data 30 de julho em que se assinala o Dia Mundial Contra o Tráfico de Seres Humanos;
. Disseminação do Relatório elaborado pelo *Group of Experts on Action Against Trafficking* in *Human Beings* (GRETA), sobre a avaliação da implementação por parte do Estado Português da Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o TSH.

– Colaboração com o Observatório do Tráfico de Seres Humanos
. Adoção, preenchimento e encaminhamento do Guião de Sinalização de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos;
. Contributo para o Relatório Anual de 2016;
. Contributo para o Relatório Semestral de 2017.

– Rede Social de Lisboa
. Representação no PDS 2017-2020 – Eixo 2 - Grupo de Trabalho 3:
- Participação nas reuniões de trabalho;
- Colaboração no mapeamento das entidades/projetos existentes na cidade, com ações de prevenção dirigidas à Infância e Juventude;
- Elaboração do Plano de atividades do grupo 3.

- Candidatura ao RAAML - Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa
  . Elaboração e submissão de 2 projetos:
  . "Mala VIP - Vivacidade, Inovação, Participação - uma ferramenta para a inclusão" e "Ao Encontro da Inclusão".
- EAPN – Núcleo de Lisboa
  . Reunião de Núcleo;
  . Divulgação do trabalho desenvolvido pelo grupo.

3.1.4. Eixo da Cooperação Internacional

- Participação no Projeto TALE
  . Compilação final dos resultados das sessões de consulta aos adolescentes;
  . Redação do relatório final da atividade de consulta;
  . Participação na Reunião de Parceiros em Roma;
  . Preparação e produção do produto final - vídeo de testemunhos e recomendações das crianças e jovens consultados;
  . Aplicação de questionário de avaliação sobre as atividades de consulta, aos participantes;
  . Participação nos *workshops* destinados aos "*legal experts*".
- Candidatura à Nato *Charity Bazaar*
  . Projeto "Developing Skills Towards Inclusion"
- Participação de 5 crianças no Evento "*Village Copain du Monde*", em França, a convite do *Secours Populaire Français*, parceiro internacional da ESAN - Rede de Ação Social, da qual o IAC é membro.
  . Preparação da informação a dar às crianças e aos pais;
  . Preparação dos dossiers de inscrição das crianças;
  . Reunião de informação detalhada aos pais e recolha das autorizações parentais e de saída do território nacional;
  . Preparação do grupo de crianças para a dinamização em França, do "Momento de Portugal" numa das "Noites dos Países";
  . Operacionalização da viagem e articulação com a equipa da organização.
- Colaboração com Parceiros dos PALOP
  . Associação Crianças Desfavorecidas (Projeto Educação de Rua):
    - Participação de 1 formando na 26ª Ação de formação para Animadores;
    - Acolhimento de um estágio de observação de um animador da ACRIDES (23 de outubro a 8 de novembro).
  . Associação dos Amigos da Criança – Guiné Bissau:
    - Participação de 5 formandos na 26ª Ação de Formação para Animadores.
  . Instituto Nacional da Criança de Angola;
  . Fundação Infância Feliz de Cabo Verde;
  . Instituto de Apoio à Criança de S. Tomé e Príncipe;
  . Comissão Nacional Para os Direitos Humanos e a Cidadania de Cabo Verde.
- Candidatura ao Instituto Camões para revalidação do estatuto do IAC enquanto ONGD
- Ações de carácter geral:
  . Representação do IAC na reunião anual da RAN POL – *Radicalization Awareness Network* decorrida em Lisboa 12 e 13 outubro;
  . Acolhimento e apresentação do IAC a 2 representantes da Fundação Holandesa *Roses for Children;*

Grupo Alvo

1. Caracterização Quantitativa

Níveis de Intervenção	Áreas de Intervenção	Crianças/jovens sistematicamente abrangidos Idade 0-21		Famílias	Beneficiários não sistematicamente abrangidos	
		Género			Interventores sociais	Crianças e Jovens
		M	F			
NÍVEL DO RECUPERAR	Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Centro	26	49	65	_____	_____
NÍVEL DA PREVENÇÃO	Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Oriental	72	45	67	_____	780
	Centro de Apoio Comunitário	43	74	71	_____	232
NÍVEL DO REVALORIZAR	Centro das Redes Sociais	_____	_____	_____	520	223
	Total: 2267	**141**	**168**	**203**	**520**	**1235**

1. Caracterização Qualitativa

Tendo em conta o âmbito de intervenção do IAC – Projecto Rua, verifica-se que o seu grupo alvo é muito diversificado. Contudo, conscientes do nosso papel e finalidade, realçamos que o principal grupo alvo são as crianças, adolescentes e jovens dos zero aos 18 anos, e respetivas famílias.

No entanto, não podemos descorar os restantes grupos que ao longo do nosso trabalho se cruzam a vários níveis, e com os quais partilhamos a nossa experiência e estratégias de intervenção.

São eles, todos aqueles que nos procuram (estudantes de várias áreas e de diferentes países) para obterem informações sobre o nosso projeto e onde privilegiamos o contacto direto e personalizado.

Focalizando-nos nas crianças, adolescentes, jovens e famílias que se encontram em contexto de risco, procuramos apoiá-los em meio natural de vida. Falamos de famílias multiproblemáticas caracterizando-se por baixa autoestima, pouco capazes de avaliarem e investirem nas suas potencialidades. Marcadas pela indefinição e instabilidade, vivendo de apoios/subsídios e ainda manifestando dificuldade em investir na educação dos seus filhos.

Falamos também de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade condicionadas por vivências que não favorecem o seu saudável crescimento. A maioria em idade escolar cujo percurso é caraterizado por absentismo, retenções sucessivas, fraca participação nas atividades de enriquecimento curricular e abandono escolar precoce.

Referenciamos ainda o acompanhamento dos adolescentes e jovens que diariamente fazem da rua o seu espaço de aprendizagem. Apresentam comportamentos desviantes, dificuldades ao nível da aceitação/cumprimento de regras, por ausência de disciplina na sua vida quotidiana que os conduz à entrada no sistema judicial (percursos marginais e comportamentos disruptivos).

Referimo-nos a todos aqueles que, por motivos inerentes à sua própria história de vida, não tiveram oportunidade de aprender a "viver com o outro", e o seu sofrimento espelha-se na única linguagem que conhecem: a violência, os furtos e os consumos.

Atualmente, em pleno seculo XXI são muitos os esforços feitos a nível mundial para reverter a situação em que estas crianças, adolescentes e jovens vivem. É o que o IAC – Projecto Rua tem vindo a fazer ao longo

destes 26 anos, com crescente importância dada aos direitos da criança e com esforço reforçado para que estes sejam cumpridos.

Ainda assim, este não tem sido um trabalho fácil e requer continuidade, de forma a proporcionar um completo acompanhamento emocional, social, comunitário e educativo.

Resultados Qualitativos/Quantitativos

1. NÍVEL DO RECUPERAR

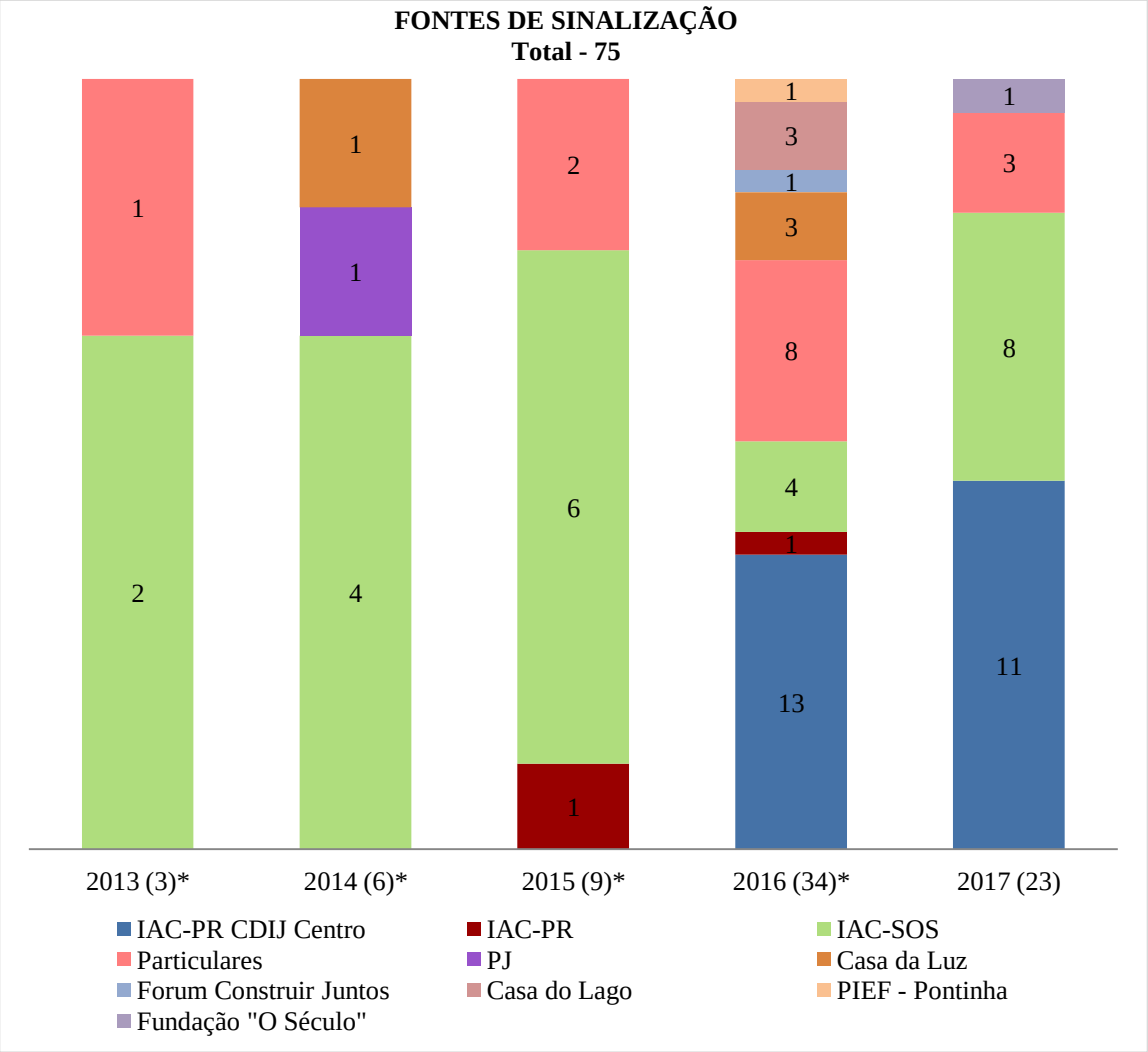
1.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Centro

No ano de 2017 foram acompanhados pela equipa 75 casos. Daqueles, 52 referem-se a processos que transitaram de anos anteriores (3 de 2013, 6 de 2014, 9 de 2015 e 34 de 2016).

A fragilidade de algumas situações exige uma continuidade de trabalho. Adolescentes e jovens que conseguem fazer um percurso positivo, por vezes face à vulnerabilidade familiar e laboral, requerem em determinados períodos um maior investimento da nossa parte. Nestas situações são geralmente os próprios jovens ou as suas famílias que fruto da relação de confiança estabelecida e dos resultados anteriormente alcançados, solicitam a nossa intervenção. Evidenciamos a importância do estabelecimento de uma relação de empatia, graças à qual é possível desencadear a resposta ou um conjunto de respostas adequadas ao momento vivido pelo jovem.

Assim, temos como estratégia inicial procurar e estar com eles no seu meio. Para além dos giros, a nossa intervenção pode ter como ponto de partida a articulação com o sector SOS – Criança e muito particularmente com a linha 116000 (nº europeu para as crianças desaparecidas). Também recebemos sinalizações por parte de particulares e instituições. No entanto, constatamos que as entidades parceiras embora tenham conhecimento de situações de saídas não autorizadas, nem sempre nos dão conhecimento.

Nos últimos dois anos, evidenciamos as sinalizações efetuadas por parte da equipa, como se pode verificar no gráfico abaixo.



A equipa também diagnosticou situações através das redes sociais. Neste âmbito, gerimos uma página de *facebook*.

A maioria destes jovens tem uma página no *facebook*, onde partilha informação pessoal e à qual a equipa pode ter acesso, facilitando a sua intervenção. Realçamos que este é um contato privilegiado que é atualizado e consultado por eles diariamente, ao contrário dos telemóveis, cujos números são alterados com frequência.

Também nas situações de fuga, nos permite identificar esses jovens através das fotos publicadas, bem como conhecer amigos e locais que frequentam.

Relativamente à faixa etária das crianças, adolescentes e jovens, constatamos que é bastante abrangente. O fenómeno das crianças em situação de rua encontra-se muito ligado à fase da adolescência, que é um período de grande instabilidade e conflito. As dificuldades relacionais e os comportamentos desajustados que apresentam, revelam o sofrimento em que se encontram. São adolescentes e jovens nos quais predomina a ausência de quadros de referência, assim como uma baixa autoestima e intolerância à frustração.

As idades mais precoces (1 aos 10 anos), dizem respeito a filhos ou irmãos de jovens que efetuaram fuga. Alguns continuam a ver-nos como um apoio e solicitam a nossa ajuda, quer para si mesmo, quer para os mais novos. Outros, são identificados pela própria equipa no decorrer da sua ação junto dos agregados onde se registaram situações de fuga.

Temos verificado, em comparação com anos anteriores, que existem mais raparigas (49 raparigas e 26 rapazes) e cada vez mais novas a efetuarem fugas. Em termos de idade, tal acontece *"porque hoje em dia os fatores de risco de desestruturação psíquica são mais fortes"*[21]. *"A fuga é assim um apelo desesperado, uma expressão possível de um grito de socorro perante tempestades emocionais que sucessivamente os abalaram"*[22].

[21] STRECHT, Pedro, **O Amor é Uma Ilha Infinita**. Verso de Kapa, 2013 p.99
[22] Ibidem, p.79

A maioria dos adolescentes e jovens com quem trabalhamos é de origem Lusa (54), seguindo-se os de descendência Africana (16) e os de origem da Europa de Leste (3) e (1) Brasileiro. Convém mencionar que de um modo geral possuem nacionalidade Portuguesa.

Em termos de escolaridade verificamos que estes adolescentes e jovens não valorizam o seu percurso educativo e não o reconhecem como forma de atingir a empregabilidade.

O motivo de maior preocupação prende-se com o facto de interromperem os estudos sem completar a escolaridade obrigatória. Mesmo aqueles que frequentam a escola, nem sempre o fazem assiduamente.

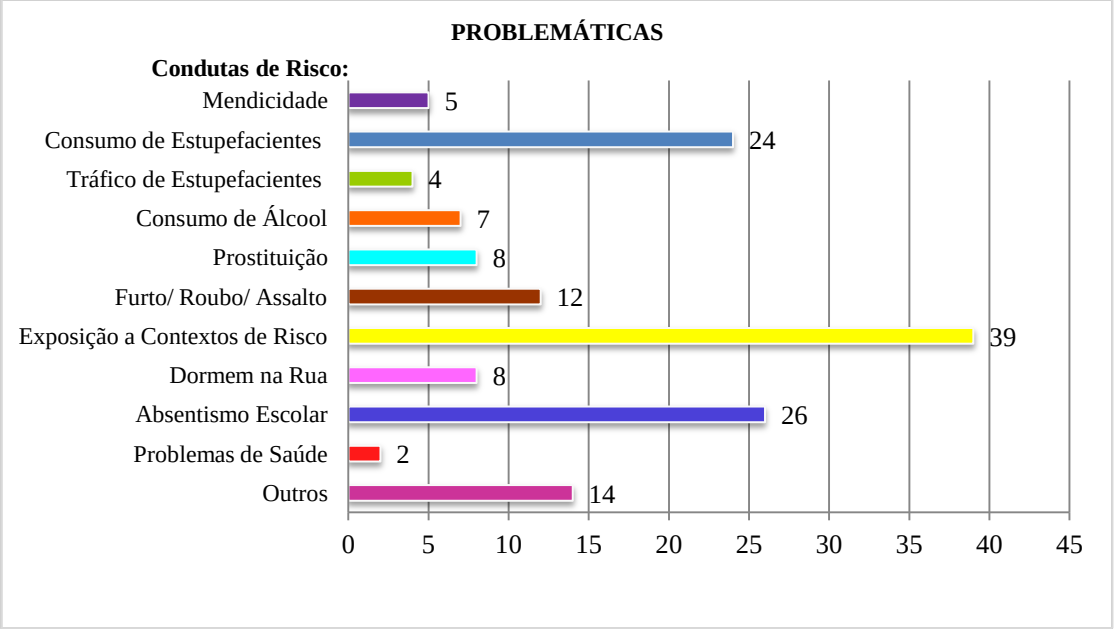
A instabilidade escolar nestes jovens caracteriza-se também pela baixa pontualidade, pouco investimento nos estudos e comportamentos desadequados dentro e fora da sala de aula, originando sucessivas retenções e abandonos.

No final do ano letivo 2016/2017 a maioria dos jovens tem como escolaridade o 2º ciclo (29). Verificamos que 10 têm apenas o 1º ciclo completo e outros 10 o 3º ciclo. Transitaram 13 jovens e 34 tiveram em abandono. Este número elevado retrata a desmotivação e desinteresse que demonstram pela escola. O próprio sistema de ensino não está preparado para os acolher e manter.

Temos vindo a investir na articulação com as escolas e centros de formação, através de contactos com os diretores de escola/ turma, de forma a manter um acompanhamento mais próximo das vivências escolares dos jovens, permitindo a deteção precoce de situações problema e contribuindo para a sua resolução.

A equipa tem tentado aferir as motivações e interesses dos jovens e em paralelo tem pesquisado respostas educativas alternativas ao ensino regular, de modo a promover o seu sucesso. Assim, dos 34 adolescentes e jovens que estavam em abandono, 9 encontram-se matriculados para o próximo ano letivo.

Grande parte dos rapazes e raparigas que acompanhámos desde 2013 apresenta comorbilidade de problemáticas psicológicas que culminam muitas vezes com a exposição a contextos de risco, bem como o absentismo escolar e o consumo de estupefacientes, sendo estes os fatores de risco que os podem levar à prática de atos ilícitos.



Convém evidenciar o consumo de estupefacientes, pois sabemos que cada vez mais cedo iniciam a experimentação de substâncias psicoativas, procurando um aumento de bem-estar e também enquanto desejo de provocação, de desafio e aceitação no clã social, no limite ao ilícito.

É devido à destruturação da sua vida, à falta de competências sociais, à reduzida capacidade de autocontrolo emocional e à falta de hábitos de planificação, que estes adolescentes e jovens procuram soluções imediatas, que na maioria dos casos não se apresentam como respostas saudáveis.

Após a apresentação de algumas características das crianças, adolescentes e jovens que acompanhamos, iremos proceder à devolução dos resultados obtidos, tendo em conta os objetivos e as metas definidas para a nossa intervenção.

No que diz respeito ao primeiro objetivo especifico que, visa atualizar o diagnóstico das crianças, adolescentes e jovens em contexto de rua e cooperar na sua procura, convém relembrar que a sua realização tem consistido num processo evolutivo de recolha e sistematização de informação, de forma a melhor compreender o fenómeno das crianças, adolescentes e jovens em situação de rua.

É através da realização de giros diurnos e noturnos, que técnicos e animadores percorrem a cidade a pé ou com o recurso à Unidade Móvel Lúdico pedagógica, a fim de os encontrar. Esta carrinha facilita a identificação institucional diminuindo os riscos da equipa inerentes a algumas zonas.

Durante o ano de 2017, realizámos 45 giros (17 diurnos e 28 noturnos) onde foi possível encontrar em período noturno, 12 casos em situação de risco. Os restantes foram-nos sinalizados como referido anteriormente pelo setor SOS Criança, por particulares e pela Polícia Judiciária.

Recordamos que nos últimos anos, foram estabelecidas 6 zonas de giro, que se reportam essencialmente à parte histórica da cidade, às zonas comerciais e às zonas de diversão noturna, o que permite à equipa uma observação contínua nestes locais.

Mantivemos o percurso nas zonas já previamente definidas, pois não foram identificadas outras com poder atrativo para os jovens. De salientar no entanto que a gare do oriente foi o local onde visualizámos e abordámos a maioria dos jovens (12). Facto que pode estar relacionado com vários fatores, nomeadamente a sua localização e a rede de transportes, por ser um local de distribuição diária de alimentos e roupas, pela existência de área comercial, pela possibilidade de angariação de dinheiro através do estacionamento de carros e ainda pela proximidade de edifícios devolutos e recônditos.

Refira-se que a mobilidade e as características deste grupo alvo condicionam a nossa intervenção. Não frequentam regularmente os mesmos locais, criam “novas amizades” com muita facilidade o que lhes permite a sobrevivência em diferentes zonas.

Em todas as situações foram efetuadas as primeiras diligências num período de 48 horas. Consideramos que a intervenção deve ser desencadeada o mais precocemente possível, no sentido de averiguar as informações que nos foram facultadas e também apurar novas pistas.

De forma a melhorar o diagnóstico, temos realizado um trabalho em conjunto com diferentes entidades, nomeadamente com a PSP - 1ª Divisão do Comando Metropolitano de Lisboa, e equipas de rua, no sentido de estabelecer canais de comunicação e flexibilidade para fortalecer e otimizar respostas integradas.

Contudo, na articulação com as instituições com trabalho de apoio à população em contexto de rua temos sentido algumas dificuldades relacionadas com a sinalização de crianças, adolescentes e jovens que a eles recorrem.

Pensamos que esta situação se deve ao facto da alteração constante das equipas técnicas e algumas delas baseiam a sua atividade no voluntariado. Este recurso caracteriza-se por uma forte flutuação das pessoas da primeira linha de ação, o que dificulta por um lado, que a nossa equipa estabeleça com elas uma relação direta de cooperação, e por outro, como não estão sempre na mesma zona e até variam os dias da semana em que fazem voluntariado, torna ainda mais difícil que consigam identificar os jovens que por sua vez são também eles muito voláteis.

Consideramos que é importante reinvestir na divulgação do nosso trabalho e na definição de novas estratégias para uma intervenção complementar e eficaz.

Preocupam-nos os adolescentes e jovens que sabemos que estão em fuga, mas não conseguimos apurar a sua identidade e paradeiro. Por vezes são visualizados apenas uma vez e alguns sabemos da sua existência, através de outros casos que acompanhamos sem possibilidade de os abordar.

A equipa relativamente à duração das fugas conseguiu apurar que foram de 1 dia até 6 anos. Contudo, a maior percentagem tem uma duração de 1 a 7 dias (14 jovens).

Do total de jovens que efetuaram fuga, entre janeiro e dezembro de 2017 (15), foi possível identificar o paradeiro de 5 casos.

Dos 5 adolescentes e jovens que conhecemos o seu paradeiro, 4 não efetuaram novas fugas, e 1 reincidiu.

Apesar das inúmeras tentativas que são realizadas pela equipa, junto do grupo alvo, no sentido de aceitarem o nosso apoio e colaborarem na construção de novos projetos, por vezes e em alguns casos, tal não é possível.

Perante estas dificuldades, sinalizamos estes casos às entidades competentes.

Verificámos que a não-aceitação da medida de acolhimento foi o principal motivo pelo qual os jovens realizaram saídas não autorizadas (10).

Muitos deles iniciam então um processo de fugas e de experiências que comprometem seriamente o seu presente e futuro.

Embora as situações sejam precocemente sinalizadas às CPCJ`S, depois de esgotadas todas as tentativas ao nível da intervenção de 1ª linha, as medidas adotadas nomeadamente, o acolhimento em instituição, continua a não conseguir contê-los. Alerta-se para o fato dos padrões de vinculação afetiva aos adultos de referência serem geralmente frágeis, sendo as separações provocadas pelo acolhimento sentidas como perdas mais graves.

Outro dos motivos pelos quais, os jovens efetuam fugas prende-se com a rutura familiar (3) e o desejo de aventura e risco (2).

Atendendo a que a principal causa da fuga é a não-aceitação da medida de acolhimento, temos procurado junto das equipas técnicas das várias casas de acolhimento existentes em Lisboa, nomeadamente a Stª Casa Misericórdia de Lisboa e a Fundação António Silva Leal, desenvolver um trabalho preventivo. Assim, foram realizadas algumas reuniões de trabalho que visaram sobretudo a sensibilização destes profissionais para reverter a problemática das fugas.

Continuamos a estar disponíveis para em conjunto, encontrar novas soluções e melhorar as que já existem de forma a contribuir para a diminuição do número de fugas.

Tratando-se de um fenómeno multifatorial consideramos que seria importante reunir as várias informações e experiências das diferentes entidades que no seu dia-a-dia trabalham com esta realidade.

O segundo objetivo específico, que pretende o desenvolvimento de competências pessoais e sociais surge da necessidade de estabelecer sentimentos de confiança, pertença e esperança para que os adolescentes e jovens sintam apreço, respeito e gosto por si mesmos, promovendo a sua (re)integração.

A vivência de relações positivas consigo e com os outros é um suporte emocional para o equilíbrio perdido e para encontrar um propósito na vida.

Conscientes da importância dos jovens estarem motivados e empenhados na construção e execução do seu plano de intervenção, a equipa tem tentado estabelecer uma relação de confiança como já foi referido com cada um deles, recorrendo, por exemplo, à dinamização de atividades (37) e ao acompanhamento a serviços (46). Reforçamos que é durante estes momentos que também se consegue conhecê-los melhor e saber quais os seus interesses e expectativas, bem como colaborar na resolução das situações.

Atendendo ao universo de 75 sinalizações, convém referir que só 25 crianças e jovens, foram abrangidas nas sessões do Programa Treino de Competências Pessoais e Sociais, pois estes jovens ao contrário dos restantes, revelam abertura e alguma disponibilidade para refletir sobre si próprios, sobre o modo como se relacionam com os outros e conseguem repensar novas formas de agir.

Como resultado da intervenção verificamos que mais de 60% dos adolescentes e jovens apresenta uma atitude positiva face a si mesmo; que 48% é capaz de dizer o que sente, pensa e precisa respeitando os outros e 48% é autónomo na realização de tarefas, revela iniciativa e faz escolhas conscientes. Contudo, face aos resultados obtidos, podemos dizer que ainda existe necessidade de investimento no desenvolvimento das competências destes jovens.

Assim, a equipa continua a apresentar um leque variado de propostas de forma a proporcionar vivências positivas. Neste sentido, foram realizadas durante este período diferentes ações, entre elas, visitas a museus, peças de teatro e exposições, ateliers, acampamento entre outras.

É também através de intercâmbios e grupos de reflexão que tentamos envolver estes adolescentes e jovens em projetos juvenis.

Uma das iniciativas que continuamos a participar pertence à Rede Juvenil Crescer Juntos, da "Rede Construir Juntos" que tem como finalidade promover o trabalho em rede, a nível nacional, no sentido de potenciar o combate à exclusão social na área da infância/juventude.

Os objetivos gerais desta iniciativa, onde o IAC – Projecto Rua é dinamizador do Pólo de Lisboa são a dinamização da Rede Juvenil Crescer Juntos, através de ações presenciais; desenvolver a criatividade; a participação e a socialização na aprendizagem e relacionamento com o outro: valores de autonomia, empatia, iniciativa, a confiança e autoestima… e partilhar experiências. Este ano, o plano de ação focou-se no tema da "Orientação vocacional e profissional, Empregabilidade/Empreendedorismo".

Este trabalho tem possibilitado o contacto com jovens de diferentes bairros, com outras realidades e novas experiências. O debate de ideias e o assumir de compromissos contribui para o seu desenvolvimento psicossocial.

O conjunto das ações realizadas procuram promover as suas competências, pois "sabe-se que jovens inseguros, com baixa autoconfiança e pouca autoestima são mais vulneráveis[23]". Apesar das dificuldades inerentes às caraterísticas do grupo alvo, consideramos bastante positivo, o facto de termos contribuído para a sua integração. Assim dos adolescentes e jovens intervencionados foram integrados 70%, a maioria na família (40).

Quanto ao terceiro objetivo específico, que visa o apoio, encaminhamento e coresponsabilização das famílias, consideramos que estas continuam a representar o primeiro espaço de realização e desenvolvimento da personalidade humana e da solidariedade entre gerações. Assim, estamos bem conscientes, que é de primordial importância o seu envolvimento na vida dos seus filhos.

Dos 75 casos, e tendo em conta a existência de fratrias, o universo das famílias foi de 65. Destas, foi possível conhecer 42 (pelo menos um elemento do seu agregado). Mantemos como procedimento conhecer as famílias das crianças, adolescentes e jovens que acompanhamos, contudo, nem sempre isso acontece, porque se encontram, detidos ou não demonstram interesse. A comunicação algumas vezes é facilitada através da página de facebook que a equipa criou e gere, nomeadamente com as mães emigradas, revelando-se um meio excelente de contato. Nas situações em que não conseguimos apurar informação sobre a identidade ou paradeiro dos jovens, também foi impossível obter dados sobre as suas famílias. Face à disponibilidade que a equipa manifesta, foi possível ir ao seu encontro. Assim, efetuámos 32 visitas domiciliárias, realizámos ainda 39 atendimentos e estabelecemos 482 contactos telefónicos.

Do universo das famílias (65) e tendo presente o nível da responsabilidade e do assumir o compromisso, 30 fazem-no ou seja (46%). Há ainda algumas que embora se predisponham para colaborar, nem sempre o conseguem. As suas histórias de vida caracterizam-se por um desinvestimento afetivo, fragilidade emocional e modelos de referência pouco positivos. A família enquanto núcleo securizante, protetor e seguro não existe na maioria destes casos.

Uma das características comuns destes agregados é o fraco investimento na vida dos filhos, tendo estes, desde cedo que assumir algumas tarefas do quotidiano. Mais tarde, na fase da adolescência, quando surgem alterações de comportamento e conflitos, as famílias continuam a desresponsabilizar-se das suas funções parentais, centrando a situação/ problema nos filhos.

De referir que temos promovido "Encontros de Pais e Filhos" (10), que constituem momentos propícios ao diálogo, á interação e á partilha. Face a estes resultados e ao interesse dos progenitores em aprofundar o conhecimento sobre certas temáticas, é nossa intenção continuar as sessões de formação.

Estas ações têm como objetivo fortalecer relações, aumentar a capacidade de diálogo e comunicação na família e abordar a importância do estabelecimento e cumprimento de regras e limites.

Relativamente aos indicadores escolaridade e situação profissional, apurámos que a maioria tem o 1º e 2º ciclo e apenas 7 pais concluíram o ensino superior. À semelhança do percurso escolar dos seus filhos, também os pais apresentam uma baixa escolaridade. Encontram-se empregados 65 pais e atualmente estão desempregados 26 progenitores. A equipa sempre que necessário acompanha/encaminha estas situações para serviços especializados nesta área.

[23] Sampaio Daniel, Porque si. Editorial Caminho, 2009, p.43

Quanto à tipologia familiar evidencia-se a nuclear (17). As famílias monoparentais (feminino 16 e masculino 3) e alargada (15), bem como a reconstruida (12) são também tipologias frequentes nestes agregados.

Constatamos também que em 48% dos casos, os jovens perderam a relação com, pelo menos, um dos progenitores (abandono (18), morte (7), emigração (8) e por motivo de privação de liberdade (4)). Crescem confrontados com padrões de relação afetiva caracterizados pela ausência e por vezes quem permanece, apresenta-se como um modelo inconsistente. Em consequência desta fragilidade, e como já foi enunciado, alguns jovens encontram-se sob medida de acolhimento.

Por vezes, perante esta situação, verifica-se uma maior abertura por parte de ambos (pais/ filhos) para um reinvestimento na relação, alterando-se os padrões comunicacionais.

Mas é igualmente verdade, que algumas casas de acolhimento/lares não conseguem promover o envolvimento da família, muito menos a sua participação em ações conjuntas e não preparam o regresso do jovem ao seu contexto sociofamiliar. No entanto, algumas famílias, apesar de todas as dificuldades continuam a acreditar e a investir na relação com os seus filhos, e aquando do seu regresso, disponibilizam-se para uma segunda oportunidade.

O quarto objetivo específico diz respeito ao envolvimento dos parceiros na intervenção que se pretende que seja integrada, e que sempre caracterizou a intervenção do IAC – Projecto Rua. Neste sentido, também esta equipa considera o envolvimento dos parceiros e entidades competentes nas áreas da infância e juventude como imprescindível, assumindo uma posição de relevo em todo o processo de intervenção. Identificamos as parcerias de carácter mais formal como o estabelecimento de protocolos e as de carácter mais informal. Referimo-nos concretamente à continuidade do protocolo com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), a Sociedade Portuguesa de Psicoterapias Breves (SPPB) e com a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do Contrato Programa (RAAML) Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa, com início em setembro de 2017.

Com o primeiro realçamos a cooperação na troca constante de informações. Após o términus das medidas e sempre que o jovem permita e se justifique, a equipa continua o acompanhamento.

Relativamente ao segundo, evidenciamos a otimização de recursos e a possibilidade dos jovens adultos e as famílias, acompanhados pelas diferentes equipas do Projecto Rua/Sectores do IAC usufruem de apoio psicológico. Estas situações apresentam problemas de comportamento, dificuldades ligadas à dinâmica afetiva, às relações interpessoais e situações familiares de risco.

Assim, recebemos 11 sinalizações que reconheceram a importância deste apoio e aderiram ao mesmo. Atualmente, já desistiram 7 por desmotivação/desinteresse e 1 concluiu o processo terapêutico. Desta forma, vão ter continuidade 3 casos, dando assim, seguimento ao trabalho já desenvolvido. Confirma-se, mais uma vez, a resistência dos adultos no seguimento deste acompanhamento.

No que se refere ao apoio psicológico às crianças e aos adolescentes (até 18 anos), o setor S.O.S .-Criança deu continuidade ao trabalho efetuado em anos anteriores. Sendo que no ano de 2017, foram acompanhadas 13 crianças. Atualmente, apenas uma delas desistiu, por desvalorização da necessidade deste apoio, pelo que as restantes terão continuidade de acompanhamento para o próximo ano.

Torna-se importante referir que, a intervenção psicológica (apoio e acompanhamento psicológico, avaliação psicológica e psicoterapia individual) junto do grupo alvo é realizada de forma gratuita. De acordo com os resultados obtidos ao longo dos anos, temos verificado um índice elevado de funcionamentos familiares pouco estruturados e com carências socioeconómicas que se traduzem, muitas vezes, em perturbações ou dificuldades no seu desenvolvimento pessoal e social: dificuldades de aprendizagem, problemas emocionais e de comportamento.

Apesar de nem todos valorizarem da mesma forma, a mais-valia deste serviço, a equipa considera que os resultados foram bastante positivos, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso e global das crianças e dos adolescentes, promovendo em alguns casos um ambiente mais humanizado e facilitador de integração pessoal, familiar, escolar e social.

Com o terceiro, conseguimos apoio financeiro para a execução do Projeto "Ao Encontro da Inclusão" que ajuda a potenciar a intervenção desta equipa, no desenvolvimento dos seus objetivos.

Estamos também especialmente atentos na identificação de possíveis situações de tráfico de seres humanos. Sempre que existem suspeitas fazemos a sua sinalização às entidades competentes, nomeadamente ao Observatório de Tráfico de Seres Humanos (OTSH), foi o que aconteceu a 6 casos. Ainda com o objetivo de aumentar a eficácia no apoio às vítimas de tráfico de seres humanos, integramos a Rede Regional de Lisboa e Vale do Tejo de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.

Contamos ainda com a articulação com a polícia judiciária e o Departamento de Investigação e Ação Penal, em algumas situações que requerem uma intervenção mais específica dada a sua complexidade.

Esta equipa participa também na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Lisboa Centro (CPCJ),

modalidade alargada, de forma a desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para as crianças e jovens e encontra-se também representada no Consórcio AgirNeet Lisboa, plataforma de apoio aos jovens 16-25 sem escola, sem emprego e sem inserção.

Integrámos ainda em setembro, o Fórum Nacional de Álcool e Saúde – estrutura que congrega 77 entidades dos mais diferentes setores da sociedade portuguesa com o objetivo de reduzir os problemas ligados ao consumo nocivo de álcool. Fomos também convidados a participar nos encontros "Imediatos de muitos degraus" – reflexão para uma estratégia local integrada de combate à pobreza na cidade de Lisboa a iniciar em 2018.

Do total de 75 casos acompanhados, foi possível a participação dos parceiros em 68 situações (90%). Continuamos a defender que esta articulação com as diferentes entidades proporciona um valor adicional ao desempenho dos diferentes interventores sociais e que a troca de informações e conhecimentos enriquecem e inovam as metodologias de intervenção, promovendo uma maior eficácia da mesma.

Em cada uma das situações e sempre que seja identificado um potencial parceiro, é metodologia da equipa, promover a intervenção integrada. Assim, realizámos 333 contactos, efetuámos 20 reuniões com parceiros e 4 reuniões com parceiros, onde foram envolvidos jovens e família. Naturalmente que em todos os casos acompanhados em conjunto com outra entidade, a avaliação é sempre efetuada enquanto fase integrante de todo o processo interventivo.

A maioria das crianças, adolescentes e jovens que acompanhamos têm a decorrer processos que visam a sua promoção e proteção (PP), foi o que aconteceu em 56 dos casos acompanhados, 6 destes têm também medidas com carácter mais impositivo, que visam a sua educação para o direito, tutelares educativas (TE). A equipa colabora em todas as medidas, sempre que solicitada.

Ao nível da promoção e proteção, convém referir que grande parte dos jovens acumula mais do que uma medida. Salientamos o acolhimento em instituição decretado a 35 dos casos. Conclui-se portanto que não foi possível encontrar no seio da família, a proteção, o afeto e os modelos estruturantes para o seu desenvolvimento.

Em meio natural de vida foram aplicadas 15 medidas de apoio junto da família.

Por vezes alguns dos jovens privados de certos direitos tornam-se posteriormente agressores, levando a processos tutelares educativos. Os seus atos são a expressão das suas dificuldades, a violência constitui um modo de expressão para aqueles que não conseguem impor-se sem ser pelo meio da força.

Relativamente a estes processos as medidas foram a imposição de obrigações (2), o internamento em centro educativo (2) e o acompanhamento educativo (1).

Alguns envolvem-se na prática de delitos, por vezes com recurso à violência e com sentimentos de impunidade. Nestes casos, as medidas são uma oportunidade para redefinir os objetivos pessoais e para perspetivar novos caminhos.

Relativamente às entidades com trabalho de rua esforçámo-nos em estreitar laços com instituições que diariamente percorrem alguns locais da cidade e parceiros que dinamizam ações para grupos mais vulneráveis. Consideramos que apesar deste esforço, ainda não foi alcançada uma ação concertada nesta área. Salientamos também a integração da equipa em grupos interinstitucionais, nomeadamente a nossa participação enquanto membro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Lisboa Centro, no âmbito da sua modalidade alargada. Este grupo tem vindo a desenvolver juntamente com outras entidades de 1ª linha, operações policiais nos locais de diversão noturna como já foi referenciado anteriormente, com vista a identificar e prevenir situações de risco.

Os bons resultados de qualquer parceria dependem da disponibilidade para cooperar uns com os outros, acrescentando valor à aliança e criando confiança entre eles, bem como consciência de que o objetivo a ser alcançado é um sucesso de todos.

Na realidade as parcerias são instrumentos facilitadores e optimizadores de recursos, dão resposta às necessidades diagnosticadas, aumentam a participação e geram mudanças. Mas ao nível das casas de acolhimento continuamos a sentir dificuldades na articulação. Após reunirmos com os seus responsáveis, no sentido de em conjunto definirmos algumas estratégias que possam minimizar o fenómeno das fugas, verificamos que na prática tal ainda não acontece.

Quanto ao quinto objetivo especifico que consiste em dar resposta de acolhimento a situações de emergência, realçamos que esta equipa dispõe de um recurso especifico a nível do acolhimento em emergência, criada no âmbito de um protocolo de cooperação com a SCML destinada a adolescentes/jovens sem alternativa imediata de acolhimento e/ou que se encontrem em situação de fuga e/ou risco por um período não superior a 72 horas e restrita a casos resultantes da intervenção direta do Projecto Rua.

Durante o ano de 2017, houve necessidade de acionar esta resposta para acolhimento em emergência de uma situação.

Este Centro constitui um suporte importante para esta equipa, pois no imediato e sobretudo em período

noturno, é um recurso que sendo gerido pela equipa, lhe dá autonomia de intervenção.

Além disso, apresenta-se como apoio a algumas atividades que se têm desenvolvido, nomeadamente as que implicam pernoita, foi o que se verificou em Julho aquando da dormida de um grupo de 5 crianças, acompanhadas pelas diferentes equipas do Projecto Rua que participaram no projeto *Coupain du Monde*, em Paris.

2. NÍVEL DA PREVENÇÃO

2.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão juvenil – Zona Oriental

Ao longo do ano 2017, a equipa do CDIJ – Zona Oriental acompanhou um total de 118 crianças, adolescentes, jovens e jovens adultos.

Os resultados que começamos por apresentar dizem respeito à intervenção desta equipa junto da Escola EB1/JI do Condado, nomeadamente o 2º e 3º período de 2016/2017, e no que se refere à dinamização das sessões de sensibilização sobre os Direito e Deveres da Criança. Ressaltamos o facto de termos atingido a meta na totalidade.

As crianças participaram de forma ativa no decorrer das sessões. Colocaram questões pertinentes relativamente à temática abordada e partilham episódios da sua familiar.

O facto de as sessões serem abrangentes, permite às crianças fazerem uma interligação dos conteúdos e consolidarem as aprendizagens. Acabam por ir buscar exemplos e informações de sessão para sessão.

Tanto no 2º, como no 3º período do ano letivo 2016/2017, foram realizadas sessões em todas as turmas, num total de 9 (em cada período letivo). No 2º período, o tema foi "Histórias com fantoches" e no 3º período, dinamizámos a sessão: " Aprender e sonhar o futuro".

Esta sessão tem como principal objetivo a valorização da escolaridade e a sensibilização para a escolaridade obrigatória, identificando áreas de interesse e aptidões dos alunos, ao mesmo tempo que se demonstra a importância dos conteúdos programáticos para uma futura integração socioprofissional.

Foram abrangidas as 22 crianças de cada uma das turmas num total de 198 crianças.

Quanto às animações de intervalo, foram realizadas todas as que estavam previstas: - 2 animações de intervalo onde foram abrangidas 198 crianças, em cada uma delas. As crianças valorizaram estes momentos e quando nos encontram na escola, pergunta-nos quando vamos "Brincar com eles".

No 3º período, optámos por associar esta atividade ao Dia Internacional da Criança Desaparecida – 25 de maio – e desta forma assinalar o referido dia. Inicialmente a equipa fez um pequeno briefing sobre a temática, de seguida as crianças puderam participar em diversos jogos e depois nos corações e miosótis em cartolina de diferentes cores, cada criança pode escrever uma mensagem alertando para a problemática do Desaparecimento de Crianças.

Quanto à avaliação das sessões por parte dos alunos é feito o preenchimento do quadro de avaliação, no final das sessões. Deste quadro constam 3 itens:

Não aprendi, nem gostei!	
Aprendi e gostei de algumas coisas!	
Aprendi e gostei muito!	

Em que o 1º corresponde a uma avaliação negativa, o 2º a uma avaliação intermédia e o último a uma avaliação positiva das sessões. Após uma análise atenta das referidas fichas podemos concluir que: no 2º período apenas 1% dos alunos avaliaram negativamente a sessão; 5% avaliaram ao nível intermédio e 94% avaliaram como positivas. No que se refere ao 3º período, verificámos que 1% avaliou a sessão ao nível intermédio e 99% no nível positivo. Também, os professores são interpelados a preencher uma ficha de avaliação das sessões no final das mesmas. A ficha incide sobre: o programa e o funcionamento da ação; a intervenção dos técnicos e uma apreciação global da ação. Tanto no 2º como no 3º período todos

os professores avaliaram as sessões em todos os itens no nível 4, à exceção dos que não avaliaram por motivo de não terem estado presentes nas sessões – um em cada período.

O outro aspeto positivo que destacamos tem a ver com o reforço da ligação à escola e o maior conhecimento das crianças que frequentam a escola. Por outro lado, por parte de alguns professores é dada continuidade aos temas que a equipa leva, o que possibilita a consolidação do trabalho iniciado pelo IAC.

Por outro lado, no 1º período do ano letivo 2017/2018, foram realizadas 8 sessões e abrangidas 163 crianças – uma vez que no presente ano letivo a Escola passou a funcionar com apenas 8 turmas. A sessão trabalhada foi "O Direito à Diferença". Após o términus da sessão, cada aluno avalia através do preenchimento do quadro atrás referido.

Assim, podemos concluir que: 2% dos alunos avaliou de forma negativa; 7% avaliou no nível intermédio e 91% avaliou como muito positivo. Quanto à avaliação dos professores, só 1% avaliou no nível 3 e os restantes avaliou no nível 4.

Para o 1º período do presente ano letivo, temos ainda a destacar o início da aplicação do programa de Prevenção de Violência entre Pares à turma 7º4 da Escola Luís António Verney. A Escola identificou problemas comportamentais e dificuldades de gestão da turma em sala de aula, pelo que foi solicitada a intervenção da equipa. Trata-se duma turma com 19 alunos em que um número significativo apresenta Necessidades Educativas Especiais e outros são do Currículo Especial Individualizado, aliando assim graves dificuldades e bloqueios de aprendizagem aos problemas de comportamento.

Foram realizadas 3 sessões, tal como estava previsto na proposta de calendarização enviada à Escola. No final das sessões, tanto os alunos como os professores preencheram uma ficha de avaliação da sessão: de uma forma geral todos os alunos e os professores avaliaram as sessões de forma positiva e, consideraram que os temas abordados são muito pertinentes. A avaliação global situa-se entre o Bom e o Excelente.

No que se refere às Animações de Intervalo, foram realizadas as 3 previstas para o ano 2017, tendo duas sido dinamizadas no ano letivo 2016/2017 e uma no ano letivo 2017/2018. Os temas trabalhados têm sempre como pano de fundo "O Direito a brincar". No entanto, em maio associámos esta atividade ao Dia da Criança Desaparecida e no 1º período do presente ano letivo optámos pelo tema "O Natal".

Nestas atividades, são abrangidas todas as crianças do 1º CEB, tanto no intervalo da manhã, como no da tarde. Atualmente com a alteração dos tempos letivos dos professores do 1º ciclo, temos a sua presença nestes momentos que são sempre do agrado das crianças. Os próprios professores valorizam bastante esta intervenção, referindo que é muito necessária e que deveria ocorrer num maior número de vezes.

Os contatos com as escolas e a avaliação do percurso escolar e a sua devolução junto das crianças, adolescentes, jovens e suas famílias é fundamental para trazer uma maior consistência à intervenção da equipa ao nível da dinamização e acompanhamento dos grupos de adolescentes e jovens.

Deste modo, a equipa fez junto dos D.T. (Diretores de turma) a avaliação do percurso escolar, nas Escolas: 2,3 Marvila; 2,3 Luís António Verney; 2,3 das Olaias, Escola EB1 – JI do Condado; Colégio Maria Pia – Xabregas e Pina Manique; Colégio Claparede e PIEF das Olaias e PIEF da Pontinha.

Em cada momento da avaliação a equipa foi-se apercebendo das dificuldades de cada um, tanto em termos escolares como comportamentais, o que permitiu atuar na resolução de algumas das situações problemáticas.

Nestes momentos de avaliação é feita uma sensibilização aos D.T., relativamente ao meio em que a criança/jovem está inserido e que a maioria das vezes é um fator desestabilizador tanto do rendimento escolar como do comportamento.

Na generalidade os professores consideram bastante pertinente a intervenção da equipa a este nível e, chegam mesmo (em alguns casos) a contatar para pedir apoio, no sentido de abordarmos determinado tema junto de algum adolescente ou para fazer o ponto de situação de algum caso.

Na sequência da avaliação do percurso escolar das crianças/adolescentes e jovens acompanhados pela equipa ao longo do período mencionado anteriormente, foi feita também a devolução daquele junto das famílias. Esta devolução é feita em momento próprio combinado com as famílias, no nosso espaço ou em situação de visita domiciliária. Quanto às crianças, adolescentes e jovens, por regra esta devolução é feita no nosso espaço.

Todos os agregados familiares tiveram acesso à evolução do percurso escolar dos seus filhos.

Estes momentos são valorizados pelas famílias, pois a equipa disponibiliza-se também para, em conjunto, encontrar estratégias que possam ser um contributo para melhorar o que não está a correr tão bem. Por outro lado, apelamos sempre para um maior envolvimento e valorização do percurso escolar dos filhos.

A todas as crianças, adolescentes e jovens foi feita a devolução da avaliação do seu percurso escolar, algo que é muito bem acolhido e valorizado pelos mesmos. Esta é feita através de conversas informais para a importância de uma maior valorização da escola.

No presente ano letivo, estabelecemos já contatos telefónicos ou presenciais com os Diretores de Turma dos casos considerados prioritários pela equipa, nomeadamente os que têm processos no Tribunal, CPCJ ou Medida na DGRSP.

Quanto às crianças do 1º CEB e ao longo do ano de 2017, temos um total de 25 acompanhadas pela equipa. Deste total há 19 que frequentam a Escola EB/JI do Condado. As restantes frequentam as Escolas da sua zona de residência, pois não residem no Bairro do Condado. Nas pausas letivas a equipa dinamiza atividades lúdico pedagógicas, nomeadamente na Páscoa, no Verão e no Natal.

Nestes momentos (e à semelhança dos anos anteriores), realizámos um conjunto de atividades que possibilitaram uma maior aproximação entre as crianças e a equipa. Este trabalho permite-nos fortalecer os laços e a relação com estas crianças; potenciar todo o trabalho que é feito ao nível das sessões lúdico pedagógicas nas suas respetivas salas de aula e aprofundar o diagnóstico das situações de risco.

Ao longo do ano 2017 e no que se refere ao acompanhamento do grupo de adolescentes "Os Aventureiros", podemos dizer que apesar de funcionarmos por ano civil é também, inerente à intervenção desta equipa (por forma a melhor acompanhar o grupo) uma adaptação/adequação da dinâmica semanal em cada ao letivo.

No ano letivo 2016/2017, mantivemos uma intervenção regular com o grupo, duas (2) sessões por semana, às 4ªs e 6ªs feiras.

Por outro lado, face à chegada de novas crianças ao grupo foi necessário proceder ao desdobramento do grupo. Assim, até junho estiveram em funcionamento os 2 grupos, sendo que um deles comporta as crianças mais novas (11, 12 e 13 anos) e o outro os mais velhos (14, 15, 16, 17 e 18 anos). A disparidade de idades e respetivas características tornava algo complicado manter um só grupo, pelo que nos pareceu que esta era uma aposta fundamental com vista a poder aprofundar, especializar e melhor direcionar os temas/conteúdos a trabalhar com cada faixa etária.

Ao longo do ano de 2017, passaram por este grupo um total de 52 elementos, que frequentam o 2º e o 3º Ciclo do ensino básico. Com o início do ano letivo 2017/2018, voltámos a ter apenas um grupo, face à flutuação que se verificou na sua composição.

Alguns destes adolescentes têm medidas de promoção e proteção a decorrer. As famílias em que estes estão inseridos são na maioria monoparentais e nucleares.

Junto dos "Aventureiros" a aposta é o treino de competências pessoais e sociais.

Assim, no 1º semestre priorizamos a aplicação do programa de treino de competências pessoais e sociais onde são abordados diversos temas.

O grupo "Os aventureiros 1" abordaram: a alimentação, a puberdade e os afetos.

"Os aventureiros 2" abordou: a autoestima; a autoconfiança, a confiança no outro e o conhecimento de si próprio.

No 2º semestre e, face aos resultados obtidos anteriormente foram trabalhadas as seguintes competências:

- No Módulo Social – a competência da comunicação interpessoal, as dimensões – escuta ativa; verbalização; transformar ideias em palavras de forma lógica e sequencial.

- No Módulo Pessoal – a competência da responsabilidade, a dimensão – compromisso e a meta – pontualidade.

A partir de novembro foram introduzidas novas competências, a saber:

- Módulo Social – Capacidade de reacional
  - . Competência – Assertividade
  - . Dimensão – Comportamento assertivo
  - . Meta – Capacidade de aceitar as ideias dos outros

- No Módulo Social – Responsabilidade
  - . Dimensão – Compromissos
  - . Meta – Assumir um compromisso do princípio ao fim nas tarefas propostas

As grelhas de avaliação da aplicação do PTC ao grupo "Os Aventureiros" começaram a ser utilizadas em outubro de 2015. O preenchimento destas grelhas permite à equipa identificar o nível avaliativo em que cada elemento do grupo se encontra e focalizar a ação consoante os resultados que vão sendo apresentados, as competências a trabalhar vão sendo ajustadas às necessidades do grupo de acordo com a

observação e diagnóstico das situações em acompanhamento.

Com a reorganização do grupo resulta que aos mais novos estão a ser aplicadas as grelhas pela primeira vez. Daqui ressaltamos a necessidade de se realizar um diagnóstico inicial.

No ano 2017, a primeira sessão de treino de competências pessoais e sociais, teve lugar no dia 04 de janeiro e a última ocorreu no dia 22 de dezembro. No total, foram avaliadas 60 sessões.

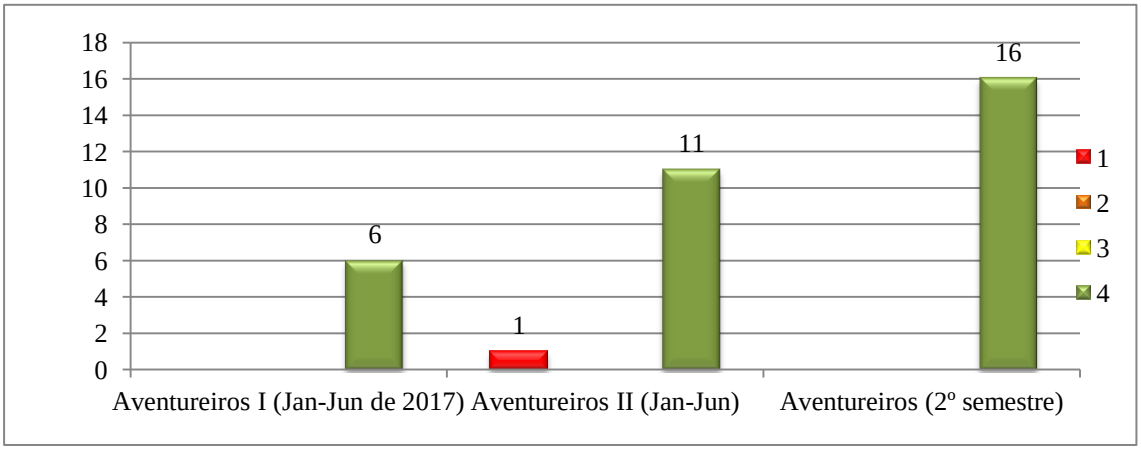
Desde o início do ano participaram 29 jovens nas referidas sessões, distribuídos num primeiro momento nos 2 Grupos (Aventureiros I e Aventureiros II) – 1º semestre 2017 – e num único grupo, a partir de setembro que passou a denominar-se unicamente como "Aventureiros", tal como já havíamos referido anteriormente.

Alguns dos jovens tiveram uma assiduidade mais irregular. Assim, para efeitos de análise da avaliação só foram contabilizados os jovens que participaram em pelo menos metade das sessões, num total de: 16 jovens.

No período em análise, optou-se por centrar a atenção nos aspetos relacionados com as seguintes competências: responsabilidade, assertividade, capacidade relacional e comunicação.

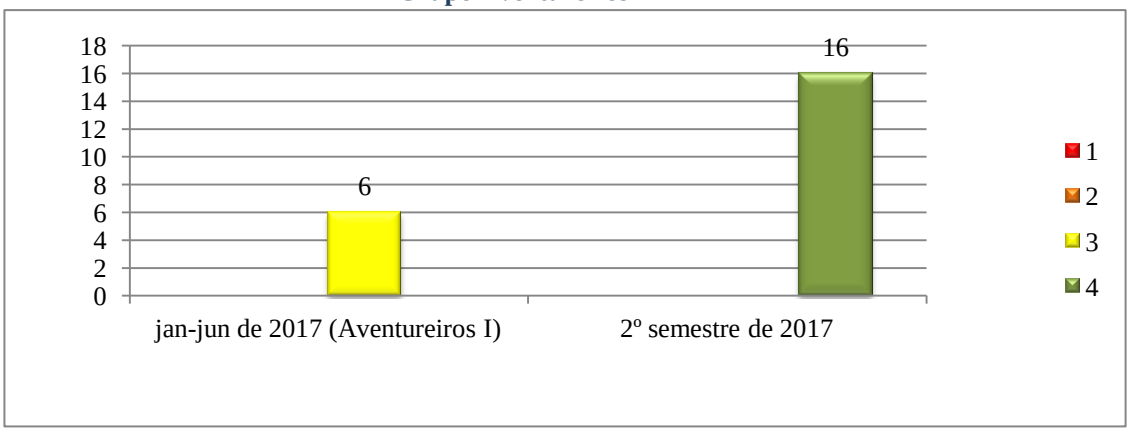
Neste contexto, e seguindo uma avaliação que vai de 1 ao 4, (em que: 1 corresponde ao Não Satisfaz; 2 ao Satisfaz pouco; 3 ao Suficiente; 4 ao Bom) foi possível chegar à avaliação traduzida nos seguintes gráficos:

MÓDULO SOCIAL
Competências: Responsabilidade
Dimensão: Compromissos
Meta: Pontualidade



Podemos afirmar com base nos registos efetuados pela equipa, que os jovens que frequentam o grupo "Os Aventureiros" são pontuais. Relativamente ao 1ºsemestre do ano havia uma única jovem que não era pontual (por morar e estudar longe do nosso espaço), que deixou de fazer parte dos "Aventureiros".

MÓDULO SOCIAL
Competências: Responsabilidade
Dimensão: Compromissos
Meta: Assumir um compromisso do princípio ao fim
Grupo Aventureiros



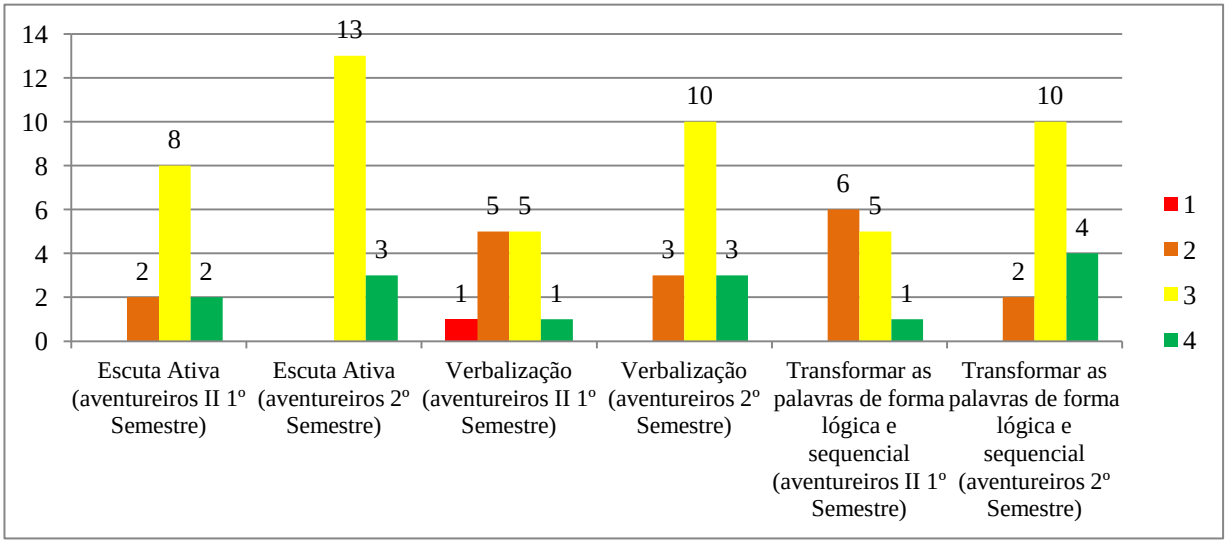
Esta meta tinha sido observada no grupo dos Aventureiros I, durante o 1º semestre do ano.

Durante o 2º semestre de 2017 todos os jovens dos "Aventureiros" demonstraram ser capazes de assumir os seus compromissos (perante a equipa) do princípio ao fim.

Em jeito de síntese, podemos concluir que os jovens acompanhados pela equipa, demonstram ser responsáveis enquanto cumpridores de horários e desempenho de tarefas propostas.

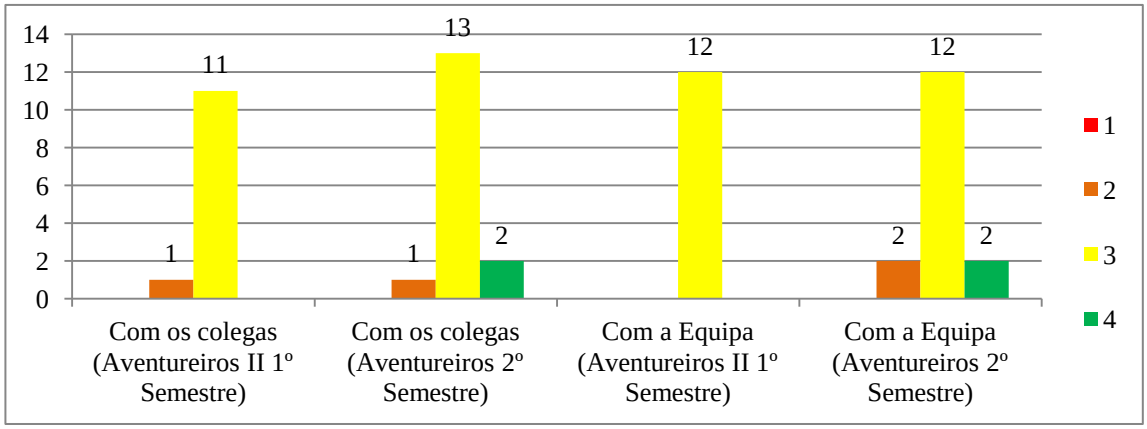
Os resultados apurados poderão ser um indicador válido para perceber o interesse dos jovens pelas atividades propostas pela equipa.

MÓDULO SOCIAL
Competências: Comunicação
Dimensão: Verbal
Metas: Escuta Ativa, Verbalização e Transformar as palavras de forma lógica e sequencial
Grupo Aventureiros II



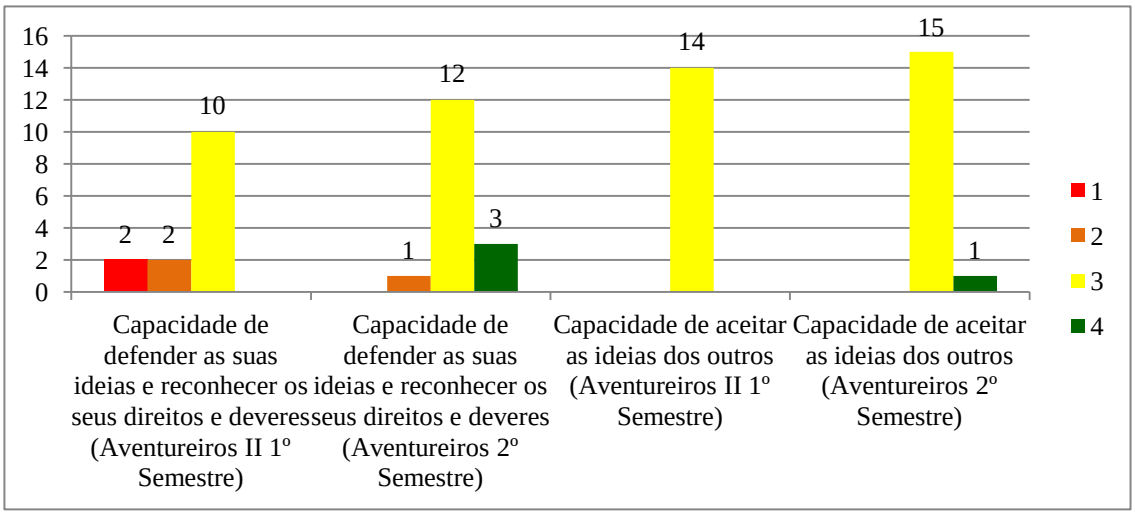
Esta meta que tinha sido apenas observada para o grupo dos Aventureiros II no 1º semestre, continua a ser uma das competências que carece de acompanhamento, tendo no entanto sido possível observar melhorias na sua avaliação ao longo do ano.
Vamos continuar a apostar em dinâmicas/atividades que promovam a comunicação, a expressão de sentimentos e a representação do grupo em projetos de intercâmbio juvenil, como por exemplo, o projeto da Rede juvenil Crescer Juntos – "Mala VIP – Vivacidade, Inovação, Participação – uma ferramenta para a inclusão".

Módulo Social
Competências: Capacidade Relacional
Dimensão: Relação Interpessoal
Metas: Com os colegas e com a equipa
Grupo Aventureiros II



Esta meta foi apenas observada para o grupo dos Aventureiros II no 1º semestre de 2017. De uma forma geral podemos registar que os jovens mantêm uma boa relação com os colegas e com a equipa. Aparentemente houve uma melhoria na relação que os jovens mantêm entre si e isso facilmente se explica porque à medida que o tempo vai passando, os jovens vão-se conhecendo melhor e tornam-se num grupo mais coeso. Relativamente à meta relacionada com a equipa, podemos de uma forma forma simplista dizer que houve possivelmente um retrocesso, uma vez que 2 jovens registaram "satisfaz pouco" como avaliação. Depois de uma análise mais cuidada verificamos que estes 2 jovens eram do grupo "Aventureiros I" que no semestre anterior não tinha sido avaliado (1 deles entrou somente no 2º semestre). Deste modo, os dados recolhidos servem de diagnóstico inicial e não podem ser considerados ao mesmo nível dos restantes resultados. De uma forma geral, a equipa não sente dificuldades na relação que mantem com os jovens.

MÓDULO SOCIAL
Competências: Assertividade
Dimensão: Comportamento Assertivo
Metas: Capacidade de defender as suas ideias e reconhecer os seus direitos e deveres; Capacidade de aceitar as ideias dos outros
Grupo Aventureiros II



Esta meta apenas foi observada no grupo dos Aventureiros II durante o 1º semestre.

No 2º semestre os jovens revelaram melhorias ao nível da capacidade de defender as suas ideias (apenas um jovem regista "Satisfaz Pouco") e conhecer os seus direitos e deveres e a capacidade de aceitar as ideias dos outros. Esta poderá estar relacionada com a melhoria sentida nas outras metas anteriores (comunicação e relacionamento entre pares). Por outro lado, o facto de os jovens terem estado envolvidos em ações e projetos que têm vindo a promover a reflexão, análise e debate em torno de questões como os direitos e deveres da criança e do jovem e, os Direitos Humanos (Rede Juvenil Crescer Juntos), possibilita-lhes um verdadeiro experienciar de novas realidades, abrindo horizontes.

Vamos continuar a reforçar esta aposta de forma a promover o espirito crítico, a reflexão, o debate e o respeito pelas opiniões dos outros.

O envolvimento de 11 destes adolescentes na Rede Juvenil "Crescer Juntos", vem precisamente potenciar a vivência de outras realidades, tornando possível a concretização daquele aspeto. Alguns deles não apresentam ainda uma grande capacidade participativa, no entanto estes encontros são precisamente uma mais-valia a este nível. Este ano (até julho) foi trabalhado o tema "Orientação vocacional e profissional, empregabilidade, empreendedorismo". Este tema foi muito do agrado dos jovens envolvidos, pois é muito útil tendo em conta a fase em que cada um se encontra. A preparação das atividades teve em conta este aspeto e isso revelou-se uma mais valia para os jovens. Foram feitas visitas e atividades didáticas com uma componente de informação/orientação muito forte.

Após o términus deste trabalho, deu-se início ao projeto "Mala VIP" em que "Os Aventureiros" têm também vindo a participar. Este projeto tem como tema: "Eu e os outros a crescer", aborda os Direitos Humanos e pretende capacitar os jovens nestas matérias.

Parece-nos também importante referir o desafio que representou para a equipa a participação de 4 jovens no Projeto TALE, o qual pretende "ouvir" a voz das crianças acerca da Justiça e recolher sugestões de como esta pode ser mais amiga das crianças. Realizou-se apenas um encontro que teve como principal missão devolver aos jovens os resultados do trabalho que realizaram ao longo do ano 2016.

Ao nível da representação do IAC junto dos parceiros locais podemos referir os seguintes contextos:

- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Lisboa Oriental: - modalidade alargada; - grupo das Escolas e – Projeto "Tecer a Prevenção" - Grupo das I.P.S.S.

A participação do elemento do IAC nas reuniões da modalidade alargada da CPCJ Lisboa Oriental, é muito importante. Faz-se a representação institucional, partilha-se a informação disponível da nossa parte e recolhe-se alguma informação que seja divulgada pelos parceiros. A relação estabelece-se com os parceiros, agiliza corredores flexíveis para encaminhamentos de situações e articulação interinstitucional face também a atividades a desenvolver.

Quanto ao grupo de trabalho das escolas, o IAC está representado por uma técnica, que também em termos da equipa articula e tem uma relação privilegiada com as escolas locais. Desta forma, as interligações ficam facilitadas. Este ano apenas decorreu uma reunião deste Grupo.

O Projeto "Tecer a Prevenção" é dinamizado pela Dr.ª Fátima Duarte da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção e Crianças e Jovens. Tem como finalidade fazer um diagnóstico da zona de abrangência CPCJ e, propor (posteriormente) com o envolvimento de toda a comunidade, num projeto ao nível da prevenção. Passou já por uma fase de recolha de dados, pelo que foram criados vários grupos de trabalho. O IAC integra o grupo de trabalho das IPSS`s. Este trabalho teve o seu início ao longo do 1º trimestre de 2016. Ao longo do ano 2017, decorreram algumas reuniões entre os parceiros em que foram divididas tarefas. Cada parceiro ficou de dinamizar uma parte do pedido de dados, fazer o levantamento dos recursos existentes na área da infância e juventude e tendo em conta os itens identificados pela Dra. Fátima Duarte.

– Conselho Educativo de Marvila: reuniões, Desfile de Carnaval (júri); Dia Mundial da Criança e Encontro de devolução de resultados do Conselho Educativo Júnior. Participámos nas comemorações do Dia Mundial da Criança, organizado pela Junta de Freguesia de Marvila para as crianças das escolas e JI locais. O tema deste ano foi "Vamos descobrir Portugal". Dinamizámos jogos tradicionais em gincanas, com 5 postos. Em cada posto as crianças experienciaram um jogo diferente associado à região do Alentejo.
  Quanto ao Encontro de devolução de resultados do Conselho Educativo Júnior: a nossa participação foi ao nível da presença com jovens com vista a tomar conhecimento dos referidos resultados.
– Comissão Social de Freguesia de Marvila: Reuniões plenárias; e eixo 4 – Infância, Juventude e Família. Os plenários são normalmente rentabilizados para serem apresentadas algumas entidades ou projetos que podem ser uma mais valia para as intervenções dos parceiros. É também, feito o ponto de situação dos eixos.
  O Eixo 4, este período focou-se na reformulação da sua planificação. Iniciou-se já o diagnóstico local das instituições que trabalham nesta área tendo sido feita uma distribuição de tarefas pelos vários parceiros que integram o Eixo de acordo com a sua zona de implementação. Procedeu-se ainda à elaboração duma grelha de identificação dos dados a recolher acerca de cada entidade. Mobilizámos a CPCJ e o Proj. Intesys para um encontro de partilha de informação com vista a trocar experiências e cruzar saberes.
  Até final de julho o levantamento ficou concluído, mesmo que ainda faltem alguns dados foi decidido pelo grupo de parceiros que este era o prazo para a conclusão desta tarefa.
  De referir ainda que, já tiveram início os encontros de apresentação das entidades que integram o Eixo. Por outro lado, foi ainda levado a cabo o debate acerca de qual a melhor estratégia a utilizar para atingir as metas propostas no plano Bienal.
  Na última reunião do ano, o grupo dedicou-se à preparação dos documentos necessários para a futura elaboração do Relatório de Atividades do ano 2017.
  Deste modo, apenas uma das ações que consta do Plano Bienal ainda não foi realizada.
– Consórcio do "Projeto "Dá-te ao Condado"": reuniões de consórcio. A Associação Aguineenso avançou com uma candidatura ao Programa Escolhas 6ª Geração em 2016. O Projeto é o "Dá-te ao Condado". O IAC foi convidado para integrar o consórcio. Fazem também parte do consórcio a Junta de Freguesia de Marvila; CML; o Agrupamento Escolas D. Dinis; Agrupamento Escolas Luís António Verney e a CPCJ Lisboa Oriental. O papel do IAC na parceria tem a ver com o encaminhamento de situações de jovens adultos tal como já vem acontecendo nos últimos anos, ao nível da relação entre o IAC e a Associação Aguineenso.
– Este ano apenas foram agendadas duas reuniões, pois a Ass. Aguineenso estava a aguardar a cedência e obras dum espaço para o pleno funcionamento do projeto. Uma destas reuniões foi exclusivamente entre a equipa do IAC e a do projeto "Dá-te ao Condado" para partilhar um pouco a intervenção e cruzar o trabalho de acompanhamento que é feito com alguns jovens que fazem parte dos "Aventureiros" e também participam nas atividades do Projeto "Dá-te ao Condado".

Este ano, temos ainda a referir a participação de alguns elementos do Projecto Rua no trabalho da Rede Social. Assim, a participação na Rede Social foi alargada em maio 2017 às Comissões Sociais de Freguesia (C.S.F.) e seus membros com vista a potenciar a implementação no terreno do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2017/2020. Na prática são os Eixos das várias Comissões Sociais de

Freguesias que terão a função de implementar e operacionalizar as medidas propostas no referido documento. Assim, a responsável de equipa do CDIJ Oriental iniciou esta participação enquanto membro do Eixo 4 – Infância, Juventude e Família, da Comissão Social de Freguesia de Marvila. Esta participação materializou-se nas reuniões do Grupo de Trabalho 1 – Eixo 2. Este G.T., integra diversos parceiros ao nível da cidade de Lisboa, nomeadamente: SCMLx; Associação Humanidades; Nuclisol; CMLx; J.F. Avenidas Novas; Centro Social da Pena; J. F. Misericórdia.

Foi-nos pedido a apresentação de um plano de ação para este ano. Realizaram-se várias reuniões de trabalho, que contaram com a presença de vários parceiros membros de Comissões Sociais de Freguesia. Foram delineadas algumas propostas de ação que irão dar corpo ao PDS 2017 - 2020.

Ao longo do ano 2017, foram sendo elaborados os diagnósticos sociofamiliares das várias situações em acompanhamento. Este é um trabalho fundamental para melhorar a eficácia da intervenção da equipa. No entanto, no decurso do acompanhamento é sempre necessário proceder à atualização do diagnóstico inicial. Podemos dizer que a 1ª meta enunciada é o pano de fundo da intervenção da equipa.

Quanto aos jovens maiores de 18 anos acompanhámos no total de 21, sendo que 7 foram acompanhados de forma regular e 14 de forma pontual. Para todas as famílias e jovens que foram acompanhados regularmente, foram elaborados plano individuais de acompanhamento, tendo portanto a meta proposta sido atingida na totalidade.

Por outro lado, parece-nos importante referir que a metodologia do acompanhamento individual é na intervenção desta equipa uma forte aposta. É transversal a todas as faixas etárias abrangidas. Trata-se de um processo personalizado que permite uma resposta individual por parte da criança/jovem ou família, no qual são vistos como sujeitos ativos na gestão do seu próprio percurso. A relação que se estabelece permite compreender atitudes e motivações, promovendo a autoestima e a orientação do seu percurso.
Face a esta intervenção, podemos concluir que a meta foi largamente alcançada, uma vez que 100% dos jovens que procuraram a equipa, todos foram alvo de acompanhamento individual com vista a dar resposta às suas solicitações e necessidades.

Ao nível dos encaminhamentos, a maioria centrou-se na área das respostas educativas/formativas e mercado do trabalho. As restantes áreas foram ao nível da saúde, justiça e apoio social.

Verificámos que:

- o contato prévio/envolvimento dos diversos serviços, e
- o acompanhamento dos jovens aos serviços nas primeiras vezes; foram estratégias importantes ao nível da sensibilização dos serviços para as problemáticas em causa. Regra geral, são jovens com quem é fácil estabelecer uma boa relação, ainda que apresentem problemáticas difíceis de contrariar (consumos de drogas, fugas de casa, doenças psiquiátricas, promiscuidade, prostituição, tráfico de estupefacientes, infeções sexualmente transmissíveis, etc). Temos vindo a encontrar situações complexas, com problemáticas bastante desafiantes, que registam avanços e recuos, no que se refere à autonomização dos jovens.

Em termos das atividades desenvolvidas e, sobretudo no período de férias escolares, foi possível envolver alguns jovens em atividades comuns (ex. visitas socioeducativas), em conjunto com o grupo dos "Aventureiros".

No que se refere ao trabalho com as famílias ressaltamos que ao longo de 2017 acompanhamos 67 famílias. Deste modo, 45 foram apoiadas de forma regular e 22 de forma pontual. O trabalho com as famílias dos menores acompanhados reveste-se da maior importância, nomeadamente no que diz respeito ao reforço das competências parentais com vista a capacitar estas pessoas para o exercício duma parentalidade consistente, assertiva, efetiva e afetiva. Tendo por base esta premissa, a equipa em todos os contatos que estabelece com as famílias trabalha numa linha de reforço das competências parentais. Verificámos que, de um modo geral as famílias são permeáveis à intervenção da equipa e valorizam o trabalho do IAC.

Quanto ao apoio dados às famílias que nos procuram podemos referir que no global, estas aderem aos encaminhamentos feitos pela equipa. Frequentemente estes encaminhamentos implicam um acompanhamento personalizado por parte da equipa e subsequentemente follow-up junto dos parceiros e do agregado familiar, com vista a garantir o sucesso do encaminhamento inicial. Apesar disso, o ritmo da família nem sempre é o esperado pela equipa, o que exige uma grande flexibilidade e capacidade de gestão da frustração.

Ao longo do ano 2017 foram também realizadas 10 sessões de formação parental/ encontros de mães. A equipa elaborou uma listagem das famílias/mães a abranger nestas sessões. Verificámos, no entanto, que face ao número identificado (cerca de 18), a maioria não compareceu, isto apesar de serem sempre convocadas pela equipa. Regra geral, estas mães têm muitos outros compromissos a que dar resposta e

houve com frequência, coincidências de datas, com consultas, idas a tribunal, reuniões nas escolas, etc. Participaram 4 mães nestes momentos.

Os encontros de mães permitiram veicular informações familiares, obtendo dados revelantes no acompanhamento aos adolescentes e jovens.

Estes encontros permitem conviver com as mães de uma forma informal e criar uma relação mais próxima e de confiança entre técnico e utente. A estratégia delineada pela equipa para estes momentos passou por preparar um tema que era abordado pela técnica, motivando as mães ao debate. Por outro lado, a animadora envolvida neste trabalho preparava um atelier que era dinamizado em simultâneo. Deste modo, as mães e a equipa iam conversando sobre o tema ao mesmo tempo que levavam a cabo a realização de algo que posteriormente poderiam levar para casa. Na 6ª sessão, ao ser abordado o tema da alimentação e os usos e costumes alimentares, surgiu de forma espontânea, a sugestão de que fossem promovidos alguns almoços convívios confecionados pelas próprias mães com pratos típicos dos seus países/regiões de origem.
O balanço do trabalho realizado ao longo deste ano, foi bastante positivo e do agrado das mães. Apesar de considerarmos que o número de participantes ficou aquém do desejado pela equipa, principalmente face às necessidades que identificamos, parece-nos que devemos dar continuidade a estes encontros.
As principais barreiras que identificamos prendem-se com a gestão de prioridades na intervenção face aos acasos com que lidamos diariamente e à sua gravidade e, com a necessidade de manter o foco no apoio às crianças, adolescentes e jovens que se enquadram especificamente no perfil do "nosso" grupo alvo.
Esta equipa trabalha numa comunidade ("em regime de permanência"), sendo vista como um ponto de apoio para s crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Mantém uma postura de abertura e flexibilidade no acolhimento e acompanhamento dos casos que lhe chegam, seja por via de sinalização por parte dos parceiros seja auto-sinalização.

2.2. Centro de Apoio Comunitário

Para que atingíssemos o objetivo específico "Promover a mudança de comportamentos e a aquisição de novas aprendizagens", foi realizado um trabalho ao longo do ano com 2 grupos de crianças distintos: o grupo das crianças mais novas (que passámos a designar de Traquinas) e o grupo dos Cavaleiros (jovens rapazes), tendo como denominador comum a realização de atividades que permitissem o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, ainda que de acordo com as suas idades, necessidades, interesses e motivações. A partir de outubro, criámos ainda mais um grupo (com as mesmas crianças que participam nos Traquinas) para apoio escolar. O grupo das raparigas passou a ser acompanhado através do projeto do Ensino a Distância, que terminou em junho de 2017 e que será avaliado no objetivo específico "Contribuir para a integração e sucesso escolar".

Durante a vigência do projeto do Ensino a Distância, a intervenção no Bº Alfredo Bensaúde sofreu algumas reestruturações, nomeadamente a redução de atividades e da intensidade da ação (a mesma equipa e teve de desdobrar-se entre a escola onde decorriam as aulas e o bairro). Uma das alterações foi a redução do número de sessões semanais com as crianças mais pequenas. Esta situação foi reposta, assim que este projeto terminou, ou seja a partir de julho. Aproveitando as férias escolares, a equipa apostou nas atividades de exterior e nas saídas com as crianças, por forma a retomar o grupo que foi perdendo ao longo do ano pela ausência do bairro. Face a estes constrangimentos, no período em análise, foram realizadas apenas 25 sessões (em contexto de rua e de sala), nas quais abrangemos 68 crianças (22 do género masculino e 46 do género feminino), sendo os principais destinatários as crianças que frequentam o 1º ciclo (entre os 6 e os 12 anos).

A assiduidade este ano ainda foi mais irregular que os anos anteriores. Esta situação fica a dever-se acima de tudo à ausência da equipa no Bairro – fruto do projeto do Ensino a Distância, como já referido.

Deste universo de participantes, podemos considerar que apenas 8 são mais assíduos e têm o diagnóstico sociofamiliar aprofundado. Este pequeno grupo apresenta um maior desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais: é capaz de ajudar os outros; dizer "por favor" e "obrigado" e um maior sentido de responsabilidade e compromisso.

Ao nível das saídas lúdico-pedagógicas, este grupo beneficiou de 7: 2 visitas à Horta d'Oliva; Teatro do Casino de Lisboa; Salinas do Samouco; Parque das Conchas; Minigolfe no Parque 1º de Maio e Oceanário. Estes momentos são fundamentais para a equipa trabalhar regras e impor limites – competências essenciais e que a maioria não tem. Para além da diversão, procuramos que também sejam oportunidades de aprendizagem.

Considerando as grandes dificuldades a nível do sucesso escolar, a equipa decidiu destacar algumas crianças que fazem parte do grupo dos Traquinas que estão a frequentar o 2º ciclo e criar um momento próprio para o apoio ao estudo/trabalhos escolares. Constituiu-se assim um grupo que é apenas frequentado por raparigas, num total de 10, sendo que a adesão ainda é um pouco irregular, estando em sala uma média de 4. No primeiro período do ano letivo de 2017/2018 realizámos 8 sessões. De um modo geral, o grupo apresenta muitas dificuldades de aprendizagem e a maioria não tem apoio por parte das famílias. Têm-se demonstrado curiosas, com vontade de aprender, mas com muita necessidade de um

trabalho individual e de muito reforço da sua autoestima. Este grupo beneficiou, nas férias do Natal, de uma ida ao teatro "Assalto às Lancheiras".

São também 5 elementos deste grupo que participam no novo projeto da Rede Juvenil "Crescer Juntos". Os representantes do Bº Alfredo Bensaúde na Rede Juvenil são 8 no total (6 meninas e 2 rapazes) e a temática para o ano letivo 2017/2018 é sobre os "Direitos do Homem", tendo já acontecido o primeiro intercâmbio. Estes projetos de partilha entre diferentes grupos são muito enriquecedores e promovem um convívio saudável, em particular para as nossas crianças que raramente têm contacto com outras realidades e também para os outros participantes, que ficam a conhecer melhor a cultura cigana. O projeto do ano 2016/2017 também foi muito positivo, no qual destacamos a participação de 6 crianças em 4 encontros/intercâmbios regionais do polo de Lisboa, em que o tema foi sobre a "Orientação vocacional e profissional / empregabilidade / empreendedorismo". Para além destes encontros, houve ainda a participação deste grupo no ensaio para o Encontro dos 20 Anos da Rede Construir Juntos, que aconteceu no IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude) e a participação no dia do Encontro. Não foi possível nenhum elemento deste grupo participar no intercâmbio final, na Quinta das Águas Férreas (3 dias) porque os pais não autorizaram as crianças a dormirem fora de casa.

Apesar de ter sofrido também algumas alterações (algumas sessões foram canceladas e as atividades desenvolvidas foram de caráter mais lúdico), o grupo dos cavaleiros manteve-se com uma frequência semanal e a equipa procurou focar-se em algumas questões mais prioritárias, nomeadamente a frequência escolar e o combate ao absentismo e o abandono escolares; trabalhar algumas competências pessoais e sociais e sensibilizar para algumas temáticas relacionadas com a sua adolescência. No total, foram realizadas 29 sessões com o Grupo dos Cavaleiros.

Durante o ano em análise, passaram pelo grupo 9 rapazes, com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, em que 4 jovens foram assíduos (com mais de 20 presenças). Embora não se tenha conseguido cumprir na íntegra com a planificação, os jovens demonstraram sentido de responsabilidade, "cobrando" e reclamando sempre que a equipa tinha de alterar ou cancelar as sessões. Os jovens mais assíduos apresentam já uma forte identidade de grupo, contribuindo para uma consciência coletiva e para um grupo mais participativo e mais dinâmico. Exemplo disso foi o envolvimento no orçamento participativo juvenil em que foram chamados a dar ideias para o seu bairro.

Também este grupo usufruiu de saídas lúdico-pedagógicas ao longo deste ano: foram ao Pavilhão do Conhecimento, Canoagem no Jamor, Jardim Zoológico e visita ao Estádio do Benfica e Museu Cosme Damião. Estes momentos proporcionam uma melhor relação criança/técnico e são oportunidades de aprendizagem que facilitam a socialização.

Para a concretização do objetivo específico "Sensibilizar as crianças das escolas de primeiro ciclo para os direitos e deveres", continuámos a levar a Ação "Aprender na Rua" à EB1/JI Santa Maria dos Olivais. Através destas sessões lúdico-pedagógicas, foram abrangidas cerca de 90 crianças, num total de 6 turmas: 1 turma do 1º ano; 1 turma do 2º ano; 2 turmas do 3º ano e 2 turmas do 4º ano (em cada turma é dinamizada uma sessão por período). Em 2017, o tema principal continuou a ser "Os Direitos e Deveres das Crianças", tendo sido abordados como subtemas "O direito a brincar" – (A brincar também se aprende) e "Aprender e sonhar o futuro" (A escola e as profissões). No primeiro período do ano letivo 2017/2018, a primeira sessão foi sobre o "Respeito Interpessoal".

A maioria dos alunos referiu que aprendeu e gostou muito das sessões. Os temas foram desenvolvidos de forma dinâmica, com recurso a metodologias ativas e participativas, sendo as principais mensagens reforçadas através de atividades plásticas e da entrega de materiais para ficarem na escola, de modo a serem recordadas pelas crianças e exploradas pelos professores. Os docentes avaliaram maioritariamente as sessões com classificação máxima, no que respeita ao programa, funcionamento e intervenção dos técnicos. Os professores valorizaram muito os temas e a forma de dinamização das sessões.

Em 2017 não foram realizados os ateliers no final de cada período letivo, devido à falta de disponibilidade da equipa que tinha de assegurar o grupo do Ensino a Distância. No presente ano letivo, já conseguimos retomar este compromisso e realizar um atelier sobre o Natal e jogos pedagógicos. Pela primeira vez foi envolvida uma turma da sala do Jardim de Infância, em que as 17 crianças que estiveram presentes revelaram-se muito participativas.

Considerando que a intervenção é desenvolvida junto de uma comunidade cigana, o objetivo específico "Contribuir para a integração e sucesso escolar" assume aqui um especial destaque. É necessário a equipa estar muito atenta à integração das crianças na escola, pois com alguma frequência esta é desvalorizada, acontecendo tardiamente ou, não chegando mesmo a ser efetivada, quando se trata, por exemplo, do ensino pré-escolar.

A educação pré-escolar continua a ser pouco valorizada pelas famílias, cujo modo de vida permite manter as crianças na companhia dos pais. Os pais alegam choros, birras, sono, etc., como justificação para os filhos não irem ao jardim-de-infância.

Como resultado da intervenção da equipa junto das famílias verificámos algumas melhorias na assiduidade de algumas crianças. De salientar que a maioria destas crianças nestas faixas etárias (dos 3

aos 5 anos) não é alvo de uma intervenção direta por parte da equipa, mas sempre que temos conhecimento da existência de menores com esta idade nos agregados acompanhados, fazemos este trabalho de sensibilização, com conversas informais com os pais, em visitas domiciliárias e na articulação com as escolas e outros parceiros para o encaminhamento. Nesta perspetiva, de 31 crianças identificadas, apenas 5 não estão a frequentar nenhum equipamento. Deste universo, 8 integraram o 1º ciclo no presente ano letivo; 14 estão a frequentar o Jardim de Infância e 4 estão matriculadas, mas com um absentismo elevado. Gradualmente, temos vindo a assistir a um aumento do nº de famílias que integram as suas crianças no pré-escolar.

Quando avaliamos a integração no 1º ciclo, podemos constatar que a maioria das crianças que frequenta assiduamente o "Aprender na Rua" está integrada numa escola – o principal problema diz respeito, acima de tudo, à falta de pontualidade e ao elevado absentismo, surgindo pontualmente algumas situações de abandono escolar.

Sendo a integração socioeducativa de crianças e jovens o nosso principal foco, consideramos fundamental a intervenção junto dos pais, cujas expetativas em relação à escola ainda não motivam um investimento importante no acompanhamento da integração escolar das crianças.

A equipa continua a acompanhar o percurso escolar, não só das crianças que apoia de uma forma mais sistemática, como de outras que nos são sinalizadas e que para as quais é necessário articular com os parceiros. Nesta perspetiva, conseguimos recolher informações de um total de 71 crianças, distribuídas entre o 1º, 2º e 3º ciclo e os resultados são os seguintes:

Nº de anos de desfasamento escolar	
Nº de Crianças	**Nº anos de desfasamento**
20	0
20	1
6	2
17	3
4	4
2	5
2	6

Podemos constatar que quase 50% das crianças tem 2 ou mais anos de desfasamento do seu ano escolar face à sua idade, havendo inclusive situações em que chegamos aos 6 anos.

Questões culturais da etnia cigana têm sido apontadas, por parte dos docentes, como fatores de insucesso na integração e aproveitamento escolar das crianças, sendo a desvalorização do papel da escola, o motivo fundamental desta problemática. Neste sentido, o absentismo, o comportamento inadequado na sala de aula e a falta de colaboração dos encarregados de educação são os aspetos mais evidenciados pela escola como obstáculos ao sucesso escolar dos alunos, que, por sua vez, são também os aspetos associados ao modo de vida das famílias ciganas.

Ainda no que respeita a novas estratégias delineadas e com o objetivo de contrariar o diagnóstico preocupante do absentismo e abandono escolares, o IAC assumiu o desafio lançado pela CPCJ Lisboa Oriental e estabeleceu um protocolo de colaboração com a Escola Secundária de Fonseca Benevides (ESFB - sede da modalidade do Ensino a Distância) para integrar alunas nesta modalidade de oferta educativa, criando assim uma oportunidade para que as raparigas nesta situação pudessem continuar os seus estudos e deste modo, elevarem a sua escolaridade.

Esta situação torna-se particularmente mais grave para as raparigas que, por questões culturais são impedidas pelos seus pais de prosseguir os estudos, especialmente quando é feita a transição para a escola de 2º ciclo, porque deixam de estar num meio mais contentor e passam a estar junto dos "rapazes crescidos".

O Ensino a Distância funciona através de uma plataforma digital, constituída por salas de aula virtuais, organizadas por público-alvo, ano e ciclo de escolaridade, com recurso a formas de trabalho síncronas e assíncronas.

No ano letivo 2016/2017, o IAC iniciou com um grupo de 11 raparigas de etnia cigana, com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos, sendo que duas delas estavam numa situação de "casadas", uma delas com um bebé, e outra aluna já tinha estado casada, mas já se encontrava separada do companheiro. Elas estavam distribuídas entre o 5º (8 alunas), o 6º (2 alunas) e o 7º ano de escolaridade (1 aluna), e as aulas decorreram numa sala na EB 1/ JI Santa Maria dos Olivais.

Embora o presente Relatório diga respeito ao ano de 2017, faz-nos sentido uma devolução global dos resultados deste projeto, ou seja, o ano letivo completo (de setembro de 2016 a junho de 2017).

O designado "grupo IAC" foi acompanhado diariamente em sala por elementos desta equipa, que tiveram ao longo de todo o ano um papel fundamental para a concretização deste projeto.

Houve um grande empenho e dedicação por parte de toda a equipa técnica, que, com o objetivo de atingir os melhores resultados possíveis, flexibilizou os seus horários de trabalho (de acordo com horários das alunas), abdicou dos seus momentos de pausa do almoço (eram 3 turmas com horários diferentes e as alunas nunca podiam estar sozinhas) e foram muito além daquilo que lhe é exigido enquanto competências profissionais: foram técnicos de informática, professores, psicólogos, etc. … Para este projeto foi igualmente importante a colaboração de uma estagiária do 3º ano de Serviço Social, assim como de uma colaboradora da Junta de Freguesia dos Olivais.

Foi uma intervenção diversificada e exigente, que incluiu todo o apoio em sala necessário às aulas; a dinamização de atividades de ocupação dos tempos livres; a articulação permanente com as entidades parceiras e com as famílias.

Para que se fique com uma ideia da diversidade e intensidade do trabalho realizado, passamos a descrever, ainda que com algum pormenor, o tipo de ações que foram realizadas ao longo dos 3 períodos letivos:

- **Atividades em sala com as alunas de apoio às aulas**:
  - Gestão de comportamentos;
  - Apoio e assistência às alunas nas questões informáticas;
  - Resolução de problemas informáticos (hardware/software);
  - Bloqueio de alguns *sites*; manutenção e substituição de equipamentos;
  - Fornecimento/distribuição de materiais necessários para as aulas (material de desenho/calculadora/esquadro, transferidor, folhas, etc.);
  - Digitalização de trabalhos;
  - Apoio individualizado na realização de fichas e tarefas;
  - Controle de tarefas em atraso;
  - Controle e registo da assiduidade diário;
  - Distribuição de folhas de justificação de faltas pré-preenchidas para as alunas levarem aos pais;
  - Pesquisa de matérias escolares e impressão de resumos p/ ajudar na preparação dos testes e para TPC's;
  - Conversas individuais de motivação com as alunas;
  - Contactos com os professores durante as aulas sempre que necessário.

- **Organização e dinamização de atividades para ocupação de intervalos e tempos livres**
  - Atividades de expressão plástica, elaboração de 1 *book* individual de fotografias, pesquisa de músicas, expressão musical, sopas de letras, jogos de tabuleiro);
  - Comemoração de datas festivas: Carnaval, Páscoa, dia do pai, dia da mãe, dia da criança e aniversários;
  - Acompanhamento das alunas durante os intervalos e durante a pausa para almoço (diário);
  - Saída com as alunas ao Jardim da Portela na Páscoa;
  - Atividade no Parque das Nações com uma aluna no âmbito da sua participação num concurso de fotografia promovido pela ESFB;
  - Atividade de encerramento do ano letivo;
  - Lanche de despedida do EaD – após aulas terem terminado;

- **Articulação com a Escola e outras entidades**
  - Acompanhamento das alunas à sessão de abertura do ano letivo na ESFB;
  - Acompanhamento das alunas à formação inicial na ESFB (3);
  - Deslocação à ESFB (2) para aquisição de material escolar na papelaria;
  - Justificação de faltas na plataforma (semanal);
  - Visita da ESFB à sala de EaD do IAC;
  - Reuniões via *skype* (9) e via telefone (13) com as Diretoras de Turma;
  - Contactos com a equipa de apoio técnico ao tribunal (2);
  - Contatos com o Serviço de Psicologia do IAC e acompanhamento de uma aluna do EaD a consultas (2);
  - Envio de informações sociais (5);
  - Deslocações à ESBF (3) para efetuar renovações de matrícula;
  - Reuniões com professora de Ensino Especial (2);
  - Reunião com a coordenação do EaD (1);
  - Contatos diversos e reuniões (2) com escolas locais para encaminhamento das alunas p/ o ano letivo 2017/2018.

– **Ações de acompanhamento à família**
  . Reunião com pais das alunas (1);
  . Sensibilização constante para a importância da assiduidade;
  . Contatos telefónicos com os pais (diariamente);
  . Atendimento às famílias (5);
  . Visitas domiciliárias (70);
  . Acompanhamento de pais de aluna p/ tratar de documentos necessários à continuidade da mesma no EaD;

O primeiro período foi conturbado acima de tudo pela novidade do projeto, tanto para a equipa, como para as alunas. Para além das dificuldades inerentes ao funcionamento da modalidade à distância (problemas informáticos, aprender a funcionar com os programas e a plataforma, etc., etc.), foi também necessário, em simultâneo, lidar com a frustração da maioria das alunas, que estava ali contrariada, dizendo que fora decisão dos pais, mas que elas preferiam ter ficado nas escolas com ensino presencial.

Logo no início, a equipa percebeu que a assiduidade iria ser um problema. A maioria das alunas tinha uma presença irregular, acabando os pais por justificar as suas faltas, alegando motivos de saúde. A equipa procurou continuamente promover a melhoria da sua assiduidade, falando com as alunas e com os pais. Empenhou-se em garantir que os pais justificassem as faltas, controlando continuamente a assiduidade das alunas e contactando frequentemente os pais para alertar para as consequências da falta de assiduidade.

Uma outra dificuldade prendeu-se com o acesso ao mundo da internet… A maioria destas alunas não tinha computador em casa, nem acesso à internet, portanto, o facto de passarem a ter à sua disposição estes meios foi algo muito apetecível, e muito difícil de gerir a sua correta utilização. Apesar dos vários bloqueios realizados (às redes sociais, Youtube, etc.), das permanentes chamadas de atenção por parte da equipa, foi uma luta ao longo de todo o ano para tentar que as alunas estivessem atentas e assistissem efetivamente às aulas. Frequentemente entravam no fórum de conversação durante as aulas ou entravam em outros sites, ignorando as chamadas de atenção da equipa, incumprindo as regras estabelecidas. A equipa ocupou grande parte do tempo a gerir comportamentos, quer em sala, quer nos momentos de intervalo (com frequência arranjavam conflitos com as crianças mais pequenas ou tentavam sair da escola sem autorização).

Todos estes fatores de distração não foram abonatórios para as grandes dificuldades destas alunas, que na sua maioria apresentou uma grande falta de conhecimentos, dificuldades em acompanhar as matérias, bem como poucos hábitos de trabalho. As alunas solicitaram muito o apoio individualizado da equipa para a interpretação de perguntas ou para a realização de fichas, mostrando-se muito receosas em expor as suas dificuldades aos professores e restantes colegas da turma.

Estas dificuldades foram crescendo à medida que o número de faltas ia aumentando. Ainda assim, e porque os professores consideraram que o primeiro período foi de adaptação, a avaliação do 1º período foi razoável, em que 4 alunas não tiveram negativas.

Foi possível concluir que houve uma relação direta entre o absentismo e o nº de negativas – as alunas com maior assiduidade e que manifestaram maior empenho durante as aulas, foram as que tiveram menos negativas. Houve uma aluna que ficou retida, era uma das "casadas" (sem filhos) e que praticamente não foi às aulas. Foi-lhe aplicado um plano de recuperação, que não cumpriu. Com base num relatório elaborado pelo IAC, a Escola sinalizou a situação à CPCJ.

Durante este primeiro período, ficou claro que a maioria dos pais não valoriza o empenho e o sucesso escolar, nem o facto de as filhas faltarem. Aliás, por vezes, são os próprios a incentivarem o absentismo ou a não criarem as condições para a frequência escolar.

No segundo período, todas as alunas se desmotivaram, pioraram os seus comportamentos e assiduidade em relação ao 1º período, o que exigiu um grande esforço e investimento por parte da equipa. Algumas alunas frequentemente recusavam-se a trabalhar, procurando utilizar os computadores para as suas pesquisas pessoais e desestabilizavam as restantes colegas de sala, exigindo a intervenção constante da equipa para gerir comportamentos desadequados e conflitos.

Algumas alunas referiam que só vinham à escola para que os pais não tivessem problemas, acrescentando que não precisavam de aprender mais, nem de aumentar a sua escolaridade, porque o seu futuro seria a venda.

Os pais, por seu turno, exigiam à equipa o papel de guardiões da "honra" das filhas, o que se traduziu numa dificuldade acrescida, dado os comportamentos das jovens (ex: conversas com rapazes, namoros ao portão, telemóveis sem conhecimento dos pais, conversas sobre fugas de casa, etc.).

Alguns pais continuaram a desresponsabilizarem-se totalmente das questões escolares, desvalorizando o facto de as filhas não quererem aprender ou transitar de ano e desculpabilizando-as frequentemente quando as mesmas não queriam ir às aulas, justificando-as por motivos de saúde inexistente. Foram

inúmeros os contactos telefónicos, assim como as visitas domiciliárias às famílias (estas últimas, cerca de 70).

Esta desmotivação crescente, assim como os comportamentos desadequados em sala, eram percecionados pelos professores, que optaram por pedir que a equipa do IAC que não mantivesse o apoio individualizado, a fim de autonomizarem mais as alunas. Esta medida veio agravar os comportamentos porque aumentou o nível de desmotivação (como não conseguiam acompanhar as matérias, arranjavam fatores de distração). A equipa como não podia estar junto das alunas, tinha mais dificuldade em controlar o que faziam no computador.

Como estratégia para motivar as alunas e reduzir o tempo que estavam no computador, a equipa procurou ocupar os poucos tempos livres disponíveis com a realização de ateliers que fossem do seu interesse. Os horários das 3 turmas encontravam-se sobrepostos, havendo falta de tempos em comum para a realização de atividades extra curriculares, remetidos para os intervalos de 15 minutos e para a pausa de almoço. Ainda assim, conseguimos criar alguns momentos de descontração, com música e canto; a construção de um álbum de fotografias; sessões fotográficas; pintura; comemoração de aniversários e de datas festivas, ateliers de expressão plástica, jogos de tabuleiro, etc. No entanto, estas atividades que tiveram uma boa adesão, tinham como problema conseguir que as alunas retomassem as aulas.

Apesar de todos os esforços desenvolvidos, no final do 2º período, tal como era de esperar, a avaliação piorou. Em vez de uma, passámos a ter 5 alunas retidas por faltas (todas do 5º ano) e em vez de 4 alunas com zero negativas, passámos só a ter uma.

No 3º período, a equipa dirigiu os maiores esforços às alunas que continuavam a comparecer às aulas, conversando continuamente com as mesmas para manter a sua motivação, apoiando-as na compreensão das matérias e das tarefas a realizar, sensibilizando-as para a importância da assiduidade e da participação, chamando-as à atenção sempre que se distraíam e controlando as faltas e a entrega das respetivas justificações.

As alunas que reprovaram foram as mais absentistas e que ao longo do ano letivo foram manifestando mais desmotivação, mais falta de interesse, mais falta de empenho na realização das tarefas, fraca participação e fraco envolvimento nas aprendizagens. Estas alunas não cumpriram os planos de acompanhamento pedagógico individual, não frequentaram as aulas da sala de estudo e não realizaram os trabalhos de recuperação, apesar de todos os esforços da equipa. Estas situações foram igualmente sinalizadas pela Escola à CPCJ, mediante um relatório do IAC.

Apresentamos agora o quadro com a avaliação final das alunas do Ensino a Distância e onde, uma vez mais, fica clara a relação direta entre o número de faltas e o sucesso escolar:

Avaliação Final das Alunas do Ensino a Distância			
Ano	**Nº de Faltas**	**Nº de Negativas**	**Avaliação Final**
5º	399	-	Retida por faltas
	488	-	Retida por faltas
	348	-	Retida por faltas
	264	4	Transitou
	465	-	Retida por faltas
	112	3	Transitou
	742	-	Retida por faltas
	525	10	Não Transitou
6º	198	1	Transitou
	174	0	Transitou
7º	305	1	Transitou

O sucesso escolar e a certificação das alunas era um objetivo do IAC, mas não era preocupação dos pais ou das próprias alunas. Ficou aqui patente que os motivos alegados pelos pais para não deixarem as filhas irem para a escola do 2º ciclo (o contacto com os rapazes mais velhos), não corresponderam à verdade. O real motivo prende-se com a desvalorização da escola e é um trabalho que deve ser feito a longo prazo, junto destas famílias, em concertação com todas as entidades que intervêm junto delas, pois estamos a falar da mudança de hábitos e atitudes próprios de uma cultura ainda pouco permeável.

Ainda que conscientes das dificuldades que este projeto iria ter, a equipa acreditou que os pais valorizassem e aproveitassem esta oportunidade que o IAC criou, até porque foi fruto de um diagnóstico, não só junto dos parceiros, mas acima de tudo, junto das famílias que há muito reclamavam pelo Ensino a Distância para as suas meninas. Houve um grande investimento técnico, financeiro e humano por parte do IAC, da Junta de Freguesia dos Olivais, da EB 1 Santa Maria dos Olivais e de outras entidades que se quiseram juntar-se a este projeto, colaborando na cedência de equipamento informático, para que todas as condições estivessem reunidas para a boa execução e sucesso do mesmo.

Ainda assim, não podemos deixar de realçar as 5 alunas que transitaram e que conseguiram subir mais um degrau neste árduo caminho da escolaridade. Foram as que faltaram menos durante o ano, e que participaram mais nas aulas, realizando a maioria das tarefas propostas. Embora estas alunas tenham tido alguns níveis negativos no 2º período, conseguiram recuperar na reta final, porque dedicaram algum esforço e empenho. São também alunas com famílias mais preocupadas e empenhadas na vida escolar das filhas, acabando por demonstrar orgulho e satisfação com os resultados obtidos.

Sem dúvida, que todas as alunas desenvolveram muito as suas aptidões informáticas, nomeadamente através do portal da escola e do acesso a programas e aplicações da internet (algumas alunas nem sabiam ligar o computador!).

Mesmo para as alunas que menos aproveitaram esta medida, sentimos que este acompanhamento diário e sistemático ajudou a fortalecer a relação de confiança com a equipa e queremos acreditar que conseguimos reforçar algumas competências pessoais e sociais.

Embora tenha sido uma decisão amplamente discutida, a direção do IAC tomou a decisão de para o ano letivo 2017/2018 não dar continuidade à medida do Ensino a Distância. Os motivos prendem-se, acima de tudo, por duas razões:

1) Os resultados obtidos não corresponderam às expetativas. Não propriamente no que diz respeito ao nº de alunas que transitou (perto de 50%), mas acima de tudo, porque percebemos que a motivação das alunas foi muito pouca ou nenhuma, que as famílias não valorizaram todo o investimento que foi feito, nem a oportunidade que lhes foi dada. O IAC esteve numa luta a sós pelo sucesso escolar destas alunas.

2) Por outro lado, este projeto foi pensado para dar resposta a um problema específico do absentismo e abandono escolares das raparigas adolescentes e como um complemento à restante intervenção que era desenvolvida no Bairro Alfredo Bensaúde, com os objetivos específicos dirigidos às crianças, ao Grupo dos Cavaleiros, às famílias e ao Grupo Comunitário. No entanto, este projeto acabou por ser mais exigente em termos dos recursos humanos (3 pessoas permanentemente em sala), não só ao nível da presença física, como também da entrega pessoal e do desgaste emocional que acabou por provocar na equipa. De realçar, que a mesma equipa, tinha outros objetivos a cumprir no bairro e que muitas vezes não conseguia manter esse compromisso. Para além do transtorno da dispersão física (escola/bairro), tinha os apelos das famílias e das crianças que reclamavam a presença da equipa no bairro. Como resultado e conforme fica espelhado neste relatório de avaliação, houve uma redução significativa no número de crianças acompanhadas, assim como no número de ações realizadas.
   Face a esta avaliação, a opção foi a de investir em ações preventivas, junto das crianças mais novas, na comunidade, para se trabalhar esta questão do absentismo o mais precocemente possível, em conjunto com as suas famílias. Continuamos a acreditar que a modalidade do Ensino a Distância pode ser uma opção para algumas situações e, apesar de não termos dado continuidade no ano letivo 2017/2018, podemos retomá-lo num outro momento se avaliarmos que estão reunidas as condições necessárias.

Ainda assim, a equipa assumiu o compromisso com estas alunas e famílias, de apoiar em todo o processo de encaminhamento para o ensino presencial. Das 11 alunas, apenas uma continuou no EaD, por vontade da família e porque a mesma reunia as condições exigidas. A esta aluna em particular, a equipa acompanhou-a nas ações de formação na escola e em outros momentos em que a família foi chamada; ajudou com todas as questões informáticas e na articulação com a Escola Secundária Fonseca de Benevides. As restantes alunas foram integradas nas escolas locais, à exceção de uma aluna que foi para fora de Lisboa e ao regressar ficou colocada numa escola longe de casa – o que a mãe recusou e, por esta razão, está ainda a aguardar vaga na escola pretendida.

A falta de instituições sediadas no bairro, com uma intervenção social, faz com que o objetivo "Apoiar e encaminhar as famílias para as instituições/serviços competentes, coresponsabilizando-as de forma a garantir a satisfação das necessidades biológicas e psicossociais das crianças" assuma um particular destaque na intervenção desenvolvida por esta equipa. Embora grande parte das famílias esteja a ser acompanhada pela Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (a maioria é beneficiária do RSI) e por vezes até por mais entidades, o facto é que as famílias recorrem muito à equipa do IAC para pedidos de apoio de diversa ordem. Ainda existe alguma resistência na deslocação aos serviços, algumas vezes por desconhecimento, outras por dificuldades de entendimento dos assuntos a tratar (é importante recordar que muitas destas pessoas não sabem ler nem escrever).

Todas as famílias que solicitaram apoio pontual (total de 38) foram encaminhadas para as respostas competentes ou foram alvo de um acompanhamento direto por parte da equipa, nas áreas da educação, habitação, serviço social, saúde e cidadania. Para além destas famílias que foram alvo de uma intervenção pontual, acrescem ainda aquelas que são alvo de um acompanhamento sistemático (cerca de 33), sendo que a maioria tem crianças em risco no seu agregado, algumas delas acompanhadas por nós através das nossas atividades. No acompanhamento às famílias foram priorizadas as situações de maior carência e de situações de abandono escolar.

O quadro seguinte dá uma perspetiva da intensidade da ação junto destas famílias.

Tipologia de Ações	Nº de Ações
Atendimentos (principais assuntos: prestações sociais; regulação poder paternal; tribunal; habitação; matrículas escolares; articulação/mediação com serviços; EPAL, etc.)	223
Visitas domiciliárias Visitas Domiciliárias no âmbito do EaD	47 70
Visitas domiciliárias integradas (SCML/Escola)	32
Acompanhamento a serviços (Humana; Ótica, CML, Tribunal de Menores, SOS Criança, Escolas, etc.)	42
Encaminhamento para entidades para apoio material	Vários
Contactos e articulação com outras instituições e serviços	Vários
Outros apoios (marcação de consultas, preenchimento de formulários, leitura de correspondência, etc.)	Vários

Apesar da relação de proximidade com as famílias ter vindo gradualmente a melhorar, assim como a relação de confiança, prevalece a dificuldade em a equipa conseguir mobilizá-las para a participação em ações específicas (quer sejam relacionadas com os filhos ou em benefício próprio).

É importante salientar que esta população nunca foi alvo de uma intervenção consistente e sistemática por parte de alguma entidade e isso reflete-se ao nível do seu envolvimento em iniciativas que não sejam de âmbito comunitário. O desconhecimento e a desconfiança do que se vai passar; as tarefas domésticas e os filhos; o receio ou mesmo a não permissão por parte dos maridos apresentam-se como as principais razões para a sua não adesão às iniciativas.

Ainda enquadrado neste objetivo específico, e assumindo como estratégia uma intervenção o mais precocemente possível junto das famílias, foi criado um projeto de capacitação parental para jovens mães, com crianças dos zero aos 3 anos, designado "Hora do Mimo". Com uma frequência semanal, pretendemos com estas sessões de 1h30, criar um espaço informal de partilha entre as participantes sobre a sua experiência pessoal de maternidade e sensibilizar para áreas temáticas relacionadas com o desenvolvimento saudável da criança, sempre através do recurso a metodologias práticas e dinâmicas.

Foram identificadas cerca de 17 jovens mães que se enquadravam nos critérios, no entanto, nas 4 sessões realizadas, participaram apenas 9 e com uma assiduidade reduzida. Tem sido difícil conseguir mobilizá-las para a atividade, mas quando vão, participam e fazem uma avaliação positiva.

A equipa tem adotado diferentes estratégias para motivar estas mães, nomeadamente, mudar os horários, ir chamar a casa, oferta de produtos de higiene, etc.. A sua participação iria permitir aprofundar o diagnóstico e avaliar as dificuldades e potencialidades das participantes no seu papel enquanto mães e cuidadoras dos seus bebés. Apesar das dificuldades, consideramos que foram dados os principais passos para a futura capacitação e reforço das suas competências parentais.

O objetivo "Identificar situações de risco e colaborar na sinalização, criação e implementação de planos de inserção" requer um grande investimento por parte da equipa, não só pelo elevado número de crianças diagnosticadas como estando em situação de risco, assim como, por vezes, pela gravidade das mesmas. As principais problemáticas identificadas são ao nível da Educação (Abandono escolar/ Absentismo/ Insucesso escolar/ Dificuldades de aprendizagem); Problemas de comportamento (na escola/nas atividades do IAC/comportamentos ilícitos); Negligência Familiar (higiene/saúde/alimentação/acompanhamento escolar); Carência Socioeconómica; Violência doméstica; Casamento precoce e Parentalidade precoce.

Assim, relativamente a este objetivo, foram identificadas 70 crianças em situação de risco. Apesar da maioria ter mais de uma problemática associada, as questões relacionadas com o absentismo e/ou abandono escolares são as que têm uma maior expressão. Deste universo, cerca de 60% das crianças teve durante o ano de 2017 um acompanhamento direto por parte da equipa através dos diferentes grupos (Aprender na Rua; Cavaleiros; Apoio Escolar; Hora do Mimo; EaD e acompanhamento individual). As restantes crianças são acompanhadas enquanto agregado familiar ou estão em fase de diagnóstico.

As crianças identificadas como estando em situação de risco são normalmente sinalizadas em contexto do Grupo Interinstitucional de Casos e pelas entidades que participam: EB 1/JI Santa Maria dos Olivais, IAC e SCML e resultam da observação direta dos casos. Há também um número significativo de situações da EB2,3 das Piscinas dos Olivais pela presença da assistente social do agrupamento. Podem ainda surgir sinalizações vindas de outras entidades, como o Centro de Saúde, outra Escola, etc. Há sinalizações que designámos de "mistas" e que são aquelas em que há mais de uma entidade a sinalizar a situação.

Foram realizados 27 planos de intervenção conjuntos com outras entidades (SCML e Escola) para as situações prioritárias. À exceção de uma criança, todas têm um plano de intervenção integrado com os parceiros que podem ter um papel ativo no seu acompanhamento. Dependendo das situações, por vezes há a necessidade de envolver outras entidades nesses planos (por exemplo, da área da saúde). Para além destes planos realizados no contexto deste grupo, foram realizados mais 4 Acordos de Promoção e Proteção, todos eles com a EATTL (Equipas de Apoio Técnico ao Tribunal de Lisboa). Cumpre aqui destacar a boa colaboração dos parceiros envolvidos que foram correspondendo positivamente ao desenvolvimento de uma intervenção integrada.

As entidades com as quais temos vindo a desenvolver um trabalho integrado para a resolução das situações são: a Gebalis e a C.M. Lisboa para as questões habitacionais; a SCML Oriental (equipa de acolhimento social e equipa de apoio à família) que constitui um dos parceiros privilegiados, na medida em que acompanha a maior parte das famílias sinalizadas por nós; a CPCJ Oriental; EATTL; Escolas (EB1 Stª Maria dos Olivais, EB 2,3 das Piscinas, Escola Secundária de Fonseca Benevides, Panioli - receção de sinalizações, encaminhamentos, pedidos de vaga, integrações de alunos em abandono escolar, etc.); a Associação da Famílias Diferentes (apoio ao nível da alimentação); o Centro de Saúde dos Olivais; Clínica da Encarnação, Hospital Júlio de Matos; Unidade de Saúde da SCML Dr. Domingos Barreiro; entre outras.

Face aos resultados desta avaliação, devemos realçar a gravidade da situação geral da população infantil e juvenil desta comunidade. Consideramos que as questões culturais e as dificuldades económicas contribuem em grande medida para a situação atual. Sendo particularmente a área da educação a principal problemática identificada, foi aquela que mereceu uma maior atenção por parte da equipa, alertando logo desde o início os parceiros para a necessidade de uma intervenção integrada. A relação das crianças com a escola reflete a desvalorização que a comunidade em geral tem acerca desta entidade e, por este motivo, considera-se essencial a intervenção junto das famílias. Destacamos, também, as situações precárias de habitabilidade, a falta de recursos e a instabilidade de algumas famílias, como problemas graves que condicionam o desenvolvimento equilibrado das crianças e jovens.

Em relação à devolução dos resultados obtidos ao nível do trabalho interinstitucional – "Promover /apoiar a criação e/ou o desenvolvimento de grupos interinstitucionais comunitários", temos a destacar o Grupo Comunitário do Bº Alfredo Bensaúde e do qual fazem parte os seguintes parceiros: Gebalis (entidade dinamizadora); DHURS; IAC; SCML; Escola EB1 Santa Maria dos Olivais; Escola 2,3 das Piscinas; PSP; Centro de Saúde; Junta de Freguesia dos Olivais; Associação das Famílias Diferentes, Fundação Aga Khan; ISCTE; Pastoral dos Ciganos, Elo Social, a Associação Jorge Pina, a CPCJ Lisboa Oriental e a Associação de Mulheres sem Fronteiras.

Deste grupo, destacamos o subgrupo de casos (já mencionado no objetivo específico anterior) e que manteve a dinâmica das reuniões mensais, onde são feitas as sinalizações de crianças em risco, o seu acompanhamento e encaminhamento para as entidades competentes.

No primeiro semestre do ano 2017, o Grupo Comunitário Bensaúde teve uma quebra no que respeita à participação dos parceiros, assim como das atividades desenvolvidas.

No entanto, os parceiros mais ativos mantiveram uma presença assídua, nomeadamente: o IAC, a Junta de Freguesia dos Olivais, a EB1 Santa Maria dos Olivais, a SCML e a Gebalis. A dinâmica do grupo centrou-se praticamente em torno das atividades do Projeto BIPZIP "Sai da Caixa Bensaúde" (promovido pela Junta de Freguesia e pela Associação Jorge Pina), do qual fazem parte os seguintes parceiros: ISCTE, SCML, Agrupamento Escolas das Piscinas, Secretariado Diocesano de Lisboa da ONPC, IAC, Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania.

Pela proximidade da equipa e pela intervenção junto das crianças e jovens, o IAC foi a entidade com uma participação mais assídua em quase todas as iniciativas realizadas, nomeadamente: Gincana do Ambiente, Atelier "Plantas que Comemos" – dinamizado pela Gebalis, 2 Visitas à Horta dos Olivais, 2 Festivais Bensaúde e 2 Manhãs Desportivas. Para além destas atividades dirigidas ao grupo alvo, houve ainda a participação do IAC em várias reuniões de preparação e avaliação de atividades; de divulgação dos novos projetos, entre outras.

Houve ainda a colaboração do IAC, enquanto parceiro formal, na candidatura promovida pela Junta de Freguesia e a Associação Jorge Pina, a um novo projeto BIPZIP, com o nome "Somos Tod@s Bensaúde" – o qual foi aprovado e que terá a duração de um ano (o anterior projeto terminou em outubro e o novo começou em setembro).

O Grupo Comunitário beneficiou ainda da entrada de um novo parceiro – a Associação de Mulheres Sem Fronteiras e de um novo projeto BIPZIP "Bensaúde Faço P(arte)". Trata-se de mais uma entidade que vai desenvolver atividades para a população do bairro, dirigidas principalmente ao público feminino. A integração de novos parceiros e de novas atividades implicaram uma reestruturação da ocupação do Espaço Bensaúde.

A equipa "Bensaúde" tem vindo assim a crescer e foi a pensar em estratégias de melhorar a articulação entre todos que o IAC propôs e promoveu, com a colaboração da equipa do Centro das Redes Sociais, uma ação de formação para os parceiros que fazem parte do Grupo Comunitário. Sob o lema "Talento ganha jogos, trabalho em equipa ganha campeonatos", a equipa "Bensaúde" vivenciou a mais-valia da cooperação e do trabalho em equipa, através de jogos e dinâmicas de grupo. Foi uma tarde de reflexão, partilha, entrosamento e convívio entre os 19 elementos que participaram. O Brunch Natalício foi também um momento de convívio, de reflexão e de aspirações positivas para o ano de 2018.

Os parceiros do Grupo Comunitário participaram na mesa redonda do Projeto Intesys – Serviços Integrados para a infância, com a apresentação da dinâmica do Grupo e em particular, do Grupo Interinstitucional de Casos. Trata-se de um projeto-piloto, que em Portugal tem como entidades promotoras a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Aga Khan. Os objetivos desta mesa redonda foram: desenvolver e aprofundar conceitos sobre integração de serviços entre setores e mobilizar parceiros territoriais do Grupo de Parceiros Locais para o Intesys.

Na sequência desta apresentação, o Grupo Comunitário foi novamente convidado, agora pela CLAS e no âmbito da implementação do plano de ação de 2017 (do Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020), para participar no "Workshop sobre intervenções interinstitucionais e sinalização e acompanhamento de crianças e jovens" para apresentar a sua boa prática de articulação interinstitucional do Grupo Interinstitucional de Casos, por forma a poder ser replicada por outras entidades em outras zonas da cidade de Lisboa. Com estas iniciativas, podemos dizer que o Grupo está a ir além fronteiras e como exemplo de uma boa prática.

Durante este ano houve ainda a participação numa reunião e a adesão do IAC à Comissão Social de Freguesia dos Olivais. Somos também membros do Conselho Olivalense, mas durante o período em análise não se realizou nenhuma reunião ou atividade.

As tão aguardadas obras de remodelação do Espaço Bensaúde iniciaram no final do mês de dezembro, o que implicou uma retirada provisória da equipa da comunidade. De acordo com informações prestadas pela Junta de Freguesia dos Olivais, perspetiva-se que seja por um curto período de tempo.

A ação "Aprender na Rua" continuou a apostar no princípio metodológico do Projecto Rua -"…ir ao encontro e estar com…", em contexto de rua, de bairro. Através de atividades lúdicas e pedagógicas atingimos aquilo que consideramos ser o essencial: o diagnóstico, a sinalização e o acompanhamento / encaminhamento das situações de risco/perigo e desta forma prevenir que situações mais graves possam acontecer. E é aqui que se torna fundamental a articulação entre as instituições locais e a existência de grupos interinstitucionais que respondam às principais necessidades da população das comunidades.

3. NÍVEL DO REVALORIZAR

3.1. Centro das Redes Sociais

3.1.1. Eixo da Divulgação/Transferibilidade

A intencionalidade de divulgar e de partilhar a metodologia de intervenção do Projecto Rua, prende-se com a necessidade constante de recriar e inovar estratégias de intervenção e de incentivar a partilha de boas práticas, no sentido de reforçar a criação de sinergias institucionais.

Como exemplo disso, no primeiro semestre foi lançado o livro "Crianças em Situação de Rua: O Caso do IAC – Projecto Rua "Em Família para Crescer", da autoria da Coordenadora do Projecto Rua.

No estudo e investigação apresentados neste livro pretende-se analisar a problemática das crianças em situação de rua na cidade de Lisboa, recorrendo à metodologia de intervenção desenvolvida pelo IAC-Projecto Rua ao longo de 25 anos.

Através de uma pesquisa exploratória de estudo de caso único, apoiada numa abordagem qualitativa teórico e analítica, faz-se uma análise aprofundada do Projecto que visou a compreensão do seu papel na construção de percursos de inclusão, em torno das seguintes dimensões: como Observatório Social da problemática, como Laboratório Social, como Serviços de Cuidados de Proximidade e como contributo

para a adequação de Políticas Públicas.

Como resultado do reconhecimento que nos é prestado por diferentes instituições, nomeadamente no que diz respeito à metodologia de intervenção que nos caracteriza, recebemos pedidos para partilharmos o nosso *know how*, com alunos do ensino superior, de investigadores universitários e de organizações da sociedade civil. Recebemos, também, convites para colaborar enquanto preletores em vários seminários e para dinamizar vários workshops de formação sobre temas de particular interesse para quem trabalha com populações mais vulneráveis a situações de risco.

Na sequência de um pedido por parte da Escola Secundária Fernando Namora para ministrarmos uma ação de formação sobre "Intervenção com famílias em risco" aos alunos do Curso Técnico Profissional de Intervenção Comunitária e tendo em conta o avolumado número de pedidos para formação nas escolas, a equipa das redes, e em total concordância com os docentes do curso, optou por realizar uma palestra subordinada à metodologia de intervenção comunitária desenvolvida pelo Projecto Rua.

Na qualidade de membro da Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico (RAPVT), o IAC – Projecto Rua continua com um papel ativo, participando na elaboração do Plano de Ação, na sua execução e na sua avaliação. Associou-se à campanha de sensibilização e de combate contra o tráfico de pessoas e assinalou o Dia Mundial de Combate ao Tráfico de Seres Humanos fazendo a sua divulgação através das redes sociais e site do IAC.

Gostaríamos de destacar que o relatório do GRETA (*Group of Experts on Action Against Trafficking in Human Beings)*, publicado em 17 março 2017 pelo Conselho da Europa, faz referência ao Instituto de Apoio à Criança, como um bom exemplo nos esforços de implementação em Portugal, da Convenção do Conselho da Europa na Ação contra o Tráfico de Seres Humanos. Em 2013, no âmbito do Projeto "*Catch & Sustain*", o IAC teve a oportunidade de aprofundar a investigação do fenómeno e de construir um Manual de formação para profissionais que trabalham com crianças e jovens, construindo também um Plano de formação/prevenção dirigido às crianças e jovens. Estas são as medidas consideradas pelo grupo de especialistas, como boas práticas na prevenção do Tráfico de Crianças.

No que respeita à divulgação da intervenção do Projeto Rua que é feita através dos media, e que este ano se traduziu em 4 reportagens, foi dada resposta à totalidade dos pedidos. Verificámos que esta divulgação nos media, tem sempre um enorme impacto, nos dias que se seguem, temos um aumento muito significativo de contactos e de telefonemas, a solicitar vários tipos de apoio, de orientações e/ou informações relacionadas com crianças e jovens em risco e/ou perigo.

No âmbito das ações de divulgação do IAC junto das Universidades, o Projecto Rua foi selecionado para beneficiar de uma iniciativa de cariz solidário. Assim, no âmbito da prática das praxes académicas, 46 caloiros e entidades praxantes do curso de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova uniram-se para revitalizar o quintal do Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil - zona centro.

Assim, os alunos muniram-se de luvas, ancinhos, enxadas, rolos e tinta e meteram mãos á obra, na limpeza do logradouro e pintura de muro. Foi uma tarde cheia de energia, e como profissionais asseguraram a limpeza, desbaste, eliminação de ervas indesejáveis, poda e transplantação de plantas.

O grupo dividiu-se em diferentes equipas, foram-lhe atribuídas tarefas e com espirito jovial, não faltou o bom humor, entusiasmo e o trabalho inter equipas.

Com esta iniciativa ficou demonstrado que a praxe pode ser união, solidariedade, diversão e acima de tudo sinónimo de responsabilidade social.

O Instituto de Apoio à Criança - Projecto Rua louva esta ação, considerando-a uma boa prática de empreendedorismo social e agradece a tinta, o trabalho e empenho de todos os que participaram, proporcionando desta forma uma melhoria das condições do pátio que serve de suporte à equipa, na intervenção que é desenvolvida com as crianças, jovens e famílias acompanhadas.

3.1.2. Formação

Tendo como premissa a promoção da reflexão sobre a problemática da criança/jovem em risco e o reforço de conhecimentos e a transferibilidade de metodologias, o Eixo da Formação procurou, ao longo do ano, dar continuidade à criação de mecanismos para melhorar o sistema de gestão da formação, pelo que não podemos deixar de referir a importância da uniformização dos procedimentos a ter em conta nesta área por parte dos diferentes setores do IAC.

Para melhor responder aos inúmeros pedidos que nos chegam em termos de formação e porque queremos cada vez mais apostar na qualificação e reforço de conhecimentos de todos quantos se interessam pela temática das crianças em risco, estamos em fase de conclusão do Manual de Qualidade Formativa, para obtenção do grau de Certificação.

O Projeto Rua continuou a apostar na formação da sua equipa, cujas mais-valias se refletem nos quatro domínios do saber, reforçando os conhecimentos ao nível das problemáticas, dos recursos existentes, das estratégias e práticas de intervenção, permitindo melhorar a eficácia e eficiência da sua atuação.

Este ano, na sequência da aprovação dos projetos IAC apresentados ao Programa RAAML, fomos convidados a participar na Formação Gestão e Qualidade para as Organizações Sociais – uma formação teórico-prática que visa aumentar a eficiência e a eficácia das instituições a nível nacional através da melhoria das práticas de gestão e organização, potenciando a sua sustentabilidade e impacto social criado. Após a formação teórica haverá um apoio prático à consolidação e implementação dos conceitos ajustados à realidade de cada organização.

Do ponto de vista dos formandos IAC que têm beneficiado, esta formação revela-se uma excelente ferramenta para a promoção do aperfeiçoamento na ótica da melhoria contínua face à performance do próprio Instituto. É de realçar que, todos os elementos da equipa participaram em pelo menos uma ação de formação/Encontro/Seminário.

As diferentes formações abordaram problemáticas como: "*Burnout*", "Direitos Humanos, Direitos das Crianças, Migrações e Tráfico de Menores", "Criança Desaparecida", "As Novas Substâncias Psicoativas", Mutilação Genital Feminina", "Políticas e Práticas de Gestão da Prostituição e do Tráfico para exploração Sexual", salientamos que só foi possível a equipa usufruir desta formação, pela parceria existente com várias entidades e serviços que colaboraram connosco de forma graciosa.

Exemplo de uma destas parcerias é o DICAD – Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, que desde o ano passado tem vindo a proporcionar às equipas do Projecto Rua um momento de partilha, avaliação e supervisão. Esta iniciativa, foi desde o início, muito valorizada pelos elementos que nela participam por permitir a análise da intervenção de forma mais distante e por consequência mais objetiva. Foi neste contexto que, a par com a supervisão mensal para as equipas de terreno, solicitámos uma formação para todos os elementos da Equipa do Projecto Rua, sobre "as novas substâncias psicoativas".

Ainda em relação à supervisão, foi possibilitado à equipa usufruir de mais uma supervisão técnica focada na intervenção com famílias. Esta supervisão, de carater mensal e destinada a toda a equipa do Projecto Rua, surge pelo facto de o IAC ter integrado na sua equipa um elemento com *Know How* e experiência comprovada na matéria.

Durante o ano de 2017, a Equipa do Centro das Redes Sociais continuou a receber pedidos das Escolas para dinamizar ações de sensibilização para crianças, na área da prevenção de riscos. Neste sentido, foram dinamizadas sessões sobre Prevenção de Abusos Sexuais para 2 turmas de crianças do 1º Ciclo da Escola Malva Rosa, abrangendo um total de 42 crianças e duas sessões sobre a Prevenção do Tráfico de Seres Humanos, para 61 adolescentes/jovens do 3º Ciclo da Escola Secundária da Ramada, Odivelas.

Estas sessões de sensibilização são cada vez mais solicitadas à equipa, pela especificidade das temáticas que requerem uma abordagem especializada junto das crianças.

No que respeita à avaliação destas sessões de sensibilização podemos dizer que têm grande impacto junto das crianças, jovens e seus professores.

Através do lúdico e da apresentação de casos práticos abordamos questões como o direito à imagem, à privacidade e à intimidade; o respeito pelo corpo; a capacidade de saber dizer que Não; os cuidados a ter com o uso da internet e outras formas de defesa perante certos tipos de perigo.

Com estas sessões conseguimos avaliar que quer as crianças/jovens, como a maioria dos professores não estão despertos para certos perigos e têm por vezes informações distorcidas da realidade em Portugal no que diz respeito ao Abuso sexual de crianças e ao tráfico de seres humanos. Assim estas sessões de sensibilização são uma ótima ferramenta de informação, esclarecimento de dúvidas e partilha de cuidados a ter, quebrando assim alguns tabus.

Também desde o início do ano e em consequência da avaliação muito positiva da ação de formação subordinada ao tema “Intervenção com Jovens Multidesafiadores”, dirigida, inicialmente, a professores de turmas PIEF e expandida a todos os professores, técnicos do SPO e outros profissionais, continuamos a dinamizar esta ação junto da comunidade educativa em geral e junto de equipas técnicas de instituições de intervenção socio educativas.

Esta formação que tem como objetivo principal que os participantes adquiram e reforcem os seus conhecimentos por forma a melhorar a intervenção junto de jovens com comportamentos disruptivos. É de salientar que esta formação tem tido uma aceitação e procura elevada, devido ao caráter prático de que se reveste e tendo por base um contexto real sobre o qual foi concebida – intervenção das equipas do Projecto Rua com jovens que apresentam comportamentos disruptivos. Já estão agendadas 2 ações (8 sessões) para o 1º trimestre do próximo ano.

Relativamente à formação externa, foram realizadas 2 ações de formação em 2 Agrupamentos de Escolas, tendo sido uma das ações, solicitada pela CPCJ da Amadora. Cada Ação é composta por 14horas, divididas em 4 sessões de 3h30m cada com uma periodicidade de 2x por semana. Usufruíram no total, 48 profissionais.

No que respeita à avaliação feita pelos participantes, podemos dizer que 100% considerou a formação útil e pertinente para a sua atividade profissional e que gostariam de ter, outras formações para poder

aprofundar algumas das questões abordadas nesta Ação, sugerindo mesmo que criássemos uma ação "Intervenção com Jovens Multidesafiadores II". Sugerem ainda, que o IAC inclua no seu Plano de Formação Anual as seguintes temáticas, em formato "ação de formação":

. Participação Juvenil;
. Estratégias para professores lidarem com alunos que têm necessidades educativas especiais;
. Estratégias para ajudar os pais a lidarem com filhos multidesafiadores;
. Maior incidência no professor (pessoa e profissional);
. Gestão de conflitos;
. Indisciplina - como lidar;
. Crianças multidesafiadoras (6 - 10 anos);
. Abandono escolar;
. "Famílias ausentes...alunos carentes";
. Inclusão social

Salientamos que as sugestões apresentadas são bastante pertinentes e vão ao encontro daquilo que consideramos ser o nosso campo de intervenção. Aliás, algumas destas temáticas já foram realizadas, pontualmente, em formato de Workshop e/ou em módulo incluído numa ação formativa, concretamente a gestão de conflitos, estratégias educativas parentais, participação juvenil e crianças multidesafiadoras, esta última em formato de módulo numa ação de formação sobre indisciplina.

Gostaríamos de referir que, durante este ano, recebemos um pedido para esta ação, de uma escola do 1º ciclo, que só não foi realizada por dificuldade na sua calendarização (incompatibilidade de agendas).

Uma das avaliações que fazemos neste eixo da formação é a constatação de que não é possível dar resposta positiva aos pedidos que nos fazem. Obviamente que fazemos uma triagem e organizamo-nos internamente para conseguirmos dar resposta ao maior número possível de pedidos mas por constrangimentos de agenda ou sobreposição de atividades nem sempre é possível cumprir com o planeamento.

Esta é a realidade no que respeita à formação dirigida aos profissionais de diversas áreas de intervenção, mas se nos debruçarmos sobre as ações de formação dirigidas às crianças, aos adolescentes e aos jovens, a dificuldade de dar resposta positiva acresce pela duração deste tipo de formação.

Este ano apenas conseguimos realizar 1/3 das ações pedidas, especialmente no que se refere ao Programa de Prevenção da Violência entre Pares por requerer uma maior disponibilidade da equipa, para as horas necessárias de preparação e aplicação do Programa.

Temos como filosofia de atuação, para colaborarmos com quem nos solicita, sugerido que um elemento da equipa técnica ou professor, integre a equipa do IAC que vai dar a formação para poder fazer parte na planificação, preparação, execução e avaliação final, no sentido de poder replicar a experiência e partilhá-la com outros elementos dentro da sua entidade ou serviço, provocando assim um efeito multiplicador que muito nos agradaria. No entanto, aquilo que temos constatado é a dificuldade para a entidade que solicita, em ter um elemento disponível para estar em todo o processo, optando normalmente por estar presente durante as sessões não se envolvendo nem na preparação nem na execução, só na avaliação.

No final de 2016 recebemos, com carácter de emergência, um pedido de ajuda da Escola Fernando Namora, para uma turma 7º ano de PCA (Programa de Currículo Alternativo), constituída por 15 adolescentes dos 14 aos 17 anos de idade e que apresentavam comportamentos disruptivos. O pedido vinha no sentido de podermos fazer algumas sessões em sala de aula para trabalhar competências pessoais e sociais, com o objetivo de diminuir as situações de indisciplina e a agressividade existentes nas suas interações com os outros (adultos e pares), no contexto escola e sala de aula.

Após análise do pedido e apesar de estarmos conscientes da sobrecarga para a equipa, decidimos apoiar e assumimos o compromisso de aplicar um Programa de Prevenção da Violência (PPV), em 21 sessões de 1h30m cada, 2 x por semana. Estas sessões decorreram de 5 de janeiro a 24 de março, integradas no horário das disciplinas da escola e foram sempre dinamizadas com dois técnicos do IAC em sala, 2 vezes por semana.

Ao longo da aplicação do PPV, fomos tendo o feedback da Diretora de Turma e de alguns professores que iam observando alterações nas atitudes dos alunos, logo de início, especialmente ao nível da comunicação e verbalização dos seus sentimentos e necessidades. Com a continuação foram-se observando menos processos e suspensões disciplinares (com uma maior capacidade de gestão das emoções e da raiva). No entanto, o grupo sofreu flutuações ao longo das sessões e fomos tendo também pedidos de ajuda de alguns professores que continuaram a ter dificuldade em lidar com a turma especialmente quando alguns elementos davam a sua opinião acerca da forma como as aulas eram ministradas e/ou reagiam a comentários por parte dos professores.

Do nosso ponto de vista, a promoção do Direito à Participação e a audição dos alunos não são práticas respeitadas em contexto escolar, apesar de existirem algumas situações pontuais. Estas questões, juntamente com a dimensão das turmas, a pressão que os professores sentem em relação ao cumprimento

dos programas curriculares e à desmotivação generalizada, conduzem a um contexto escolar adverso à promoção da cidadania e de relações positivamente construtivas da identidade, muito particularmente para adolescentes que estão em rutura com a escola, com a sociedade e que "são obrigados a frequentar" um estabelecimento de ensino.

Fizemos questão de aplicar um questionário de avaliação final aos adolescentes desta turma, que "por inerência do curriculum escolar tiveram que participar nestas sessões", para podermos avaliar o impacto da nossa ação. Pretendíamos perceber se tínhamos conseguido cativá-los e motivá-los para "aulas diferentes", onde poderiam aprender sobre outros assuntos, conhecerem-se um pouco melhor e terem a oportunidade de refletir sobre as suas atitudes e comportamentos.

Os resultados foram bastante satisfatórios e algumas respostas foram até surpreendentes: todos os alunos responderam afirmativamente que tinham gostado das sessões e também que se tinham divertido.

Relativamente à questão se iriam usar o que aprenderam, a maioria (8) respondeu que sim e os restantes distribuíram-se por muito (2) e talvez (5).

Na avaliação que fizeram, sem dúvida que a metodologia de uma aprendizagem experiencial, se revelou a mais adequada e a maioria (12) apontou as dinâmicas de grupo como o que mais gostaram e os restantes elementos (3) apontaram o item "tudo", não identificando nada em particular.

Em relação ao que menos gostaram, o grupo dividiu-se entre os itens "PowerPoint" e "não sei".

Em relação aos temas/módulos mais apreciados foram sinalizados: "agressividade e violência", "resolução de problemas e conflitos", "controle emocional e gestão da raiva" e "comunicação".

Também quisemos obter sugestões para melhorar este Programa, mas este foi o único item onde apenas 9 elementos responderam: 4 escreveram "não sei", 3 responderam "nada, está bom assim" e 2 sugeriram "mais jogos".

Na sequência desta formação alguns dos jovens revelaram quase de forma imediata, uma mudança no paradigma da sua vida diária, uns adotando uma atividade desportiva, outros construindo um plano de atuação a curto prazo, referente aos passos necessários para um projeto de vida incluso e outros ainda na continuidade dos estudos. Será interessante fazer um Follow Up e verificar o verdadeiro impacto desta ação que se pretende que seja muito para além de simplesmente apoiar os professores a "suavizar o ambiente da turma".

Ainda no âmbito do eixo da Formação, destacamos a realização da 26ª Ação de Formação para Animadores. Este ano subordinada ao tema “Apanha-me se puderes - Os novos desafios do Educador do séc.XXI”, esta ação teve como objetivos:

- Desenvolver competências lúdico-pedagógicas para a intervenção com crianças e jovens; - promover o conhecimento e reflexão sobre o desenvolvimento cognitivo e comportamental dos jovens do dia de hoje;
- Promover a participação na adolescência como forma de prevenir comportamentos de risco reforçando a importância do desenvolvimento de competências que promovam a autonomia.

Participaram 24 formandos oriundos de diferentes instituições a nível nacional e internacional, com destaque para a Guiné Bissau e Cabo Verde. A avaliação, de uma maneira geral foi extremamente positiva, tendo sido realçado a pertinência dos conteúdos abordados, o nível de conhecimentos dos formadores; as metodologias ativas e as técnicas lúdico-pedagógicas.

E porque valorizamos a aplicação da formação teórica em contexto real de trabalho, o Projecto Rua foi durante este ano, palco de acolhimento de 8 estágios, traduzindo-se num espaço privilegiado de complemento à sua formação académica e pessoal.

Como se pode observar no quadro que se segue, a área do serviço social é aquela que, normalmente, tem mais procura pelo que se traduz num maior número de estagiários.

Área de Formação	Nº de estagiários
Serviço Social (estágio I)	3
Laboratório de Serviço Social (Estágio de Observação)	1
Serviço Social (estágio final)	1
Animação Sócio-Cultural	1
Organização e Gestão da Formação (Mestrado)	1
Sociologia (estagio final)	1

De uma forma geral podemos dizer que é uma cooperação em que ambas as partes ganham. A participação dos profissionais do IAC-Projecto Rua na formação dos alunos estagiários é essencial para que estes compreendam a identidade da profissão nas suas dimensões teóricas, metodológicas, operativas,

éticas e políticas.
O acompanhamento de estagiários, tem-se revelado fundamental para consolidar a vocação, desenvolver uma linguagem própria, específica da área em questão, possibilitando a articulação entre a teoria e a prática e situando a categoria profissional na divisão técnica do trabalho.

3.1.3. Eixo da Cooperação Nacional

No âmbito das Redes Nacionais, o Projeto Rua participou na elaboração e implementação dos seus planos de ação, dando pareceres no que diz respeito à aplicação das medidas de política social, contribuindo com propostas de adequação das mesmas face às necessidades diagnosticadas no terreno e partilhando a sua metodologia e as práticas relevantes de intervenção.

Na sequência desta participação ativa nos diferentes grupos de trabalho, o Projecto Rua pode beneficiar ainda da aquisição de conhecimentos e informação pertinente para o desenvolvimento da sua intervenção.

No que diz respeito à Rede Construir Juntos (RCJ), o trabalho realizado a nível nacional e em particular a dinamização do Pólo de Lisboa assumiram grande preponderância no plano das redes nacionais.
Assim, e a nível nacional, operacionalizou o seu plano de ação tendo em conta os 3 eixos de intervenção considerados prioritários: - Crianças Desaparecidas; - Direitos da Criança; - Coesão e Comunicação
Mais uma vez, destacamos a este nível, o trabalho desenvolvido e o empenho, quer dos técnicos, quer do grupo alvo para a operacionalização do eixo dos Direitos da Criança, tomando este grande preponderância face aos outros, pela envolvência e participação ativa das crianças e jovens das várias instituições que constituem a Rede Construir Juntos.
No Intercâmbio Nacional da Rede Juvenil realizado em Setembro do ano passado, os jovens decidiram que em 2017 iriam trabalhar o tema "Orientação Vocacional e profissional, Empregabilidade/Empreendedorismo".

Numa sociedade cada vez mais competitiva, desde muito cedo as crianças e os jovens têm que tomar decisões vocacionais, o que tem cada vez mais impacto na sua futura vida profissional. Este processo de decisão reverte-se de alguma complexidade e pressupõe que os jovens tenham conhecimento de si próprios, da sua maturidade e informação escolar e profissional que possa sustentar a sua decisão.

Assim, cada Pólo regional delineou o seu plano de ação e desenvolveu vários encontros de trabalho, onde se reuniram crianças e jovens com idades compreendidas entre os 9 e os 21 anos. Estes encontros de partilha de ideias e de reflexão temática têm vindo a permitir o desenvolvimento da criatividade, a participação e a socialização na aprendizagem e no relacionamento com o outro.

O IAC - Projecto Rua é a instituição dinamizadora do Pólo de Lisboa, onde se realizaram 5 encontros de trabalho, da rede juvenil, bem como a organização do Intercâmbio Nacional uma vez que, este ano, foi o Pólo de Lisboa o anfitrião.

O grupo de Lisboa foi constituído por 30 jovens representantes de 4 instituições membro da Rede. Os jovens começaram por refletir sobre os seus valores, aptidões, capacidades, expectativas e ambições. Partindo assim do "Eu" quem sou, o que gosto ou sei fazer bem, para uma pesquisa no terreno das várias profissões existentes na sua cidade, as competências pessoais que são exigidas e também que habilitações académicas são necessárias para cada uma dessas profissões. Ao avaliarmos com os jovens tudo o que foi vivenciado, dito e escrito após toda a dinâmica implementada nos vários encontros, podemos concluir que a maioria dos jovens não tinha a noção das várias profissões existentes nem tão pouco das qualificações necessárias para as mesmas. Por outro lado, não davam importância aos seus talentos, àquelas que são as suas competências inatas, não as classificavam como uma mais valia e de que forma as podem usar em proveito próprio. A questão da empregabilidade e do empreendedorismo também foi analisada de acordo com cada área profissional.

O Intercâmbio Nacional realizado nos dias 5, 6 e 7 de julho na Quinta das Águas Férreas em Caneças, Odivelas, contou com a participação de 31 jovens dos Polos de Lisboa, Coimbra, Évora e Braga. Este foi um momento de partilha de ideias e sugestões através dos trabalhos apresentados pelos vários Polos. De ano para ano, é de salientar que os trabalhos vêm apresentando maior qualidade, assim como os jovens mostram mais facilidade e à vontade para se expressar. Mas é um facto, que a existência de desigualdades continuam a limitar a participação e o exercício da cidadania, com especial incidência nas áreas da infância e juventude, constituindo-se como um problema social complexo e uma violação clara e grave dos Direitos da Criança.

Foi com base neste pressuposto que o Projecto Rua entendeu candidatar-se ao RAAML para dar corpo a um projeto de participação com a Rede Juvenil como sujeito proactivo na luta pela promoção dos direitos. Assim, o Projeto “Mala VIP (Vivacidade, Inovação, Participação) - uma ferramenta para a inclusão”- foi concebido com base no pressuposto de que é imperioso criar oportunidades para que todas as crianças e jovens, e em particular as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, possam ter acesso à informação, à reflexão, ao debate e à partilha de experiências e vivências diferentes das suas, facilitando-

lhes a abertura a novos horizontes e consequentemente a novas possibilidades de futuro e de opções de escolha.

Mas pretendemos ir ainda mais longe e promover a sua capacidade de elaboração de propostas e sugestões, de consciencialização da importância de assumirem uma atitude proactiva e responsável na sociedade e na defesa dos seus Direitos, desenvolvendo as competências necessárias para o pleno exercício da cidadania.

Numa lógica de educação de pares, pretendemos que os jovens, partindo da abordagem dos Direitos Humanos, encontrem respostas inovadoras para o combate das desigualdades identificadas localmente, implementando-as, criando materiais pedagógicos e partilhando essas boas práticas entre si, uma metodologia que temos vindo a utilizar na Rede Juvenil Crescer Juntos, que assumirá um papel fundamental neste Projeto de âmbito municipal (Lisboa) mas que fazemos questão de estender aos restantes Polos da Rede Construir Juntos, parceiros VIP nesta missão de promoção dos direitos e da igualdade de oportunidades.

Acreditamos igualmente que os contributos da ação dos jovens para a diminuição das desigualdades terão um impacto positivo e direto na sua comunidade. Também a promoção da autonomia e da responsabilidade social se constituem como competências indispensáveis para o exercício da cidadania. A participação só é efetiva quando existem condições para tal e nessa lógica pretendemos dar voz a quem se encontra numa situação de vulnerabilidade e esta é a possibilidade de promover de forma efetiva, o direito à participação.

Após o términus do Projeto, a Mala pedagógica será uma ferramenta que continuará a assegurar o combate às desigualdades e a capacitação de crianças e jovens para o exercício da cidadania.

Este projeto, e como já referido, destina-se a crianças e jovens dos 8 aos 18 anos de idade, provenientes de contextos social e economicamente vulneráveis, com algumas problemáticas identificadas, e que apresentam múltiplas desvantagens no acesso às oportunidades e ao exercício da cidadania, e daí considerarmos que a participação efetiva da Rede Juvenil Crescer Juntos revestia-se de extrema importância.

Assenta em objetivos que nos permitem (enquanto equipas de intervenção no terreno, que estamos diária e diretamente a trabalhar com as crianças e jovens) e através da aplicação de um treino de competências pessoais e sociais, desenvolver a capacidade de reflexão e análise; estimular a consciencialização da existência dos Direitos Humanos; potenciar a partilha de experiências positivas e aprendizagens entre o grupo de pares.

Durante o Intercâmbio Nacional, os técnicos promoveram o espaço para a apresentação do novo desafio, estando as crianças e os jovens, divididos em grupos mais restritos para facilitar o intercâmbio de ideias. Pretendeu-se, primeiramente, auscultar os grupos sobre o que sentem em relação à sociedade onde vivem e este foi o ponto de partida para um debate e reflexão sobre as necessidades que os jovens sentem.

O sentimento de que “saber” é diferente de “fazer” e cada um pode ser um elemento multiplicador da efetivação dos direitos humanos para que as desigualdades diminuam e todas as crianças e jovens sintam que estão a crescer trabalhando o SER, foi o sentimento comum entre todos os presentes. A importância do “EU”, do “EU” na relação com os outros e da participação ativa deste “EU”, na construção de uma sociedade mais justa. Um bom ponto de partida para a criação de material lúdico-pedagógico que irá “rechear” a mala pedagógica (Mala VIP), que terá como mote “EU e os OUTROS a CreScER”.

Nesta sequência, as equipas de intervenção iniciaram os trabalhos com os grupos locais, tendo decorrido em 25 de novembro, o 1º Intercâmbio Concelhio, no qual os grupos deram largas à sua imaginação para a escolha dos jogos pedagógicos a constar da mala pedagógica.

Celebrámos ainda no final do 1º semestre, os 20 anos da Rede Construir Juntos (RCJ) constituída formalmente a 1 de Julho de 1997. Realizou-se assim um Encontro Comemorativo no dia 30 de Junho nas instalações do IPDJ em Lisboa. Este Encontro, presidido pela Dra. Manuela Eanes, contou com a presença dos representantes das várias instituições que compõem a Rede e de diferentes oradores incluindo dois representantes da Rede Juvenil que pela sua participação vieram enriquecer o debate e garantir a continuidade desta Rede dando assim uma perspectiva de futuro.

Ficou patente pela comunicação de todos os oradores a importância da existência destas redes da sociedade civil numa lógica de cooperação com o poder do Estado e esta em particular foi parabenizada pela sua vitalidade, carácter inovador, pela cooperação entre os membros e entre outras redes a nível nacional e internacional, uma rede focada em criar respostas aos problemas sociais mais emergentes reforçando o trabalho em parceria. Destacamos em particular a participação de entidades parceiras de Cabo Verde, que têm acompanhado e replicado junto dos seus parceiros locais, a dinâmica e metodologia desenvolvida por esta rede. No entanto, também se considerou, que apesar da RCJ ser um bom exemplo de resiliência e adaptabilidade deverá arranjar meios de ser sustentável, para aumentar a sua eficácia e eficiência de modo a poder responder a novos desafios. As Redes não são uma opção, mas sim uma

inevitabilidade. Outro dos enfoques bastante ressaltado foi o facto da RCJ nos seus projetos, dar voz aos jovens, respeitando o direito à participação e opinião das crianças numa lógica de empoderamento da juventude.

No que diz respeito ao nosso papel enquanto entidade parceira, destacamos igualmente a nossa participação na Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico (RAPVT).

Assim e no cumprimento daquelas que são as obrigações das entidades subscritoras do Protocolo da Rede, o IAC-Projecto Rua, através das suas equipas de terreno, adotou, nos casos de suspeitas que possam configurar situações de vítimas de tráfico de seres humanos, o Guião de Sinalização que, após preenchimento, é encaminhado para o Observatório de Tráfico de Seres Humanos (OTSH). Outra das obrigações assumida é o desenvolvimento de ações de sensibilização e formação na área do tráfico de seres humanos junto de técnicos, de modo a capacitá-los para a problemática, sensibilizando e apostando na prevenção.

Na sequência da nossa participação na RAPVT, temos colaborado, sempre que solicitado pelo Relator Nacional para o TSH, na revisão de documentos e publicações, nomeadamente o Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.

Para o IAC, esta participação tem-se revestido de enorme importância e responsabilidade pelas expectativas criadas face ao papel que o IAC, enquanto entidade que promove e defende os Direitos da Criança, pode desempenhar no âmbito do apoio/encaminhamento a vítimas menores de TSH. Este papel saiu reforçado aquando da 2ª avaliação do GRETA à implementação, por parte do Estado Português, da Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o TSH.

Outra entidade parceira a que damos especial relevância é a Câmara Municipal de Lisboa, que tem cooperado connosco de formas diversas, como por exemplo a cedência de espaços para a realização de seminários e/ou ações de formação. No entanto, para este ano, salientamos a aprovação de 2 candidaturas feitas ao RAAML - Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa, um dos projetos já foi anteriormente mencionado (Mala VIP).

De referir que o Projecto Rua continua a representar o IAC na Rede DLBC Lisboa – Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária tendo participado em diferentes encontros temáticos.

Esta rede tem por objetivo desenvolver modelos eficazes de cogovernação local da cidade que favoreçam a implementação de ações articuladas entre os setores social, educativo, cultural, da saúde e económico para fomento da inclusão e coesão social, do emprego e da educação em territórios desfavorecidos em contexto urbano do concelho de Lisboa.

As diferentes equipas do Projecto Rua estão ainda representadas na Rede Social de Lisboa integrando diferentes Eixos de intervenção e diferentes grupos de trabalho de acordo com a intervenção que desenvolvem.

A equipa das Redes Sociais representa a este nível o IAC no Grupo 3 do Eixo 2, tendo participado em 6 reuniões de trabalho (junho a dezembro de 2017) integrando um grupo de trabalho composto por 12 entidades.

Tendo como objetivo geral "consolidar uma intervenção integrada" e como objetivo específico "reforçar e ampliar programas e projetos de desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens" foi programado até ao final do ano, uma atividade de mapeamento das entidades/projetos, existentes na cidade e localmente, com ações de prevenção dirigidas a crianças e jovens. Para este mapeamento foi necessário construir uma grelha de registo/recolha da informação, que se realizou entre julho e outubro, grelha esta que foi posteriormente testada, entre todas as entidades do grupo, que realizaram um pré-teste de novembro a dezembro, tendo depois feito algumas melhorias e dando por concluída a grelha, ainda antes do final do ano, em formato de questionário.

No decorrer de 2017, a equipa das Redes Sociais voltou a integrar o Núcleo da EAPN em Lisboa.

3.1.4. Eixo da Cooperação Internacional

No âmbito da intervenção deste eixo pressupõe-se a participação em redes sociais internacionais através de projetos de cooperação com vários parceiros europeus, com vista ao desenvolvimento de ferramentas de trabalho que permitam uma intervenção mais adequada. Privilegia ainda este nível, a colaboração com os PALOP, através da monitorização e formação a projetos de intervenção em Cabo Verde, nomeadamente com a Associação Crianças Desfavorecidas – ACRIDES com a qual o IAC tem um protocolo de cooperação.
Neste âmbito, e assumindo o compromisso de colaborar na formação de técnicos e animadores da ACRIDES, o Projecto Rua contou, este ano, com a participação de um Animador da associação no curso de animadores, tendo desenvolvido posteriormente um estágio pelas diferentes equipas de terreno.

Para além da ACRIDES e à semelhança de anos anteriores, o IAC tem recebido pedidos de colaboração de outros parceiros dos PALOP: O Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente e a Fundação Infância Feliz de Cabo Verde, essencialmente ao nível da elaboração e acompanhamento de projetos e a

Associação dos Amigos da Criança da Guiné e o IAC de S. Tomé e Príncipe, cujos pedidos têm sido ao nível da formação das suas equipas e supervisão técnica de projetos. A dificuldade de financiamento para um apoio de maior proximidade, tem sido contornada com reuniões via skype e a participação de alguns elementos na ação de Formação para Animadores que o IAC- Projecto Rua realiza anualmente.

Neste semestre acompanhamos igualmente uma comitiva do Instituto Nacional da Criança da República de Angola, que reuniram com os setores do Projecto Rua e SOS Criança com o objetivo de promover a partilha de metodologias de intervenção**.**

Destacamos ainda, a parceria com a Comissão Nacional Para os Direitos Humanos e a Cidadania de Cabo Verde reforçada com a receção e reunião de sua presidente e assessor jurídico tendo em vista uma cooperação conjunta no âmbito da intervenção junto dos grupos mais vulneráveis, capacitando-os para o exercício de uma cidadania plena.

No sentido de colmatarmos a ausência de financiamento, para a concretização de projetos junto dos PALOP, o IAC procedeu à candidatura, junto do Instituto Camões, para revalidação do estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento – ONGD, o que nos permitirá a candidatura a financiamentos para apoio a projetos relevantes e consistentes com as políticas dos agentes locais em prol de um desenvolvimento sustentável.

A ESAN - Rede Europeia de Ação Social, é uma das parcerias mais antigas da qual o IAC faz parte. Esta é uma Rede bastante ativa, que se faz ouvir todos os anos junto do Concelho da Europa, entre outros órgãos políticos e que, tem assumido com pensamento crítico, um papel proactivo no que respeita a recomendações e contributos para políticas sociais que proporcionem uma maior qualidade de vida às pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade. Para além de o IAC ser membro desta Rede, tem estabelecido uma parceria de maior proximidade com alguns dos outros membros da Rede, nomeadamente com o *Secour Populaire Français* e com o ATD Quatre Monde.

Na sequência desta parceria, o *Secour Populaire Français*, convidou o IAC a participar num evento que desde o final da 2ª Guerra Mundial tem sido realizado em França, inicialmente chamado "Férias dos Esquecidos", tem hoje outra designação - *Village Copain du Monde* mas continua a ter na sua base, um espírito de solidariedade para com aquelas crianças que não têm as mesmas oportunidades, por questões de vulnerabilidade social e económica. Para que possam desenvolver uma consciência europeia, estabelecendo laços com as outras crianças da europa, o *Secour Populaire Français* concretizou esta vontade, recebendo em França, crianças de várias nacionalidades, vindas de vários pontos da Europa. Foi criado um blog http://spf.typepad.com/villagecdm78/ para facilitar a partilha, a comunicação e proporcionar uma maior proximidade entre todos.

Um grupo de 5 crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos de idade, acompanhadas pelo IAC, tiveram oportunidade de participar neste evento que decorreu entre 17 e 23 de julho em França.

O grupo de crianças portuguesas dinamizou uma das noites do programa, com fado cantado por uma das meninas, com uma aula de dança africana dada por outra das meninas e com a oferta de marcadores de livros em formato de sardinha, um souvenir dos amigos portugueses.

Estas crianças puderam usufruir de um programa de atividades recheado de partilha, divertimento, passeios e visitas mas também ateliers sobre os Direitos das Crianças. A experiência foi intensa e as suas memórias ficarão guardadas por muitos anos, marcando um momento importante nos seus percursos de vida e uma aprendizagem que não irão esquecer - a diversidade cultural enriquece-nos enquanto pessoas. Podemos ser muito diferentes uns dos outros mas Somos Iguais em Direitos.

Ainda no Eixo da Cooperação Internacional, demos continuidade ao desenvolvimento do Projeto T.A.L.E. - *Training Activities for Legal Experts on Children Rights* que iniciou em novembro de 2015 e que irá decorrer até dezembro de 2017 http://www.iacrianca.pt/index.php/setores-iac-sj/projeto-t-a-l-e.

Este é um projeto internacional promovido por *Save de Children Italy*, envolvendo 5 países (Itália, Roménia, Reino Unido, Espanha e Portugal). Portugal está representado pelo IAC que foi convidado a participar pela entidade promotora e estão envolvidos 3 sectores do IAC; o CEDI - Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Infância que está como responsável pelo Projeto, O Serviço Jurídico que está como "*legal expert on children rights*" e o Projecto Rua que está como "*expert on children participation*".

O Projeto TALE tem como objetivos melhorar a experiência do sistema judicial infantil, oferecer formação para advogados e outros profissionais da justiça, que representam as crianças em processos judiciais, sobre os instrumentos internacionais para promover e proteger os Direitos das Crianças e da correta aplicação dos princípios e orientações do Conselho da Europa relativas a uma Justiça Amiga da Criança, a nível nacional.

A necessidade de formação específica para os advogados foi sublinhada pelos resultados do estudo da Comissão Europeia sobre as crianças em processos judiciais civis, penais e administrativos e também, recentemente, pelo Conselho das conclusões da União Europeia sobre os Direitos da Criança (15559/14),

esta é a fundamentação teórica em que assenta o Projeto TALE.

A metodologia do Projeto TALE, assenta nesta necessidade de formação especializada dos diferentes profissionais do sistema de justiça e no envolvimento de todos os atores deste sistema inclusive as crianças, os adolescentes e os jovens. Assim, o Projeto tem na sua conceção, a realização de atividades de consulta com crianças e adolescentes envolvidos em processos judiciais, e pretende assegurar que a formação dos advogados inclui as vozes das crianças.

A participação ativa de crianças envolvidas em processos judiciais nos Workshops de formação e na criação de módulos de formação irá assegurar que os seus pontos de vista façam parte dos conteúdos formativos para os profissionais, garantindo que os materiais de formação sejam relevantes e que respondam efetivamente, aos interesses e necessidades das crianças que representam.

Em janeiro do corrente ano, foi feita toda a compilação dos resultados obtidos na consulta realizada, que decorreu de janeiro a novembro de 2016 e que permitiu aos adolescentes envolvidos, expressarem os seus pontos de vista no que respeita à sua experiência com o sistema de justiça e fazerem algumas recomendações para o melhoramento do sistema.

Posteriormente, foi feita a aferição desses resultados junto dos participantes e foi planeado e concebido um produto final (1 vídeo) para ser utilizado como material formativo durante o *Summer School*, que se realizará em setembro, destinado aos profissionais de justiça que lidam com os processos das crianças e dos adolescentes e que ficará como material *e-learning* após o Projeto, disponível no site do mesmo.

Na reunião de parceiros realizada a 23 e 24 de janeiro em Roma e na qual estivemos presentes, foram devolvidos os resultados da atividade de consulta e refletiu-se sobre a produção do vídeo. Foi ainda decidido aplicar um questionário de avaliação aos adolescentes que participaram nas atividades de consulta, por forma a medir o seu impacto.

Por último, importa referir que, as conclusões das atividades de consulta, apesar de se referirem a um grupo de 10 adolescentes, a experiência do IAC é que esta é a realidade generalizada do que se passa com os jovens que têm contacto com o Sistema de Justiça Juvenil o que nos faz refletir sobre o facto de, não obstante a lei nacional espelhar de forma muito clara o propósito das orientações do Conselho da Europa, relativas a uma "*Child Friendly Justice*", as crianças, os adolescentes e os jovens continuam a sentir que não são ouvidos, que as suas opiniões não são tidas em conta em nenhuma fase do processo e que ninguém se preocupa em dar-lhes a informação de uma forma que consigam compreender. No nosso entender, é ainda mais grave o facto de constatarmos um paradoxo; é que quando lhes é aplicada uma medida de promoção e proteção, o que eles sentem é que estão a ser castigados... Será que estamos a conseguir verdadeiramente proteger e educar para o direito?!

Observações

Em maio de 2017 um dos elementos da equipa do Centro das Redes Sociais do Projecto Rua, integrou o Grupo de Cooperação Internacional de Assessoria Técnica à Direção do IAC (ver atividades do Núcleo de Cooperação Internacional no Relatório Global de 2017 do IAC).

Ano: 2017
COD: RE

Designação

Relações Externas

Responsável

Ana Filipe [24]

Equipa

Ana Filipe - Docente

Outros Serviços Intervenientes

IPSS; Organismos Governamentais e Entidades Particulares

Duração Prevista

Atividade permanente

Objetivos

Objetivo Geral
Maximizar o objetivo geral do IAC, contribuindo para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos.

- Analisar, informar, orientar e encaminhar situações apresentadas ao IAC;

- Colaborar e participar em ações com outras instituições e entidades, tanto a nível nacional como internacional;

- Desenvolver e assegurar uma rede de contactos com entidades nacionais e internacionais, interessadas na definição de uma política global da Infância.

Ações Desenvolvidas

– Representação do IAC em ações conjuntas com outras instituições de âmbito nacional e/ou internacional

  - Plataforma Saúde em Diálogo - Membro da Direção
    . Grupo do Cuidador Informal

  - Comissão Social Inter - Freguesias de Stª Maria de Belém e São Francisco Xavier
  - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Plenário da Comissão Alargada Lisboa Ocidental
    . Grupo dos Direitos da Criança
    . Grupo da Formação

  - Seminários e Congressos

– Atendimento e encaminhamento de situações apresentadas ao IAC.

– Realização e participação em ações e campanhas de solidariedade, no âmbito dos objetivos do IAC.

– Recolha e sistematização de dados referentes a Instituições de âmbito nacional e internacional, que desenvolvem ações na área da criança.

[24] Docente do Ministério da Educação, destacada no IAC

Resultados Obtidos

- Realização de reuniões com:
  - Cáritas Portuguesa
  - Karingana Wa Karingana
  - Plataforma Saúde em Diálogo
  - Comissão Portuguesa de Voluntariado
  - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
  - Terra Justa

- Realização de Ações de Sensibilização sobre os Direitos da Criança

- Colaboração na organização e realização das seguintes Campanhas de Solidariedade:
  - Campanha Nacional de Recolha de Material Escolar "É Capaz de lhes dizer que não?"
  - Associação Portuguesa de Engenheiros para o Desenvolvimento Social
  - Fundação PT – Pontos TMN
  - Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves, Lisboa
  - A Cascata
  - Jantar Solidário

- Organização e realização de Conferências / Congressos / Encontros
  - X Conferência Crianças Desaparecidas
  - Conferência: Qual o papel dos doentes no seu próprio tratamento?
  - Conferência: Doença Crónica – Um Desafio Social para o Século XXI

Ano: 2018
COD: SA

Designação

Serviços Administrativos /Financeiros

Responsável

Adelino Pina e Silva [25]
Paulo Santos[26]
Miguel Palma [27]

Equipa

Serviços Administrativos
Antónia Passinhas – Responsável pelo Setor de Secretariado e Apoio Geral
Susana Pimentel - Técnica Auxiliar Administrativa
Isabel Ramirez - Técnica Auxiliar Administrativa
Paulo Pereira - Técnica Auxiliar Administrativa
Luis Varanda - Motorista

Fernanda Casal – Responsável pelo Setor de Pessoal

Serviços Financeiros
Odete Avelino – Responsável pelo Setor de Contabilidade e Tesouraria
Paula Queiroga - Técnica Auxiliar Administrativa
Beatriz Caldeirão - Técnica Auxiliar Administrativa

Manuela Neves – Responsável pelo Setor de Economato e Património

Outros Serviços Intervenientes	Duração Prevista
Outros Setores do IAC	Atividade permanente

Finalidade / Objetivos

- **SAGE** – Apoiar os setores e projetos do IAC, designadamente nas áreas de expediente geral, arquivo e apoio geral
- **SP** – Apoiar os setores e projetos do IAC, no âmbito do pessoal
- **SEP** – Apoiar os setores e projetos do IAC, no âmbito de aquisições de bens/serviços e do património
- **SCT** - Dar tratamento de forma adequada e em tempo útil a toda a documentação de carácter contabilístico e financeiro.

Metodologia

Os Serviços Administrativos prosseguirão os objetivos que lhe estão atribuídos mediante o desenvolvimento das ações e iniciativas relacionadas com as áreas de:

- O registo, classificação e distribuição de documentação entrada, bem como a organização do seu arquivo e ainda a expedição da correspondência e também a prestação dos serviços de apoio geral (SAGE);
- A gestão administrativa dos recursos humanos (SP);
- O aprovisionamento dos bens de consumo, a aquisição, inventariação e manutenção dos bens duradouros e equipamentos administrativos e ainda a conservação e reparação dos edifícios e instalações (SEP);
- O processamento das receitas e o pagamento das despesas relacionadas com as atividades do IAC (SCT).

[25] Gestor Administrativo
[26] Gestor Financeiro até Agosto/2017
[27] Assessoria Financeira Externa — A partir de agosto

Ações a Desenvolver

Ações desenvolvidas em conformidade com a legislação vigente e a regulamentação e diretivas estabelecidas pela Direção do IAC

SAGE

- Assegurou as tarefas inerentes às operações de receção, classificação, registo, distribuição e expedição da correspondência;
- Procedeu à organização do arquivo geral e à sua articulação com os arquivos sectoriais ao nível dos serviços;
- Manteve os serviços de processamento de texto, reprodução e impressão da documentação do Instituto quando necessários;
- Acolheu, esclareceu e encaminhou as pessoas, que pessoalmente ou por via telefónica, se dirigiram ao IAC;
- Assegurou o funcionamento do serviço telefónico através da central;
- Acompanhou o funcionamento dos serviços numa perspetiva de relacionamento com o público, recolhendo as queixas e reclamações apresentadas e promovendo o seu esclarecimento e/ou resolução mediante adequada intervenção junto dos serviços;
- Efetuou outras atividades de carácter administrativo quando a Direção do IAC ou outro órgão ou entidade do Instituto assim o determinou.

SP

- Executou as ações burocráticas relativas à constituição, modificação e extinção das relações jurídicas de emprego (trabalho e prestações de serviço);
- Organizou e manteve atualizado o cadastro pessoal que presta ou prestou serviço no IAC, por forma a assegurar em tempo a respetiva progressão profissional;
- Instruiu em tempo o Sector da Contabilidade ou os serviços de origem com os dados indispensáveis ao processamento das remunerações e dos benefícios sociais a que o pessoal tinha direito;
- Deu seguimento aos procedimentos relativos à classificação periódica de Serviço do Pessoal;
- Assegurou os processos de registo, controlo e arquivo da documentação relativa à assiduidade e ausências do pessoal em funções no Instituto;
- Promoveu o expediente relativo às ações de formação do pessoal do IAC que os serviços consideraram necessárias e superiormente aprovadas.

SEP

- Promoveu a aquisição de máquinas e equipamentos, mobiliário e outros objetos indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços;
- Garantiu a conservação dos artigos e materiais de consumo e assegurou a sua distribuição de acordo com as necessidades dos serviços;
- Organizou os processos de aquisição de bens ou serviços relativos à conservação e/ou reparação do edifício - sede e das instalações a cargo do IA C e desencadeou a introdução de benfeitorias quando o funcionamento dos serviços o justificou;
- Promoveu a celebração dos contratos de arrendamento das frações prediais indispensáveis ao funcionamento dos serviços do IAC;
- Estruturou e manteve atualizado o inventário dos bens móveis, propriedade do IAC e/ou a que ele se encontrem afetos, em coordenação com o serviço da Contabilidade e acompanhou os processos relativos à administração das frações prediais pertencentes ao IAC;
- Promoveu a celebração de contratos de seguros dos bens do IAC ou à sua responsabilidade, mantendo-os atualizados em termos de espécie de risco e de valores;
- Assegurou a gestão das viaturas do IAC..

SCT

- Procedeu à organização da contabilidade do Instituto;
- Assegurou uma correta classificação, escrituração e arquivamento dos documentos contabilísticos;
- Proporcionou a informação atualizada à Direção e aos responsáveis dos Projetos do IAC, designadamente através da apresentação de balancetes periódicos;
- Promoveu a elaboração do Orçamento Anual do Instituto, a submeter à aprovação da Direção, agregando de forma coerente e sistemática num documento único as propostas dos responsáveis dos Projetos do IAC;
- Manteve o controlo dos registos relativos à movimentação dos depósitos bancários;
- Assegurou o controlo sobre os fundos de maneio tendo em conta as regras aplicáveis e as diretrizes da Direção.
- Promoveu o envio das conta anuais aos órgãos da tutela após sujeição a parecer do Conselho Fiscal e aprovação da Assembleia Geral;
- Organizou e manteve atualizado o ficheiro contabilístico do imobilizado da Instituição;
- Controlou os movimentos da Tesouraria, através da cobrança das receitas e da promoção do pagamentos das despesas previamente autorizadas;
- Manteve devidamente escriturados os registos e livros da Contabilidade.

Ano: 2017
COD: SJ

Designação

Serviço Jurídico

Responsável

Ana Perdigão

Equipa

Coordenação
Ana Perdigão – Técnica Superior/Jurista

Ana Sotto-Mayor Pinto – Docente [28]

Outros Serviços Intervenientes	Duração Prevista
Tribunais de Família e Menores; Tribunais de Comarca; Escolas; Centros de Saúde; IPSS; CPCJ, Núcleos; Direção Geral da Saúde; Hospitais e sectores do IAC	Atividade permanente

Finalidade / Objetivos

Maximizar o objetivo geral do IAC, contribuindo para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos.

- Divulgar a legislação dos Direitos da Criança.
- Prestar esclarecimentos jurídicos e encaminhamento de situações que reclamam uma resposta a nível legal (presencial, telefónica e eletrónica);
- Elaborar opiniões jurídicas;
- Recolher e tratar toda a legislação relativa à Infância, a nível nacional e internacional, com especial incidência na Legislação da União Europeia;
- Contactos com instituições nacionais e europeias sobre Direitos da Criança.

Ações a Desenvolver

Atendimento e tratamento de casos apresentados.

Articulação com o Projeto Rua, SOS-Criança e Mediação Escolar.

Na sequência da colaboração que nos é solicitada por diversas entidades, nomeadamente pela Casa de Acolhimento Os Miúdos em Loulé, o IAC integra aquela equipa técnica e, em reuniões mensais, intervém na discussão dos casos das crianças aí residencializadas, avaliando as situações concretas de acordo com as informações recolhidas e na articulação que com as CPCJ'S, quer com os tribunais onde decorrem os processos. (Ana Perdigão)

Enquanto membro da Comissão da Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco criada pelo Despacho 3192/08 de 5 de Dezembro e coordenada pela Direção Geral da Saúde, a técnica Ana Perdigão ministra todas as

[28] Docente do Ministério da Educação, destacados no IAC

ações de formação sobre o Enquadramento Legal do Sistema de Proteção junto dos vários profissionais de saúde que integram os NACJR e os NHCJR espalhados pelo país.

Em parceria com o Serviço de Pediatria do IPO e com o Centro de Paralesia Cerebral Calouste Gulbenkian, a técnica Ana Perdigão desloca-se às instalações daquelas entidades sempre que tal seja necessário, para em conjunto com as equipas técnicas, avaliar, discutir e encaminhar todos os casos concretos que são expostos.

No seguimento da colaboração com a Comissão Nacional de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens, a técnica Ana Perdigão presta formação no Módulo I – Enquadramento Jurídico, dirigida aos técnicos que integram as várias CPCJ'S espalhadas pelo país, deslocando-se a diversos distritos onde decorre a referida formação.

Projeto Europeu T.A.L.E. (*Training Activities for Legal Professionals*) Project Officer, Duração: novembro 2015 a dezembro 2017.

Comunicações

Nome da Ação	Comunicação	Local / Data	Participantes	Dinamizador
III Seminário da CPCJ de Vila do Bispo- Parentalidade Consciente	"A Lei de Proteção" Painel: Família, Criança e Parentalidade:Uma perspetiva histórica	CPCJ de Vila do Bispo (5Abr)	Técnicos das CPCJ	Ana Perdigão
I Encontro de Prevenção da Violência ao longo do Ciclo de Vida	"A História e a Lei"	Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Arco Ribeirinho (11Mai)	Profissionais de Saúde e público em geral	Ana Perdigão
Encontro "Saúde, género e Violência no Ciclo de Vida	Novos olhares sobre as famílias – Cidadania, Direito, saúde e Prevenção da Violência	Auditório ESSE Lx e ESTS Lx (2JUn)	Profissionais de Saúde e público em geral	Ana Perdigão
Encontro do NHACJR do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental	Moderação do Painel: Violência ao Longo do Ciclo de Vida	Hospital São Francisco Xavier (23Out)	Profissionais de Saúde	Ana Perdigão
3º Encontro do NHACJR "Vamos todos dar voz à criança em situação de mau-trato"	O Sistema de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e a Saúde	Departamento de Pediatria do Hospital Beatriz Ângelo (8Nov)	Profissionais de Saúde	Ana Perdigão
XLVI Jornadas Nacionais de Neonatologia	"Recém Nascido e Família a Crescer com a Lei"	Sociedade Portuguesa de Neonatologia Covilhã (17Nov)	Médicos Neonatalogistas	Ana Perdigão

Ações de Formação

Data	Ações de Formação	Entidade Promotora/ Local	Destinatários	Dinamizadores
24 janeiro	Ação de Formação Avançada "Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco"	Administração Regional de Saúde e Vale do Tejo e Direção Geral da Saúde	Equipas dos Núcleos de Apoio às Crianças e Jovens	Ana Perdigão
15 março	"Intervenção com	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e	Técnicos das	Ana Perdigão

	Crianças e Jovens em Risco"	Proteção das Crianças e Jovens" / MTSSS	CPCJ	
03 abril	A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo	Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco / *Hospital* Professor Doutor *Fernando Fonseca*	Profissionais de saúde	Ana Perdigão
26 maio	Direitos da Criança	Serviço de Ginecologia e Pediatria/Hospital de Cascais	Profissionais de Saúde	Ana Perdigão
27 setembro	O Sistema de Promoção/Proteção	Administração Regional de Saúde e Vale do Tejo e Direção Geral da Saúde	Equipas dos Núcleos de Apoio às Crianças e Jovens	Ana Perdigão
28 setembro				
11 outubro	As Responsabilidades Parentais	Instituto Padre António Vieira/ Escola do Rego	Professores e Encarregados de Educação	Ana Perdigão
30 nov	Parentalidade e Responsabilidades Parentais	Equipa Técnica da Associação Ajuda de Mãe	Técnicos da Equipa	Ana Perdigão

Projeto europeu T.A.L.E. (Training Activities for Legal Professionals), co-financiado pela Comissão Europeia; Project Officer, (Duração: novembro 2015 a dezembro 2017)

No âmbito deste projeto, financiado pela Comissão Europeia, coordenado pelo Save the Children Italia, e de que o IAC é o parceiro português, e a Dra Ana Sotto-Mayor Pinto, do Serviço Jurídico, a Coordenadora do mesmo, realizámos em 2017 **2 workshops** (03 de fevereiro - audição da criança em contexto tribunal/advogados) e (9 de junho - Child Friendly Guidelines, do Conselho da Europa, 2010 e sua adequação às leis nacionais e modo como estão a ser implementadas na prática). Convidadas como facilitadoras: psicóloga Dra Teresa Lobato Faria (2º workshop), Prof Doutora Ana Rita Gil (1º e 3º workshops) , e Procuradora Dra Ana Massena (CEJ) (3º workshop). Procedemos a atividades de consulta de grupo de 10 jovens constituído no âmbito do Projeto RUA, com Dra Isabel Porto, tendo-se a última sessão realizado a 25 de março.

Participaram neste projeto a Dra Isabel Porto (Projeto Rua) e Dr. Nuno Domingues (CEDI) , e teve a colaboração de Susana (Setor administrativo).Procedemos à publicação de **4 números da Newsletter** jurídica, relativa a este projeto, contendo legislação e jurisprudência atual de cada país parceiro. Os números já produzidos estão publicados no *site* www.iacrianca.pt, bem como todos os materiais online referidos às atividades do projeto TALE - http://www.iacrianca.pt/index.php/setores-iac-sj/projeto-t-a-l-e.Deslocação de Ana Sotto-Mayor, técnica do Serviço Jurídico, **a 2 reuniões a Roma**, (23 e 24 de janeiro e 25-27 de junho) com todos os parceiros internacionais do projeto.

Deslocação à atividade final do Projeto TALE, ***Summerschool,* em Pisa, Itália**, dos Legal Experts (Nuno Domingues/CEDI) e Project Officers (Ana Sotto-Mayor) do Projeto TALE, para elaboração de conclusões e balanço do Projeto. Connosco foram 10 advogados/psicólogos forenses, que participaram nos 3 workshops que realizámos em Lisboa em 2016 e 2017.

Representação da Direção em Conferências/Eventos relacionados com a área da Justiça e participação, em representação do IAC, em projetos:

- 1 de fevereiro: Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, oradora no Encontro : "O Papel da comunidade na justiça restaurativa – que desafios?", a convite da Dra Marta Sá Rebelo, prof de Direito na UCP.
- 15 de fevereiro, Lisboa; Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Projeto PROTASIS, participação em reunião de *experts*, com Dra Fernanda Salvaterra (IAC).
- 6 de maio, Porto; Projeto *Hands UP*, (contra os castigos corporais a crianças), Faculdade de Direito da Universidade do Porto e APDES, 1ª reunião;
- 31 de maio; Projeto CUIDAR, (resiliência das crianças perante catástrofes); oradora (A consulta a crianças, sua participação, no âmbito do Projeto TALE); na apresentação pública do Projeto, no ICS – Instituto de Ciências Sociais; Dra Ana Delicado e Dra Ana Nunes de Almeida.
- 27 e 28 de junho, Bruxelas; participação no Fórum realizado pela FRA - *Fundamental Rights Agency* – (***FRA Symposium* 2007-2017:** *is Europe doing enough to protect fundamental rights? The perspective of children*); (Enquadrado no Conselho da Europa de 28/06);

- 5, 6 e 7 de julho, Londres; participação no **Experts meeting/Workshop,** no âmbito de projeto europeu *Advancing Defence Rights of the CHildren*, organizado por ***Fair Trials*** *(Defending the human right to a fair trial) e* ***IJJO****-International Juvenile Justice Observatory* .
- Finalidade: trabalhar num **programa prático multidisciplinar** de apoio aos advogados/técnicos que representem crianças em procedimentos criminais
- 12 e 13 de julho; participação, por solicitação da Diretora do curso Técnico de Apoio ao Desporto, do Agrupamento de escolas Dinis, Lisboa, no júri das provas de apresentação dos trabalhos finais (PAP- Provas de Aptidão Profissional) dos alunos do 12º ano desse curso, Chelas, Lisboa.
- 27 e 28 de julho, Lancaster, Reino Unido: participação no *Ethics Board* do Projeto CUIDAR;
- 6, 7 e 8 de novembro, Bruxelas; participação no 11º Forum Europeu sobre os Direitos das Crianças, sob o tema "*Children deprived of their liberty and alternatives to detention*";
- 24 de novembro, Porto; Projeto Hands UP, (contra os castigos corporais a crianças), Faculdade de Direito da Universidade do Porto e APDES, 2ª reunião de peritos;
- 27-29 de novembro; Buenos Aires, Argentina, *Training GMCN, Investigative and preventative response to missing children*;
- 30 de novembro e 1 de dezembro , Buenos Aires, Argentina: *9th Anual global missing children conference (GMCN/icmec*),

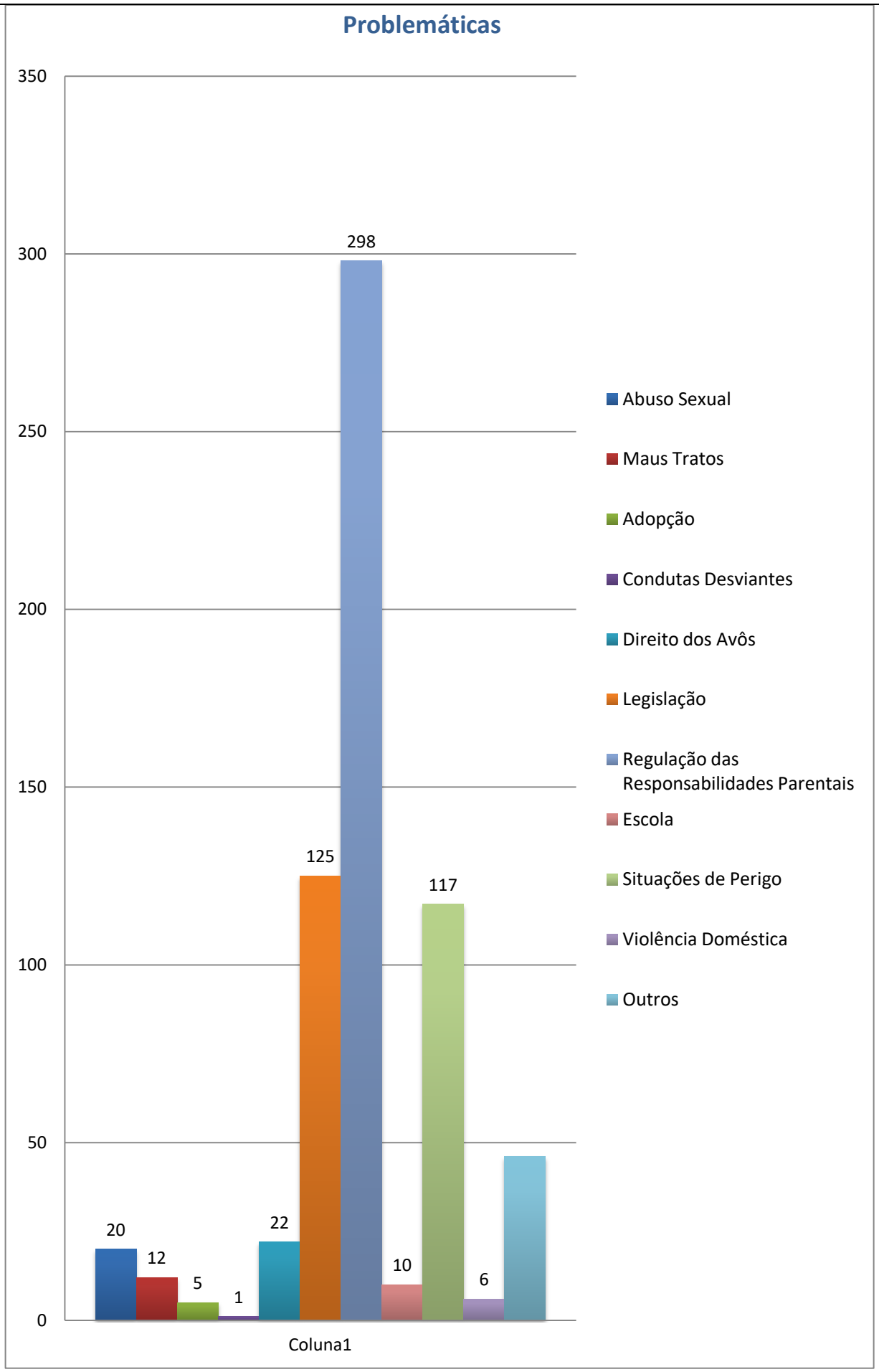
Resultados Obtidos

As problemáticas ilustradas pelos casos concretos que chegam ao atendimento jurídico do IAC, não variam muito em relação às dos anos anteriores.

No entanto, é de realçar o aumento das situações ligadas às responsabilidades parentais face aos outros anos, assim como ao aumento dos pedidos de esclarecimento jurídico sobre as diversas questões ligadas à infância e juventude.
Merece também especial referência, o número de casos que ilustram situações de perigo, assim como os que demonstram as dificuldades que tantos avós têm em ver, e privar com os netos.
Por outro lado, apercebemo-nos de uma maior sensibilização por parte da sociedade para estas questões e nota-se uma maior iniciativa na procura do serviço, quer por parte das pessoas em geral, quer por parte de profissionais de outras áreas com responsabilidades no sistema.

É também notória, uma maior preocupação por parte das entidades que integram o sistema de proteção, em assegurar uma maior articulação entre todas, acreditando que com este procedimento serão alcançadas melhores soluções em prol e no interesse de cada criança e de cada jovem.
Acresce que eventualmente a maior procura deste serviço, dever-se-á também ao facto de o mesmo ter-se tornado mais conhecido e visível, tal como em muito contribuirá, ser um serviço gratuito e de fácil acesso.

Tratamento e Encaminhamento	***Número de casos***
Abuso Sexual	**20**
Maus Tratos	**12**
Adoção	**5**
Condutas Desviantes	**1**
Direito dos Avôs	**22**
Legislação	**125**
Regulação das Responsabilidades Parentais	**298**
Situações de Perigo	**117**
Escola	**10**
Violência Doméstica	**6**
Outros	**46**
Total	**663**


Problemáticas
350
300
250
200
150
100
50
0
20
12
5
1
22
125
298
10
117
6
Coluna1
Abuso Sexual
Maus Tratos
Adopção
Condutas Desviantes
Direito dos Avôs
Legislação
Regulação das Responsabilidades Parentais
Escola
Situações de Perigo
Violência Doméstica
Outros

Designação

SOS – Criança - Serviço de Âmbito Nacional de Apoio às Crianças /Jovens/ Famílias/ Profissionais e Comunidade, que atua através do Atendimento Telefónico (Linha telefónica gratuita 116111) /Correio Electrónico/CHAT/ Reavaliação/ Supervisão de Casos, (Atendimento Personalizado (Social, Jurídico e Psicológico), Crianças Desaparecidas (Serviço de âmbito Nacional de Apoio às Crianças /Jovens Desaparecidos em território nacional ou internacional que atua através do Atendimento telefónico na linha europeia gratuita 11600) Mediação Escolar (Do SOS-Criança a Mediação Escolar prevenção e correcção das desigualdades vividas pelas crianças, dando o apoio psicológico e emocional às crianças que frequentam as escolas na zona de Lisboas), Formação/ Divulgação do SOS-Criança.
Nota**: Convenção do Conselho da Europa para Proteção das Crianças contra Exploração Sexual e os Abusos Sexuais (Convenção de Lanzarote)**
Artº 13- Serviço de Assistência
1)Cada parte toma as necessárias medidas legislativas ou outras para incentivar e apoiar a criação de serviço de comunicações, tais como , linhas telefónicas ou Internet, que permitam disponibilizar a quem a eles recorra, mesmo com caracter de confidencialidade ou respeitando o seu anonimato.

Responsável

Manuel Ataíde Ferreira Coutinho[29]

Equipa

Ana Isabel Mendonça – Técnica Superior de Psicologia
Ana Perdigão – Técnica Superior – Jurista
Anabela Rosa – Técnica Administrativa
Dina Faria – Técnica Superior de Psicologia
Isabel Oliveira - Técnica Superior de Psicologia
Joana Carneiro[30] – Técnico Superior de Psicologia
Maria da Conceição Santos – Emp.de Limpeza
Maria João Cosme – Técnica Superior de Psicologia
Mª João Pena -Técnica Superior de Serviço Social [31]
Maria Teresa Varela – Docente[32]
Rita Esperto – Técnica Administrativa
Sara Matias - Técnica Superior de Psicologia

Outros:
4 Estagiários do Instituto Superior de Psicologia Aplicada
2 Estagiários Universidade Lusófona
2 Universidade Europeia

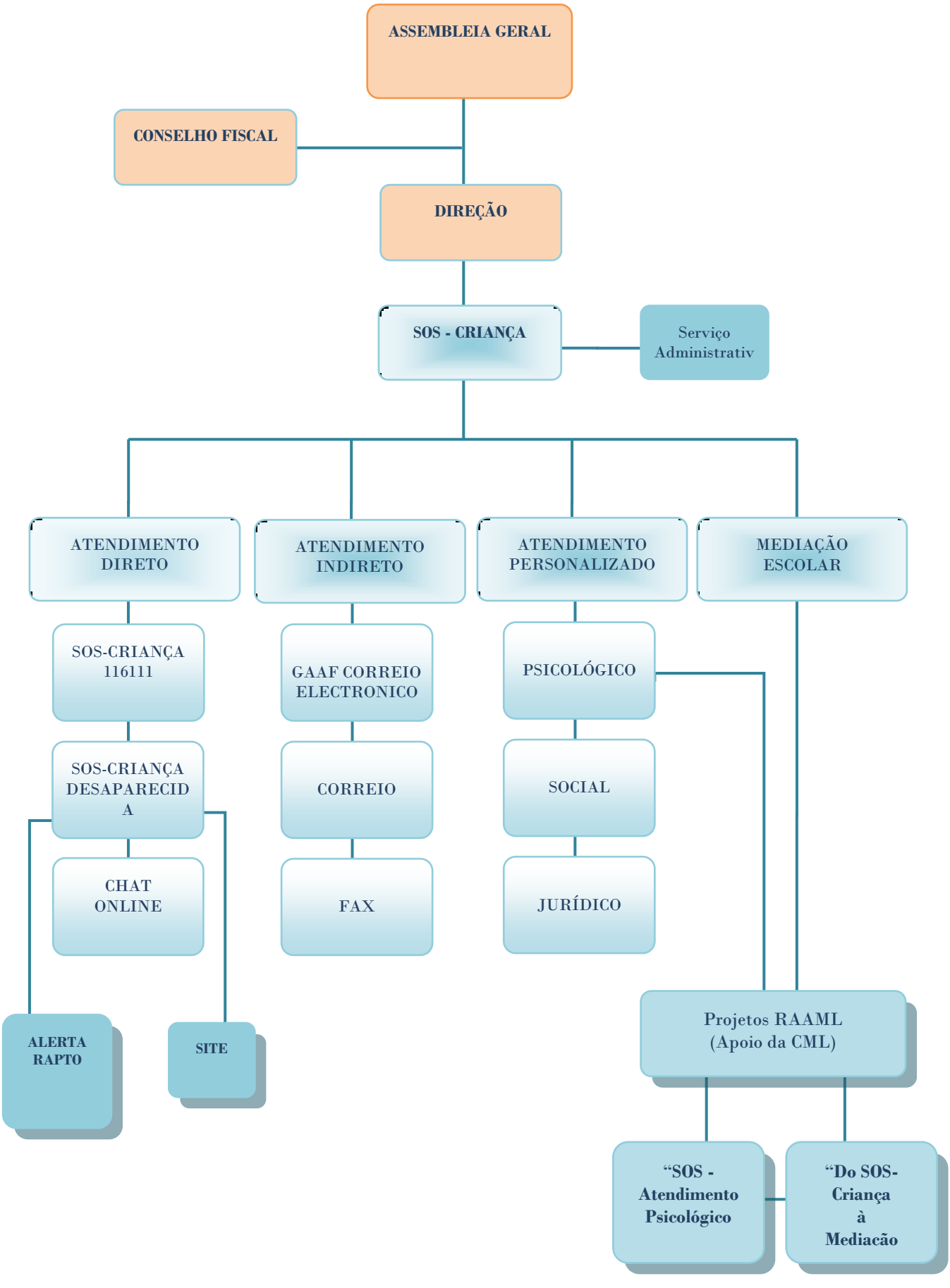
Outros Serviços Intervenientes
Ministério da Segurança Social e do Trabalho: Centros Distritais de Segurança Social (CDSS), Serviços de Fiscalização, Centros de Acolhimento Educativo e Formação (CAEF), Coordenação Nacional para os Assuntos da Família, Inspeção para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições do Trabalho (IDICT), Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Inspeção Geral do Trabalho (IGT), Serviços de Acolhimento de Emergência.
Ministério da Saúde: Centros de Saúde, Hospitais, Saúde 24, Linha Anti -Venenos, Direção Geral da Saúde (IGSS), Núcleo de Estudos do Suicídio, Departamento de Pedopsiquiatria.
Ministério da Educação: Direções Regionais da Educação, Direção Geral da Educação (IGE), Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), Escolas, Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), Associações de Pais, Universidades, Institutos Superiores, Jardins de Infância.
Ministério da Justiça: Tribunais Judiciais e de Família, Direção Geral da Reinserção Social (DGRS), Procuradoria Geral da República, Polícia Judiciária, Interpol, Gabinete de Mediação Familiar.
Ministério da Administração Interna: Polícia de Segurança Pública (PSP), Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Guarda Nacional Republicana (GNR), Gabinete Coordenador de Segurança, Escola Segura, Câmara Municipal de Lisboa; Juntas de Freguesia Bombeiros; Observatório Tráfico de Seres Humanos (OTSH).
Secretaria de Estado da Juventude: Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade Provedoria da Justiça, Santa Casa da Misericórdia, Presidência do Conselho de Ministros: Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), **Serviço Social Internacional. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Rede Construir Juntos, Organizações Não Governamentais (ONG), Paróquias, Sindicatos, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), Instituto da Defesa do Consumidor, Confederação Nacional Sobre o Trabalho Infantil (CNASTI), Embaixadas, Comunicação Social, Miúdos Seguros na Net; Ordem de Advogados; Ordem dos Psicólogos ; Bristish Council; APAV; APCD;AMCV; Observatório tráfico de seres humanos**
Contactos Internacionais: Child Focus, Federação Europeia de Crianças Desaparecidas (MCE), Euronet, International Forum For Child Welfare, Child Helpline International (CHI), International Center for Missing and Exploited Children (ICMEC) ; National Center for Missing and Exploited Children (NCMEC)
L`Enfance; ENASC

Duração Prevista

Atividade permanente

[29] Vogal da Direção e Gestor de Projetos
[30] Em regime de substituição
[31] Licença sem vencimento
[32] Docente do Ministério da Educação e Ciência, destacada no IAC

Organograma do SOS – Criança



Finalidade / Objetivos

Finalidade
Promover e Defender os Direitos da Criança

Objectivos Gerais:
- Ouvir e dar Voz à Criança
- Promover o desenvolvimento harmonioso e integral da criança
- Apoiar a Criança e a Família
- Prevenir situações problema
- Garantir à criança o direito à palavra, proteção em situação de risco e/ ou mau trato, quando privada de afeição, isolada, abandonada, ameaçada de agressão física, sexual, negligenciada ou obrigada a trabalhar prematuramente.
- Sensibilizar as estruturas comunitárias e a sociedade em geral para a problemática da criança em risco e em perigo.

Objectivos Específicos:
Informar crianças, jovens e famílias;
Orientar as situações problema;
Encaminhar as questões apresentadas;
Reavaliar as situações encaminhadas;
Aferir a qualidade de intervenção
Refletir com a Criança! Jovem! Família e com a Comunidade em Geral sobre diversas temáticas que preocupam o apelante.

Ações Desenvolvidas

1. **<u>Linha Atendimento telefónico 116 111</u>**
   - Atendimento telefónico às situações de crianças em risco apresentadas na linha telefónica
   - Registo dos apelos telefónicos em base de dados
   - Abertura e distribuição de processos nas situações em que o encaminhamento é feito pela equipa SOS Criança
   - Gestão dos casos: Recolha de dados através do contacto telefónico com as entidades da área de residências da criança que têm a competência territorial para intervenção.
   - Reavaliação das situações encaminhadas
   - Tratamento estatístico e análise dos dados referentes às situações apresentadas
   - Divulgação da linha junto de escolas de 1º ciclo através de ações lúdicas de sensibilização e divulgação, com colaboração dos estagiários académicos: " Na escola com … o SOS-Criança !"
   - Divulgação da linha telefónica junto dos meios de comunicação social (rádio, tv e imprensa) assim como participações associadas a temáticas relacionadas com a criança
   - Participação em seminários e encontros no âmbito da linha telefónica assim como dos Direitos da Criança
   - Acções de sensibilização em escolas e outras organizações sobre temáticas relacionadas com a criança
   - Supervisão de estágios académicos na área da Psicologia.
   - Reuniões com diversos organismos e entidades públicas e particulares para uma melhor parceria inter-institucional
   - Participação nas actividades desenvolvidas pelo CHI (Child Helpline international), federação que reúne linhas telefónicas de ajuda à criança a nível internacional..

2. **<u>Linha telefónica 116 000 / Crianças Desaparecidas</u>**
   - Recepcionar as situações de crianças desaparecidas, recolha de dados, análise da situação, encaminhamento;
   - Apoio psicológico, social e jurídico às crianças e famílias em articulação com o Projecto Rua, Fórum Construir Juntos e Rede Construir Juntos;
   - Articular com as forças e serviços de segurança e com a polícia judiciária no sentido de agilizar a informação disponível sobre as Crianças desaparecidas;
   - Partilha de informação e articulação da intervenção com o Projecto Rua, Fórum Construir Juntos e Rede Construir Juntos e Parceiros Congéneres Internacionais;
   - Partilha de informação e articulação da intervenção com as entidades de proteção à criança;
   - Divulgação da Linha 116 000 em organizações relacionadas com a criança assim como nos meios de comunicação social;
   - Ações de Formação para técnicos de diferentes áreas nas situações de crianças desaparecidas;
   - Tratamento estatístico da informação e análise dos dados;
   - Participação nas atividades da federação europeia *Missing Children Europe* (MCE);
   - Articulação com o *International Centre for Missing e Exploited Children* (ICMEC);

- Organização do seminário para assinalar o dia da Criança Desaparecida (25 de Maio);
- Tratamento estatístico da informação e análise dos dados.

3. **CHAT ONLINE (www. iacrianca.pt)**

3.1. O SOS-Criança disponibiliza na net um espaço online www.iacrianca.pt.

- Através deste CHAT de fácil acesso, gratuito e sem câmara, é possível conversar, expressar sentimentos, denunciar situações, simplesmente falar com alguém, partilhar preocupações e trocar ideias….
- A equipa técnica que conversa através do chat, com as crianças e jovens que se ligam é formada por técnicos de Psicologia e Serviço Social.
- O Chat online é uma alternativa ao atendimento telefónico.

4. **E-mail. soscrianca@iacrianca.pt**
   - Leitura, registo e distribuição das situações apresentadas por email;
   - Resposta ao apelante;
   - Recolha de dados com o apelante e abertura de processo para encaminhamento nas situações em que o conteúdo assim o justifica;
   - Tratamento estatístico da informação e análise dos dados.

5. **Atendimento personalizado : Psicológico /Social/juridico**

   No atendimento Psicológico:
   - Observação
   - Entrevista psicológica
   - Avaliação psicológica
   - Acompanhamento psicológico
   - Triagem e aconselhamento
   - Tratamento estatístico e análises dos dados

6. **Mediação Escolar:**

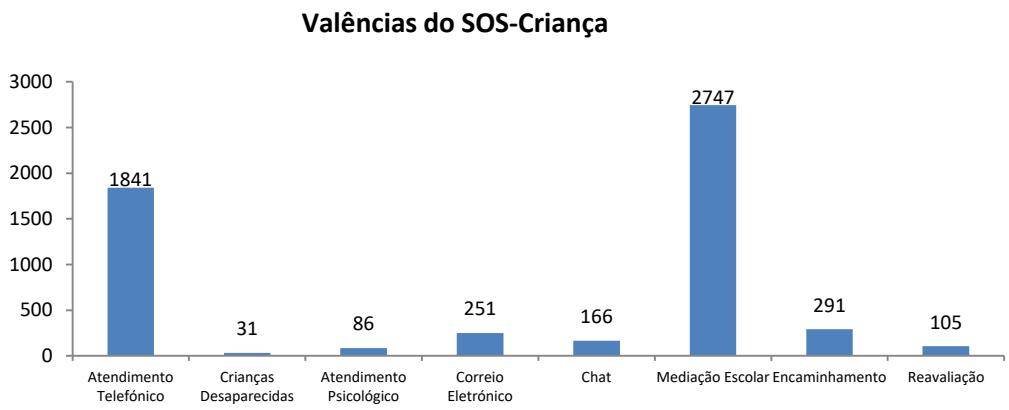
   Valência do SOS-Criança, que se baseia na ideia da Escola Inclusiva, considerando a comunidade escolar como um todo, promove a pedido das Direções das Escolas e sempre que possível integra Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família, que autonomiza.

   Em escolas sem GAAF, fazem-se intervenções pontuais, nomeadamente com acções de sensibilização de prevenção primária.

7. **Do-SOS-Criança à Mediação Escolar :** Este Projeto é desenvolvido pelo Instituto de Apoio à Criança e apoiado pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) e tem como principal finalidade a promoção de condições psicológicas, sociais e pedagógicas necessárias ao desenvolvimento da criança, em benefício de uma educação à medida de cada aluno, garantindo a equidade, a igualdade de oportunidades e a inclusão social. Deste modo, o projeto ambiciona construir uma resposta inovadora a uma complexidade de situações e problemas que surgem na comunidade escolar

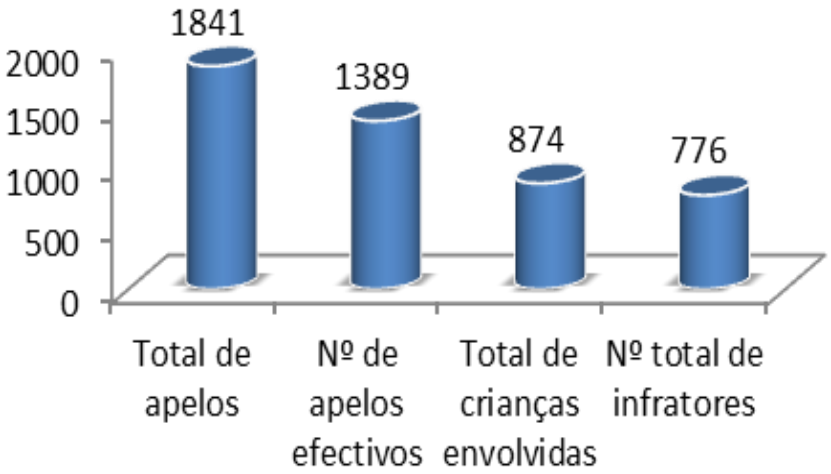
Resultados Obtidos

No ano de 2017 o SOS-Criança recebeu apelos, distribuídos pelas diferentes valências do SOS-Criança (Telefone - linhas gratuitas europeias 116 000 para situações de crianças desaparecidas, 116 111 para situações de crianças e jovens em risco, número fixo nacional 21 7931617; Chat online; Correio eletrónico-email; Atendimento Psicológico e Mediação Escolar).
5122 é o número total de pedidos de apoio com resposta por parte do SOS-Criança.

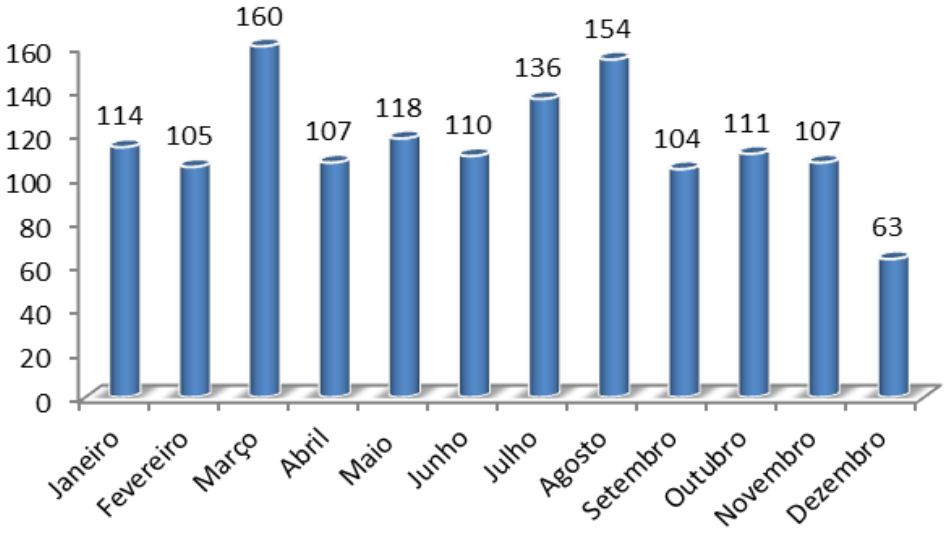


1. Atendimento Telefónico

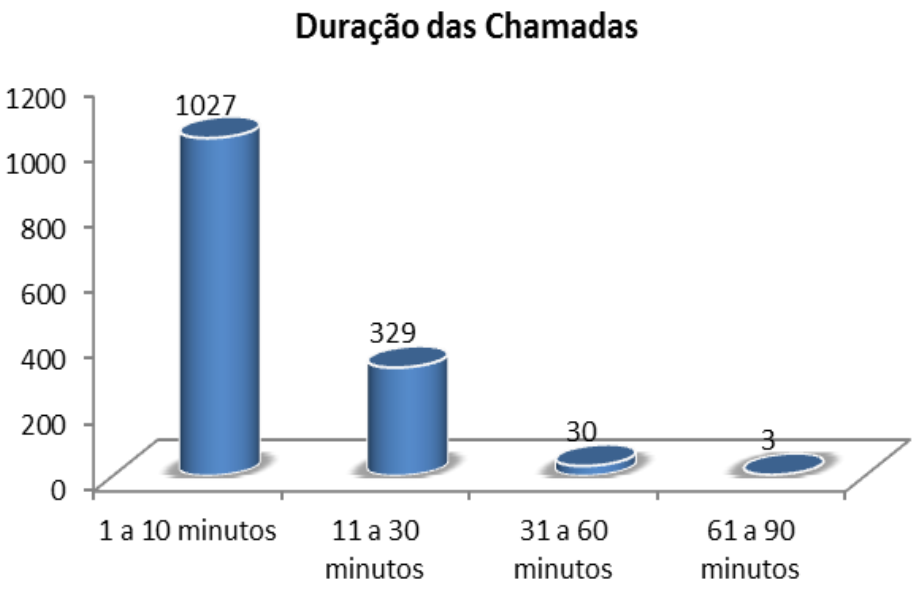
No ano de 2017, o Serviço de Atendimento telefónico SOS-Criança recebeu um total de 1841 chamadas, das quais 1389 se referem a apelos efetivos que resultaram numa intervenção por parte dos técnicos, no sentido de informar, apoiar, orientar e/ou encaminhar os apelantes consoante as situações-problema expostas. Do total dos apelos efetivos recebidos, verificou-se o envolvimento de um total de 874 crianças e 776 infratores.



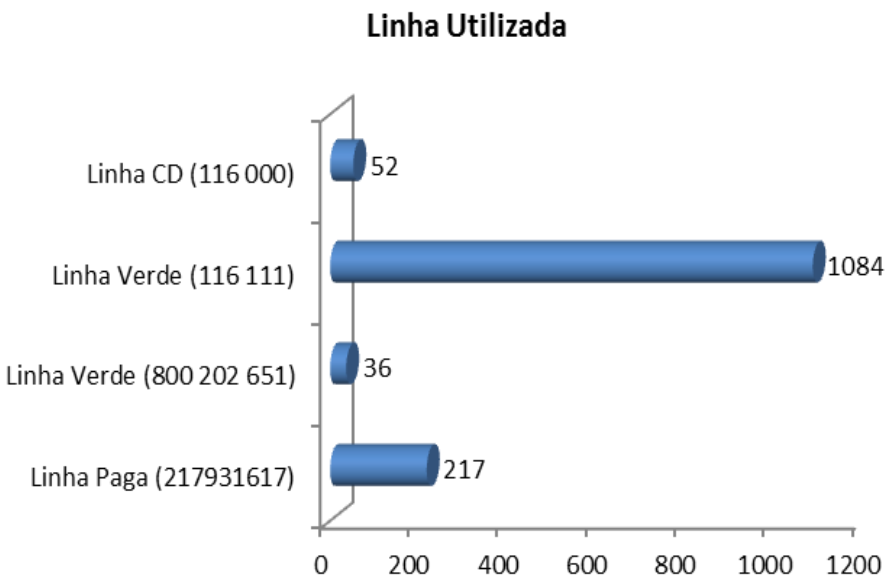
Relativamente à distribuição de chamadas recebidas por cada mês do ano 2017, verificou-se uma média de 116 chamadas por mês, sendo que o número máximo de chamadas registou-se no mês de Março (160) e o número mínimo no mês de Dezembro (63).



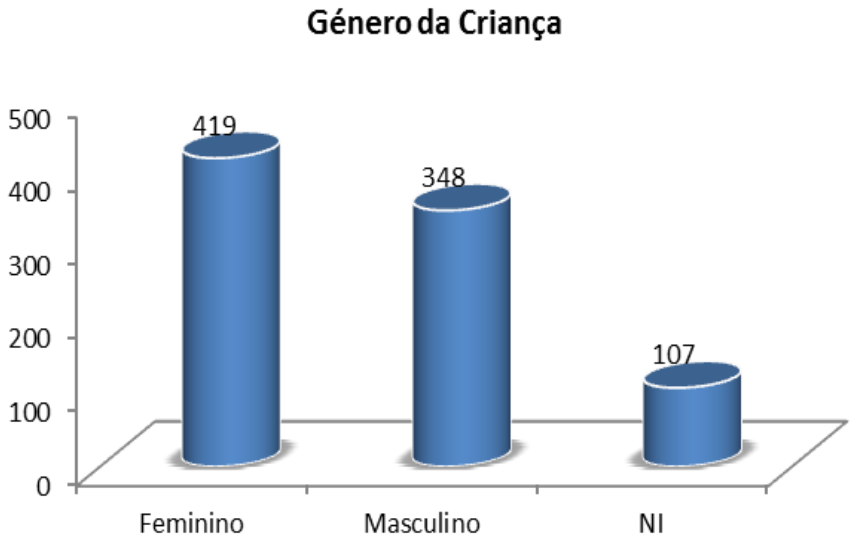
Na distribuição de chamadas recebidas por cada dia útil da semana, verificaram-se diferenças significativas entre os dias. A quarta-feira destacou-se como o dia da semana que recebeu o maior número de chamadas (330) e a quinta-feira como o dia que recebeu o menor número (230).



A distribuição de chamadas recebidas por Linha SOS-Criança utilizada, dão-nos conta de que a linha gratuita **116 111** para situações de crianças e jovens em risco, se destacou como sendo a mais utilizada pelos apelantes apresentando um total de 1084 chamadas. A linha paga **217931617** aparece como a segunda mais utilizada com 217 chamadas recebidas e em terceiro surge a linha gratuita **116 000,** correspondente à Linha SOS-Criança Desaparecida, cujas chamadas são encaminhadas para a Polícia Judiciária entre as 19h e as 09h, apresentando um total de 52 apelos. A linha verde **800 202 651** foi utilizada por 36 apelantes, em 2017.

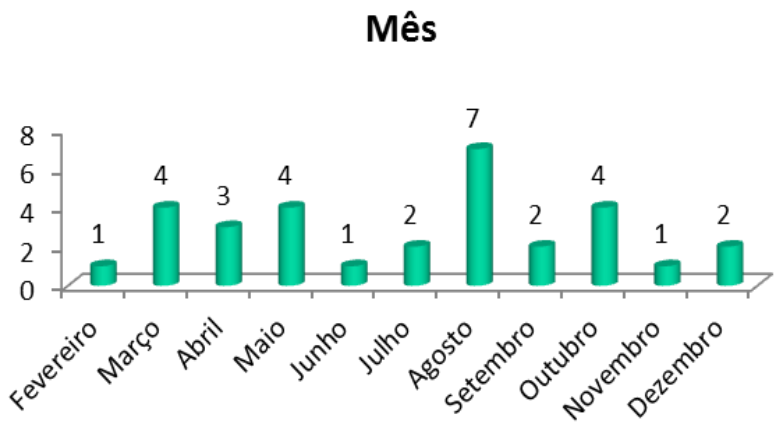


Tendo em consideração as 874 crianças envolvidas nos apelos recebidos no ano de 2017, verificamos que 48% eram do género feminino e 40% do género masculino, sendo que em 12% dos casos não foi possível identificar esta variável.

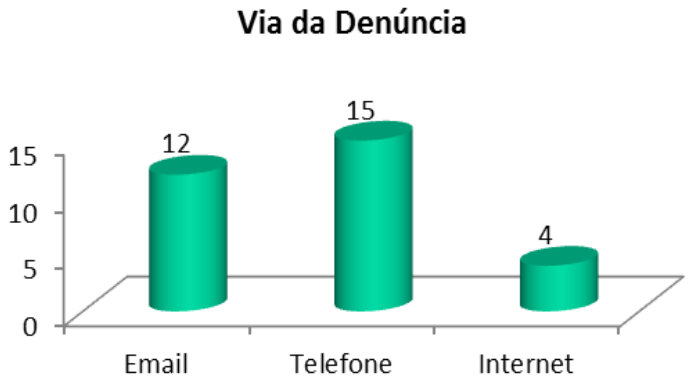


2. **Linha Criança Desaparecida**

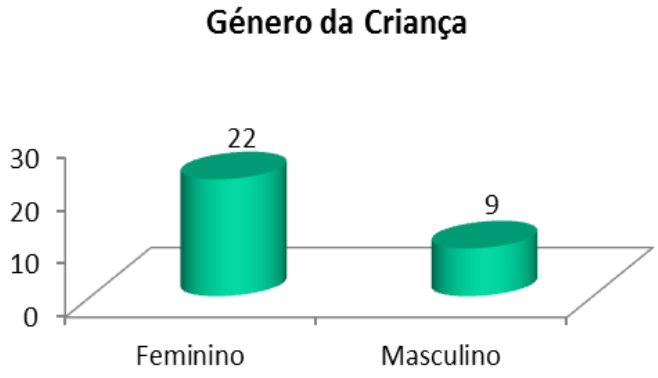
O SOS Criança Desaparecida recebeu um total de 31 denúncias, no ano de 2017. Em termos de distribuição por cada mês do ano, verificou-se que o maior número de denúncias (7) foi recebido no mês de Agosto e o menor (1) nos meses de Fevereiro, Junho e Novembro. A média mensal de denúncias foi de 3.



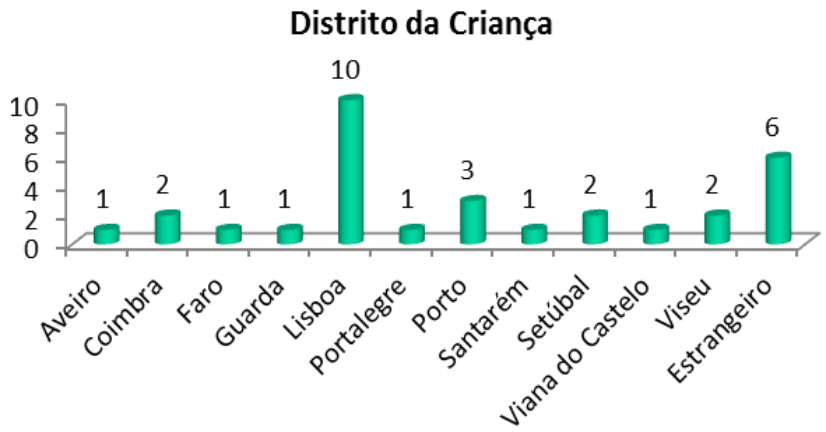
Considerando o número de denúncias recebidas no âmbito do SOS Criança Desaparecida, verificou-se que 28% das mesmas foram realizadas via telefone, 38% apresentadas por e-mail e 13% através da internet.



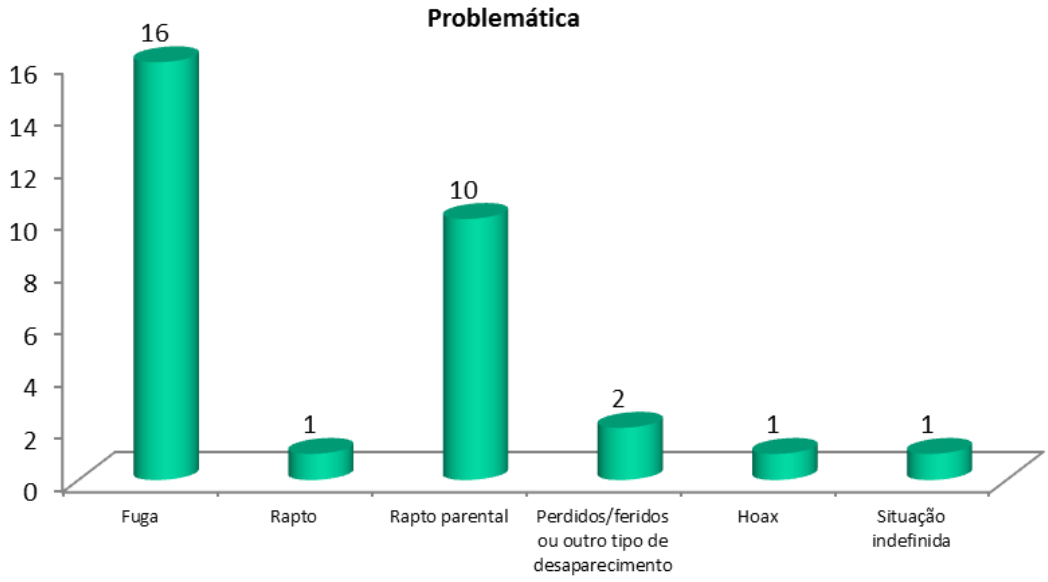
As denúncias realizadas relativamente a Crianças Desaparecidas disseram, maioritariamente, respeito a crianças do género feminino (22), opondo-se às que envolviam crianças do género masculino (8).



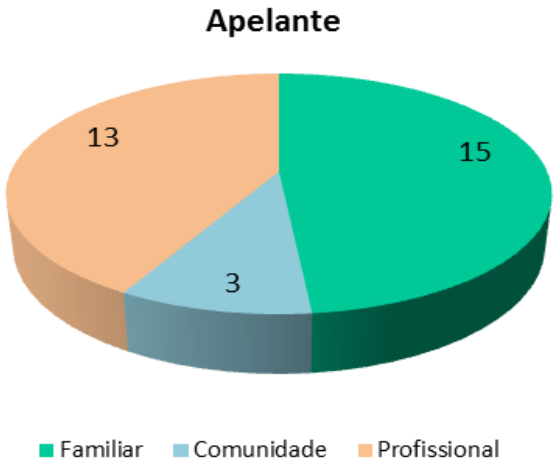
Em termos da origem da criança, do local da sua residência, verificamos que 81% das crianças residia em Portugal, sendo que 19% residia no estrangeiro. Das crianças que residiam em Portugal, a maioria pertencia ao distrito de Lisboa (10 crianças), sendo que também foram sinalizadas crianças do Porto (3), de Coimbra (2), Setúbal (2), Viseu (2), Aveiro (1), Faro (1), Guarda (1), Portalegre (1), Santarém (1) e Viana do Castelo (1).



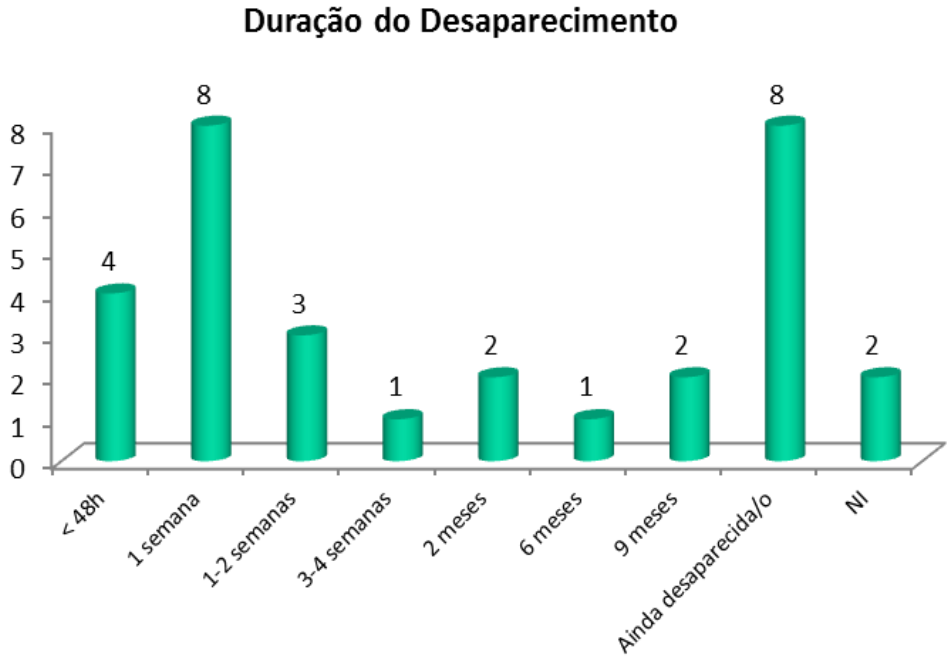
Considerando o tipo de problemática dos casos de Crianças Desaparecidas expostos ao SOS Criança, no ano de 2017, verificou-se que a maioria dos casos dizia respeito a "Fugas" (16 casos). Outras problemáticas sinalizadas foram: Rapto Parental (10), Perdidos/feridos ou outro tipo de desaparecimento (2) e Rapto (1). Além disso, também existiu 1 caso de Hoax e 1 caso de situação indefinida.



Relativamente ao apelante, que contactou o SOS Criança Desaparecida com o intuito de denunciar um desaparecimento, podemos constatar que em 48% dos casos foi um familiar da criança a realizar o apelo. Podemos verificar ainda, que em 42% dos casos foi um profissional a expor a situação ao SOS Criança e em 10% foi um cidadão da comunidade em que a criança estava inserida.



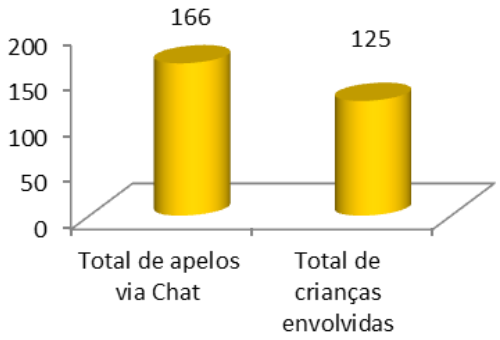
No que respeita às Crianças Aparecidas, verificou-se que na maioria dos casos as crianças apareceram dentro de 1 semana após o seu desaparecimento (8 casos). Verificou-se também que em 4 dos casos, as crianças apareceram em menos de 48 horas e em 3 dos casos as crianças apareceram entre 2 a 3 semanas após o desaparecimento. No intervalo de tempo de 2 a 9 meses após o desaparecimento, foi indicado o aparecimento de 5 crianças. Do total de 31 crianças desaparecidas em 2017, há indicação que 8 continuavam desaparecidas à data do fim do ano de 2017. É importante notar, que em 2 casos não foi possível apurar esta variável.

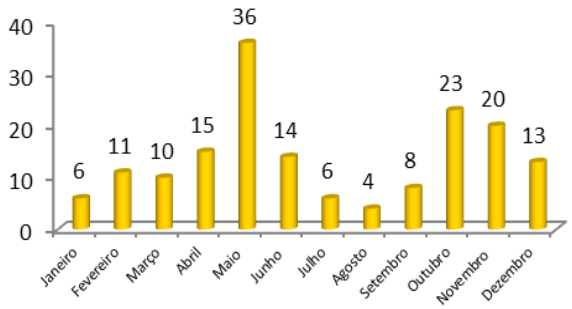


3. CHAT ONLINE (www. iacrianca.pt)

No ano de 2017, o Serviço de Chat SOS-Criança recebeu um total de 166 apelos, que resultaram numa intervenção por parte dos técnicos. Do total dos apelos, verificou-se o envolvimento de um total de 125 crianças.

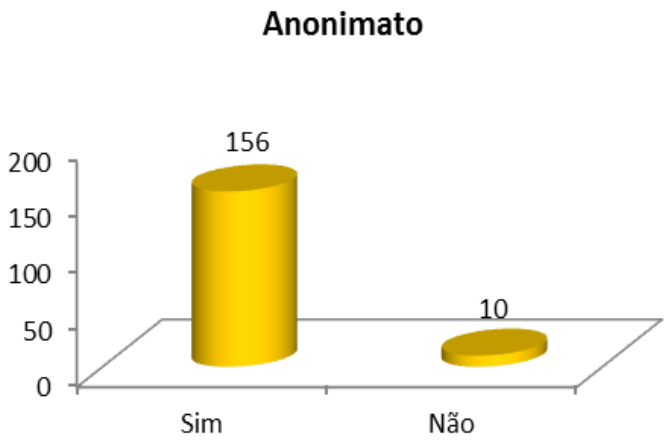
Relativamente à distribuição de apelos via chat recebidos por cada mês do ano 2017, verificou-se uma média de 14 apelos por mês, sendo que o número máximo de apelos via chat registou-se no mês de Maio (36) e o número mínimo no mês de Julho (4).

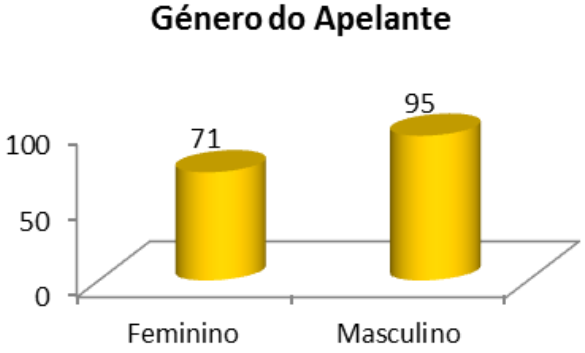




Dado o caráter do serviço de Chat do SOS-Criança, verificou-se que em 94% dos casos os apelantes que utilizaram o chat para expor uma situação-problema mantiveram o anonimato. Por conseguinte, em 6% dos casos, os apelantes escolheram revelar a sua identidade.

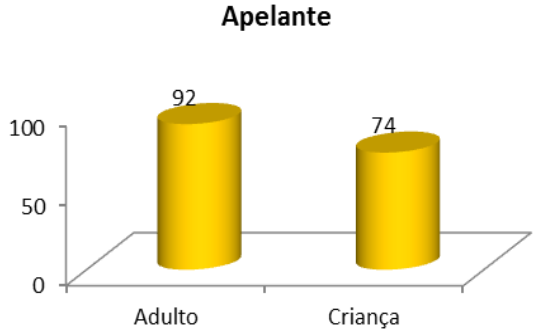
Em termos da distribuição por género de apelantes, constatou-se que a maioria dos indivíduos, que efetuaram apelo via chat SOS-Criança, eram do género masculino (57%). Por oposição, 43% dos apelantes eram do género feminino. Esta distribuição é independente da idade do apelante.

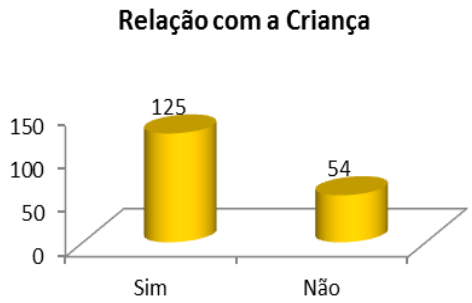




Relativamente à utilização do chat SOS-Criança, em 2017, verificou-se que 55% dos seus apelantes eram adultos e 45% eram crianças, que pretendiam obter informações e/ou expor situações-problema.

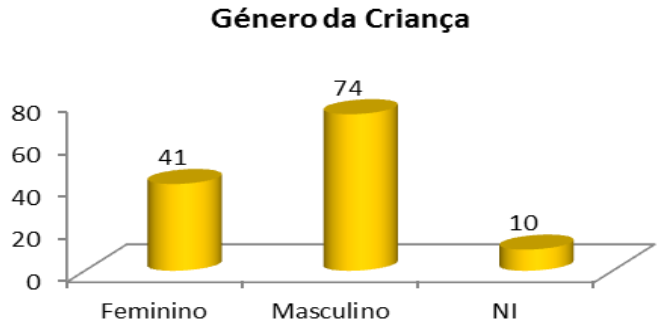
Da totalidade dos casos expostos no chat SOS-Criança, no ano de 2017, verificou-se que em 70% dos apelos existia relação entre o apelante e a criança. Por conseguinte, em 30% dos casos o conteúdo do apelo não envolvia relação com a criança.

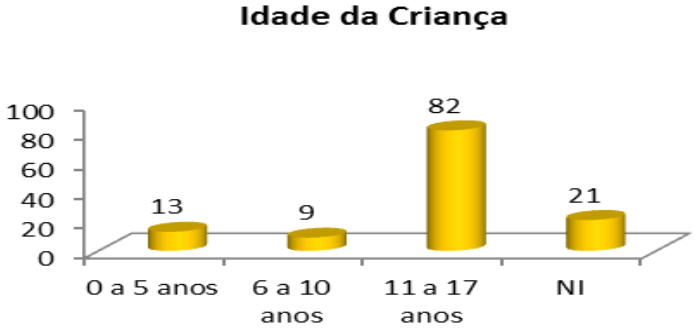




Tendo em consideração as 125 crianças envolvidas nos apelos recebidos via chat SOS-Criança no ano de 2017, verificamos que 59% eram do género masculino e 33% do género feminino, sendo que em 8% dos casos não foi possível identificar esta variável.

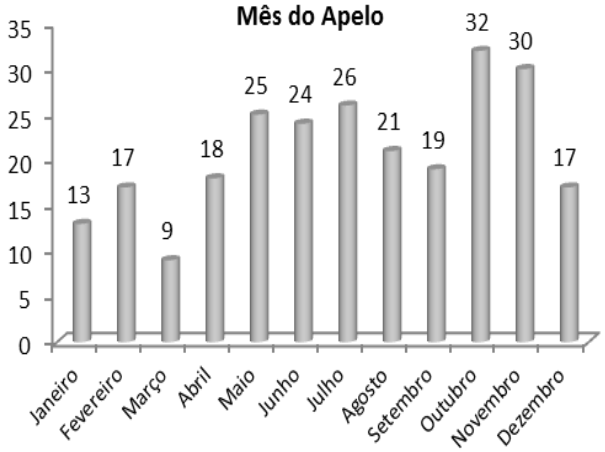
Em relação à faixa etária das crianças referenciadas nos apelos via chat SOS-Criança, constatou-se que 10% dos casos se enquadravam em idades entre os 0 e os 5 anos, 7% das crianças tinham idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos e 66% correspondiam a crianças com idades entre os 11 e os 17 anos. É de referir, que em 17% dos casos não foi possível apurar a idade da criança.

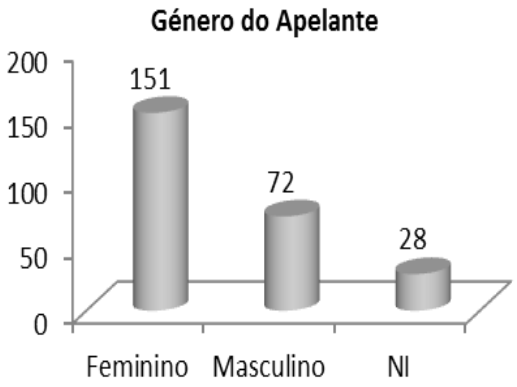




4. **E-mail**. soscrianca@iacrianca.pt
No ano de 2017, o Serviço SOS-Criança recebeu um total de 251 apelos via e-mail, que resultaram numa intervenção por parte dos técnicos. A distribuição de e-mails por mês é variável, sendo que Outubro foi o mês que se destacou com um maior número de apelos (32) e Março como o mês com menor número de apelos (9).

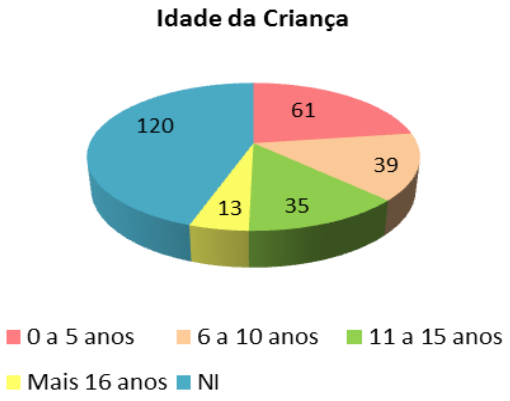
Analisando a distribuição dos apelos via e-mail por género do apelante, verificamos que 60% dos contactos por esta via foram realizados por indivíduos do género feminino e 29% foram realizados por indivíduos do género masculino, independentemente de ser um adulto ou uma criança. Importante notar que em 11% dos casos não foi possível identificar o género do apelante que realizou o seu apelo via e-mail.

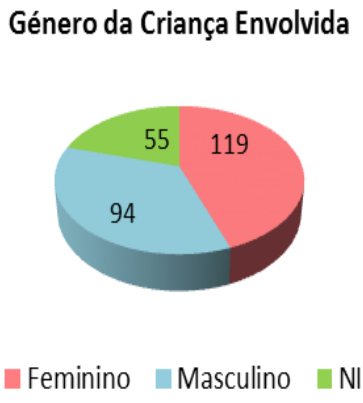




Relativamente à distribuição por idade da criança, verificou-se que em 45% dos casos não foi possível identificar a variável. Nos casos em que foi possível identificar, verificou-se que 23% diziam respeito a crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 5 anos, 15% das crianças situavam-se no intervalo de idades dos 6 aos 10 anos, 13% referiam-se a crianças entre os 11 e os 35 anos e 5% a crianças com 16 ou mais anos.

Do total de 268 crianças envolvidas nos apelos via e-mail rececionados no ano de 2017, verificou-se que 44% eram do género feminino e 35% do género masculino. É importante notar que, em 21% dos casos não foi possível identificar esta variável.

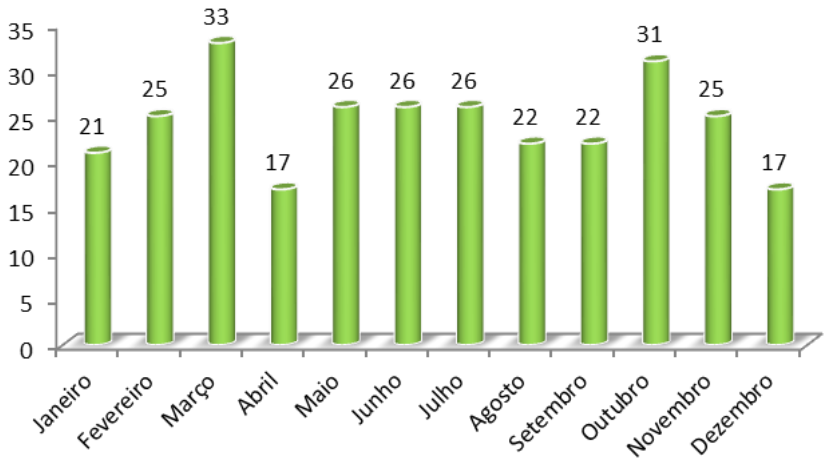




5. Encaminhamento

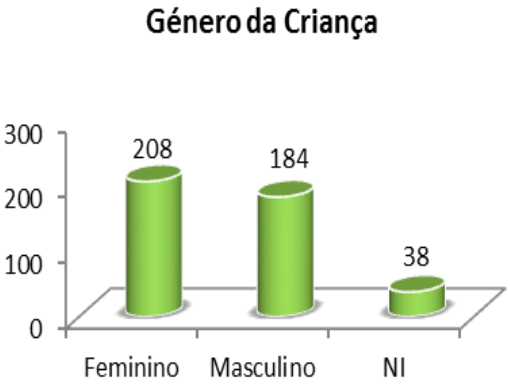
O serviço SOS-Criança continuou a registar um elevado número de situações que, tendo sido sinalizadas através da linha telefónica do SOS-Criança, via correio eletrónico, correio postal e chat online, necessitaram de uma articulação direta com diversas instituições com competência em matérias de infância e juventude, no sentido de uma averiguação e acompanhamento.

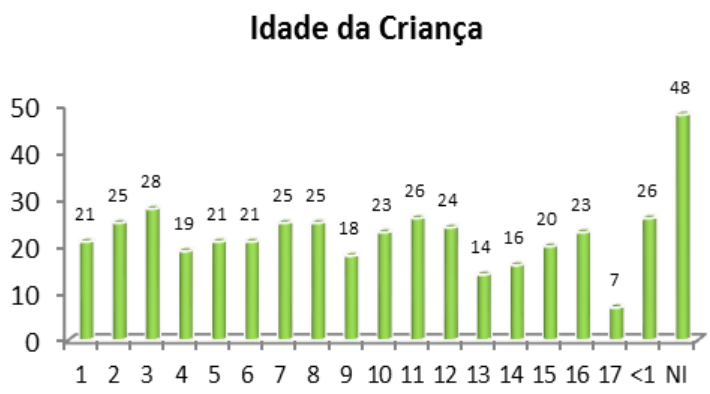
Desta forma, no ano de 2017, o serviço SOS-Criança encaminhou 291 processos às entidades parceiras, nos quais se encontravam envolvidas um total de 430 crianças.



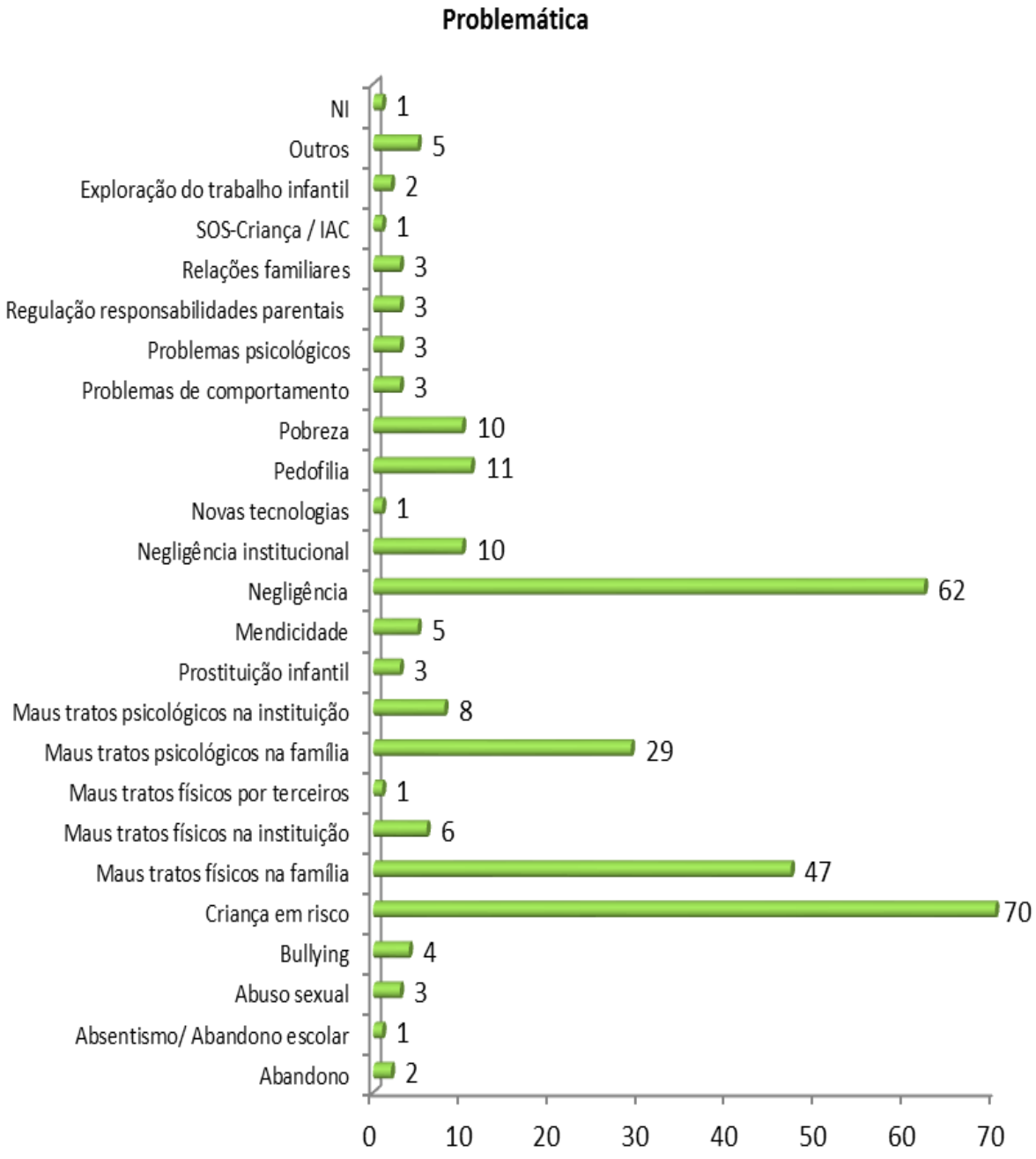
No que concerne ao género das 430 crianças referenciadas nos processos de encaminhamento, em termos percentuais verifica-se, novamente como no ano anterior, uma distribuição equitativa entre géneros, com diferenças pouco significativas, perfazendo um total de 48% crianças de género feminino e 43% de género masculino, sendo que em 9% dos casos não foi possível identificar o género da criança envolvida.

Referente à idade das crianças envolvidas, a faixa etária dos 11 aos 17 anos assume um maior destaque (30%), ao invés do ano anterior, seguido dos intervalos etários dos 6 aos 10 anos (27%) e dos 1 aos 5 anos (26%), sendo que no ano anterior este último encontrava-se em primeiro e vice-versa. Não foi possível identificar a idade das crianças em 11% dos casos e foi possível verificar que, em semelhança ao ano passado, 6% dos casos envolvem crianças com idade inferior a 1 anos, o que continua a ser um fator de extrema preocupação.

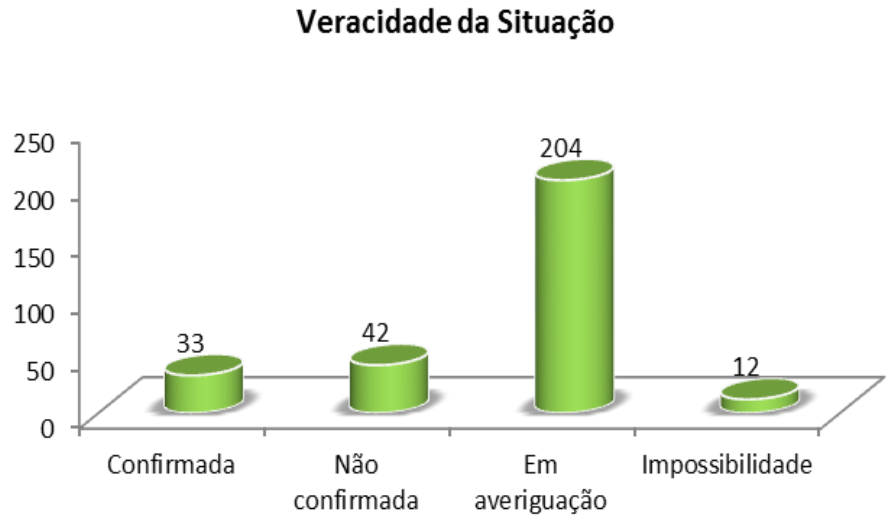




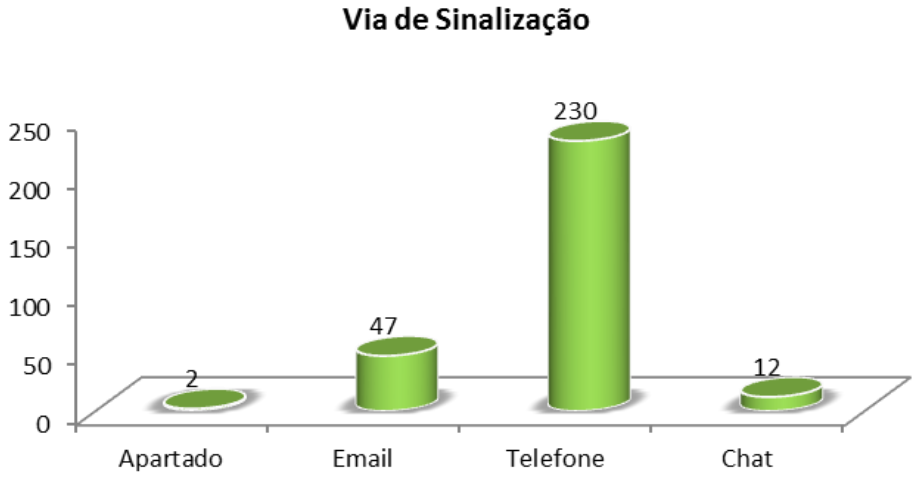
No âmbito da problemática das situações encaminhadas pelos técnicos do serviço SOS-Criança, em 2017 continuam a salientar-se com maior destaque, à semelhança do ano anterior, os casos de **"Criança em Risco"** (16%), no entanto, este valor apresenta-se mais baixo comparado com 2016 em cerca de 10%, o que se demonstra como significativo. Também a problemática **"Negligência"** se destaca em comparação com as restantes apresentando um valor percentual de 14% e, de seguida, os **"Maus tratos físicos na família"** (11%). Foi possível constatar um aumento no número de casos relativos a **"Pedofilia"** (3%) e decréscimo em **"Maus tratos psicológicos na família"** (7%).



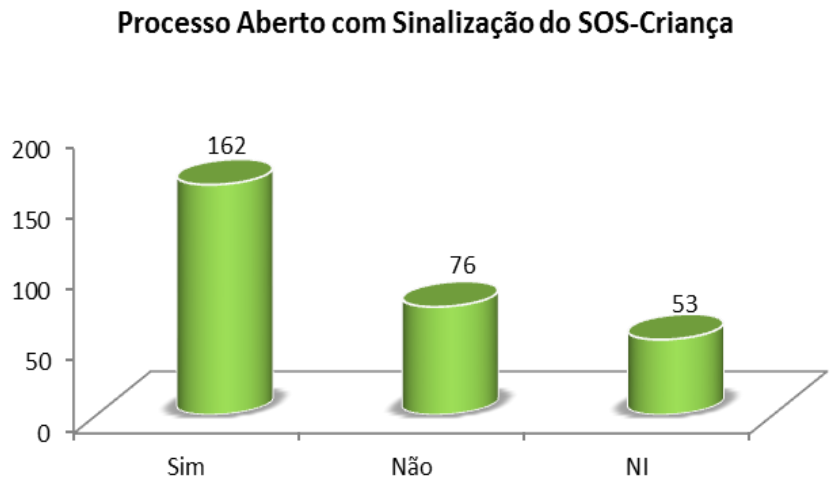
No que concerne à articulação com as entidades parceiras, com competência em matéria de infância e juventude, que ficam responsáveis pela intervenção na situação de risco, maioritariamente, e à semelhança do ano anterior, não apresentam uma resposta imediata (40%), o que leva a que posteriormente os casos sejam alvos de uma reavaliação. Ainda assim, foi possível verificar que 17% das respostas recebidas no ano de 2017 referem um acompanhamento à criança e família, e 10% indicam que a problemática apresentada não se confirma como verdadeira.



No que concerne à veracidade da situação-problema apresentada ao SOS-Criança, na sua maioria (70%) os processos encaminhados apresentam-se ainda em fase de averiguação por parte das entidades responsáveis pela intervenção em matéria de infância e juventude, o que, por sua vez, indica que ainda não é possível aferir a sua veracidade. No entanto, ao contrário do ano anterior, em 14% dos casos apresentados não foi confirmada a situação exposta ao SOS-Criança, e em 11% foi possível confirmar a situação de perigo sinalizada. À semelhança do ano anterior, em 4% dos casos foi impossível verificar a veracidade por elementos insuficientes para averiguação.



À semelhança dos anos anteriores, a principal via de sinalização dos casos encaminhados apresenta-se sobretudo por linha telefónica (79%), sendo que em segundo maior destaque apresenta-se por correio electrónico (16%). Por sua vez, o chat online apresenta-se assumindo 4% dos processos encaminhados e o apartado com 1%.

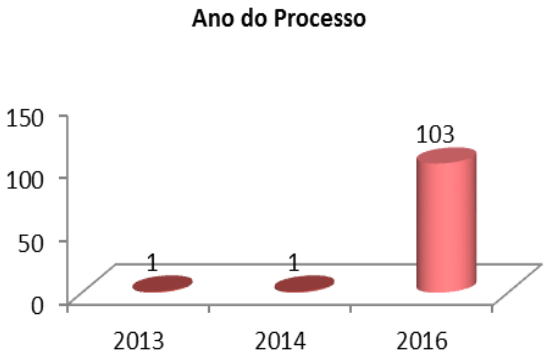


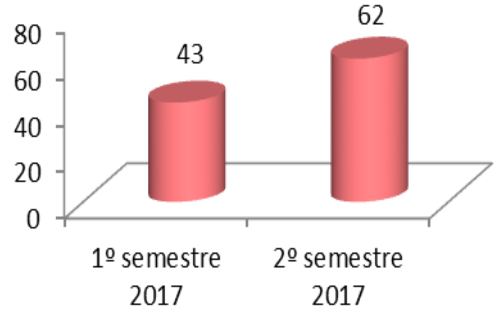
É de destacar que das 291 situações sinalizadas ao serviço SOS-Criança e que foram alvo de encaminhamento para os parceiros com competências em matéria de infância e juventude, na sua maioria (56%) não eram do conhecimento destas instituições o que originou na abertura de processo nas respetivas instituições, através do encaminhamento do SOS-Criança, nomeadamente nas CPCJ. Já em 26% dos casos, já existia conhecimento prévio da situação, por já existir processo de averiguação a decorrer, em acompanhamento ou arquivado.

6. Reavaliação

No ano de 2017, o Serviço SOS-Criança realizou um total de 105 Reavaliações de processos de anos anteriores, sendo que a maioria correspondia a processos do ano de 2016 (98%). Adicionalmente, foram também reavaliados 1 processo de 2013 e 1 processo de 2014.

Relativamente à distribuição da reavaliação dos processos por semestre, verificamos que 41% dos processos foram reavaliados no 1º semestre de 2017 e 59% no 2º semestre.



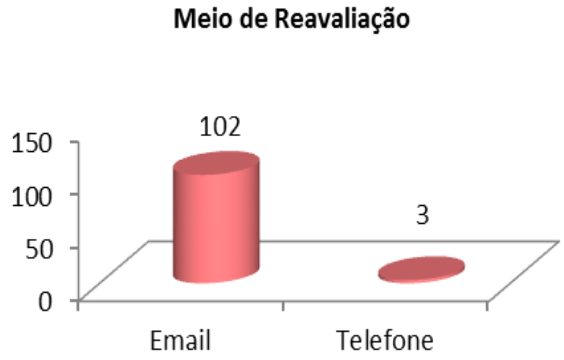


Em termos das entidades contactadas durante os processos de reavaliação, verificou-se que na maioria dos casos a entidade contactada foi a CPCJ de Lisboa e Vale do Tejo correspondendo a uma percentagem de 50% dos contactos. Verificou-se, ainda, que 23% dos contactos para a reavaliação de processos foram estabelecidos com a CPCJ Norte e 15% com a CPCJ Centro. Não se verificou significância estatística nos restantes contactos estabelecidos aquando das reavaliações de processos, sendo possível verificar no gráfico correspondente quais as entidades contactadas para o efeito.

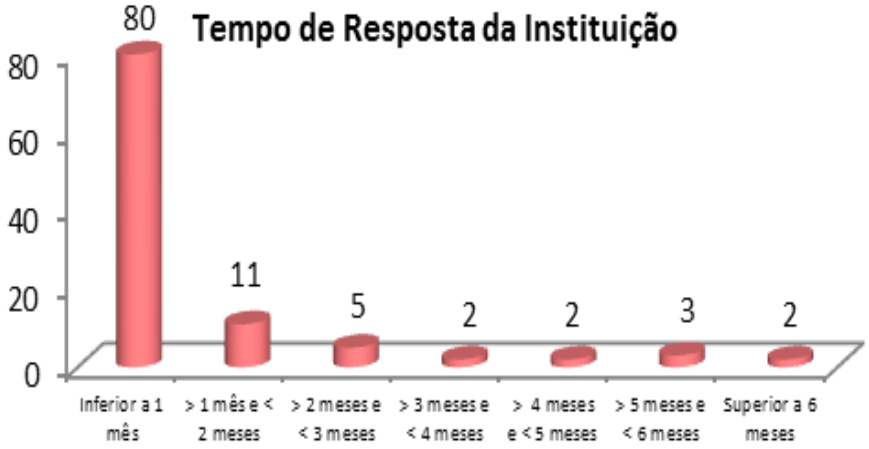
.

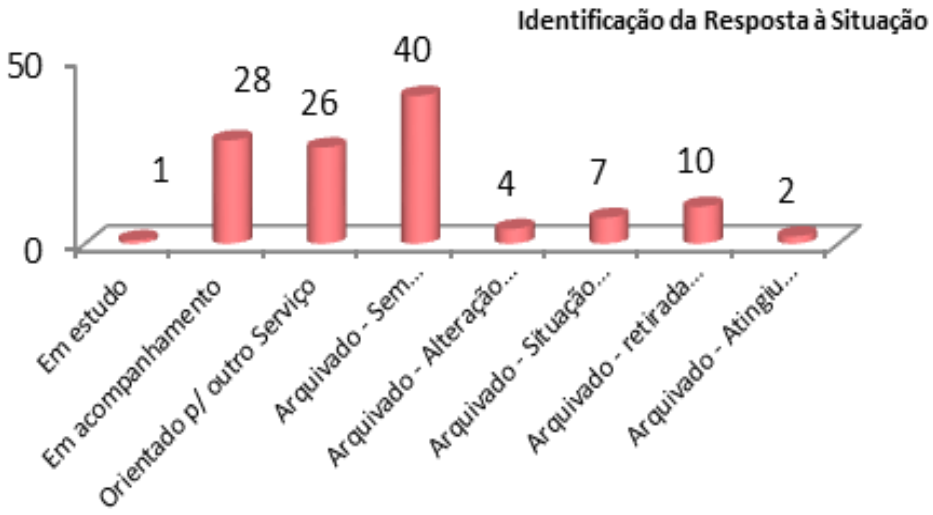
De um modo geral, são utilizados dois tipos de meios para a realização de reavaliação de processos no serviço SOS-Criança. No caso especifico do ano 2017, 97% dos contactos foram de reavaliação de processo foram realizados via e-mail, sendoque os restantes 3% foram realizados via telefone.

Consoante a metodologia utilizada pelo SOS-Criança nos casos de reavaliação de processo, verificou-se que em 93% dos casos foi enviado formulário para averiguar o estado da situação anteriormente exposta e em 7% dos casos não foi enviado.



Relativamente ao tempo de resposta da Instituição nos casos de Reavaliação de processo, verificou-se que em 76% dos casos a resposta foi dada num período inferior a 1 mês depois de ter sido solicitada, em 10% dos casos a resposta foi fornecida entre 1 e 2 meses após ter sido solicitada e em 5% dos casos a resposta foi dada entre 2 a 3 meses após solicitação. Nos restantes 6%, o tempo de resposta da instituição foi superior a 3 meses.





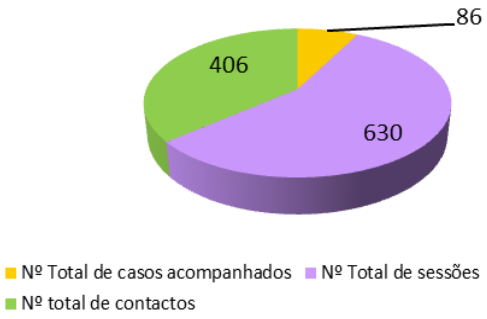
Em termos da identificação do tipo de resposta dada à situação do processo em reavaliação, verificou-se que em 34% dos casos o processo foi arquivado ou não tinha fundamento, em 24% dos casos o processo estaria em acompanhamento e 22% dos processos teriam sido orientados para outro serviço. Verificaram-se, ainda, 10 processos arquivados devido a retirada de consentimento ou oposição (incumprimento); 7 casos arquivados em consequência da resolução da situação (não subsistência de situação de perigo); 4 casos arquivados devido a alteração de residência; 2 casos arquivados pelo facto da criança ter atingido a maioridade e 1 caso que se encontrava em estudo.

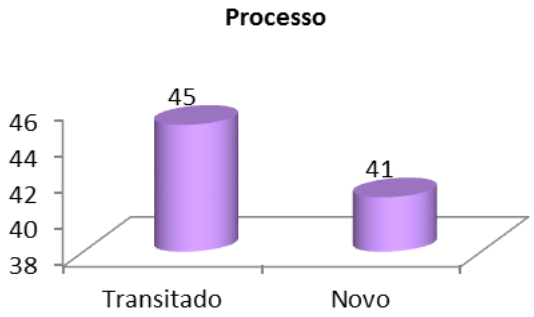
7. Atendimento Psicológico

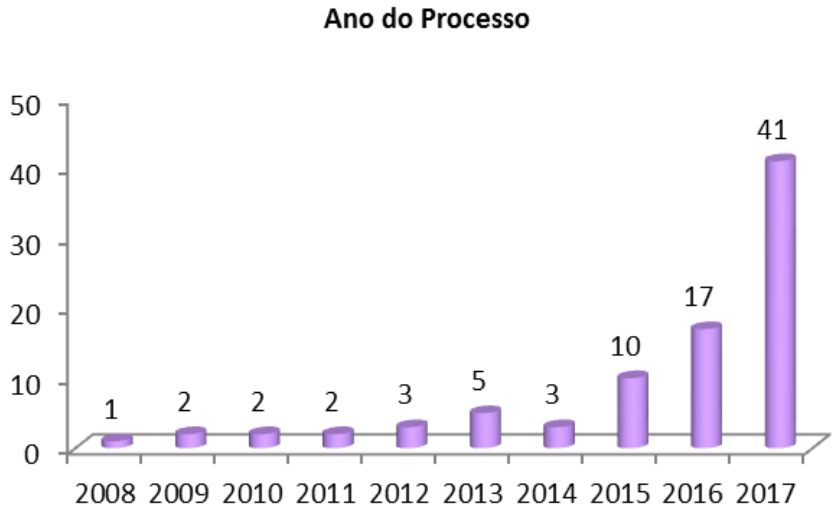
O SOS Atendimento Psicológico é um serviço gratuito de primeira necessidade, cuja finalidade é garantir à criança o direito à palavra e à proteção em situações de perigo, tendo como base a defesa e promoção dos Direitos da Criança, através da solicitação de acompanhamentos psicológicos na área do distrito de Lisboa.

Em 2017, o número total de casos acompanhados foi de 86, sendo que deram lugar a 630 sessões de atendimento psicológico e a um registo de 406 contactos referentes aos casos acompanhados.

Em termos da característica do processo, verificou-se que do total de 86 casos, 45 teriam transitado de anos anteriores e 41 resultado de novos encaminhamentos.



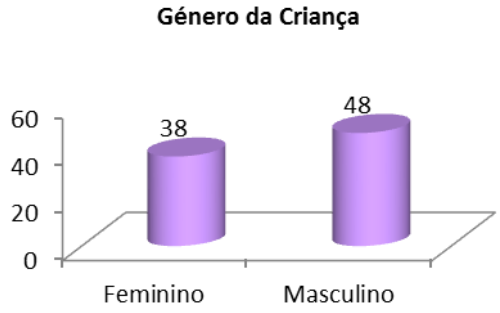


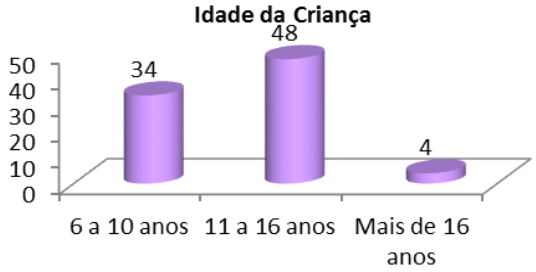


Tendo em conta o número de casos que transitaram de processos abertos em anos anteriores a 2017 (45), verificou-se que foram realizados atendimentos psicológicos a crianças e jovens que teriam sido encaminhados desde o ano 2008. No entanto, constatou-se que a maioria dos processos teria sido aberta nos anos de 2016 (17) e 2015 (10), sendo que a média de casos acompanhados em atendimento psicológico com processo aberto entre 2008 e 2014 é de 3 por cada ano.

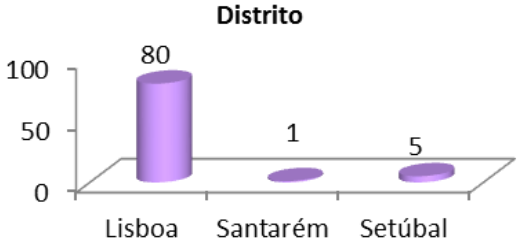
No que respeita às crianças e jovens acompanhados no serviço SOS atendimento psicológico, no ano de 2017, verificou-se que 56% eram do género masculino e 44% do género feminino.

Do total de 86 crianças e jovens acompanhados no Serviço SOS Atendimento Psicológico, verificou-se que 40% se encontravam no intervalo de idades entre os 6 e os 10 anos, 56% tinham entre 11 e 16 anos e 4% eram jovens com mais de 16 anos.

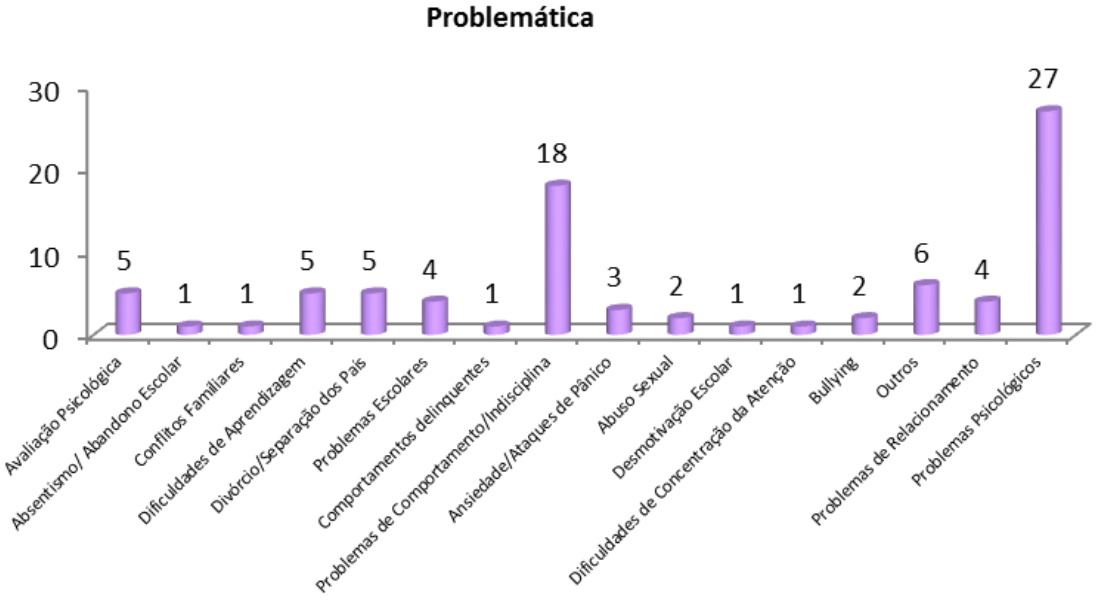




Em termos da origem distrital das crianças e jovens recebidos no serviço SOS Atendimento Psicológico, verificou-se que 93% residiam no distrito de Lisboa, 6% no distrito de Setúbal e 1% no distrito de Santarém.



Em termos da problemática apresentada como motivo de encaminhamento para atendimento psicológico, verificou-se uma sobreposição de duas problemáticas em relação às restantes, sendo que 31% das crianças e jovens apresentavam problemas psicológicos e 21% apresentavam problemas de comportamento/indisciplina.



8. Mediação Escolar

No ano letivo de 2016/2017, o Serviço do SOS Criança, através da Mediação Escolar, Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família, acompanhou local e diariamente várias crianças, em idade escolar, num total de **2747** alunos.

- Reuniões de escolas: 5
- Ações de Sensibilização/Formações: 13
- Reuniões com estagiários: 12
- Reuniões de Projetos: 1
- Reuniões na Sede do IAC: 2
- Ações Conjuntas com Serviço Jurídico do IAC: 9 em escola e 13 de atendimento a pais

8.1 Formação:

Atividades Desenvolvidas (ações de sensibilização, palestras, atividades lúdicas, atividades cívicas, entre outras):
206 (abrangeram-se 25583 alunos e 3509 adultos)

Mediação Escolar, através dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família, apoiaram diretamente 2747 alunos.

A intervenção dos GAAF, no ano letivo de **2016/17** foi realizada em **23** Agrupamentos Escolares, sob responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência, Autarquias, Associações de Pais e outras iniciativas da comunidade, sendo da responsabilidade do setor da Mediação Escolar, a supervisão, formação e acompanhamento, de forma a uniformizar as boas práticas, de acordo com a filosofia do Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família.
Universo de Alunos: **30559**
Grupo Alvo: **2747**

9. Do SOS Criança a Mediação Escolar

De Setembro a Dezembro de 2017, o projeto do Serviço Do SOS Criança à Mediação Escolar acompanhou local e diariamente os alunos de três escolas do primeiro ciclo do município de Lisboa situadas em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. O projeto é subsidiado pela câmara Municipal de Lisboa , no âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa (RAAML).

- Reuniões com escolas: 8
- Ações de Sensibilização/Formação: 2 por escola
- Reunião da equipa com estagiários para apresentação do projeto: 5
- Reuniões da equipa do Projecto: 17
- Reuniões com parceiros da comunidade educativa: 7

9.1 Atividades /Formação/ Crianças acompanhadas:

- Atividades desenvolvidas em cada escola: 11
- Ações de Formação desenvolvidas por escola: Uma média de 2
- Número de crianças observadas:239
- Número de crianças sinalizadas para o SOS Criança: 18
- Número de crianças com acompanhamento psicológico individualizado: 6
- Número de ações agendadas em escolas do primeiro ciclo do município de Lisboa: 2
- Número de respostas a sinalizações de *Bullying*: 2

10. Participação Internacional

Um elemento técnico da equipa participou em diversos eventos organizados pelos parceiros internacionais (MCE e CHI), nomeadamente quatro reuniões e conferências na Bélgica, das Linhas 116111 e 116 000 e uma reunião com parceiros húngaros em Lisboa, para conhecerem o nosso trabalho.

Esse elemento também é parte integrante no IAC desde Maio de 2017 do Núcleo de Cooperação Internacional de acessória técnica à Direção (ver atividades do Núcleo no Relatório de Atividades Geral do IAC, 2017)

11. Orientação de Estágios Curriculares

Através dos protocolos estabelecidos entre o IAC e as diferentes faculdades de Psicologia de Lisboa, quatro elementos técnicos de Psicologia orientaram oito estágios curriculares do ano letivo 2016/2017 das seguintes faculdades: ISPA, Universidade Lusófona e Universidade Europeia, nas áreas de Psicologia Clínica e Psicologia Forense.

Instituto de Apoio à Criança

5. CONTAS DE 2017

Demonstrações Financeiras Individuais

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Balanço

Demonstração dos Resultados

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Resultados por Valências

Demostração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo

Instituto de Apoio à Criança

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Ativo Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1	54 321	59 724
Investimentos financeiros		797	381
Outros ativos financeiros	2	17 155	-
Total dos Ativos Não Correntes		72 273	60 104
Ativo Corrente			
Inventários	3	47	47
Outros créditos a receber	4	108 260	22 312
Diferimentos	5	2 634	4 303
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		4 944	5 270
Caixa e depósitos bancários	6	180 849	251 604
Total dos Ativos Correntes		296 735	283 536
		369 008	343 640
Capitais Próprios			
Capital subscrito	7	26 116	26 116
Reservas legais		345 715	345 715
Resultados transitados	8	(245 989)	(186 986)
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	9	16 482	17 465
Resultado liquido do exercício		6 347	(59 004)
Total dos Capitais Próprios		148 671	143 306
Passivo			
Fornecedores	10	21 666	5 205
Adiantamento de clientes		103	-
Estado e outros entes públicos	11	41 214	31 967
Outras dívidas a pagar	12	157 354	163 162
Total do Passivo		220 337	200 334
		369 008	343 640

A CONTABILIDADE

A DIREÇÃO

Instituto de Apoio à Criança

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Vendas e serviços prestados	13	7 004	15 062
Subsídios à exploração	14	1 452 332	1 308 445
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	(9)
Fornecimentos e serviços externos	15	(218 739)	(202 333)
Gastos com o pessoal	16	(1 208 528)	(1 157 916)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	(443)
Outros rendimentos	17	2 005	3 126
Outros gastos	18	(19 305)	(14 273)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14 768	(48 340)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	(8 287)	(9 884)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 481	(58 224)
Juros e rendimentos similares obtidos	20	1 073	162
Juros e gastos similares suportados		(1 207)	(941)
Resultado antes de impostos		6 347	(59 004)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		6 347	(59 004)

A CONTABILIDADE

A DIREÇÃO

Instituo de Apoio à Criança

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	31.Dez.17	31.Dez.16
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	7 004	15 062
Recebimentos de subsídios	1 452 332	1 245 541
Pagamentos a fornecedores	(285 511)	(261 558)
Pagamentos ao pessoal	(1 214 388)	(1 130 114)
Caixa gerada pelas operações	(40 563)	(131 070)
Outros recebimentos/pagamentos	(20 864)	4 665
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	(61 427)	(126 405)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(9 195)	(26 280)
Perdas em aplicações financeiras relacionadas com o Fundo	-	-
	(9 195)	(26 280)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	1 073	13
Ganhos em aplicações financeiras relacionadas com o Fundo	-	-
	1 073	13
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	(8 121)	(26 267)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento	-	70 671
	-	70 671
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(1 207)	(1 625)
	(1 207)	(1 625)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	(1 207)	69 046
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(70 755)	(83 625)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	251 604	335 229
Caixa e seus equivalentes no fim do período	180 849	251 604

A CONTABILIDADE

A DIREÇÃO

Instituto de Apoio à Criança

Instituto de Apoio à Criança

Demonstração dos Resultados por Projeto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Humanização / Atividade Lúdica	SOS Criança	Projecto Rua	Forum Construir Juntos	Centro de Estudos	TALE	Administrativo	Total
Vendas e Serviços Prestados	2 506	606	309	829	31	-	2 723	7 004
Subsídios, doações e legados à exploração	108 004	324 903	748 130	31 139	73 813	26 546	139 795	1 452 332
Fornecimentos e serviços externos	(26 625)	(15 160)	(48 700)	(6 653)	(20 719)	(5 929)	(94 954)	(218 739)
Gastos com o pessoal	(98 577)	(253 640)	(593 072)	(39 355)	(65 360)	(22 726)	(135 798)	(1 208 528)
Outros rendimentos	5	-	76	-	-	-	1 924	2 005
Outros gastos	(209)	(315)	(15 659)	-	(86)	(34)	(3 002)	(19 305)
Gastos administrativos imputados	(8 288)	(24 692)	(56 857)	(2 367)	(5 610)	-	97 733	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(23 103)	31 702	34 228	(16 406)	(17 931)	(2 143)	8 421	14 768
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	-	-	-	-	-	(8 287)	(8 287)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(23 103)	31 702	34 228	(16 406)	(17 931)	(2 143)	134	6 481
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-	-	1 073	1 073
Juros e gastos similares suportados	-	-	-	-	-	-	(1 207)	(1 207)
Resultado antes de impostos	(23 103)	31 702	34 228	(16 406)	(17 931)	(2 143)	0	6 347
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	(23 103)	31 702	34 228	(16 406)	(17 931)	(2 143)	0	6 347

A CONTABILIDADE

A DIREÇÃO

Instituto de Apoio à Criança

Instituto de Apoio à Criança

Demonstração das Alterações nos fundos patrimoniais - Exercício de 2017

(Valores expressos em euros)

		Fundos	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no Início do Período de 2017	1	**26 116**	**345 715**	**(186 986)**	**17 465**	**(59 004)**	**143 306**
Alterações no período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-
	2	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	3					6 347	6 347
Resultado Extensivo	4 = 2 + 3					6 347	6 347
Operações com Instituidores no período							
Subsídios, doações e legados		-	-	-	(983)	-	(983)
Outras operações		-	-	(59 004)	-	59 004	-
	5	-	-	(59 004)	(983)	59 004	(983)
Posição no Fim do Período de 2017	6 = 1 + 2 + 3 + 5	**26 116**	**345 715**	**(245 989)**	**16 482**	**6 347**	**148 671**

A CONTABILIDADE

A DIREÇÃO

Instituto de Apoio à Criança

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

O Instituto de Apoio à Criança ("Entidade" ou "IAC"), foi constituída em 1983, tem a sua sede no Largo da Memória em Lisboa. A Entidade tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento integral da criança, na defesa e promoção dos seus direitos, sendo a criança encarada na sua globalidade como sujeito de direitos na família, na escola, na saúde, na segurança social ou nos seus tempos livres.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2017 as demonstrações financeiras do IAC foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL), que integra a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF -ESNL).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto de Apoio à Criança, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

h) Derrogação das disposições do SNC - ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC - ESNL.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do Instituto de Apoio à Criança são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em Outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo. Os custos com financiamentos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o IAC, sejam controláveis pela Entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

3.4. Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

3.5. Clientes/utentes e outros valores a receber

As contas de utentes e outros valores a receber não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são transferidos, substancialmente, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Os ativos financeiros disponíveis para venda que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fielmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

3.7. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados em fundos patrimoniais, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso em termo de balanço no passivo corrente.

3.9. Provisões

O IAC analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10.Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11.Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo, com exceção dos empréstimos diretamente ligados à construção.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12.Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido na politica3.2. acima e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal do IAC.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que o IAC obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. O IAC baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.14.Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que o IAC cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados, com o desenvolvimento das atividades subsidiadas, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

1. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2016					
	Saldo em 01-jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-16
Custo:						
Edifícios e outras construções	49 148	26 280	-	-	-	75 428
Equipamento básico	1 407	-	-	-	-	1 407
Equipamento de transporte	68 068	19 640	21 107	-	-	66 601
Equipamento administrativo	180 444	-	-	-	-	180 444
Outros ativos fixos tangíveis	22 547	-	-	-	-	22 547
	321 615	45 920	21 107	-	-	346 428
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	(30 701)	-	30 701	-	-	(31 684)
Equipamento básico	(1 407)	-	1 407	-	-	(1 407)
Equipamento de transporte	(68 068)	21 107	68 068	-	-	(51 872)
Equipamento administrativo	(176 646)	-	176 646	-	-	(179 916)
Outros ativos fixos tangíveis	(21 104)	-	21 104	-	-	(21 826)
	(297 927)	21 107	297 927	-	-	(286 704)

	31 de dezembro de 2017					
	Saldo em 01-jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-17
Custo:						
Edifícios e outras construções	75 428	-	-	-	-	75 428
Equipamento básico	1 407	240	-	-	-	1 647
Equipamento de transporte	66 601	-	-	-	-	66 601
Equipamento administrativo	180 444	1 074	-	-	-	179 066
Outros ativos fixos tangíveis	22 547	-	-	-	-	22 547
	346 428	1 314	-	-	-	345 290
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	(31 684)	-	31 684	-	-	(32 666)
Equipamento básico	(1 407)	-	1 407	-	-	(1 437)
Equipamento de transporte	(51 872)	-	51 872	-	-	(56 781)
Equipamento administrativo	(179 916)	-	179 916	4 022	-	(177 538)
Outros ativos fixos tangíveis	(21 826)	-	21 826	-	-	(22 547)
	(286 704)	-	286 704	4 022	-	(290 969)

2. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Outros ativos financeiros" apresentava os seguintes saldos e respeitam a investimentos iniciados para as novas instalações do IAC, os quais se encontram em curso:

	31-dez-17	31-dez-16
Ativo		
Novas Instalaçoes - Ar Condicionado	8 321	-
Novas Instalações - Janelas	8 834	-
Outros saldos devedores	-	-
	17 155	-

3. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Matérias primas subsidiárias e de consumo	47	47
	47	47
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	47	47

Esta rubrica é composta por obras de arte oferecidas por vários artistas, destinadas à realização de fundos para fins sociais do IAC.

4. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Diversos	76 731	1 202
T.A.L.E	13 131	13 131
DAPHNE - P. Rua	5 118	5 718
Voltercond	10 314	-
Outros	2 967	2 261
	108 260	22 312
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	108 260	22 312

5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Diferimentos		
Seguros	2 331	2 697
Rendas e Alugueres	303	792
Outras desp.c/custo diferido	0	814
	2 634	4 303

6. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Caixa	1 388	998
Depósitos à ordem	115 461	184 825
Depósitos à prazo	64 000	65 781
Outras	-	-
	180 849	251 604

7. Fundo Social

O IAC não tem capital social estatuário, referindo-se o montante reconhecido como Fundo Social ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

8. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em março de 2017, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

9. Ajustamentos/ outras variações no capital próprio

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica respeitava a bens doados em exercícios anteriores e apresentavam-se como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Edif Av da Igreja	3 619	3 845
Edif R António Patrício	12 864	13 620
Outras	-	-
	16 482	17 465

10. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Janela ao Quadrado	6 310	-
Dfk Consulting	3 690	-
Artvision	2 240	(113)
Clece, Sa	2 013	-
Fornecedores outros	7 413	5 318
	21 666	5 205

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-17	31-dez-16
Passivo		
IRS	15 808	8 906
Sobretaxa	12	198
IRS	725	925
IRS Prediais	75	75
IVA Liquidado 23%	472	369
Contribuições para a Segurança Social	24 122	21 494
	41 214	31 967

Os valores em dívida às entidades fiscais e para fiscais foram liquidas em janeiro de 2018 nos prazos legalmente estipulados.
O IAC, por via da atividade social que desenvolve, está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

12. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Remunerações a liquidar	156 487	162 347
Honorários a Pagar	125	(0)
Valores retidos para tribunais	153	(0)
Caução de Exposições	70	-
Em Dívidas a Receber	500	500
Outras contas a pagar	19	315
	157 354	163 162

O montante da rubrica Remunerações a liquidar compreende a estimativas com férias, subsídio de férias e encargos sociais do exercício os quais serão liquidados em 2018.

13. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2017 e de 2016 foram como segue:

	31-dez-17			31-dez-16		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	310	-	310	6 785	-	-
Prestação de serviços	6 695	-	6 695	8 277	-	-
	7 004	-	7 004	15 062	-	-

14. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2017 e de 2016 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios e apoios:

	31-dez-17	31-dez-16
Ministério do Trabalho e da Solidariedade	77 124	76 664
Ministério da Justiça	98 611	98 023
Ministério da Saude	147 613	145 289
Ministério da Educação	97 438	96 857
Ministério da Administração Interna	72 500	72 500
Instituto do Desporto e Juventude	40 000	40 000
Acordo Atipico - Mediação	104 715	102 594
Acordo Atipico Revalorizar	517 749	507 068
Subs. Cres-Iss (Sta Casa da Mis. de Lisboa)	53 756	52 650
Raaml	143 792	-
Subsídios de Outras Entidades	31 226	35 005
Doações e Heranças	67 806	80 786
IEFP - Lisboa	-	1 009
	1 452 332	1 308 445

15. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31-dez-17	31-dez-16
Serviços especializados	80 324	71 834
Materiais	12 292	10 986
Energia e fluídos	15 558	17 051
Deslocações, estadas e transportes	10 935	9 060
Serviços diversos	99 630	93 402
	218 739	202 333

16. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31-dez-17	31-dez-16
Remunerações do pessoal	983 867	943 294
Indemnizações	3 000	-
Encargos sobre remunerações	199 899	193 359
Seguros	7 064	6 999
Outros gastos com pessoal	14 698	14 264
	1 208 528	1 157 916

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2016 foi 59 mantendo-se em 2017.

Refira-se que para o exercício de 2017 os órgãos sociais do IAC eram compostos por Direção (5 membros), Conselho Fiscal (2 membros) e Mesa da Assembleia Geral (4 membros).

17. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Outros rendimentos e ganhos	2 005	3 126
	2 005	3 126

Os valores desta rubrica compreendem rendimentos contabilísticos relacionados com correções relativas a exercícios anteriores e ainda ganhos do exercício pelo reconhecimento contabilístico das doações.

18. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Impostos indirectos	2 330	-
Taxas	102	253
Correcções relativas a períodos anteriores	130	-
Quotizações	1 420	1 173
Outros não especificados	176	605
Prestações Pecuniárias de Cuidados de Saúde	373	758
Outros Custos inerentes a Utentes	14 775	11 483
	19 305	14 273

19. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-dez-17			31-dez-16		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	8 287	-	8 287	9 884	-	9 884
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	8 287	-	8 287	9 884	-	9 884

20. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2017 e de 2016, tinham a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Juros e rendimentos similares obtidos		
Outros rendimentos similares	1 073	162
	1 073	162
Juros e gastos similares suportados		
Gastos e Perdas de Financiamento	1 207	941
	1 207	941
Resultados financeiros	(134)	(779)

21. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

22. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação do IAC perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

6. ATAS

Ata nº53 - Conselho Fiscal
21.03.2018

Ata nº 80 - Assembleia Geral
27.03.2018

ATA Nº. 53

Aos vinte e um dias do mês de Março de dois mil e dezoito pelas dezasseis horas e trinta minutos, nas instalações do Instituto de Apoio à Criança, sitas no Largo da Memória, número catorze, em Lisboa, reuniu o Conselho Fiscal da Instituição, estando presentes o Presidente, José Joaquim Siqueira da Rocha, a Secretária Melanie Nivette de Seq Vila Facaner e a Relatora Maria Fernanda Amador da Silva Salvaterra. ——————

O Conselho Fiscal começou por proceder à análise do Relatório de Actividades relativo ao ano de dois mil e dezassete. ——————

Nesta análise o Conselho Fiscal debruçou-se sobre o conteúdo do documento apresentado e, à semelhança dos anos anteriores, verificou a total conformidade das actividades executadas com as finalidades da Instituição e em perfeita consonância com as finalidades, isto, com o proposto no Plano de Actividades. ——————

Quanto às Contas de Gerência de dois mil e dezassete, o Conselho Fiscal concluiu, em primeiro lugar, pela sua conformidade com o que se encontra legalmente estabelecido quanto à formalização contabilística. Em segundo lugar o Conselho Fiscal verificou que, embora modestos, a Instituição apresentou em dois mil e dezassete resultados positivos, consequência do esforço que a Direcção colocou na gestão do Instituto, traduzido num ligeiro aumento dos proveitos (relativos à exploração) e na contenção dos custos nas duas rubricas mais significativas: custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos. ——————

Após esta apreciação, o Conselho Fiscal: ——————

a) dá o seu Parecer favorável aos dois documentos em análise;

b) propõe um voto de louvor à Direcção e a todos quantos com ela colaboraram. ——————

O Conselho Fiscal, cumprido que foi o seu encargo de emitir o parecer que acabou de dar, tomou conhecimento de uma Proposta de Orçamento rectificado que a Direcção irá apresentar à Assembleia Geral, Proposta esta que mereceu Parecer favorável do Conselho Fiscal. ——————

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão

Quando eram dezassete horas e quinze minutos, dela se lavrando a presente ata que vai assinada pelos membros do Conselho Fiscal, que constituiram a Mesa.

ATA Nº 80

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas dezassete horas e trinta minutos, realizou-se na sede do Instituto de Apoio à Criança (IAC), no Largo da Memória, número catorze, na Freguesia da Ajuda, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária de Associados, a qual foi devidamente convocada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Pedro Perdigão através da circular número nove, de doze de março de dois mil e dezoito, enviada a todos os sócios por via postal, nos termos do disposto no artigo cento e setenta e quatro barra um do Código Civil.

Não havendo quórum à hora marcada, dezasseis horas e trinta minutos, a Assembleia Geral iniciou-se às dezassete horas e trinta minutos, com a presença de 23 associados, e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Discussão e aprovação do Relatório de Atividades e Contas referentes ao ano de dois mil e dezassete.
- Apresentação e Aprovação do Orçamento Retificativo para o ano de 2018.
- Regularização dos cargos dos membros da Direção. Designação da Vogal Matilde Sirgado como Tesoureira, de acordo com os novos Estatutos, e conforme o solicitado no ofício da Unidade de Desenvolvimento Social e Programas/núcleo de Respostas Sociais, com referência 009345, de 10 de janeiro.
- Outros assuntos.

A Mesa da Assembleia Geral foi presidida pela sua Vice-Presidente da Mesa, Drª Maria Clara Castilho, e pelos Secretários da Mesa, Dr. Asdrúbal Pimenta e Dr. José Brito Soares.

A Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou aberta a sessão apresentando o expediente, duas procurações delegando o voto, respeitantes a associados que não puderam estar presentes e passou de seguida à leitura da circular convocatória desta Assembleia e da Ata número setenta e nove da Assembleia Geral correspondente à reunião realizada aos dias seis de dezembro de dois mil e dezassete e que foi aprovada por todos os presentes que nela tinham participado.

O Senhor Secretário-geral do IAC, Dr. Manuel Coutinho, tomou a palavra apresentando um elogio ao secretariado que elaborou o Relatório de Atividades, cuja leitura está cada vez mais fácil, com uma apresentação gráfica excelente, permitindo, assim, rapidamente visualizar todas as atividades realizadas.

Chamou a atenção para o fato de que cada vez são menos técnicos a levar a cabo as mesmas atividades, o que quer dizer que trabalham cada vez mais, agradecendo o seu valioso contributo e elogiando-os deste modo. Realçou que estamos num momento em que há necessidade de uma total transparência, numa época em que têm surgido dúvidas nas intervenções de algumas instituições de solidariedade social. Considerou que foi cumprido o programado do Plano de Atividades para o ano de dois mil e dezassete, tendo-se ido, até, mais longe.

Anunciou que se está num momento de passagem para novas instalações, na Avenida da República, agradecendo ao Senhor Vice-Presidente da Direção, Juiz Desembargador Luís Vaz

das Neves, todo o empenho que tem demonstrado para que se sejam encontradas soluções para os problemas que têm surgido.

A Presidente da Direção, Drª Dulce Rocha, reforçou as palavras do Dr. Manuel Coutinho, louvando todos os funcionários pela qualidade do trabalho desenvolvido.

Ao passar-se para a apresentação do Relatório de Contas referentes ao ano dois mil e dezassete, o Dr. Miguel Palma falou do balanço e apresentação dos resultados, realçando que houve despesas extraordinárias relacionadas com obras na nova sede, mas que, mesmo assim, a demonstração dos resultados revela um bom equilíbrio.

O Senhor Vice-Presidente da Direção, Juiz Desembargador Luís Vaz das Neves agradeceu ao Dr. Paulo Santos que, entretanto, cessou funções, e à nova equipa, chefiada pelo Dr. Miguel Palma. Frisou que tinha sido cumprido a decisão da Direção no que se refere a aumentos aos funcionários. De uma projeção está a passar a ser uma realidade a ser comtemplada no Orçamento Retificativo.

Voltou a ser referido a necessidade de voltar a rever e atualizar o Protocolo Interministerial, feito no tempo do governo do Senhor Engenheiro António Guterres e que não foi denunciado, estando, por isso, ainda em vigor. Protocolo sobre o qual se tem que falar com o Senhor Primeiro-ministro, Dr. António Costa.

Regra geral, os Ministérios têm cumprido com os Protocolos existentes, excetuando a verba assinada com o Ministério da Juventude e do Desporto, agora integrado no Ministério da Educação e cujo valor não tem vindo a ser entregue.

Foi referido que as verbas oriundas do programa RAAML (Regulamento de Atribuição de Apoio pelo Município de Lisboa da Câmara Municipal de Lisboa), têm sido um bom contributo, assim como formação por parte da CML a vários trabalhadores do IAC.

A Vogal da Direção, Dra. Matilde Sirgado, referiu que têm sido apresentadas candidaturas a vários projetos (BPI Solidário, Fundação Auchan), numa busca de estabilidade orçamental. Também está em preparação um espetáculo para obtenção de fundos, para o qual já temos sala oferecida e cantores voluntários para atuação e a ser transmitido pela RTP.

Passou-se à leitura da Ata número cinquenta e três do Conselho Fiscal, realizada aos vinte e um dias do mês de Março de dois mil e dezoito, a qual propunha um voto de louvor à Direção e a todos os trabalhadores do IAC, e que aprovava o Relatório de Atividade e as Contas apresentadas.

Posteriormente foi posto à votação do Relatório de Atividades e Contas de dois mil e dezassete, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Ao passar-se para a apresentação e aprovação do Orçamento Retificativo para o ano de 2018, este foi igualmente aprovado por unanimidade, tendo o Vice-Presidente da Direção, Juiz Desembargador Luís Vaz das Neves realçado que tal poderia ter sido feito na Direção, que tem poderes para isso, mas que tinha sido decidido trazer o assunto à Assembleia, já que coincidia no tempo.

No que se refere à regularização dos cargos dos membros da Direção, foi explicado que nos Estatutos anteriores do Instituto de Apoio à Criança não era obrigado a esta figura, pelo que foi deste modo aprovada a constituição da Direção. No entanto, com a publicação dos novos Estatutos para todas as Instituições de Solidariedade Social, esta modificação teria que ocorrer. Assim, propôs-se a designação da Vogal Drª Matilde Sirgado como Tesoureira, o que foi aprovado por unanimidade. Esta, tomou a palavra, realçando que este cargo poderá ser efetuado com eficácia, porque se trabalha em equipa, louvando toda a equipa da contabilidade e contando com a qualidade da equipa do Dr. Miguel Palma.

No ponto "Outros assuntos" foi dada a informação da realização da décima primeira Conferência das Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente, no dia 29 de maio.

Foi apresentado um pedido do associado Profº António Gentil Martins que, por motivos de doença, não pode comparecer, e que pedia que o Instituto tomasse uma posição contra a Lei número vinte e cinco barra dois mil e dezasseis de vinte e dois de agosto, a que chama "barrigas de aluguer". A Direção informou os presentes de qual a sua posição, na qual foi apoiada por todos os presentes e que é a seguinte: "A Direção do Instituto de Apoio à Criança, independentemente das posições de cada um dos seus membros pessoalmente defenda, não tem qualquer posição pública sobre o assunto, por entender que extravasa a sua área de atuação, bem como os objetivos e prioridades que os seus Estatutos prescrevem".

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia Geral deu por terminada a sessão pelas dezoito horas e trinta minutos.

A Vice- Presidente da Mesa
Associado nº 393
Maria Clara Calvão Castello.

O Secretário da Mesa
Associado nº 726
José Eduardo de Brito Jorge Soares

O Secretário da Mesa
Associado nº 668
Adelino Fonseca Pimenta